

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE  
CAMPUS DE FRANCISCO BELTRÃO  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGG**

**ALISSON HENRIQUE BAVARESCO**

**SUINOCULTURA NO OESTE CATARINENSE: MUDANÇAS E  
PERMANÊNCIAS NA ESTRUTURA PRODUTIVA - O CASO DO MUNICÍPIO  
DE SÃO JOSÉ DO CEDRO-SC**

**FRANCISCO BELTRÃO – PR  
2021**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE  
CAMPUS DE FRANCISCO BELTRÃO  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGG**

**ALISSON HENRIQUE BAVARESCO**

**SUINOCULTURA NO OESTE CATARINENSE: MUDANÇAS E  
PERMANÊNCIAS NA ESTRUTURA PRODUTIVA - O CASO DO MUNICÍPIO  
DE SÃO JOSÉ DO CEDRO-SC**

Dissertação de Mestrado apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Unioeste, *campus* de Francisco Beltrão/PR, para obtenção do título de mestre.  
Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Roseli Alves dos Santos.

**FRANCISCO BELTRÃO – PR**

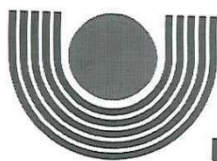
**2021**

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

BAVARESCO, ALISSON HENRIQUE  
SUINOCULTURA NO OESTE CATARINENSE: MUDANÇAS E  
PERMANÊNCIAS NA ESTRUTURA PRODUTIVA - O CASO DO MUNICÍPIO DE  
SÃO JOSÉ DO CEDRO-SC / ALISSON HENRIQUE BAVARESCO;  
orientadora ROSELÍ ALVES DOS SANTOS. -- Francisco Beltrão,  
2021.  
212 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico Campus de Francisco  
Beltrão) -- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro  
de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia,  
2021.

1. SUINOCULTURA. 2. REDES GEOGRÁFICAS. 3. OESTE  
CATARINENSE. 4. MODERNIZAÇÃO. I. DOS SANTOS, ROSELÍ ALVES,  
orient. II. Título.



**unioeste**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Campus de Francisco Beltrão

Rua Maringá, 1200 – Bairro Vila Nova

Fone (0\*\*46) 3520-4845 – CEP.: 85605-010 – Francisco Beltrão – PR



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – MESTRADO/DOCTORADO**

**TERMO DE APROVAÇÃO**

**ALISSON HENRIQUE BAVARESCO**

**TÍTULO DO TRABALHO:** “Suinocultura no oeste catarinense: mudanças e permanências na estrutura produtiva – o caso do município de São José do Cedro-SC”.

DISSERTAÇÃO apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia, Mestrado e Doutorado, Área de Concentração: Produção do Espaço e Meio Ambiente, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE, Campus de Francisco Beltrão, julgada adequada e aprovada, em sua versão final, pela Comissão Examinadora, que concede o Título de Mestre em Geografia ao autor.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

Roseli Alves dos Santos – Orientadora

Fernando dos Santos Sampaio  
UNIOESTE/ FB

Marlon Clovis Medeiros  
UNIOESTE/ FB

Rosa Maria Vieira Medeiros  
UFRGS

Francisco Beltrão, 30 de agosto de 2021

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho aos meus avós, Luiz e Irema, pela bravura e pioneirismo na colonização do Oeste catarinense, e ao meu pai Olacir e minha mãe Marilúcia, além de meus tios e tias, por dedicarem uma vida toda a suinocultura.

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus pais, Olacir e Marilúcia, por nos incentivarem, desde criança, aos estudos, além de dedicarem suas vidas a mim e ao meu irmão, darem base material e financeira, que nos possibilitou a formação em um curso superior e de pós-graduação sem precisar conciliar com outro trabalho, o que nos torna, de certo modo, privilegiados.

Agradecer a minha companheira de relacionamento, Patrícia, que por mais recente que tenha chegado em minha vida, participou deste trabalho desde o início até o último parágrafo escrito. Sou grato por ouvir minhas angústias e me dar motivos e força para continuar meu propósito.

Aos colegas e grandes amigos que a universidade me deu, Giovani e Bruno, por serem essas pessoas com um espírito alegre e contagiante, com quem pude dividir muitas tristezas e incertezas da pesquisa, com suas palavras sempre nos puseram no caminho certo. Pelas dezenas de xícaras de café acompanhadas de intensas discussões políticas, econômicas e sociais que só enriqueceram nossas mentes.

A minha orientadora, professora Roselí, por ser sempre paciente e entender minhas dificuldades, e por nos inspirar durante todo o processo.

Meus agradecimentos ao curso de Pós-Graduação em Geografia e a Universidade Estadual do Oeste do Paraná, por nos garantirem o amparo institucional para a pesquisa, no mais a CAPES, que apesar do momento de incertezas e angústia que vive a pesquisa científica em nosso país, possibilitou o financiamento deste trabalho.

Aos suinocultores, instituições públicas e privadas, obrigado por confiarem na pesquisa e nos disponibilizarem as entrevistas com entusiasmo, possibilitando a realização deste trabalho.

## RESUMO

### SUINOCULTURA NO OESTE CATARINENSE: MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS NA ESTRUTURA PRODUTIVA - O CASO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO-SC

Este trabalho é fruto de pesquisa realizada no curso de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, Campus de Francisco Beltrão, na linha de pesquisa em desenvolvimento econômico e dinâmicas territoriais, tendo como orientadora a professora doutora Roseli Alves do Santos. O objetivo principal desta dissertação é compreender as mudanças e permanências na estrutura produtiva da suinocultura ao longo da história de formação territorial da mesorregião do Oeste de Santa Catarina. Traçamos quatro objetivos específicos como norteadores de nossa pesquisa, sendo eles: estudar o processo histórico de formação da região que resultou em sua atual forma de organização territorial; compreender o processo de modernização da agricultura brasileira; analisar a organização da estrutura produtiva da suinocultura no estado de Santa Catarina e identificar a formação das redes geográficas na organização da produção de suínos. A pesquisa se organiza em torno de uma revisão bibliográfica acerca do tema em questão, dando ênfase à ciência geográfica como ferramenta de análise dos processos. Ademais, foram realizados trabalhos de campo para melhor compreender as dinâmicas econômicas, sociais e políticas que envolvem os produtores de suínos e demais atividades envolvidas. Iniciamos o primeiro capítulo realizando uma retomada histórica dos principais acontecimentos e conflitos que configuraram a região e tiveram importância em sua formação, atrelando esses aspectos ao início do processo de implementação e desenvolvimento da suinocultura. No segundo capítulo, procuramos explicar como a suinocultura tem sido estruturada na região Oeste, e como as empresas e suinocultores se organizam, seus modelos de sistemas de produção, destacando a importante participação estatal nesse processo. Em seguida, no terceiro capítulo, realizamos uma análise do conceito de redes geográficas, destacando a sua formação frente à produção de suínos, como ela se forma, atua, os sujeitos e/ou organizações que se envolvem e/ou são excluídos pela dinâmica produtiva que se configura na atualidade. No quarto capítulo, focamos na produção de suínos no município de São José do Cedro – SC, buscando compreender as mudanças e as permanências espaciais que se referem às práticas dos produtores de suínos.

**Palavras-chave:** suinocultura; Oeste catarinense; redes geográficas; modernização; São José do Cedro.

## **SWINE FARMING IN THE WEST OF SANTA CATARINA: CHANGES AND PERMANENCES IN THE PRODUCTIVE STRUCTURE - THE CASE OF THE CITY OF SÃO JOSÉ DO CEDRO-SC**

This work is the result of research carried out in the postgraduate course in Geography, at Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste, Campus de Francisco Beltrão, in the line of research on economic development and territorial dynamics, under the supervision of professor Roselí Alves do Santos. The main objective of this dissertation is to understand the changes and permanences in the swine production structure throughout the history of territorial formation of the mesoregion in the west of Santa Catarina. We outlined four specific objectives to guide our research: to study the historical process of formation of the region which resulted in its current form of territorial organization; to understand the process of modernization of Brazilian agriculture; to analyze the organization of the swine production structure in the State of Santa Catarina and to identify the formation of geographical networks in the organization of swine production. The research is organized around a bibliographic review about the theme in question, emphasizing the geographic science as a tool to analyze the processes. In addition, field work was carried out in order to better understand the economic, social and political dynamics that involve the swine producers and other activities involved. We began the first chapter with a historical review of the main events and conflicts that shaped the region and were important in its formation, linking these aspects to the beginning of the process of implementation and development of the swine production. In the second chapter, we try to explain how pig raising has been structured in the west region, and how the companies and pig raisers organize themselves, their production system models, highlighting the importance of the state participation in this process. Next, in the third chapter, we analyze the concept of geographical networks, highlighting their formation in the face of the swine production, how they are formed, how they act, the subjects and/or organizations that get involved and/or are excluded by the productive dynamics that are configured nowadays. In the fourth chapter, we focus on the swine production in São José do Cedro - SC, seeking to understand the spatial changes and permanences that refer to the practices of the swine producers.

Key-words: swine farming; west of Santa Catarina; geographic networks; modernization; São José do Cedro.



## LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Rebanho de suínos por mesorregião do Brasil – 2019. ....	15
Mapa 2 - Microrregiões de Santa Catarina com destaque para as pertencentes à mesorregião Oeste.....	19
Mapa 3 - Mesorregiões de Santa Catarina com destaque para o Oeste Catarinense .....	21
Mapa 5 - Localização da Região do Contestado.....	26
Mapa 6 – Região de Santa Catarina cortada pela Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande do Sul.....	28
Mapa 7 – Microrregiões de Santa Catarina com destaque para o Extremo Oeste.....	54
Mapa 8 – Representatividade das Unidades da Federação no abate de suínos no Brasil .....	72
Mapa 9 – Localização do município de São José do Cedro - SC.....	111
Mapa 10 – Estabelecimentos de produtores de suínos em São José do Cedro – SC no ano de 2021 .....	163

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1– Municípios pertencentes à microrregião de São Miguel do Oeste ou Extremo Oeste .....	53
Quadro 2 – Principais características dos produtores integrados e independentes.....	84
Quadro 3 – Planejamento estatal do Governo do Estado de Santa Catarina	115
Quadro 4 – Periodização da modernização da agricultura brasileira .....	128
Quadro 5 – Centralização das agroindústrias de carnes no século XX.....	151
Quadro 6 – Centralização agroindustrial a partir dos anos 2000.....	153
Quadro 7 – Mudanças estruturais na cadeia produtiva .....	155
Quadro 8 – Movimento de reespecialização da produção de carnes.....	159

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População do Oeste Catarinense em 1920 – Municípios pertencentes a Chapecó .....	30
Tabela 2 – População dos principais municípios do Oeste Catarinense em 1950 e 1960 .....	32
Tabela 3 – Estrutura Fundiária de Santa Catarina – série histórica .....	45
Tabela 4 – Número de estabelecimentos e área total de Santa Catarina, Mesorregião do Oeste, Microrregião de São Miguel do Oeste e São José do Cedro .....	46
Tabela 5 – Primeiras e principais agroindústrias fundadas na Mesorregião Oeste de Santa Catarina até a década de 1970 .....	61
Tabela 6 – Maiores Produtores Mundiais de Carne Suína: 2014 – 2019 (Milhões de toneladas) .....	71
Tabela 7– Exportações catarinenses de carne suína – 2018, 2019 e 2020.....	73
Tabela 8 – Número de estabelecimentos com mais de 50 cabeças de suínos e o número total de cabeças - 2017 .....	81
Tabela 9 – Santa Catarina: microrregiões de origem da produção - 2017 .....	83
Tabela 10 – São José do Cedro – SC: Número de estabelecimentos, idade e sexo do produtor – 2017 .....	112
Tabela 11– Número de estabelecimentos agropecuários e área total do município de São José do Cedro – SC – 2017.....	112
Tabela 12 – São José do Cedro: número de estabelecimentos agropecuários com mais de 50 cabeças de suínos e número total de cabeças – 2017 .....	113
Tabela 13 - Atividades desenvolvidas nos estabelecimentos agropecuários de São José do Cedro – SC em 2021 .....	166
Tabela 14 – Mão de obra ocupada nos estabelecimentos produtores de suínos de São José do Cedro – SC em 2021 .....	169
Tabela 15 - Estrutura dos estabelecimentos produtores de suínos de São José do Cedro – SC em 2021 .....	172
Tabela 16 – Número de estabelecimentos de acordo com o número de suínos alojados em São José do Cedro – 2021 .....	181
Tabela 17 – Origem da ração animal dos estabelecimentos de São José do Cedro – SC em 2021 .....	193
Tabela 18 – Participação social dos suinocultores de São José do Cedro – SC em 2021 .....	196

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1– Evolução Populacional de Santa Catarina e da mesorregião Oeste .....	20
Gráfico 2 – Portos exportadores de carne suína do Brasil - 2019.....	73
Gráfico 3 – Destino das exportações de carne suína catarinense: 2018, 2019 e 2020 .....	74
Gráfico 4 – Destino da produção brasileira de carne suína - 2019.....	75
Gráfico 5 – Evolução do consumo per capita de carne suína no Brasil .....	76
Gráfico 6 – Efetivo do rebanho de suínos – série histórica .....	77
Gráfico 7– Efetivo do rebanho de suínos – série histórica – 1980 – 2017 .....	78
Gráfico 8 – População rural e urbana da Microrregião de São Miguel do Oeste .....	79
Gráfico 9– Número de estabelecimentos com produção de suínos (2006 – 2017) .....	80
Gráfico 10– Participação das mesorregiões de Santa Catarina no abate de suínos – 2018 (Milhares de cabeças).....	82
Gráfico 11– Evolução no número de produtores de suínos e a produção total em Santa Catarina – série histórica .....	95
Gráfico 12 - Estrutura fundiária dos estabelecimentos produtores de suínos em São José do Cedro – SC – 2021 .....	165
Gráfico 13 – Estabelecimentos que produzem somente suínos em São José do Cedro – SC no ano de 2021 .....	165
Gráfico 14 – Mão de obra total ocupada nos estabelecimentos produtores de suínos de São José do Cedro – Contratada e familiar em 2021 .....	170
Gráfico 15 - Participação da mão de obra por gênero e tipo nos estabelecimentos produtores de suínos de São José do Cedro – SC em 2021 .....	171
Gráfico 16 - Instituições que os produtores obtiveram financiamento para o início da atividade suinícola em São José do Cedro – SC em 2021 .....	174
Gráfico 17 - Período de início da atividade nos estabelecimentos de São José do Cedro – SC em 2021 .....	175
Gráfico 18 - Frequência na obtenção de financiamento dos suinocultores de São José do Cedro – SC – 2021 .....	176
Gráfico 19 - Obtenção de recursos do PRONAF pelos produtores de suínos de São José do Cedro – SC em 2021 .....	177
Gráfico 20 - Modelo de produção dos estabelecimentos produtores de suínos de São José do Cedro – SC – 2021 .....	178
Gráfico 21 – Empresas que integram produtores de suínos em São José do Cedro – SC em 2021.....	180
Gráfico 22 – Sucessão familiar nos estabelecimentos produtores de suínos de São José do Cedro – SC em 2021.....	184
Gráfico 23 – Produtores que pretendem expandir as atividades suinícolas em São José do Cedro – SC em 2021.....	185
Gráfico 24 – Planejamento de expansão das atividades suinícolas em São José do Cedro – SC em 2021.....	186

Gráfico 25 – Tecnologias que os produtores de suínos de São José do Cedro – SC possuem no estabelecimento em 2021 .....	187
Gráfico 26 – Tempo diário de dedicação à produção de suínos nos estabelecimentos de São José do Cedro – SC em 2021 .....	189
Gráfico 27 – Origem das matrizes e reprodutores utilizados nos estabelecimentos de São José do Cedro – SC em 2021 .....	190
Gráfico 28 – Utilização de inseminação artificial nas propriedades de São José do Cedro – SC em 2021.....	192
Gráfico 29 – Destino dos suínos produzidos em São José do Cedro – SC ...	194
Gráfico 30 – Destino dos dejetos suínos dos estabelecimentos de São José do Cedro em 2021.....	195
Gráfico 31– Origem da assistência técnica obtida nos estabelecimentos de São José do Cedro – SC em 2021 .....	198
Gráfico 32 – Origem dos medicamentos utilizados nos suínos nos estabelecimentos de São José do Cedro – SC em 2021 .....	198
Gráfico 33 – Principais dificuldades dos suinocultores de São José do Cedro – SC para se manter na atividade em 2021 .....	200

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da vegetação do estado de Santa Catarina .....	22
Figura 2 – Densidade Populacional de Santa Catarina em 1940.....	31
Figura 3 – Formação dos primeiros núcleos urbanos na região do Extremo Oeste – Sede do município de São José do Cedro em 1956.....	37
Figura 4 – Grupo familiar de colonizadores da região Oeste – Família Bavaresco em 1968 .....	39
Figura 5 – Reprodutor de suínos.....	63
Figura 6 – Estrutura de matrizes em gestação.....	64
Figura 7– Matriz antes e depois do parto .....	65
Figura 8 – Creche de leitões .....	66
Figura 9 – Suínos em fase de terminação.....	67
Figura 10 – Carregamento de suínos para o abate.....	69
Figura 11 – Raças de suínos mais produzidas no Brasil após a modernização da suinocultura .....	138
Figura 12 – Estruturas de gestação de matrizes automatizada.....	141
Figura 13 – Mapa falante da localização dos estabelecimentos produtores de suínos e de aves em São José do Cedro – SC no ano de 2017 .....	164
Figura 14 – Robô de um dos estabelecimentos visitados .....	188

## LISTA DE SIGLAS

- ABCS** – Associação Brasileira de Criadores de Suínos
- ABPA** – Associação Brasileira de Proteína animal
- ACCS** – Associação Catarinense de Criadores de Suínos
- ALESC** - Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
- ARENA** – Aliança Renovadora Nacional
- BADESC** - Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina
- BESC** - Banco do Estado de Santa Catarina
- BNDES** - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- BRDE** - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
- CAIs** – Complexos Agroindustriais
- CEPA** - Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola
- CEPEA** - Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada
- CIDASC** – Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina
- CC** – Ciclo Completo
- CONAB** – Companhia Nacional de Abastecimento
- EPAGRI** – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
- FATMA**- Fundação do Meio Ambiente
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IMA** – Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina
- MDIC** - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
- OCESC** - Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina
- PA** – Plano de ação
- PCD** – Projeto Catarinense de Desenvolvimento
- PDS** – Partido Democrático Social
- PG** – Plano de Governo
- PIB** - Produto Interno Bruto
- PLAMEG** – Plano de Metas do Governo Estadual

**PMDB** – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

**PND** - Plano Nacional de Desenvolvimento

**POE** – Plano de Obras e Equipamentos

**PPM** – Pesquisa Pecuária Municipal

**PRP** – Partido Republicano Progressista

**PRONAF** -Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

**PSD** – Partido Social Democrático

**SECEX** – Secretaria de Comércio Exterior

**SIDEMS** - Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável

**UDN** – União Democrática Nacional

**UF** – Unidade Federativa

**UPL** – Unidade Produtora de Leite

**USDA** - United States Department of Agriculture (Departamento de Agricultura dos Estados Unidos)

**UT** – Unidade de Crescimento e Terminação



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	11
1- FORMAÇÃO TERRITORIAL DO OESTE DE SANTA CATARINA .....	18
1.1 - Aspectos Geográficos da Mesorregião do Oeste Catarinense.....	18
1.2 - Disputas territoriais em Santa Catarina.....	22
1.2.1- Tratado de Madri e a Guerra do Paraguai.....	23
1.2.2- Os limites entre Paraná e Santa Catarina e a Guerra do Contestado....	25
1.3 As companhias colonizadoras e a formação territorial do Oeste catarinense no século XX .....	29
1.3.1 – A organização social dos imigrantes .....	36
1.4 – Atuação do Estado no desenvolvimento regional.....	41
1.5 – Estrutura fundiária e a formação dos pequenos estabelecimentos agropecuários.....	44
1.6 – A economia do Oeste catarinense nas primeiras décadas de ocupação capitalista .....	49
1.7 – A microrregião do Extremo Oeste e a colonização tardia.....	53
2- A SUINOCULTURA NO OESTE DE SANTA CATARINA .....	58
2.1 - Acumulação mercantil, formação do capital industrial e a ascensão das agroindústrias no Oeste catarinense .....	58
2.2 - Aspectos gerais da produção de suínos: técnicas de manejo.....	62
2.2 - Estrutura produtiva da suinocultura.....	69
2.2.1 - Sistemas de produção independente na suinocultura.....	86
2.2.2 – Os sistemas de integração na suinocultura.....	91
2.2.2.1 – As cooperativas .....	101
2.4 – Estrutura produtiva da suinocultura no município de São José do Cedro – SC .....	110
2.4 – Políticas Públicas e o papel do Estado na produção de suínos em Santa Catarina.....	114
2.3.1 – O planejamento do governo estadual de Santa Catarina na segunda metade do século XX .....	116
3- A MODERNIZAÇÃO E CONFORMAÇÃO DAS REDES NA SUINOCULTURA .....	123
3.1 – A modernização da agricultura brasileira .....	124
3.1.1 - A modernização da agricultura brasileira e seus impactos na suinocultura catarinense .....	133
3.2.1 – As Redes Geográficas da suinocultura .....	142
3.2.2 – As agroindústrias e a formação de novas redes no Oeste de Santa Catarina.....	150

4 – AS MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS NA SUINOCULTURA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO .....	161
4.1 – Organização da produção de suínos no município de São José do Cedro .....	164
4.2 – Modelos de produção na suinocultura.....	178
4.3 – Organização do trabalho na suinocultura .....	183
4.4 – Relações entre suinocultores e mercado .....	189
4.5 - A assistência técnica.....	195
4.6 – Suinocultura: é possível se manter na atividade? .....	199
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	202
REFERÊNCIAS.....	207

“A menos que modifiquemos a nossa maneira de pensar, não seremos capazes de resolver os problemas causados pela forma como nos acostumamos a ver o mundo” (Albert Einstein)

## INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto de pesquisa realizada no curso de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, Campus de Francisco Beltrão, na linha de pesquisa em Desenvolvimento econômico e dinâmicas territoriais, tendo como orientadora a professora doutora Roselí Alves do Santos.

O objetivo principal desta dissertação é compreender as mudanças e permanências na estrutura produtiva da suinocultura ao longo da história de formação territorial da mesorregião do Oeste de Santa Catarina.

Traçamos quatro objetivos específicos como norteadores de nossa pesquisa, sendo eles: estudar o processo histórico de formação da região que resultou em sua atual forma de organização territorial; compreender o processo de modernização da agricultura brasileira; analisar a organização da estrutura produtiva da suinocultura no estado de Santa Catarina e identificar a formação das redes geográficas na organização da produção de suínos.

A escolha do tema de pesquisa é fruto de nosso anseio em compreender a dinâmica de uma atividade econômica que está presente em nosso dia a dia. Sou filho de suinocultores e neto de colonos que participaram da colonização branca de descendentes europeus na região Oeste de Santa Catarina. A suinocultura, para nós, não se basta em apenas uma atividade de cunho econômico, ela possui valores culturais e sociais, ela faz parte de nossa vida. Compreender de forma científica os anseios de minha família, que de estudo a vida lhes proporcionou tão pouco, é de grande gratificação.

Realizar um trabalho que envolva nossa vivência torna a pesquisa mais significativa, talvez não de tamanha grandeza ao meio acadêmico, mas para nossa vivência pessoal ela é de suma importância.

Sou, além de professor de Geografia, agricultor e produtor de suínos, como meus pais sempre foram e a maior parte da minha família é. Conheço, apesar de alguns aspectos por senso comum, o funcionamento e estruturação da produção de suínos, deste modo, procurar dar um embasamento teórico e uma compreensão científica das relações econômicas, sociais e políticas, torna-nos mais ricos em conhecimento de vida e de mundo. É nessas relações familiares que meu trabalho encontra seu significado.

Além do aspecto familiar, a realização deste trabalho justifica-se pela importância que a suinocultura desempenhou e desempenha na vida econômica, social, política e cultural da região. O Oeste catarinense é o maior polo do mundo no agronegócio de carne suína (ESPÍNDOLA, 2018). Deste modo, a produção de suínos envolve um número elevado de sujeitos que estão ligados diretamente ou indiretamente no processo produtivo. São suinocultores, agroindústrias, transportadoras, supermercados, comércios e diversos serviços que estão em torno da produção. De tal forma, consideramos, através dos dados e dos autores, que é impossível falar do Oeste catarinense sem mencionar a produção de suínos.

Em suma, nosso trabalho justifica-se tanto pelo aspecto familiar e pessoal, quanto pela importância que a atividade suinícola representa para a região. Além do mais, buscamos através desta pesquisa contribuir, de alguma forma, para a melhoria das condições de vida dos suinocultores, na organização social dos produtores, na elaboração e/ou melhoria das políticas públicas para a atividade e, conseqüentemente, no desenvolvimento da região.

A pesquisa organiza-se em torno de uma revisão bibliográfica acerca do tema em questão, dando ênfase à ciência geográfica como ferramenta de análise dos processos. Ademais, realizamos trabalhos de campo que nos permitiram melhor compreender as dinâmicas econômicas, sociais, políticas e culturais que envolvem os produtores de suínos e demais atividades envolvidas.

O trabalho é organizado em torno do pensamento de diversos autores não só da Geografia, mas também da Sociologia, Agronomia, História, Economia e Filosofia. Tudo em busca de compreender a dinâmica da suinocultura. Autores e autoras como ALBA (2008); BAVARESCO (2005); CABRAL (1970); CASTELLS (2020); DIAS (2017); ESPÍNDOLA (1999); FRAGA (2006); GOULARTI FILHO (2005, 2016); GRAZIANO DA SILVA (1982, 1998); MIELE (2007, 2013), MIOR (2005, 2010); PELUSO JÚNIOR (1991); PLEIN (2005); PIAZZA (1983); RADIN (2001) e SANTOS (2008). Ainda fazem parte da nossa pesquisa instituições como a ACCS; ABCS; ABPA; MAPA; USDA; EPAGRI-CEPA; CIDASC; IBGE e CEPEA.

É importante ressaltarmos que esta pesquisa foi realizada em um momento peculiar, já que nesse período vivenciamos uma pandemia em escala mundial. O Coronavírus (COVID-19) trouxe grandes incertezas e medo à população, restrições de nossa liberdade e, acima de tudo, nos afastou de nossos iguais. Nesse aspecto, o momento deve ser visto como um enorme desafio para a realização de uma pesquisa científica, já que a situação nos colocou longe da estrutura das Universidades, dos professores e orientadores, tornando mais dificultoso o trabalho, exigindo melhores cuidados com nossa saúde e das pessoas que estão em nosso entorno.

Além do mais, precisamos destacar que este trabalho foi realizado em um momento de enormes dificuldades para a vida acadêmica e científica, já que vivenciamos um governo que preza pelo corte de gastos, principalmente das universidades públicas, com novas restrições, cortes de bolsas de estudo e recursos dos programas de Pós-Graduação, gerando incertezas quanto ao financiamento das pesquisas em todas as áreas do conhecimento. Ademais a sociedade brasileira, atrelada a um movimento de extrema direita conservadora e pautada em fundamentos religiosos, tem colocado a ciência em segundo plano, disseminando ideias que até então pareciam estar superadas, tornando-as centro dos debates na sociedade.

Deste modo, não concordando com esses aspectos ideológicos, acreditamos na ciência como ferramenta fundamental para entendermos o mundo e nossa sociedade, bem como, as universidades públicas como sendo as mais representativas ou, talvez, as únicas quanto à produção de ciência em nosso país. Diante disso, defendemos uma universidade forte, com investimentos significativos e com uma estrutura que possibilite aos acadêmicos brasileiros contribuir com o desenvolvimento de nosso país.

Iniciamos o primeiro capítulo realizando uma retomada histórica dos principais acontecimentos e conflitos que configuraram a região e tiveram enorme importância em sua formação, atrelando esses aspectos ao início do processo de implementação e desenvolvimento da suinocultura.

Consideramos que o Oeste de Santa Catarina é fruto de longas disputas pelo controle e dominação de seu território marcando diferentes relações de poder (RAFFESTIN, 1993). O Tratado de Madri (1750), a Guerra do Paraguai (1864-1870) e a Guerra do Contestado (1912-1916) são alguns

dos principais acontecimentos históricos que tiveram relação direta com a formação da região. A atual configuração da região é resultado desses acontecimentos.

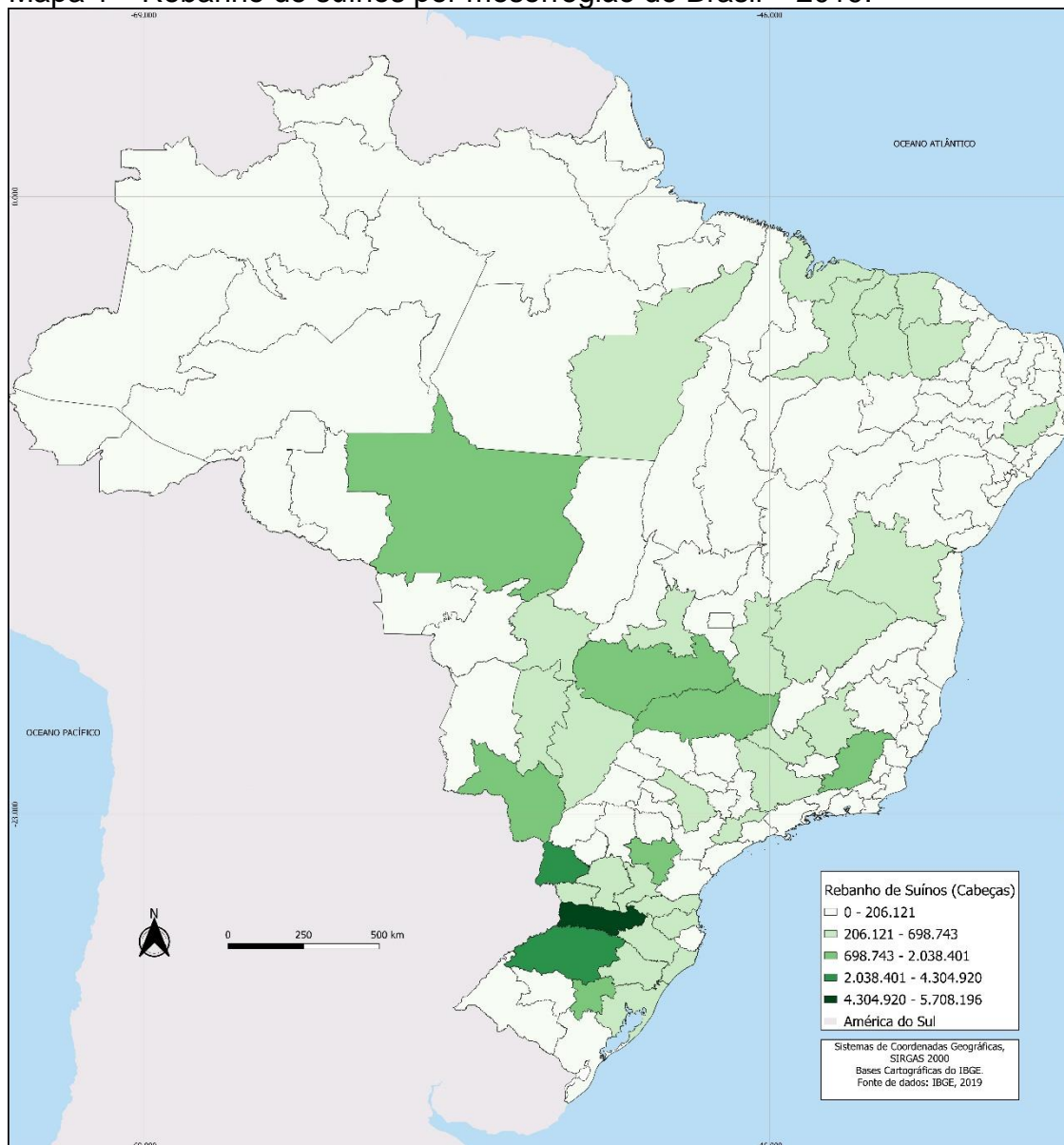
A colonização branca, realizada no século XX por gaúchos descendentes de europeus, foi fundamental para estabelecer uma economia capitalista. Inicialmente, a produção para subsistência com a venda dos excedentes aos comerciantes e, mais tarde, com a produção voltada estritamente à comercialização. No caso da produção de suínos, só foi possível desenvolver a atividade e expandi-la, pela forma como esses colonos se reestabeleceram no local, ou seja, passaram a desenvolver as mesmas práticas econômicas e sociais que já vinham realizando em sua terra natal. Os colonos, que produziam suínos, já desenvolviam a atividade antes mesmo de colonizarem o Oeste. Era uma atividade que já atravessava gerações, e que se organizava em torno da comercialização da banha de porco e do consumo da carne *in natura* pelas famílias de colonos.

Com o passar dos anos, a atividade suinícola da região passou a receber destaque nacional, sendo o Oeste catarinense um dos maiores produtores de carne suína do Brasil. O Estado possuiu papel fundamental nesse processo de desenvolvimento econômico da produção de suínos.

No segundo capítulo, procuramos explicar como a suinocultura foi estruturada e se estrutura, atualmente, na região Oeste, bem como as empresas e suinocultores se organizam, seus modelos de sistemas de produção, destacando a importante participação estatal nesse processo.

O Brasil é o 4º maior produtor de suínos do mundo, com cerca de 3,9 milhões de toneladas de carne produzidas ao ano (USDA, 2020). O Brasil é o único país da América do Sul entre os dez maiores produtores de carne suína (ABCS, 2014). Já Santa Catarina representa a maior produção do Brasil com 27, 9% do total. A mesorregião do Oeste concentra 80% da produção de suínos do estado e o maior rebanho de suínos do Brasil.

Mapa 1 - Rebanho de suínos por mesorregião do Brasil – 2019.



Fonte: IBGE, elaborado por SAGGIORATO, 2021.

Em seguida, já no terceiro capítulo, realizamos uma análise do conceito de redes geográficas destacando a sua formação frente à produção de suínos, como ela se forma, atua, os sujeitos e/ou organizações que se envolvem e/ou são excluídos pela dinâmica produtiva que se configura na atualidade.

As atividades agropecuárias se inserem em um arcabouço de sujeitos e processos organizados em diversas escalas geográficas, desde a produção primária realizada dentro da propriedade, até as realizadas fora da propriedade rural, como o transporte, a industrialização, a distribuição e o consumo.



Dessa forma, organizam-se diversas redes de sujeitos, instituições, organizações e empresas que se interligam em torno das atividades econômicas, nesse caso, a suinocultura atuando direta ou indiretamente, uma sobre as outras, nos impossibilitando de realizar uma análise individual de um processo produtivo ou, até mesmo, de analisar o meio rural por si só. De fato, a forma como as atividades econômicas se organizam nesta segunda década do século XXI, nos faz realizar um estudo mais amplo que envolva a dinâmica econômica, social, política e cultural dos diversos sujeitos que se organizam em torno de uma determinada atividade. Para isso, faz-se necessário compreender a dinâmica das redes geográficas que estão estruturadas em nossa região de estudo.

Corroborando com o pensamento de Castells (2020), que caracteriza redes como sendo: “estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação” (CASTELLS, 2020, p. 554). Além disso, conforme (DIAS, 2017) “A primeira propriedade das redes é a conexidade – qualidade do conexo -, que tem ou em que há conexão, ligação” (DIAS, 2017, p. 148). “Ademais, rede é um conjunto de nós interconectados” (CASTELLS, 2020, p. 554).

No quarto capítulo, procuramos dar destaque à produção de suínos no município de São José do Cedro – SC, que representa o recorte espacial que elaboramos para desenvolver nosso trabalho de campo em estabelecimentos produtores de suínos.

A escolha do município se dá pelo fato de ser nossa terra natal e de vivência, na qual encontramos nossa identidade com essa parte do espaço geográfico, atrelado aos aspectos individuais. Trata-se de um espaço cujas relações são intermediadas pela suinocultura nas dimensões culturais, econômicas, políticas e ambientais.

Realizamos entrevistas com diversos suinocultores do município e, através das informações coletadas, organizamos o quarto capítulo, que possui o intuito de contemplar de forma empírica a revisão bibliográfica realizada nos capítulos anteriores.

O estudo empírico nos possibilitou identificar as mudanças e permanências existentes no território de análise, bem como suas consequências para a população local e regional.

## **CAPÍTULO I**

### **1- FORMAÇÃO TERRITORIAL DO OESTE DE SANTA CATARINA**

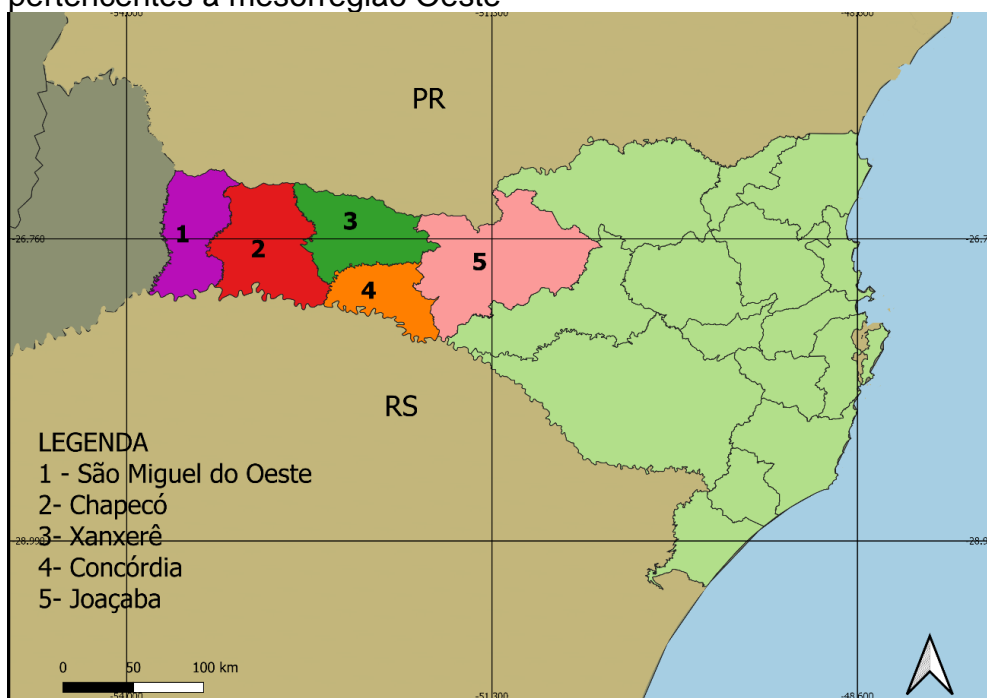
Neste primeiro capítulo, procuramos descrever e analisar os aspectos históricos fundamentais que ocorreram na formação territorial da mesorregião do Oeste de Santa Catarina. Destacando a expulsão e dizimação de indígenas e caboclos ocorridos pelo processo de colonização branca. Esse processo de ocupação realizada por descendentes de europeus, ocorrida na primeira metade do século XX, inseriu na região a dinâmica capitalista. Desse modo, procuramos compreender a dinâmica social, econômica, cultural e política da região para que possamos entender os processos que levaram esse território a se tornar referência nacional na produção de suínos.

O capítulo inicia realizando uma apresentação da região em estudo, seguida pela análise do processo histórico de formação da mesorregião do Oeste e da microrregião do Extremo Oeste. Ademais, buscamos compreender a organização social dos colonos que colaboraram, por intermédio das empresas colonizadoras, na formação econômica regional e pela atuação do Estado.

#### **1.1 - Aspectos Geográficos da Mesorregião do Oeste Catarinense**

A região Oeste de Santa Catarina é uma das seis mesorregiões que formam o estado de Santa Catarina. Possui 117 municípios divididos em cinco microrregiões (São Miguel do Oeste, Chapecó, Xanxerê, Joaçaba e Concórdia).

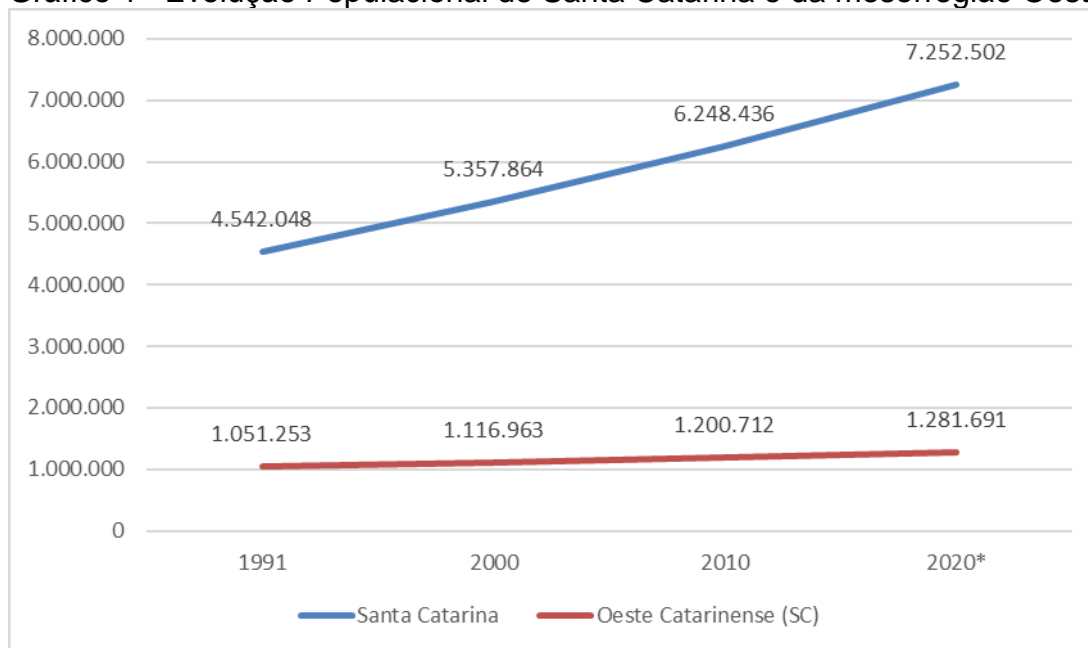
Mapa 2 - Microrregiões de Santa Catarina com destaque para as pertencentes à mesorregião Oeste



Fonte: IBGE, elaborado por BAVARESCO, 2020.

A população da mesorregião Oeste, segundo o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010), representa 1.200.712 habitantes, cerca de 19% da população total do estado que, segundo o mesmo censo do IBGE (2010), corresponde a 6.248.436 habitantes. A densidade populacional é de 44 hab./km<sup>2</sup>. Cerca de 70% da população da mesorregião vive nas cidades (IBGE, 2010).

Gráfico 1– Evolução Populacional de Santa Catarina e da mesorregião Oeste



\*Estimativas populacionais.

Fonte: IBGE – Censos Populacionais e SIDEMS - Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável. Elaborado por BAVARESCO, 2019.

A região Oeste possui 27.275 km<sup>2</sup>, localizando-se no Oeste do estado de Santa Catarina, fazendo limite com a República Argentina ao oeste, com o estado do Rio Grande do Sul ao sul e o Sudoeste do Paraná ao norte.

Mapa 3 - Mesorregiões de Santa Catarina com destaque para o Oeste Catarinense



Fonte: IBGE, elaborado por BAVARESCO, 2020.

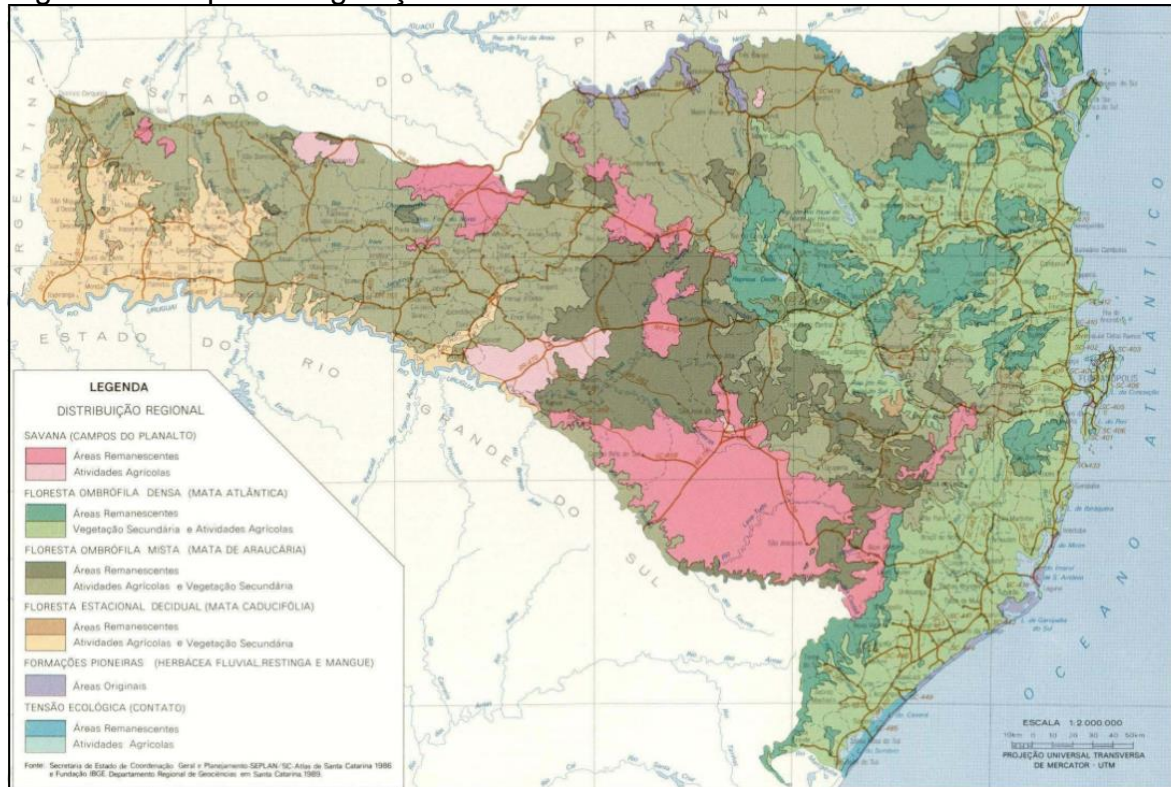
Quanto aos aspectos físicos, o estado de Santa Catarina é dividido basicamente em dois tipos de relevos: o litorâneo, localizado ao leste da serra Catarinense e o Planalto, localizado a oeste da serra, contemplando toda a mesorregião do Oeste e do Meio-oeste. Sobre o relevo, podemos destacar como sendo bastante acentuado, localizado em vales de importantes rios do estado, tais como o rio Uruguai, Peperi-guaçu, das Antas, Chapecó e rio do Peixe.

A região está situada sob o Planalto Catarinense, que vai desde a divisa com a República Argentina até a Serra Catarinense. A altitude média da região é de 599 metros acima do nível do mar.

O planalto de Santa Catarina, banhado pelo rio Uruguai e seus afluentes, que integrou o território do contestado, faz parte da grande área de derrame basáltico da idade jurássica que cobre as formações gondwânicas da bacia do Paraná. É caracterizado, quanto ao relevo, pelas vertentes, escalonadas dos vales dos rios Irani, Chapecó, Antas, Peperi-Guaçu e seus afluentes, que desgastam o planalto [...] (PELUSO JÚNIOR, 1991, p. 286).

Nos aspectos da vegetação destaca-se, em quase todo o território, a Mata das Araucárias, exceto na região do Contestado que possui a presença dos campos.

Figura 1 - Mapa da vegetação do estado de Santa Catarina



Fonte: Atlas escolar de Santa Catarina, 1991. p. 27

A figura 1 representa o mapa retirado do Atlas Geográfico de Santa Catarina, na qual mostra a distribuição da vegetação natural do estado e as áreas com alterações humanas. Nesse sentido, a região Oeste apresenta a Mata das Araucárias como principal vegetação, mas com pequenas áreas de vegetação natural, pois, na atualidade, a maior parte possui atividades humanas e não mais a vegetação original.

## 1.2 Disputas territoriais em Santa Catarina

A região Oeste de Santa Catarina é fruto de longas disputas pela ocupação e controle de seu território. Inicialmente essas disputas ocorreram entre países, no caso Brasil, Paraguai e Argentina, culminando na Guerra do Paraguai. Posteriormente, essa disputa ocorreu entre dois estados da

federação, Paraná e Santa Catarina, resultando, entre outros aspectos, na Guerra do Contestado.

Esses acontecimentos históricos foram fundamentais na configuração que se encontra atualmente a região Oeste, além disso, foram fundamentais nos rumos que a região tomou e nos processos que ocorrem posteriormente.

### **1.2.1- Tratado de Madri e a Guerra do Paraguai**

As disputas pelo território que atualmente compreende o Oeste de Santa Catarina iniciaram-se ainda na era Brasil-Colônia. Naquele período, acirraram-se as tensões entre Espanha e Portugal, que encontravam na região interesses distintos de ocupação e controle estratégico do território. Até a assinatura do Tratado de Madri, em 1750, entre Portugal e Espanha, o território em questão era considerado propriedade da coroa espanhola. Com a entrada do tratado em vigor, a região passou a pertencer à coroa portuguesa. Segundo Piazza (1983), o tratado de Madri, assinado em 13 de janeiro de 1750, continha 26 artigos na qual explanava detalhadamente as características<sup>1</sup> das fronteiras entre as duas coroas no território disputado. Em suma, definiu-se que as terras a oeste do rio Peperi-guaçu pertenceriam à Espanha e ao leste a Portugal.

Durante os dois séculos que sucederam o Tratado (XVIII e XIX), a região foi praticamente inexplorada, sendo apenas território de passagem de bandeirantes e tropeiros que faziam o caminho dos campos de Palmas até a campanha gaúcha. Além do mais, a região abrigava diversas tribos indígenas<sup>2</sup> como os *Guaranis* e os *Caingangues*.

As penetrações no território do Oeste Catarinense são antigas. Bandeirantes atravessaram-no no século XVII e a comissão mista de Portugal e Espanha e percorreu para localização dos limites entre a colônia das duas potências europeias. Os índios caingangues, que esporadicamente percorriam a região, nela passaram a viver após a destruição dos aldeamentos jesuítas das Missões (PELUSO JÚNIOR, 1991, p. 287).

---

<sup>1</sup> Segundo o autor, o Tratado de Madri trazia detalhado em seus documentos as características dos limites territoriais, sendo elas especialmente físicas, como o relevo, a hidrografia e a vegetação, na qual facilitou o trabalho dos comissários que faziam o reconhecimento das fronteiras.

<sup>2</sup> Tendo em vista a dimensão deste trabalho, não trataremos das questões indígenas. Para isso, verificar os trabalhos de D'ANGELIS (1989).



O século XIX, especificamente na década de 1860, é considerado um marco na formação territorial da região, pois nesse período, de 1864 a 1870, ocorria a Guerra do Paraguai entre Paraguai e Brasil com o apoio da Argentina e Uruguai. É considerada a disputada armada mais emblemática da história do Brasil e da América do Sul. Piazza (1983) destaca que os principais motivos que levaram à disputa por parte do Paraguai seriam a busca pelos territórios perdidos para a Argentina e Brasil com os acordos diplomáticos como o Tratado de Madri, além da preocupação com a soberania de seu país e a desconfiança que tinham do real interesse de suas nações vizinhas naquela região.

A partir dessas considerações gerais, fácil é deduzir que, o relacionamento entre essas nações resultava em um complexo jogo de interesses, cujo encadeamento histórico estabeleceu as condições que determinaram a eclosão da guerra, é assim imprescindível salientar os fatos antecedentes que serviram de palco para o maior conflito da América do Sul (PIAZZA, 1983; p.452).

A guerra gerou transformações significativas no quadro social e econômico de Santa Catarina, principalmente no avanço da área das comunicações, pois verificou-se, como destaca Piazza (1983), a instalação do primeiro sistema de correios e das primeiras linhas de telégrafo, mesmo que ainda precárias e abrangendo apenas a região litorânea do estado. Além do mais, iniciaram-se os trâmites para a construção das primeiras redes de ferrovias e, por consequência, a necessidade de produção de combustíveis para atender a demanda da navegação a vapor e das locomotivas ferroviárias. Nesse período, também foram abertas as primeiras minas de extração de carvão mineral no estado.

Esses avanços nas comunicações e nos transportes possibilitaram ao estado de Santa Catarina atingir um novo nível de desenvolvimento econômico e social, tornando viável a expansão da colonização para novos territórios como Vale do Itajaí, Sul Catarinense, Região Serrana e, mais tarde, a região Oeste, que até então se resumia à região litorânea.

### **1.2.2- Os limites entre Paraná e Santa Catarina e a Guerra do Contestado**

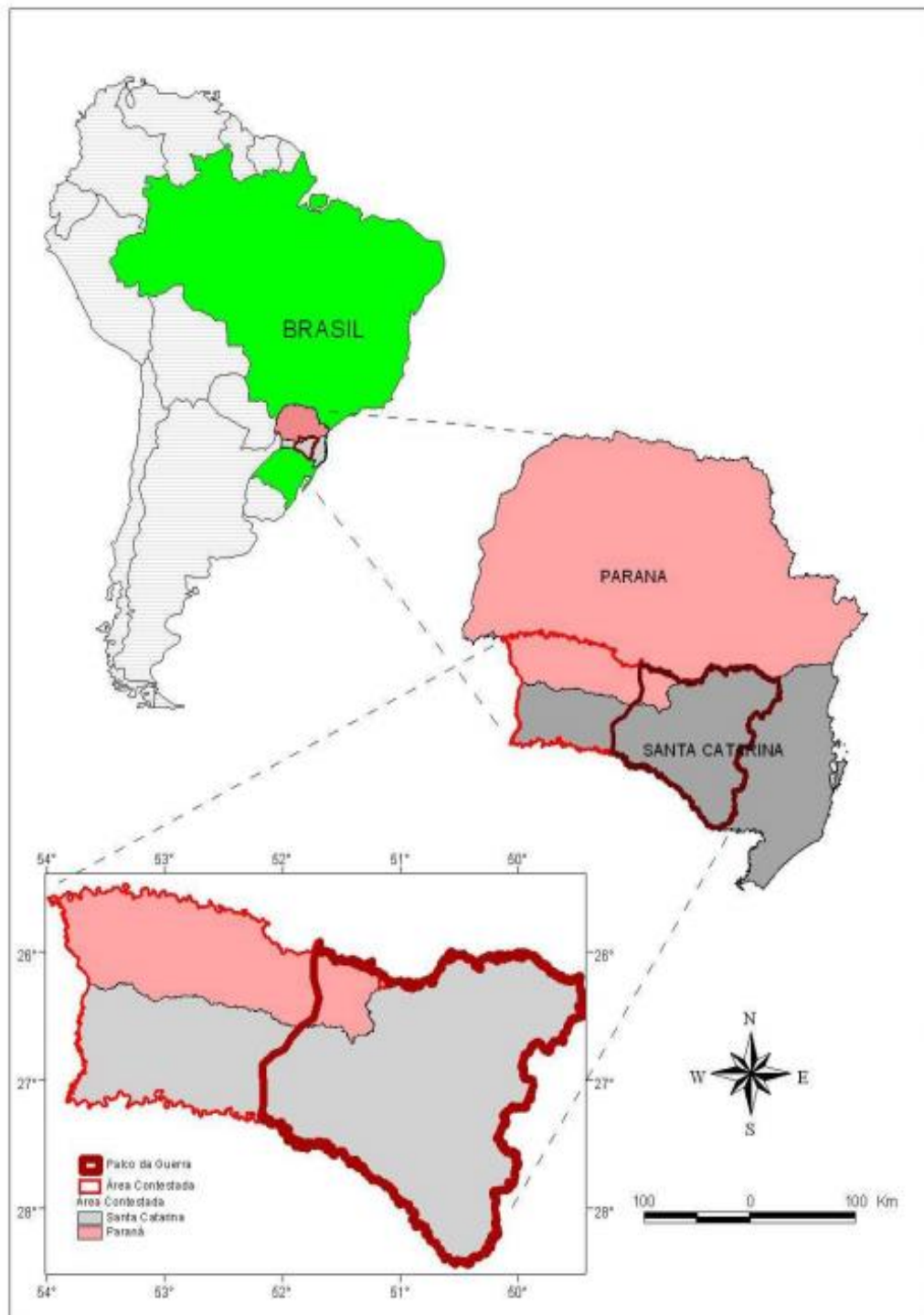
O século XX é marcado por um novo conflito territorial em Santa Catarina. Novo em termos de escala geográfica, mas velho no quesito de tempo, pois era um conflito que já se arrastava por décadas, mas que desta vez era disputado entre grupos do mesmo Estado-Nação.

Com a criação da Província do Paraná, em 1853, o governo provincial passou a contestar a região (atual mesorregião do Oeste catarinense) como sendo parte do território do Paraná. A província de Santa Catarina rebateu e as brigas nos tribunais e nas Assembleias Legislativas, bem como no governo federal se intensificaram durando todo o restante do Governo Imperial até a instauração da República.

Segundo o autor

A chamada região “contestada”, entre as Províncias do Paraná e Santa Catarina, litígio que se prolonga desde antes da criação da Província do Paraná, em 1853, até o período republicano, é uma área que abrangia todo o planalto meridional entre os rios do Peixe e Peperi-guaçu, bem como boa parte do atual planalto sedimentar norte catarinense e extremado, ao sul, com zona de influência das fazendas de criação de Lages, o que equivale, em termos atuais a 50% do território catarinense (PIAZZA, 1983; p. 580).

Mapa 4 - Localização da Região do Contestado



Fonte: FRAGA, 2006. p. 30

Devido à indefinição da região por parte de qual das Unidades da Federação iria pertencer, o território se encontrava em total abandono por parte do Estado. Não havia instrução, não havia sequer assistência religiosa. “Nenhum dos Estados contestantes se animava em promover o adiantamento

da região, que, de uma hora para outra, poderia passar a integrar o território da parte oposta” (CABRAL, 1970. p.297).

A população estava à mercê de sua própria sorte, sem assistência governamental e sem amparo. Não eram proprietários das terras que cultivavam, apenas posseiros. A miséria se alastrava e se intensificava, levando ao descontentamento da população e, mais tarde, à revolta.

lam então com seus poucos haveres, instalar-se nessas terras de ninguém, escondendo-se a sua miséria nas canhadas das serras, onde viviam da caça, das pequenas roças cuidadas em geral pelas mulheres, do corte da congonha que iam vender aos *ervateiros* e seus intermediários e de outras atividades menores que lhes davam um pouco e insuficiente ganho, que empregavam no sal, na pólvora, no querosene ou em uma ou outra utilidade imprescindível. (CABRAL, 1970, p. 297. Grifo nosso)

Em 1910, após o término da construção da ferrovia que ligava São Paulo ao Rio Grande do Sul, passando pela região do Contestado, os povos que haviam se dirigido para trabalhar em sua construção acabaram por se instalar às margens da ferrovia, tornando-se posseiros de pequenas faixas de terras, e possuindo apenas uma economia de subsistência. As terras em que os antigos trabalhadores da estrada de ferro se instalaram pertenciam a Companhia Construtora que, segundo relata Cabral (1970), possuía um contrato com o Estado que concedia as terras a 15 quilômetros de cada lado da ferrovia. Esse fator veio a desalojar os ocupantes que não possuíam nenhum título legal de propriedade das terras.

Mapa 5– Região de Santa Catarina cortada pela Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande do Sul



Fonte: ESPIG, 2012.

Essa situação marginalizada de abandono por parte do Estado intensificou as revoltas populares. Ademais, fatores religiosos ligados à fé ao monge José Maria, a desapropriação dos posseiros de suas terras e o ataque ao sistema republicano foram os fatores que levaram a Guerra do Contestado (CABRAL, 1970), que iniciou em 1912.

[...] a ideia restauradora prendia-se a convicção dos sertanejos de que a monarquia fora o regime que reconhecera uma religião do Estado – e o regime republicano fora o que perseguia o Monge em Curitiba e o atacara no Irani; a República fora o governo que entregara as terras ocupadas pelos nacionais a uma companhia estrangeira que

os expulsara; era o regime da injustiça social que os colocara à margem, que os abandonara (CABRAL, 1970, p. 304).

A companhia responsável pela estrada de ferro, a *Brazil Railway Company*, apoiada pelos governos estaduais de Santa Catarina e Paraná, além do Governo Federal, atacaram brutalmente os caboclos posseiros gerando grande contingente de perdas de vidas, casas e propriedades. Estimasse que cerca de 10 mil caboclos tenham perdido sua vida na guerra, dentre eles homens, mulheres, velhos e crianças (FRAGA, 2006). A guerra perdurou até 1916 com a assinatura do acordo de fronteiras entre Santa Catarina e Paraná.

Em 20 de outubro de 1916, os presidentes das províncias de Santa Catarina e Paraná assinaram, no Palácio do Catete juntamente com o presidente da República Wenceslau Braz, o acordo que dava ao fim a disputa territorial entre os dois estados. O acordo definiu a restituição do território para o estado de Santa Catarina uma área que representava cerca de 28.700 km<sup>2</sup> de terras (CABRAL, 1970).

Os limites resultantes do acordo foram demarcados por uma comissão chefiada pelo general Antônio de Albuquerque e Sousa e teve como representantes de Santa Catarina o Major de Engenheiros Gustavo Lebon Régis, o Capitão-Tenente Lucas Alexandre Boiteux e o Tenente Antônio Cerqueira de Sousa, da Marinha, tendo desempenhado com critério e exatidão a incumbência [...] (CABRAL, 1970, p. 324).

Com o término da Guerra e a assinatura dos acordos entre os dois estados contestantes, marcou-se o fim das disputas fronteiriças na região, tornando sob julgo do estado catarinense os 95.346 km que atualmente formam o estado. Esses eventos foram fundamentais na formação territorial do Oeste catarinense e de todo o estado, resultando no processo colonizador que se sucedeu no século XX, e que analisaremos a seguir.

### **1.3 As companhias colonizadoras e a formação territorial do Oeste catarinense no século XX**

Até o início do século XX (1900 a 1920), o Oeste catarinense era marcado pelo vazio populacional, escassamente povoado, apenas com a presença de povos indígenas e caboclos posseiros. Era uma região

desprovida de qualquer infraestrutura básica como, por exemplo, as vias de circulação. A população vivia isolada em grandes áreas afastadas das regiões em que se processavam transações comerciais. A economia de subsistência dominava em todo o território, mesmo no trecho mais povoado, na bacia do rio Chapecó (PELUSO JÚNIOR, 1991).

Na tabela abaixo verificamos os números da população de alguns dos principais distritos da região que na época pertenciam à Região Militar de Chapecó, comprovando a baixa densidade populacional no início do século XX.

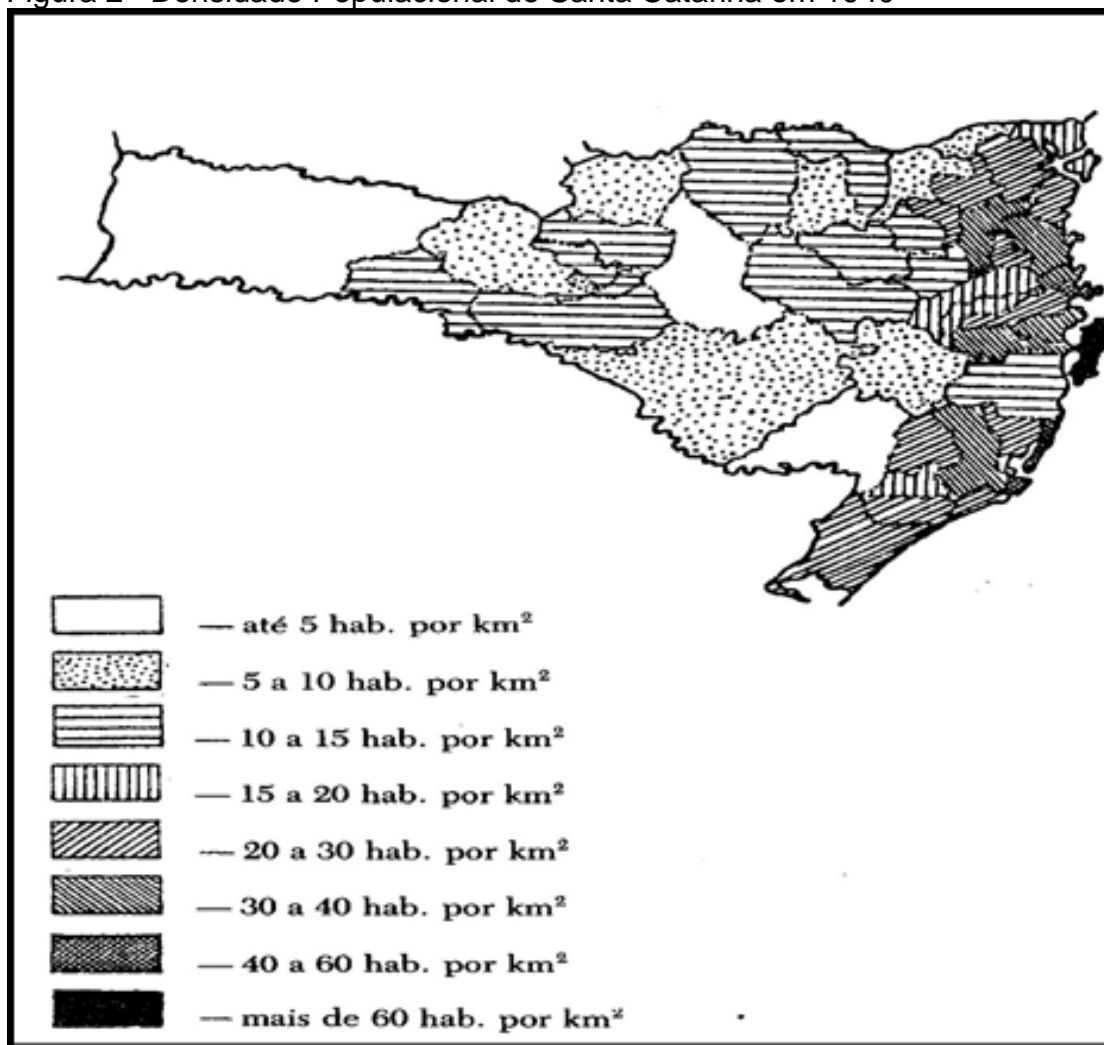
Tabela 1 – População do Oeste Catarinense em 1920 – Municípios pertencentes à Chapecó

<b>Distritos</b>	<b>População</b>
Xanxerê	2.115
Faxinal dos Guedes	771
Caxambu do Sul	2.445
Chapecó Grande	2.943
Passo Bormann	1.120
Campo Erê	520
Dionísio Cerqueira	1.401
<b>TOTAL</b>	<b>11.315</b>

Fonte: PELUSO JÚNIOR, 1991, p. 293. Reelaborado por BAVARESCO, 2020.

Ao estudar a densidade demográfica de Santa Catarina, o geógrafo Victor Antônio Peluso Júnior (1991) retrata, na figura que podemos verificar a seguir, o vazio populacional da região Oeste até os anos de 1940. Nesse período, ainda não havia se iniciado a fase mais intensa da colonização com descendentes de europeus para a região, que ocorreu de forma mais intensa a partir da década de 1940.

Figura 2– Densidade Populacional de Santa Catarina em 1940



Fonte: PELUSO JÚNIOR, 1991. Reelaborado por BAVARESCO, 2019.

Em 1940 viviam cerca de 45.000 pessoas na região (WAIBEL, 1958). Com a intensificação da colonização capitalista nessa mesma década houve, por consequência, um considerável aumento populacional, surgindo novas vilas e distritos que posteriormente tornaram-se municípios. Assim, verificamos que nos anos de 1950 a 1960, a população regional cresceu mais de 300%, como podemos verificar na tabela abaixo.



Tabela 2 – População dos principais municípios do Oeste Catarinense em 1950 e 1960

<b>Municípios</b>	<b>1950</b>	<b>1960</b>
Chapecó	2.633	8.564
Abelardo Luz	118	856
Campo Erê	91	363
Dionísio Cerqueira	277	1.471
Fachinal dos Guedes	542	701
Itapiranga	780	1.044
Mondaí	657	1.439
Palmitos	881	1.883
São Carlos	671	1.255
São Domingos	61	*
Xanxerê	1.311	3.973
Xaxim	1.329	1.721
Cunha Porã	*	750
Descanso	*	378
Maravilha	*	1.203
São José do Cedro	*	1.251
São Miguel do Oeste	*	1.747
São Lourenço do Oeste	*	1.183
<b>TOTAL</b>	<b>9.351</b>	<b>29.782</b>

Fonte: PELUSO JÚNIOR, 1991, p. 296 e 299. Reelaborado por BAVARESCO, 2020.

A economia regional, até o início do processo de colonização capitalista, resumia-se praticamente na produção para subsistência, com poucos produtos destinados ao consumo em outras regiões, baseando-se apenas na extração da madeira e da erva-mate para comercialização.

Fazendeiros e posseiros marcaram a ocupação do território com economia de subsistência. O aproveitamento da área dentro da economia monetária foi realizado por outra população que nela foi introduzida no século XX – descendentes de imigrantes italianos e alemães dos velhos núcleos coloniais do estado do Rio Grande do Sul (PELUSO JÚNIOR, 1991, p. 289).

Com a colonização realizada pelas companhias colonizadoras e pelos colonos gaúchos, o modelo econômico, até então vivido, sofreu significativas transformações. As atividades de extrativismo como a madeira e a erva mate ficaram em segundo plano, abrindo espaço para o modelo capitalista de produção, pautado na produção agrícola familiar de pequenas propriedades. O processo colonizador inseriu na região o capitalismo, expandido de outras

regiões do Brasil (ALBA, 2008). É importante destacar que o modelo instaurado na região não foi em seus primórdios capitalista em sua essência. Os colonos dedicaram, em um primeiro momento, à produção para subsistência da família, e o extrativismo da madeira para a edificação da propriedade e abertura das primeiras lavouras e, posteriormente, à produção voltada ao comércio.

O processo de colonização do Oeste de Santa Catarina se insere em um momento que o Brasil vivia inúmeras transformações políticas, com a instauração da República, sociais, com as migrações em massa de povos europeus, e econômicas, com a crise do café e a falta de produção para o consumo interno.

Com isso, o governo brasileiro procurou dar maior atenção à organização populacional do território com a definitiva ocupação de regiões estratégicas e do interior do país que se caracterizava como um grande vazio populacional. Conforme destaca Piazza (1983), durante os primeiros anos do regime Republicano o governo procurou dar maior incentivo à colonização do país. Foi através do decreto nº 163, de 16 de janeiro de 1890, que foram criadas e regulamentadas diversas colônias nacionais, além de diversos decretos legislativos que tornaram oficiais os processos de colonização, tanto os organizados pelo Estado como por empresas colonizadoras particulares. A partir da implementação dessas leis, ficou regulamentado o trabalho das companhias colonizadoras que, no início dos anos de 1910, passaram a comandar o processo de colonização do Oeste de Santa Catarina.

[...] no Brasil quase não houve colonização espontânea. Logo, desde o princípio até hoje, a colonização no Brasil tem sido sempre organizada, planejada, subvencionada e dirigida por alguém: pelo governo federal, das províncias ou estados, e dos municípios, companhias particulares ou proprietários de terras individualmente (WAIBEL, 1958, p. 213-214 *grifo nosso*).

O processo, financiado pelo Estado brasileiro através das companhias colonizadoras, fora responsável pela ocupação e organização econômica, política, social e cultural do território do Oeste catarinense.

Adquirindo terras do governo catarinense, da Brazil Development and Colonization Company e de particulares já

legalizadas, empresários riograndenses realizaram a colonização do Oeste Catarinense. Correntes de povoamento originadas nos municípios gaúchos que haviam surgido da expansão dos núcleos coloniais de imigrantes italianos e alemães instalados no século passado, colonizaram o vale do rio do Peixe, através da linha férrea, e o território do município de Chapecó, passando por Goio-En ou descendo afluentes do rio Uruguai e seguindo por este rio até as terras da Companhia Territorial Sul Brasil, Companhia Chepecó-Peperi, Sociedade União Popular do Rio Grande do Sul, Empresa Ernesto F. Bertaso, Empresa Irmãos Lunardi e outras (PELUSO JÚNIOR, 1991, p. 289).

As empresas responsáveis pela colonização eram tanto de capitais nacionais, originárias principalmente do Rio Grande do Sul e de capital estrangeiro, como a empresa norte-americana *Brazil Development and Colonization Company* que colonizou a região do contestado.

Elas tinham como objetivo expandir o processo colonizador na região com uma população de descendentes europeus, em suma, italianos e alemães como já fizera um século antes no estado gaúcho. A colonização do Oeste era pautada em um empreendimento de caráter econômico, em que os empresários donos das colonizadoras se basearam na experiência da implementação dos núcleos coloniais de seu estado, investindo grande montante de capital em Santa Catarina. Esse processo foi diferente do até então vivido com as colônias militares implementadas no século anterior, que possuíam apenas o objetivo de garantir a posse da terra, (PELUSO JÚNIOR, 1991) mas sendo um processo de expansão capitalista para o interior do país (ALBA, 2008).

Para o governo, a colonização é a política de povoamento e desenvolvimento de áreas desabitadas. Este tipo de colonização depende, em grande parte, de fatores políticos, que frequentemente são instáveis e interferem com uma sã administração das colônias. Para uma companhia particular, colonização quer dizer negócio; ela quer ganhar dinheiro e é certo que o ganhará se conseguir uma boa qualidade de terra, e gente também de boa qualidade. A administração se baseia estritamente em princípios econômicos e, em circunstâncias normais, não é prejudicada por interferência política. Esta é a razão pela qual as companhias particulares foram tão bem sucedidas na colonização do sul do Brasil, e Santa Catarina foi a região em que o princípio foi aplicado pela primeira vez em larga escala (WAIBEL, 1958, p. 217-218 – *Grifo nosso*).

Pautado na organização fundiária da pequena propriedade rural mercantil, caracterizou-se em uma nova forma de organização econômica, social, política e cultural diferente da que até então se observava (ALBA, 2008).

É importante observar que a colonização feita na região Oeste, nesta época, foi a colonização em tempo do capital, isto é, o capital - enquanto modo de produção - já se apresentava na sua “forma madura”. A região Oeste, neste sentido, foi apenas o receptáculo de novas relações de produção. Novas para a região; no entanto, relações velhas que buscavam a expansão para novos espaços que pudessem dar continuidade à acumulação capitalista que já vinha se realizando em outros locais, como no Rio Grande do Sul (ALBA, 2008; p. 23).

Os imigrantes, na sua maioria, possuíam situação econômica dificultosa. Sem muitos recursos adquiriram as terras<sup>3</sup> das companhias colonizadoras e iniciaram suas atividades. A íntima relação dos imigrantes com o trabalho agrícola, observada no Rio Grande do Sul, estendeu-se à experiência que estes realizaram no Oeste catarinense, desenvolvendo a policultura, que foi base para o sustento familiar (RADIN, 2001). Por esse fator cultural a maioria dos imigrantes manteve a atividade agrícola como base econômica.

Os colonos<sup>4</sup> se dedicaram primeiramente ao cultivo de produtos vegetais para o consumo familiar, tais como o feijão, o arroz, a mandioca, a batata e o milho. Pelo fato de a região possuir um solo fértil e precipitações anuais regulares, que são requisitos para se obter boas safras desses produtos agrícolas, passou-se a gerar excedente na produção, principalmente a de milho, já que o consumo desse produto pelas famílias era baixo. Desse modo, inicia-se a criação de animais para consumo do milho, dentre esses, os suínos, tornando a pecuária outra atividade importante para o sustento da família.

A produção de suínos já era uma atividade praticada pelos colonos ainda nas antigas colônias do Rio Grande do Sul e continuou sendo

---

<sup>3</sup> As terras destinadas à colonização eram divididas em lotes, na qual cada lote representava uma colônia que abrigaria uma família. Cada colônia media cerca de 24,2 hectares de terra.

<sup>4</sup> Conceito atribuído aos imigrantes gaúchos que participaram do processo de colonização do Oeste de Santa Catarina e que se dedicavam a produção agropecuária.

desenvolvida em Santa Catarina. A suinocultura foi umas das primeiras atividades com cunho econômico e comercial desenvolvida pelos imigrantes. O comércio da banha foi uma importante atividade comercial [...] “era, economicamente, fundamental para os colonos”. (PLEIN, 2005, p. 86).

Conforme Goularti Filho (2016), no Censo Econômico de 1905, os produtos alimentícios representavam cerca de 30,82% do valor da produção de Santa Catarina, sendo que o beneficiamento da banha de porco representava 12,1%. Isso mostra a importância econômica da região Oeste ainda no início do processo de colonização, já que a produção de banha era realizada essencialmente nessa região. Essas atividades agrícolas mercantis, tais como a banha e a madeira, formaram o primeiro núcleo gerador de acumulação capitalista (GOULARTI FILHO, 2016).

O sistema colônia-venda e a exploração da mão de obra de expropriados deram condições para a formação de um mercado interno que se desdobrava e se ampliava. Mesmo no regime de pequenos proprietários, surgem pequenos capitalistas que acumulam mais e passam a subordinar os mais frágeis. Essa subordinação ocorreu em virtude da diferenciação social que se desenvolveu dentro da pequena propriedade (GOULARTI FILHO, 2016, p. 90).

As atividades comerciais já eram importantes, economicamente, ainda na primeira metade do século XX. Elas foram o pilar para a acumulação capitalista da região e formação dos primeiros frigoríficos (GOULARTI FILHO, 2016). As atividades comerciais tiveram impactos sociais significativos já que foram responsáveis pelas primeiras e mais expressivas diferenciações sociais entre os colonizadores. Em suma, o capital que possibilitou o desenvolvimento da agropecuária na região e principalmente da suinocultura, teve origem da atividade mercantil (GOULARTI FILHO, 2016).

### **1.3.1 – A organização social dos imigrantes**

A organização social baseou-se na formação de pequenos núcleos e vilas comerciais cercadas por inúmeras propriedades agrícolas. Sem instituições instaladas e com a presença escassa do Estado, os imigrantes que constituíram a região, tiveram de buscar soluções para a criação de espaços de lazer e de serviços de uso público. Diante disso, realizaram a

construção das primeiras escolas, hospitais, comércios e igrejas, muitas vezes com recursos próprios sem auxílio governamental ou das companhias colonizadoras.

Figura 3 – Formação dos primeiros núcleos urbanos na região do Extremo Oeste – Sede do município de São José do Cedro em 1956



Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, 2015.

A Igreja teve um papel fundamental como instituição que, nos primórdios da colonização, organizou as atividades sociais da comunidade. As dificuldades nas novas terras eram imensas fazendo com que os imigrantes se tornassem solidários, estabelecendo certa integração, tanto no viés social quanto no econômico (RADIN, 2001). “Sendo que esta organização social local, com fortes relações de solidariedade vicinal, foi indispensável à sobrevivência das famílias de colonos em uma região isolada e com densas florestas, muitas vezes, habitada por índios” (PLEIN, 2005, p. 84).

Este importante aspecto da organização social da colônia pode ser observado pela prática da troca de produtos entre as famílias, especialmente por ocasião do abate de animais,

como suínos e gado. Enquanto não surgia a geladeira, para conservar a carne suína, por exemplo, fazia-se um pré-cozimento e depois se conservava a carne num recipiente, imersa na banha. Mesmo assim, parte dela era distribuída entre os vizinhos, que oportunamente retribuía. Esta prática, comum à sua organização econômica e social, também se estendia a outras situações do seu cotidiano (RADIN, 2001. p. 104).

Até mesmo as diferenças culturais não foram consideradas empecilhos na solidariedade entre os imigrantes. Oriundos de etnias diferentes, como alemães e italianos e de religiões distintas, como católicos e protestantes, passaram a conviver normalmente e imbuídos do espírito comunitário.

Percebe-se a importância da etnia e da religião na vida em comunidade. Nesse caso, apesar de serem de uma religião e etnia diferentes, não houve problemas do ponto de vista da solidariedade, uma vez que eram comuns os mutirões e as trocas de dias de serviço entre vizinhos. Entretanto, inicialmente, eram muito difíceis os casamentos entre pessoas de etnia e religião diferentes (PLEIN, 2005, p. 96).

As famílias dos colonizadores eram, em sua maioria, compostas por um casal de 20 a 30 anos, de descendência europeia, com um número elevado de filhos. A alta natalidade era importante, já que o sustento da família dependia da mão de obra familiar, e o alto número de filhos garantia isso.

Figura 4– Grupo familiar de colonizadores da região Oeste – Família Bavaresco em 1968



Fonte: Acervo do autor, 2020.

A organização social, política e cultural estava enraizada em laços familiares, compreendendo uma forma de organização, do trabalho e da produção, baseada a família, ligado por laços de parentesco e consanguinidade, sobre uma pequena propriedade de terra (PLEIN, 2003).

Nesse sentido, acredita-se que até o final dos anos 1960, a forma familiar de produção, da região Oeste de Santa Catarina, pode ser caracterizada pelo modo de vida colonial, ou seja, a agricultura colonial, onde a unidade de produção familiar era formada pelo colono e sua família. O acesso à propriedade da terra se dava pela herança ou pela compra, avançando na fronteira agrícola. Nesse sistema, prevalecia a policultura com o objetivo principal de subsistência ou autoconsumo. A forma de trabalho era familiar e suas relações com o mercado eram esporádicas e precárias, com forte atuação de intermediários (PLEIN, 2003, p. 36).

Devido à organização fundiária estar estruturada na pequena propriedade rural desde o início da colonização e a organização do trabalho ser em suma familiar, o trabalho era considerado para os colonos como um compromisso de todos da família, independente de idade e sexo, todos participavam do trabalho na propriedade, pois acreditavam que pela



capacidade de seu trabalho poderiam garantir um futuro melhor para a família (RADIN, 2001).

De acordo com Radin (2001), observava-se uma divisão muito clara do serviço familiar no estabelecimento agropecuário. A administração da propriedade, a produção, a lavoura, a gerência nas questões como o que plantar, como plantar e onde plantar eram consideradas trabalho pesado e de responsabilidade dos homens. Já para as mulheres, cabia-lhes a responsabilidade em preparar os alimentos, cuidar da casa, dos animais domésticos, fazer o queijo, tirar o leite da vaca, cuidar da horta e dos filhos, trabalhos esses considerados leves. Os filhos também assumiam determinadas atividades desde muito cedo, como tratar os animais, limpar estábulos e chiqueiros, sendo que quando atingissem dez anos já acompanhavam os pais no trabalho na roça.

Conforme Paulilo (1987), existe uma distinção entre os trabalhos na propriedade, na qual existem aqueles considerados “leves” e os considerados “pesados”. Os homens são responsáveis pelo trabalho mais pesado na propriedade, por acreditar-se que sua condição física, geralmente superior a das mulheres, os fazem qualificados para essas atividades. Já as mulheres ficam incumbidas do trabalho considerado mais leve, por serem mais “fáceis” de realizar. Mas, na verdade, essa divisão ocorre não pelas características de cada trabalho, mas sim por quem as realiza. São “leves” as atividades que se prestam à execução por mão-de-obra feminina ou infantil (PAULILO, 1987, p. 3). Portanto, “leve” e “pesado” são categorias do trabalho que variam do sexo de cada trabalhador e das condições de exploração da terra em cada região agrícola (PAULILO, 1987), ou seja, existem trabalhos considerados leves nas fazendas de cana-de-açúcar no Nordeste brasileiro que não são considerados leves nas propriedades do Sul do Brasil, e vice-versa.

A questão central nesse debate é que a qualificação do trabalho nos estabelecimentos agrícolas do Oeste de Santa Catarina, tal como na maioria das regiões do país, está pautada essencialmente em questões econômicas e de gênero, e não biológicas como o físico humano. Classifica-se o trabalho de acordo com a rentabilidade econômica disso, e determina-o como “leve ou “pesado” pelo sexo do trabalhador. Portanto, o trabalho é “leve” não por suas

próprias características, mas pela posição que seus realizadores ocupam na hierarquia familiar (PAULILO, 1987).

A divisão sexual do trabalho já era nítida no período, pois além de sua formação ser histórica, está pautada em uma estrutura que vai além do viés econômico dessa população, é, na verdade, cultural. Por esse fato, atravessou gerações e, na atualidade, encontramos essa estrutura com praticamente as mesmas condições sociais de divisão sexual do trabalho vividas no início do século XX.

Nesse sentido, verificamos que as mulheres estavam obrigadas a enormes jornadas de trabalho, já que além de todas as suas responsabilidades na propriedade, ainda participavam nas atividades da lavoura, criação de animais e na derrubada da madeira.

#### **1.4 – Atuação do Estado no desenvolvimento regional**

O processo colonizador trouxe para a região um montante populacional significativo. As empresas colonizadoras tiveram um papel central nesse processo em que a atuação do Estado estava ligada, pelo menos nos primórdios da ocupação capitalista, de forma indireta.

Consideramos uma atuação estatal indireta pelo fato de que o Estado “terceirizou” para as companhias colonizadoras, na sua maioria de capital privado, o processo de organização e estruturação da dinâmica econômica, social, política e cultura da região Oeste catarinense. Desse modo, apesar de existir a intensão geopolítica do governo, tanto estadual quanto federal em ocupar regiões com vazio populacional, organizando uma estrutura produtiva e social que garantissem a dominação de regiões distantes do centro econômico e político do território brasileiro, a atuação estatal, pelo menos nos primórdios da colonização do Oeste catarinense, no quesito de garantir infraestrutura básica e fundamental para os estabelecimentos dos colonos na região, foi, conforme PELUSO JÚNIOR (1991), precária e em muitos casos nula.

O que se verificava na região nesse período era uma fraca e quase inexistente ligação da capital estadual ao interior do estado, dificultando assim transações econômicas do litoral em direção ao Oeste. Portanto, nessa

região, a formação social e econômica direcionou-se do Sul, das terras gaúchas, nas quais, influenciou de forma considerável na formação da região Oeste catarinense, não só pelos fortes laços comerciais, mas pelas relações culturais e sociais que se estabeleceram. Desse modo, podemos considerar que os moradores do Oeste catarinense possuem mais características gaúchas do que catarinense, podendo até mesmo, de certo modo, chamá-los de gaúchos em terras catarinenses.

Diante disso, em 1929, ocorreu a visita do governador do estado de Santa Catarina à região Oeste. O então chefe do estado Adolfo Konder, acompanhado de uma comitiva do governo estadual, realizou uma visita de reconhecimento pelo território do Oeste catarinense. Foi a primeira vez que representantes do mais alto escalão do governo do estado estiveram presentes na região e puderam perceber o descaso do governo, que por mais que houvessem alguns investimentos das companhias colonizadoras e dos próprios colonizadores, era totalmente escasso de infraestrutura, sem estradas adequadas, redes de comunicações, escolas e hospitais. A precariedade na infraestrutura era tão grande que não havia nenhuma ligação da capital do estado com a região, fazendo com que as poucas rotas de comércio fossem feitas em direção ao norte e ao sul com os estados vizinhos do Paraná e Rio Grande do Sul, especialmente pela estrada de ferro São Paulo – Rio Grande do Sul, que possibilitou “o escoamento da produção, especialmente de porcos, que eram levados para São Paulo. Assim, essa zona pioneira não foi desbravada a partir do litoral, mas a partir do Sul, exportando seus produtos para um mercado distante, localizado ao norte” (PLEIN, 2005, p. 90).

Sensibilizado com as dificuldades da região e temendo novas disputas territoriais, o governo Konder passou a desenvolver inúmeras obras de infraestrutura, como a construção de estradas e redes de comunicação, além de instaurar sedes institucionais do governo. A maioria delas instalada no nascente município de Chapecó que se expandiu e tonou-se um centro de serviços para a população regional.

Chapecó era lugar central semelhante às demais sedes das colônias, levando sobre elas a vantagem, desde 1931, de ser sede do município de comarca, oferecendo também, desta

forma, serviços administrativos que forçavam numerosas pessoas da região a visitá-la (PELUSO JÚNIOR, 1991, p. 293).

Conforme a região se desenvolvia, o papel do Estado passou a ser significativo e cada vez mais frequente. Com o advento da industrialização no Brasil e, por consequência, mesmo que mais tardar, no Oeste catarinense, a dinâmica econômica se tornava cada vez mais complexa. A política nacional desenvolvimentista e com forte atuação do Estado nas relações econômicas, tornaram a instituição estatal um importante agente.

A região que se ascendia com as agroindústrias, principalmente de carne suína, recebeu importantes ações estatais. Essas foram fundamentais para a expansão capitalista no campo, especialmente por possibilitarem que o capital industrial penetrasse em mais um setor econômico, a agricultura que ainda não havia sido adequadamente explorada. Através dessa nova ação do capital, não ocorreu apenas a sua expansão, mas acima de tudo a reprodução do modo de produção capitalista, através de novas relações burguesas que se estabeleceram entre agricultores, empresas e Estado (ALBA, 2008).

Alba (2008), destaca cinco fatores de fundamental importância da atuação do Estado. A pesquisa e extensão rural, o financiamento agrícola e industrial, a construção de infraestrutura, a fiscalização e controle da sanidade animal, além do envolvimento político dos donos do capital industrial. Esses itens beneficiaram a região, as agroindústrias e possibilitaram a expansão do capitalismo no campo.

A participação dos empresários, donos das maiores agroindústrias da região na política do estado, possibilitou a drenagem de grande montante de recursos do governo para a região e principalmente para as agroindústrias. Com a acumulação de capital realizada por eles através das atividades comerciais e, posteriormente, com a fundação dos frigoríficos, foi possível que esse pequeno número de empresários conseguisse, através de seu poder econômico e político, dominar grande parte do restante populacional da região que passou a depender direta ou indiretamente de suas ações, tanto empresariais quanto políticas, marcando verdadeiras relações de poder (RAFFESTIN, 1991). Esses empresários sempre estiverem ligados na política

estadual e regional, hora com representantes de sua confiança em cargos no governo e hora sendo eles mesmos representantes, possibilitando acumular o Poder do Estado e os poderes secundários (RAFFESTIN, 1991) ao mesmo tempo.

É o caso de Atílio Fontana, proprietário e fundador do Grupo Sadia, que foi vereador e prefeito de Concórdia, secretário de Estado, deputado federal, senador da República e vice-governador de Santa Catarina. Além de Plínio Arlindo de Nês, fundador e proprietário da Chapecó Alimentos, que foi vereador e prefeito de Chapecó, deputado estadual e secretário de Estado. Eles tiveram grande influência na política e participaram ativamente dos rumos que a região tomou.

### **1.5 – Estrutura fundiária e a formação dos pequenos estabelecimentos agropecuários**

Para discutirmos a formação da estrutura fundiária da região se faz necessário analisar os primórdios da ocupação de Santa Catarina ainda no período colonial que se resumia na região litorânea.

O território catarinense no período colonial não possuiu grandes latifúndios produtivos, abastados de recursos financeiros e escravos, com produção voltada para a exportação como eram característicos nas propriedades no sudeste e nordeste do país (CABRAL, 1970). Foi na sua gênese, um latifúndio<sup>5</sup> pobre e que logo se fadou ao fracasso de sua existência, o que possibilitou desde os primórdios, a formação da pequena propriedade rural, formada no início no litoral catarinense pelo povoamento açoriano e posterior interior à dentro, por alemães no Vale do Itajaí, e mais tardiamente no Oeste por gaúchos descendentes de alemães e italianos.

Não conheceu a terra catarinense a sociedade colonial que vicejou noutras paragens, o senhor do engenho abastado e poderoso, as senzalas repletas de escravos, a mestiçagem palpitando ao redor. O latifúndio não se converteu em grande domínio- e entrou, assim, em decadência (CABRAL, 1970, p. 205).

---

<sup>5</sup> Concorde-se com CABRAL (1970) quando afirma o fracasso do latifúndio em Santa Catarina, por ser um sistema fundiário que não predominou, mas consideramos que apesar desse processo, em algumas regiões específicas e isoladas do estado, o latifúndio proveu de êxito, a exemplo disso temos a formação dos latifúndios pecuaristas na região de Lages e Campos Novos.

O fracasso do latifúndio em Santa Catarina possibilitou a formação de uma estrutura fundiária pautada na pequena propriedade, com trabalho livre e familiar. Essa estrutura se formou em todo o estado e com mais intensidade na região Oeste.

O estado de Santa Catarina é caracterizado pela formação de pequenos estabelecimentos agropecuários com produção familiar. Conforme análise dos dados do IBGE, constatamos que historicamente o estado apresentou e continua apresentando predominância de pequenos estabelecimentos. Conforme podemos observar na tabela abaixo, desde os anos de 1970, os estabelecimentos agropecuários com até 100 hectares de área representam mais de 95% do total, permanecendo praticamente o mesmo percentual até o último censo agropecuário de 2017. Desses, 95% de estabelecimentos com menos de 100 hectares, e mais de 35% com menos de 10 hectares de área, atualmente.

Tabela 3– Estrutura Fundiária de Santa Catarina – série histórica

<b>Ano</b>	<b>Extrato de área</b>	<b>Número de estabelecimentos</b>	<b>Percentual</b>
<b>1970</b>	<b>Total</b>	<b>207.218</b>	<b>100%</b>
	Menos de 10 ha	66.074	31,89%
	10 a menos de 100 ha	132.180	63,79%
	100 a menos de 1.000 ha	8.477	4,09%
	1.000 ha e mais	468	0,23%
<b>1975</b>	<b>Total</b>	<b>206.505</b>	<b>100%</b>
	Menos de 10 ha	69.921	33,86%
	10 a menos de 100 ha	127.931	61,95%
	100 a menos de 1.000 ha	8.170	3,96%
	1.000 ha e mais	475	0,23%
<b>1980</b>	<b>Total</b>	<b>216.159</b>	<b>100%</b>
	Menos de 10 ha	75.724	35,03%
	10 a menos de 100 ha	130.788	60,51%
	100 a menos de 1.000 ha	8.856	4,10%
	1.000 ha e mais	624	0,29%
<b>1985</b>	<b>Total</b>	<b>234.973</b>	<b>100%</b>
	Menos de 10 ha	91.883	39,10%
	10 a menos de 100 ha	133.536	56,83%
	100 a menos de 1.000 ha	8.861	3,77%
	1.000 ha e mais	571	0,24%
<b>1995</b>	<b>Total</b>	<b>203.347</b>	<b>100%</b>
	Menos de 10 ha	72.462	35,63%
	10 a menos de 100 ha	122.036	60,01%

	100 a menos de 1.000 ha	8.231	4,05%
	1.000 ha e mais	508	0,25%
<b>2006</b>	<b>Total</b>	<b>193.668</b>	<b>100%</b>
	Menos de 10 ha	69.394	35,83%
	10 a menos de 100 ha	112.445	58,06%
	100 a menos de 1.000 ha	7.252	3,74%
	1.000 ha e mais	455	0,23%
<b>2017</b>	<b>Total</b>	<b>183.066</b>	<b>100%</b>
	Menos de 10	67.702	36,98%
	10 a menos de 100 ha	106.310	58,07%
	100 a menos de 1.000 ha	7.908	4,32%
	1000 a mais	569	0,31%

Fonte: Censos Agropecuários. Elaborado por BAVARESCO, 2020

Se comparado os dados fundiários do estado de Santa Catarina, ao longo dos Censos Agropecuários, com os da mesorregião do Oeste, podemos observar que a predominância de pequenos estabelecimentos é ainda mais forte na região, conforme podemos observar na tabela.

Tabela 4– Número de estabelecimentos e área total de Santa Catarina, Mesorregião do Oeste, Microrregião de São Miguel do Oeste e São José do Cedro

		<b>Menos de 5 ha</b>	<b>5 a 10 ha</b>	<b>10 a 20 ha</b>	<b>20 a 50 ha</b>	<b>50 a 100 ha</b>	<b>Mais de 100 ha</b>
<b>1995</b>	<b>Total</b>						
Santa Catarina	203.347	34.669	37.793	60.051	49.865	12.120	8.739
Mesorregião Oeste Catarinense	88.279	11.578	18.051	32.229	20.977	3.482	1.948
Microrregião de São Miguel do Oeste	20.758	2.519	4.928	8.303	4.335	475	191
Município de São José do Cedro	2.080	234	514	878	403	34	17
<b>2006</b>	<b>Total</b>	<b>Menos de 5 ha</b>	<b>5 a 10 ha</b>	<b>10 a 20 ha</b>	<b>20 a 50 ha</b>	<b>50 a 100 ha</b>	<b>Mais de 100 ha</b>
Santa Catarina	193.668	34.696	34.698	56.412	45.310	10.723	7.707
Mesorregião Oeste	82.143		15.330	29.068	19.488	3.556	

Catarinense		11.583					2.006
Microrregião de São Miguel do Oeste	18.882	2.706	3.887	6.985	4.208	604	263
Município de São José do Cedro	1.480	192	329	586	291	39	14
		<b>Menos de 5 ha</b>	<b>5 a 10 ha</b>	<b>10 a 20 ha</b>	<b>20 a 50 ha</b>	<b>50 a 100 ha</b>	<b>Mais de 100 ha</b>
<b>2017</b>	<b>Total</b>						
Santa Catarina	183.066	34.705	32.997	50.826	43.972	11.512	8.477
Mesorregião Oeste Catarinense	72.857	10.981	12.931	23.779	18.422	4.097	2.495
Microrregião de São Miguel do Oeste	14.815	1.777	2.814	5.242	3.847	717	380
Município de São José do Cedro	1.137	142	233	406	270	60	25

Fonte: IBGE – Censos Agropecuário 1995, 2006 e 2017. Elaborado por Bavaresco, 2020.

Conforme podemos observar na tabela 4, a estrutura fundiária dos extratos selecionados mostra uma tendência de crescimento no número de estabelecimentos com mais de 50 e 100 hectares. Isso confirma nossa hipótese de que a agropecuária catarinense e da região Oeste possuem a tendência de concentração fundiária e da produção, o que vai ao encontro da dinâmica mundial do capitalismo que possui como característica a concentração de capital nas mãos de poucos. Mesmo assim, o papel dos pequenos estabelecimentos ainda é significativo, especialmente na produção de suínos.

Conforme Alba (2008), a pequena propriedade familiar deve ser vista como agente fundamental no desenvolvimento do capitalismo na região, pois devido à organização familiar das propriedades em pequenos estabelecimentos possibilitou o reestabelecimento das relações pré-capitalistas que já existiam nas colônias antigas do Rio Grande do Sul, aprimorando-se em Santa Catarina e intensificando com a formação dos frigoríficos no Oeste.



Apesar de considerarmos que o estado de Santa Catarina é, e sempre foi caracterizado pela formação de pequenos estabelecimentos agropecuários, nos faz reenterrar que essa formação das pequenas propriedades do Oeste catarinense está estreitamente ligada à ocupação do sul em direção ao norte, através do que Waibel (1958) chama de expansão das zonas pioneiras. Pois, essa região de mata fechada, não chamara, até então, a atenção de povos açorianos e luso-brasileiros que viviam no litoral do estado quanto a sua possível colonização, impossibilitando, ao lado de outros fatores, uma colonização do Leste em direção ao Oeste.

Uma colonização foi planejada por companhias particulares em larga escala, e uma segunda zona pioneira se formou no terceiro planalto, de *trapp*, que cobre a parte ocidental do estado. Esta região foi colonizada e povoada, não a partir da costa oriental longínqua, mas a começar do Sul, por colonos alemães e italianos e companhias de colonização do Rio Grande do Sul (WAIBEL, 1958, p. 219).

Nesse caso, corroborando com o autor, consideramos que a formação da região Oeste teve como ponto de partida a expansão da zona pioneira do Rio Grande do Sul em direção ao Norte, primeiro em Santa Catarina, na primeira metade do século XX, para posterior avançar ao Sudoeste e Oeste do Paraná, e ainda mais recente para os estados do Mato Grosso do Sul e Mato Grosso.

A expansão do povoamento para o norte através do rio Uruguai e da fronteira do estado do Rio Grande do Sul, penetrando no estado de Santa Catarina, começou em 1915, quando a estrada de ferro, vindo do Paraná e de São Paulo, alcançou o vale do rio do Peixe, afluente do Uruguai. O novo meio de transporte possibilitou a exportação de porcos vivos e outros produtos comerciais (alfafa) para a cidade de São Paulo, e assim, o *hinterland* de Santa Catarina foi drenado comercialmente para o norte, para São Paulo, por gente que veio do sul. A nova zona pioneira se expandiu para jusante, com o avanço da estrada de ferro; os alemães de novo preferiram os vales baixos subindo até os limites das matas de araucária ao passo que os italianos ocuparam os vales bem como as terras altas no triângulo entre o baixo rio do Peixe e o Uruguai (WAIBEL, 1958, p. 219-220).

Diante disso, além de se configurar uma ocupação vinda do Sul, a região se expandiu economicamente pelas relações comerciais que

estabeleceu com seus vizinhos ao Norte, neste caso com os mercados de São Paulo, com a venda de suínos, que fora possibilitado pela construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande do Sul.

Além disso, a formação de pequenos estabelecimentos possibilitou a expansão capitalista no campo com a formação dos sistemas de integração entre agricultores e as agroindústrias. Por meio desse sistema as empresas conseguiram estabelecer os padrões na produção mantendo o produtor sob seu domínio econômico e ideológico, uma verdadeira dependência na relação agricultor e empresa (ALBA, 2008). “As agroindústrias se diferenciam das demais empresas pelo controle total que conseguem manter sobre um outro produtor privado (agricultor), ditando as regras do jogo, de acordo com a necessidade de obtenção da matéria-prima” (ALBA, 2008, p. 24). É nesse contexto que se iniciaram as relações de dependência entre agricultor e comerciante, entre rural e urbano. “Este fator fundamental para entender as relações entre o produtor e a agroindústria no sistema de parcerias ou integração” [...] (BAVARESCO, 2005. p. 128).

Sob esse aspecto, consideramos que a formação econômica da região Oeste é resultado, em grande parte, da forma que as propriedades rurais se estabeleceram, tanto em tamanho de área como em sua estrutura social, econômica, cultural e política.

### **1.6 – A economia do Oeste catarinense nas primeiras décadas de ocupação capitalista**

A partir de 1930, com o início do governo de Getúlio Vargas, o Brasil iniciou o processo de industrialização do país. Em um primeiro momento ocorrendo na região Sudeste, que até então era a mais dinâmica do país, para posterior adentrar ao interior. Em Santa Catarina, já no início dos anos de 1940, a indústria começava a ganhar destaque.

A Primeira Guerra Mundial<sup>6</sup> (1914-1918) foi um momento difícil para se obter produtos importados no Brasil e esse fator impulsionou a

---

<sup>6</sup> As consequências econômicas causadas pela Primeira Guerra Mundial foram ferramentas importantes no desenvolvimento industrial dos países periféricos, a exemplo do Brasil, pois a dificuldade daquele período em importar produtos que não eram produzidos no território nacional impulsionou a produção interna. Com esses fatores atrelados à adoção de políticas

industrialização do país, inclusive de Santa Catarina, especialmente na produção alimentícia, surgindo naquele período as primeiras indústrias, mesmo que rudimentares, de beneficiamento da banha, de derivados de carne, conservas e arroz (PIAZZA, 1983).

Essas estruturas regionais produtivas beneficiaram-se das conjunturas de 1873-1896, da Primeira Guerra Mundial, da revolução de 1930, da Segunda Guerra Mundial e da política de substituição de importações, possibilitando que o estado aumentasse sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro de 2,2% em 1939, para 3,3% em 1980. Nos anos de 1970, enquanto o crescimento médio do PIB catarinense era de 11,5%, o do Brasil era de apenas 8,5%; processo semelhante ocorreu nos anos de 1980, enquanto a média de crescimento do PIB brasileiro foi de 2,3%, a do catarinense foi de 5,3%. (ESPÍNDOLA, 2018, p. 98).

Peluso Júnior (1991) destaca que o censo do IBGE, realizado em 1940, mostra que naquele período existiam 57 estabelecimentos industriais na região Oeste e esses empregavam 311 pessoas. Esse coeficiente médio de ocupação da mão de obra, de 5,45 por unidade fabril, demonstrava o caráter artesanal da indústria. Nesse período, destacavam-se os setores de beneficiamento de cereais, marcenaria, ferraria e serraria.

[...] a região Oeste, que contava, em 1937, com três fábricas de banha instaladas em Caçador, três em Campos Novos e duas firmas de salames em Caçador, direcionava esforços na exportação de suínos vivos (entre 1931 e 1935, Santa Catarina exportou 6.094.965 kg de carne suína, sendo 80% oriundos do Oeste catarinense) (ESPÍNDOLA, 2016, p. 730).

Com a implementação do sistema ferroviário em 1940, ampliou-se os mercados em São Paulo e Rio de Janeiro, possibilitando expandir as agroindústrias de suínos (ALBA, 2008). A implementação de grandes obras de infraestrutura foram fundamentais para o desenvolvimento da região, tornando a economia mais dinâmica e competitiva, além de abrir mercados consumidores em outras regiões. A partir de 1949 o Estado catarinense passou a ter maiores cuidados com a região, criando em Chapecó a Delegacia Regional de Polícia e vários órgãos do estado passaram a ter sede na região (PELUSO JÚNIOR, 1991).

---

públicas de industrialização, a partir dos anos 1930 são considerados alguns dos aspectos mais importantes que deram origem a indústria brasileira.

Os anos de 1950 foram importantes no melhoramento da infraestrutura, principalmente na abertura de rodovias, construção de pontes e infraestrutura em geral (PELUSO JÚNIOR, 1991).

Por volta de 1958 já existia na região unidades fabris de médio porte, sediadas principalmente em Chapecó. Eram as primeiras indústrias de abate de suínos, que na época empregavam juntas cerca de 29 operários. Não era mais a fábrica de banha não-refinada, existentes em 1950, mas sim frigoríficos que beneficiavam produtos da suinocultura (PELUSO JÚNIOR, 1991).

O estabelecimento das agroindústrias foi de fundamental importância para o desenvolvimento econômico regional. Elas estão associadas à expansão do setor produtivo e à expansão da indústria no país (BAVARESCO, 2005).

Conforme Espíndola (2016), a partir dos anos 1950 ocorrem significativas transformações na ordem técnica e econômica na região Oeste. Podendo ser divididas em seis transformações, sendo:

A primeira transformação decorre do papel desempenhado pela extensão rural que visava levar ao agricultor novas técnicas de produção e organização da propriedade, objetivando o aumento da produção e da produtividade. Esse processo amplia-se nos anos de 1960, com os financiamentos para compra de insumos, máquinas e para formação de cooperativas. A segunda transformação deriva da implantação, por parte da empresa Sadia, de um projeto de conquista de pequenos produtores capazes de desenvolver a criação de suínos. A terceira decorre da introdução da avicultura no oeste de Santa Catarina, por parte do Grupo Sadia. A quarta transformação é impulsionada pelo surgimento dos bancos estaduais e regionais de fomento (BDE e o BRDE), bem como pela política tecnológica e creditícia do governo federal. A quinta refere-se à introdução de novas culturas, como por exemplo, a soja e a maçã. A sexta diz respeito à estrutura fundiária, que manteve a predominância de estabelecimentos concentrados nos estratos de menor tamanho. (ESPÍNDOLA, 2016, p. 94).

A suinocultura foi, ao longo da segunda metade do século XX, a atividade comercial mais importante, pois movimentava diversos setores da economia regional, envolvendo um número considerável de agricultores, familiares, agroindústrias, comerciantes e diversos setores de serviços que surgiram com a ascensão dessa atividade.

A criação de suínos já existia na região antes mesmo da chegada dos imigrantes. Realizada de forma extensiva e ainda muito primitiva, o sistema exigia grandes áreas de terras, já que os animais eram criados soltos. O abate era realizado pelos moradores locais, os chamados caboclos<sup>7</sup>, que faziam o processamento da banha, sendo comercializada com o Rio grande do Sul e a Argentina. Com a chegada dos imigrantes essa atividade passou a ser exercida com mais intensidade, iniciando a criação em confinamento (BAVARESCO, 2005).

O desenvolvimento da suinocultura está diretamente atrelado às dificuldades em que se havia para transportar grãos para outras regiões, a exemplo do milho, gerado como excedente da propriedade. Esse fator propiciou aos agricultores iniciar a criação de animais para consumirem esses produtos, já que se tornava mais fácil o transporte de animais vivos, como os suínos (BAVARESCO, 2005).

A combinação dos diferentes fatores produtivos, somados às políticas de desenvolvimento industrial — substituidora de importações — com uma agricultura voltada ao mercado interno, contribuiu para elevar substancialmente a produção de suínos em Santa Catarina. De um total de 480.000 cabeças abatidas em 1945, o número cresceu para 719.000 em 1959, o que significou um crescimento na ordem de 66% contra 27% de Minas Gerais; 14% do Paraná e 10% de São Paulo. (ESPÍNDOLA, 2016, p. 734).

A partir da década de 1950 o processo de colonização já havia atingido praticamente todas as microrregiões pertencentes ao Oeste catarinense, e as mesmas já se encontravam em um estado avançado de estrutura básica, com uma economia praticamente consolidada e instituições sociais formadas, exceto o Extremo Oeste que nesse período ainda se encontrava no estágio de colonização, atingindo, a partir dos anos 1950, seu maior saldo migratório. Iniciava-se a formação dos primeiros núcleos urbanos, e formavam-se as primeiras propriedades rurais.

---

<sup>7</sup> Conceito utilizado para designar os povos que viviam na região Oeste de Santa Catarina antes da colonização feita pelos gaúchos de descendência europeia. Uma população oriunda da miscigenação de índios e negros que vivia da agricultura de subsistência e apenas algumas escassas atividades comerciais de troca de mercadorias. É considerado um povo que fora excluído do sistema vigente. Habitavam a região sem a posse legal das terras e foram expulsos da região pelo processo de colonização. Para mais consultar RENK (1991) e POLI (1991).

## 1.7 – A microrregião do Extremo Oeste e a colonização tardia

A microrregião de São Miguel do Oeste, ou popularmente conhecida como Extremo Oeste catarinense, foi a última porção de terras a ser povoada no processo de colonização que se iniciou no final da década de 1940 e obteve seu auge a partir dos anos 1950. Atualmente a microrregião conta com 21 municípios.

Quadro 1– Municípios pertencentes à microrregião de São Miguel do Oeste ou Extremo Oeste

1	Anchieta	12	Palma Sola
2	Bandeirante	13	Paraíso
3	Barra Bonita	14	Princesa
4	Belmonte	15	Riqueza
5	Descanso	16	Romelândia
6	Dionísio Cerqueira	17	Santa Helena
7	Guaraciaba	18	São João do Oeste
8	Guarujá do Sul	19	São José do Cedro
9	Iporã do Oeste	20	São Miguel do Oeste
10	Itapiranga	21	Tunápolis
11	Mondaí		

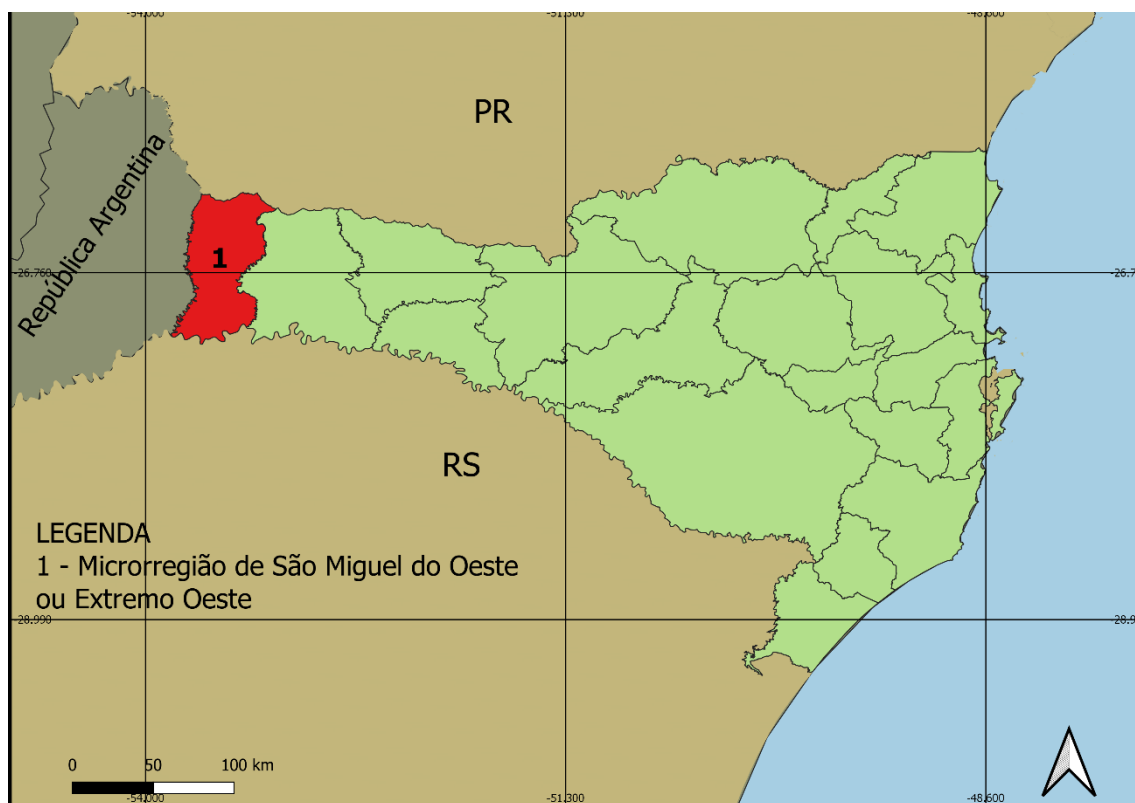
Fonte: IBGE. Elaborado por BAVARESCO, 2020.

O processo de colonização da microrregião do Extremo Oeste ocorreu em um período em que a colonização do interior do país estava sendo realizada por intermédio da atuação do Estado através de políticas públicas de colonização. Dentre elas, a Marcha<sup>8</sup> para o Oeste que foi caracterizada por um movimento ocorrido durante o Estado Novo (1937-1945), no governo de Getúlio Vargas, que visava a integração do território nacional, evitando, assim, as amarras que, segundo Vargas, faziam do Brasil ainda uma colônia,

<sup>8</sup> Conforme ARRAIS (2016) durante a década de 1930, modernizar o Brasil seria não apenas direcionar os investimentos nos transportes, na saúde e na educação, mas era também preciso reunir todos os territórios, controlá-los de maneira a ser possível unir a população com vistas à segurança nacional. A partir dessa perspectiva pressupunha-se que o Brasil superaria suas amarras coloniais, e passaria a integrar o processo de desenvolvimento de cidades e indústrias. Isso seria possível apenas se todas as regiões estivessem interligadas. Dessa forma, com o intuito de conectar os estados, Getúlio lança, em 1938, a Marcha para o Oeste. O projeto da Marcha visava proteger o território a partir do povoamento para o interior. O Estado Novo, por meio da Marcha, tinha como pretensão controlar tanto o território, quanto a população. Desse modo, o Estado Novo seria responsável por concretizar o que havia sido iniciado no século XVI: a conquista e a consolidação do próprio território a partir de um “espírito de união”, pois só assim o Brasil se veria livre de povos estrangeiros que poderiam cobiçar e até mesmo se apoderarem dos grandes espaços vazios do país.

além do mais, a política garantiria a soberania brasileira sob todo seu território, evitando assim possíveis ocupações estrangeiras.

Mapa 6 – Microrregiões de Santa Catarina com destaque para o Extremo Oeste



Fonte: IBGE, elaborado por BAVARESCO, 2020.

Os primeiros registros de reconhecimento da região que atualmente compreende o Extremo Oeste remontam os anos de 1759, na qual os comissários José Fernandes Pinto Alpoim e Francisco Aguedas, comissários enviados pelos reis de Portugal e Espanha, respectivamente, exploraram as margens do rio Uruguai até a foz do rio Peperi. Depois das demarcações, a região continuou inexplorada, habitada apenas pelo gentio<sup>9</sup> (CABRAL, 1970).

Mais tardar, em 1809, ocorreram novas expedições para a região, e se falava na existência de campos abertos, na qual denominaram de Palmas (CABRAL, 1970). Esse registro nos faz crer no fato de que a expedição não teria alcançado o território do Extremo Oeste catarinense, já que a região

<sup>9</sup> Segundo o dicionário da língua portuguesa, gentio é caracterizado por “aquele que não é civilizado, selvagem”, nesse caso, trata-se dos povos indígenas.

apresenta como característica um relevo acidentado com vegetação densa e não campos abertos.

Por ser um território de fronteira, foi diversas vezes contestada pelos países vizinhos e entre os estados do Paraná e de Santa Catarina. A Guerra do Paraguai (1864 - 1870) e a do Contestado (1912 – 1916) foram decisivas na aquisição do território por parte de Santa Catarina. Após séculos sem ser completamente explorada, essa faixa territorial localizada no extremo do estado, só passou a receber mais dinamicidade após o início do século XX. Nesse período, os problemas envolvendo as contestações do território já haviam sido esclarecidas e definidas.

A ocupação do extremo Oeste, pelo menos em seus episódios mais expressivos, isto é, quando as levas de imigrantes se tornaram mais densas, já estava liberta de problemas em torno de contestações de territórios no plano internacional, embora suas origens estivessem relacionadas à mesma questão. (LAGO, 1978).

A Lei nº 1.147, de 1917, afirmava que toda essa região, ao norte do rio Uruguai até a linha divisória do acordo, passara para a jurisdição catarinense, incluindo Passo Bormann (atual Chapecó), o Campo Erê (pertencente à microrregião do Extremo Oeste), Xanxerê e Chapecozinho, todos eram até então distritos de Palmas no Paraná, mas pelo decreto passaram a pertencer a Chapecó (CABRAL, 1970).

A vasta área, que passou a pertencer a Chapecó, deu origem, posteriormente, a vários municípios. No Extremo Oeste surgiram, em 1953, Palmitos, Mondaí, Dionísio Cerqueira, Itapiranga e São Miguel do Oeste, os primeiros a se emanciparem de Chapecó. Desses surgiram, em 1958, São José do Cedro que se desmembrou de Dionísio Cerqueira. Com o passar dos anos, e até a década de 1990, vários outros distritos obtiveram o grau de município, quando a microrregião passou a contar com os 21 municípios que possui na atualidade.

Os rios tiveram um papel importante na ocupação da microrregião, pois possibilitaram escoar a produção. O rio Uruguai<sup>10</sup>, localizado na divisa com o

---

<sup>10</sup> O transporte da madeira, resultante do extrativismo, era realizado pelos chamados Balseiros do rio Uruguai que construíam balsas com a madeira retirada da região e, nas épocas de cheia do rio, eram transportadas até a Argentina para a comercialização. Essa



Rio Grande do Sul, foi fundamental na formação dos primeiros núcleos populacionais do Extremo Oeste, pois, com as épocas de cheias e a possível navegabilidade do rio, permitiam que se estabelecessem as primeiras atividades econômicas na região, como é o caso do extrativismo da madeira (LAGO, 1978).

Essa parcela de terras do Oeste catarinense foi a última a ser explorada e receber o processo de imigração de descendentes de europeus. Longe de tudo, localizada nos extremos, com relevo acidentado, escassa de infraestrutura e rios difíceis de transpor, exceto em alguns períodos do ano, são os principais motivos que atrasaram a processo de colonização da microrregião.

Os problemas de infraestrutura, que foram característicos de todo o Oeste catarinense até a metade do século XX, eram mais intensos na região de fronteira. Nos anos de 1950, não havia estradas adequadas e nenhuma outra infraestrutura que possibilitasse desenvolver atividades econômicas e fazer a região prosperar, diferente daquilo que já era visto na região de Chapecó, que possuía um nível avançado de desenvolvimento, se for comparado ao Extremo Oeste.

Nos anos de 1950 a região de Dionísio Cerqueira, São Lourenço do Oeste e São José do Cedro tiveram o maior aumento populacional de todo o Oeste Catarinense, um crescimento de 18% (PELUSO JÚNIOR, 1991). Isso explica o fato de que as outras microrregiões do Oeste catarinense já estavam em fase final da colonização, como era visto na região do Vale do rio Uruguai, Chapecó, Concórdia e a região do Contestado. No Extremo Oeste a colonização estava em seu auge.

Com a intensificação da colonização, o Estado passou a realizar inúmeras obras de infraestrutura que possibilitaram desenvolver o território. A construção da BR 282, de Chapecó até São Miguel do Oeste, e da BR 163, construída no primeiro governo Amin (1983-1987), que liga São Miguel do Oeste a Dionísio Cerqueira, foram fundamentais. Além de diversas obras nas telecomunicações, em redes de energia elétrica e a instalação de sedes de instituições governamentais.

---

atividade perdurou até a década de 1950 com a redução da atividade extrativista. Para maiores informações consultar BELLANI (1988).

Conforme podemos observar na formação da mesorregião do Oeste, a suinocultura possuiu e possui um significado, além de econômico, cultural para a população que a habitou. Do mesmo modo, não é diferente na microrregião do Extremo Oeste onde a atividade esteve ligada diretamente ao processo de formação econômica da região. Ela assumiu, desde cedo, considerável importância para a reprodução das relações capitalistas que já vinham ocorrendo em outras regiões em que essas populações eram oriundas. Dessa forma, na microrregião, os colonizadores encontraram as ferramentas naturais e humanas necessárias para a implantação da atividade.

A microrregião possui o quarto maior plantel de suínos das microrregiões pertencentes ao Oeste catarinense, representando 17,26% (IBGE, 2019) do total, e concentra 13,46% dos produtores de suínos da região Oeste. A baixa produção, se comparada às microrregiões de Joaçaba, Concórdia e Chapecó, se deve essencialmente à localização geográfica dos maiores frigoríficos que estão concentrados nessas cidades. Desse modo, as novas políticas de integração das agroindústrias e das cooperativas buscam como estratégia de produção, integrar-se, na maioria das vezes, com produtores localizados próximos das unidades de abate, ficando a microrregião do Extremo Oeste com menor preferência das empresas e, por consequência, menor parcela de produção.

## **CAPÍTULO II**

### **2- A SUINOCULTURA NO OESTE DE SANTA CATARINA**

Conforme destacado no primeiro capítulo, a suinocultura assume um importante papel na formação territorial do Oeste de Santa Catarina desde os primórdios da ocupação capitalista, sendo uma atividade econômica que envolvia, e continua a envolver, considerada parcela da população regional.

Esse capítulo tem como objetivos compreender a estrutura produtiva da suinocultura do Oeste catarinense, bem como ela se organiza, e os sujeitos que se envolvem.

Para isso, o texto inicia fazendo uma retomada histórica buscando compreender a gênese da acumulação capitalista que possibilitou a formação dos complexos agroindustriais e da modernização da suinocultura. Na sequência, procuramos explicar como a atividade suinícola se organiza e os modos de organização produtiva que coexistem na região Oeste de Santa Catarina.

No final desse capítulo, trataremos da atuação do Estado na cadeia produtiva, analisando o planejamento estatal, as formas de financiamento e fomento agrícola organizadas pelo governo estadual.

#### **2.1 - Acumulação mercantil, formação do capital industrial e a ascensão das agroindústrias no Oeste catarinense**

A região Oeste de Santa Catarina foi, desde seus primórdios de ocupação, um território essencialmente agrícola. Com a colonização realizada no século XX que organizou a estrutura fundiária pautada em pequenas propriedades agrícolas e vilas mercantis, possibilitou-se a formação de uma estrutura econômica e política pautada na subordinação dos agricultores sob alguns comerciantes.

Nos primórdios da colonização, a acumulação capitalista ocorreu de forma pulverizada<sup>11</sup>, possibilitada através da formação de uma estrutura fundiária de pequenas propriedades, nivelando economicamente e socialmente a população regional (GOULARTI FILHO, 2016). “Com o desenvolvimento de atividades mercantis e a subordinação de proprietários que acumulam com o excedente sobre os despossuídos, começa a haver uma diferenciação social” [...] (GOULARTI FILHO, 2016, p. 93).

Essa subordinação se iniciou quando o excedente da produção das unidades agrícolas passou a ser vendido aos comerciantes locais que realizavam a venda dos produtos para as regiões de maior consumo, como São Paulo. A atividade mercantil de compra e venda realizada pelos comerciantes locais possibilitou uma considerável acumulação de capital por parte dos comerciantes. “Da pequena produção mercantil, do sistema colônia-venda, desdobrou o capital industrial ou agroindustrial” (GOULARTI FILHO, 2016, p. 151).

Desenvolveu-se no Oeste barriga-verde uma colonização baseada no sistema colônia-venda e na pequena propriedade, que era voltada para a economia de subsistência e para a comercialização do excedente, estimulando desde cedo a formação de um mercado interno, que se integrou à economia nacional por meio da ferrovia [...] Esse regime de produção, baseado na pequena propriedade, permitiu uma acumulação lenta e pulverizada e ao mesmo tempo gerou uma diferenciação social, em que alguns colonos mais abastados começaram a subordinar o trabalho e a pequena propriedade, tornando-se grandes madeireiros ou proprietários de frigoríficos (GOULARTI FILHO, 2016, p. 72).

A estrutura mercantil ampliava a acumulação de capital por parte dos comerciantes que, por consequência, podiam criar diversos mecanismos de domínio de comerciantes mais capitalizados sobre comerciantes menos

---

<sup>11</sup> Corroborando com GULARTI FILHO (2016), consideramos que a acumulação capitalista da região Oeste catarinense ocorreu nos primórdios, de forma pulverizada, por ter sido pouco desigual e concentradora, já que a população que colonizou era na sua maioria das mesmas classes sociais e com condições financeiras semelhantes, impossibilitando uma diferenciação social logo de imediato. Apesar disso, com o passar dos anos, os colonos que se dedicaram ao comércio começaram a obter lucros mais expressivos se comparados aos que se dedicavam a agricultura e a pecuária. Sendo assim, passaram a subordinar os agricultores que dependiam de seus negócios em outras regiões do país para a venda dos produtos oriundos da agropecuária. Desse modo, essa relação comercial possibilitou uma acumulação de capital considerável, fazendo desses comerciantes homens e mulheres com alto poder econômico, social e político, tornando-se a elite regional. Como exemplo, podemos citar a trajetória de Attilio Fontana, Saul Brandalise e Plínio Arlindo de Nês.

capitalizados e ainda mais intenso sobre os pequenos produtores (ESPÍNDOLA, 1999). Aqueles comerciantes que conseguiram manter relações mercantis com os grandes centros de São Paulo, Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul conseguiram rapidamente expandir seus negócios. “A diferenciação possibilitou a ascensão no quadro político-econômico, reforçando o domínio e o poder sobre os pequenos produtores mercantis” (ESPÍNDOLA, 1999, p. 26). “Assim, esses comerciantes representavam a cúspide do edifício social regional” [...] (ESPÍNDOLA, 1999, p. 26).

A diferenciação econômica possibilitou ampliar os horizontes de alguns comerciantes que passaram a instalar na região Oeste o beneficiamento de alguns produtos agrícolas (ESPÍNDOLA, 1999), sobretudo derivados de carne suína. Esse processo se desencadeou na região nos anos de 1930 e em todo o território nacional, pois com a crise econômica mundial e o fechar dos mercados externos, possibilitou que alguns comerciantes produzissem internamente produtos que antes eram importados (ESPÍNDOLA, 1999).

A acumulação de capital das indústrias alimentícias na região Oeste, bem como na maior parte dos setores em Santa Catarina, ocorreu de forma endógena, ou seja, com capital acumulado no próprio estado, pelo menos até os anos de 1960 (GOULARTI FILHO, 2016). O “capital local que se integrou ao mercado regional e nacional” [...] (GOULARTI FILHO, 2016, p. 151) diferente do que ocorreu em outras regiões do Brasil na qual a acumulação de capital foi exógena, oriunda de outras regiões do país como São Paulo.

O capital-dinheiro acumulado na esfera mercantil transformou-se em capital industrial, mesmo num processo lento de acumulação. De modo endógeno, a lenta acumulação da pequena produção mercantil foi acelerada quando o capital se engajou no “projeto nacional de industrialização” e no planejamento estadual, surgindo as grandes indústrias catarinenses. (GOULARTI FILHO, 2016, p. 152).

A gênese do capital acumulado no Oeste catarinense deve-se, em suma, à acumulação realizada pelas atividades mercantis que possibilitou a formação dos frigoríficos ainda na década de 1940. Nesse período, os comerciantes locais já compravam suínos das pequenas propriedades em um processo de subordinação do médio capital comercial sobre os pequenos

proprietários (GOULARTI FILHO, 2016). “Nesse momento, a diferenciação social dentro da pequena propriedade assume proporções maiores e aumenta a subordinação do grande capital sobre a pequena propriedade” (GOULARTI FILHO, 2016, p. 93).

Eram os comerciantes locais que compravam os produtos, ditavam o preço e transportavam os excedentes até os centros maiores, trazendo, na volta, os artigos que os colonos não produziam, tais como tecidos, calçados, querosene, ferramentas, sal, pólvora, dentre outros. O comerciante significava o elo de ligação dessas comunidades e a sociedade em geral (PLEIN, 2003, p. 80).

Nesse processo de acumulação mercantil surgem os primeiros frigoríficos que, com o passar do tempo, se tornaram as maiores empresas do setor alimentício do Brasil, principalmente de beneficiamento de carne suína e de aves. É o caso da Perdigão S. A. fundada em 1940 por Saul Brandalise e pela família Ponzoni, e a Sadia fundada por Attilio Fontana em 1944. Ambas são originárias de um processo de acumulação capitalista comercial. “Naquela época, o Oeste já estava se consolidando como um centro produtor agropecuário, com uma inserção local e nacional, sobretudo no comércio de suínos” (GOULARTI FILHO, 2016, p. 94). “Os comerciantes compravam a banha e a revendiam no Rio Grande do Sul, por um preço quatro a sete vezes superior. Nesse período, a banha era o principal produto comercializado” (PLEIN, 2003, p. 80).

Tabela 5– Primeiras e principais agroindústrias fundadas na Mesorregião Oeste de Santa Catarina até a década de 1970

<b>Ano</b>	<b>Nome da Agroindústria</b>	<b>Município</b>
1940	Perdigão S/A Comércio e Indústria	Videira
1942	Comércio e Indústria Saulle Pagnocelli	Joaçaba
1943	Sociedade Anônima Indústria e Comércio de Concórdia (Posterior Sadia - 1944)	Concórdia
1943	Sociedade Anônima Indústria e Comércio Chapecó - SAICC (Chapecó Industrial)	Chapecó
1956	Frigorífico Seara (Posteriormente Seara Industrial)	Seara
1962	Sociedade Anônima Frigorífico Itapiranga - Safrita	Itapiranga
1963	Unifrico - Sociedade Anônima Indústria e Comércio	Salto
1963	Unifrico - Sociedade Anônima Indústria e Comércio	Veloso
1969	Indústrias Reunidas Ouro Sociedade Anônima	Ouro
1969	Cooperativa Central Oeste Catarinense - Aurora	Chapecó
1975	Frigorífico São Carlos	São Carlos

Fonte: Retirado de Strieder (1996) adaptado por BAVARESCO, 2020.

Em suma, até meados dos anos 1940, os frigoríficos do Oeste catarinense foram resultados da concentração do capital comercial, que se integravam a economia nacional fornecendo suínos e derivados. A região começava a definir sua função na divisão nacional e territorial do trabalho dentro do complexo agro comercial como produtora e fornecedora de alimentos derivados de suínos e aves (GOULARTI FILHO, 2016).

É de suma importância identificar a gênese da acumulação de capital que possibilitou o desenvolvimento dessa atividade econômica. Assim, é possível compreender os caminhos que ela percorreu ao longo do tempo. A forma como a suinocultura se estrutura na região Oeste deve-se, em suma, pela configuração que se desenvolveu na acumulação de capital por parte dos comerciantes e posteriores industriais. Desse modo, procuramos apresentar na sequência desse capítulo, como a cadeia produtiva da suinocultura está estruturada, fazendo um paralelo em nível de país e estado, para, posteriormente, destacar a estrutura que se organiza na região Oeste de Santa Catarina.

## **2.2- Aspectos gerais da produção de suínos: técnicas de manejo**

Buscamos, nesse espaço, realizar uma explanação, mesmo que sucinta, dos aspectos gerais da produção de suínos. Dessa forma, apresentamos as principais características e etapas realizadas desde o nascimento de um suíno até o seu abate final. Como base, temos a realização de trabalho de campo em propriedades de suínos, além de nosso conhecimento empírico acerca do tema.

A produção inicia-se pela cobertura da fêmea, na qual pode ser realizada através da monta natural ou pela inseminação artificial. Em sua maioria são utilizados reprodutores das raças *Duroc*, *Landrace* e *Large White* que representam cerca de 90% das raças do rebanho brasileiro.

Figura 5– Reprodutor de suínos



Fonte: trabalho de campo, BAVARESCO, 2020.

A matriz encontra-se em seu primeiro estágio de fertilidade durante cinco ou seis meses de idade, podendo variar conforme a raça e o manejo da propriedade. O período de fertilidade de uma matriz possui em torno de 12 a 24 horas de duração, voltando a ocorrer a cada 21 dias.

Após a cobertura da matriz, através da monta natural ou a inseminação, ela permanece nas estruturadas denominadas de gestações (geralmente de forma individual, colocadas em gaiolas ou em lotes) por aproximadamente 114 dias que é o período de gestação de uma matriz.



Figura 6– Estrutura de matrizes em gestação<sup>12</sup>



Fonte: trabalho de campo, BAVARESCO, 2021.

No momento em que a matriz está próxima do final do período de gestação ela é encaminhada para uma estrutura chamada de maternidade, na qual irá dar à luz aos filhotes. O parto é realizado, na maioria das vezes, de forma natural, sendo necessária, em alguns casos, a ajuda humana por meio do toque ou com o uso de medicamentos. De cada parto de uma matriz nascem em média de 10 a 20 leitões, podendo ocorrer, em casos extremos, partos com 2 ou 3, caracterizando algum problema de manejo ou de fertilidade da matriz ou, no outro extremo, nascendo até 36 leitões, como o caso que ocorreu no ano de 2020 no município de Saudades, no Oeste catarinense, um recorde no Brasil até então.

---

<sup>12</sup> Essa estrutura abrigava mais de 800 matrizes em gestação em um estabelecimento especializado em formato de UPL – Produção de leitões na qual é integrada à empresa JBS.

Figura 7– Matriz antes e depois do parto



Fonte: trabalho de campo, BAVARESCO, 2020.

Depois do nascimento, os leitões permanecem por aproximadamente 30 dias na maternidade, junto de sua mãe, onde recebem o leite como alimento principal e praticamente único. Nesse estágio, os leitões são submetidos ao corte de dentes ou lixamento, além do corte do rabo e castração dos leitões machos e/ou a utilização de medicamentos hormonais que impossibilitam a formação reprodutora dos animais. O corte de dentes e rabos é realizado nos primeiros três dias após o nascimento. Nesse momento, também é realizada, em inúmeras granjas, a injeção de vacinas contendo vitamina de ferro, essencial para o desenvolvimento dos leitões, além de medicamentos de controle de doenças, dependendo dos problemas sanitários de cada granja.

Essa etapa da produção de suínos é a que exige mais atenção e cuidados, principalmente quanto ao controle de temperatura do ambiente, pois as adversidades do tempo, principalmente o frio no inverno, podem causar a morte de inúmeros leitões, se não forem tomadas as medidas necessárias. Nesse caso, considera-se como temperatura ideal de 19°C a 22°C para as matrizes, e de 30°C a 32°C para os leitões recém-nascidos. Esse controle de temperatura, no verão, pode ser realizado através de ventiladores e ares-condicionados e, no inverno, através de aquecedores elétricos ou pela queima de madeira.

No momento em que os leitões atingem aproximadamente 30 dias de vida e pesam em torno de 8kg a 12kg eles são desmamados da matriz e encaminhados à outra estrutura chamada de creche, onde começam a receber a ração animal pela primeira vez.

Figura 8– Creche de leitões



Fonte: trabalho de campo. BAVARESCO, 2020

Os leitões permanecem nessas estruturas por cerca de 30 a 40 dias, até atingirem o peso médio de 25kg. Nessa etapa, recebem o tratamento contra bactérias e vermes internos, sendo a medicação injetável ou introduzida na ração.

No momento em que atingem a idade e o peso ideal são transportados para as estruturas de crescimento e terminação-UCT, podendo ser na mesma granja ou em granjas diferentes.

Nessa fase, recebem alimento contínuo a base de milho, farelo de soja e água de qualidade. Estima-se que um suíno com aproximadamente 50kg beba cerca de 5 a 7 litros de água por dia.

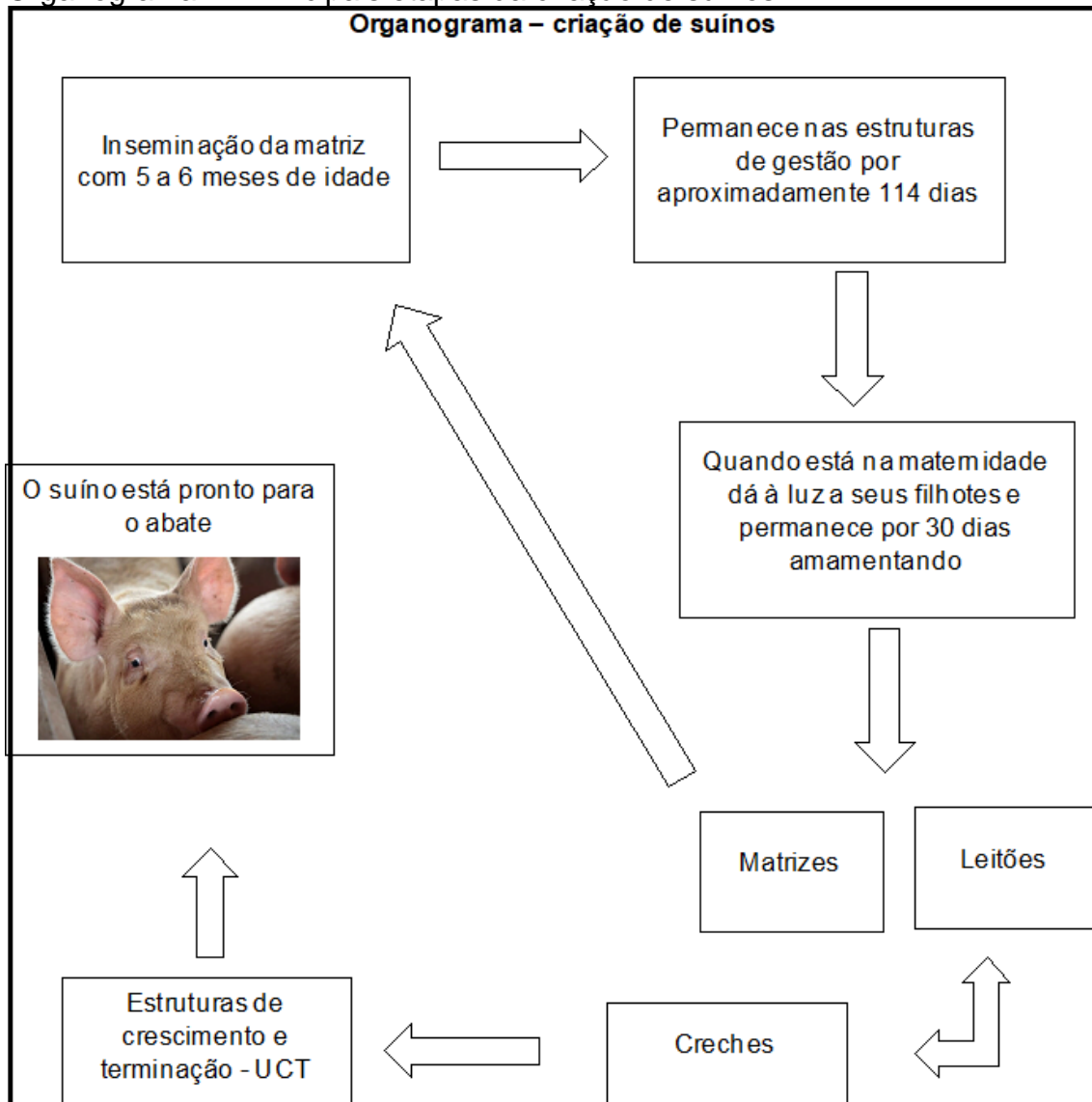
Figura 9– Suínos em fase de terminação



Fonte: trabalho de campo. BAVARESCO, 2021.

Quando atingem cerca 114 dias de vida, o suíno já deve possuir de 110 a 130 kg vivo, configurando o peso ideal para o abate.

## Organograma 1– Principais etapas da criação de suínos



Fonte: elaborado por BAVARESCO, 2021.

Quando os suínos atingem o peso de abate ocorre o carregamento em caminhões, que os destinam aos frigoríficos, conforme podemos observar na figura abaixo.

Figura 10– Carregamento de suínos para o abate



Fonte: trabalho de campo. BAVARESCO, 2021.

## 2.2 - Estrutura produtiva da suinocultura

A estrutura produtiva da suinocultura brasileira é organizada basicamente em duas estruturas empresariais, as organizadas pelas empresas líderes mundiais de mercado, como a BRF, a JBS e algumas cooperativas como a Aurora e as organizadas em níveis locais e regionais por micro e pequenas empresas (ABCS, 2014).

A organização produtiva das grandes empresas é classificada basicamente pela produção voltada à exportação e com ganhos em escala. São empresas com diversas unidades industriais espalhadas geograficamente pelo país, que processam, além da carne suína e derivados, estão presentes na produção de aves e bovinos. Essa organização produtiva é caracterizada pelos sistemas de integração entre empresas e produtores de matéria-prima (ABCS, 2014). “No caso da suinocultura, as grandes organizações exportadoras possuem estruturas produtivas localizadas predominantemente nos seus países de origem, não havendo uma elevada internacionalização da produção” [...] (MIELE; WAQUIL, 2007, p. 78), exceto

na parte comercial na qual realiza exportações de seus produtos para diversos países mundo a fora.

No processo em curso no qual as organizações líderes buscaram a consolidação nos seus mercados domésticos e de disputa no mercado internacional, destacam-se dois traços que marcaram a evolução da suinocultura nos principais países produtores, inclusive no Brasil. O primeiro deles, associado à intensificação tecnológica das últimas 2 décadas, é o processo de concentração e especialização na produção de animais (atividade pecuária), e de concentração no abate e processamento (agroindústria). O outro traço marcante, que ocorreu de forma concomitante ao anterior, foi o aumento da participação dos contratos, dos programas de fomento pecuário e da integração na coordenação dos agentes. Buscou-se dessa forma a redução de custos por meio dos ganhos de escala na suinocultura e na agroindústria, bem como redução dos riscos e aumento da qualidade pela maior coordenação no suprimento de matéria-prima (MIELE; WAQUIL, 2007, p. 84).

Já as organizações em níveis locais e regionais são pequenos frigoríficos e/ou agroindústrias familiares que realizam a produção em pequena escala para o consumo local e/ou regional. São empresas heterógenas que compram matéria-prima de produtores, na grande maioria, que produzem de forma independente<sup>13</sup> (ABCS, 2014). Sua produção fica restrita ao consumo interno.

A suinocultura é uma das atividades agropecuárias de maior importância econômica do Brasil, principalmente quando nos referimos à produção dos estados do sul do país. O Brasil é o 4º maior produtor de suínos do mundo, com cerca de 3,9 milhões de toneladas de carne produzidas ao ano (USDA, 2020). Além disso, é o único país da América do Sul entre os dez maiores produtores de carne suína (ABCS, 2014).

Conforme podemos observar na tabela abaixo, a China é, disparado, o maior produtor mundial, com cerca de 46,5% da produção. O Brasil, apesar de produzir apenas 3,9% do total mundial, foi o país, entre os dez maiores produtores, que mais cresceu sua produção a partir de 1995, registrando cerca de 134% de aumento. Desse modo, atualmente “o desempenho do agronegócio brasileiro e, por conseguinte do catarinense, está associado à

---

<sup>13</sup> O termo independente refere-se aos suinocultores que não possuem contratos de integração com grandes agroindústrias. Discutiremos o conceito nos próximos itens.

demanda internacional (China) e à elevação dos preços internacionais das *commodities* brutas e processadas” (ESPÍNDOLA, 2016, p. 92). Além de outros fatores, como “inovações tecnológicas, capacidade produtiva, ampliação do *mix* de produtos, conquista de novos mercados, modernização agrária e recursos naturais disponíveis igualmente são determinantes” (ESPÍNDOLA, 2016, p. 101).

Tabela 6– Maiores Produtores Mundiais de Carne Suína: 2014 – 2019 (Milhões de toneladas)

	<b>Países</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>
1º	China	56,7	54,8	52,9	53,4	54	46,5
2º	União Europeia	22,5	23,2	23,8	23,6	24	24,1
3º	Estados Unidos	10,3	11,1	11,3	11,6	11,9	12,5
<b>4º</b>	<b>Brasil</b>	<b>3,4</b>	<b>3,5</b>	<b>3,7</b>	<b>3,7</b>	<b>3,7</b>	<b>3,9</b>
5º	Rússia	2,5	2,6	2,8	3	3,1	3,2
6º	Vietnã	2,4	2,5	2,7	2,7	2,8	2,4
7º	Canadá	1,8	1,8	1,9	1,9	1,9	2
8º	Filipinas	1,4	1,4	1,5	1,5	1,6	1,6
9º	México	1,1	1,1	1,2	1,2	1,3	1,3
10º	Coréia do Sul	1,2	1,2	1,2	1,2	1,3	1,3

<sup>1</sup>Valores arredondados até três casas decimais.

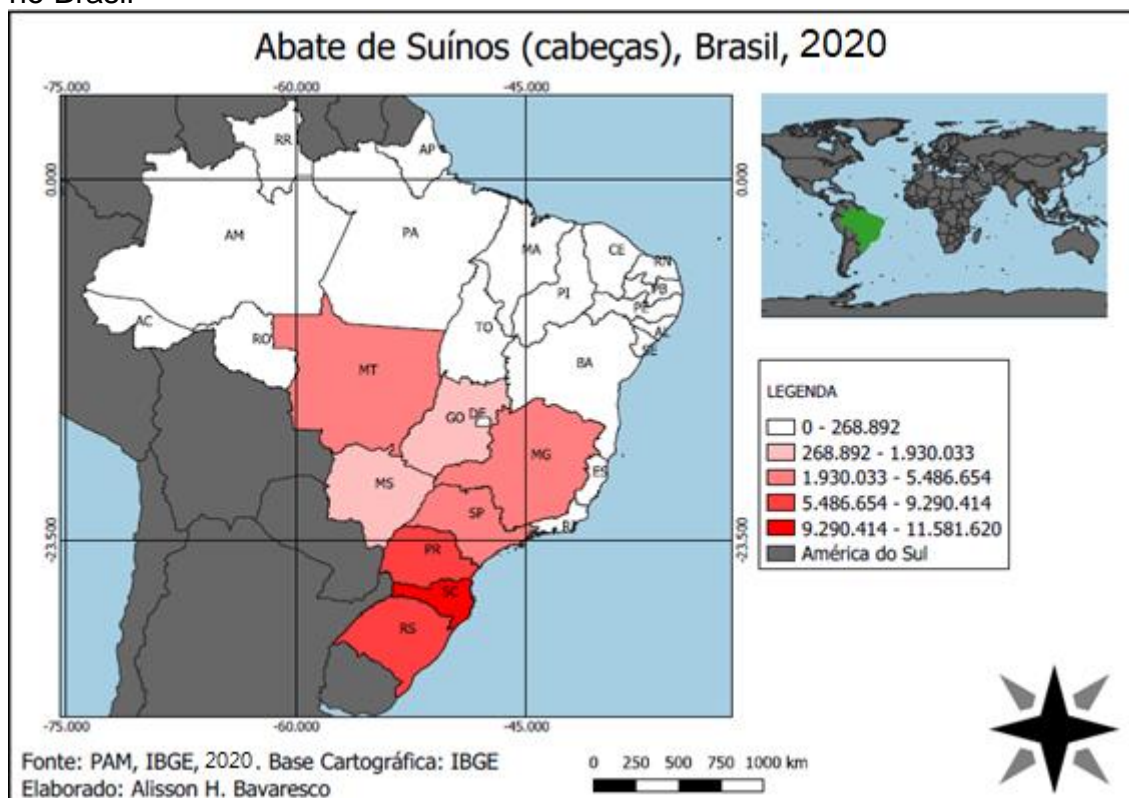
Fonte: USDA e Epagri. Elaborado por BAVARESCO, 2020.

O estado de Santa Catarina é o maior produtor e processador de carne suína do Brasil, representando cerca de 30% dos abates de suínos em todo o país (ABPA, 2019).

No mapa abaixo, podemos identificar os números dos abates de suínos no Brasil em 2018, dando destaque para Santa Catarina, com o maior número, acompanhado dos demais estados da região Sul.



Mapa 7– Representatividade das Unidades da Federação no abate de suínos no Brasil



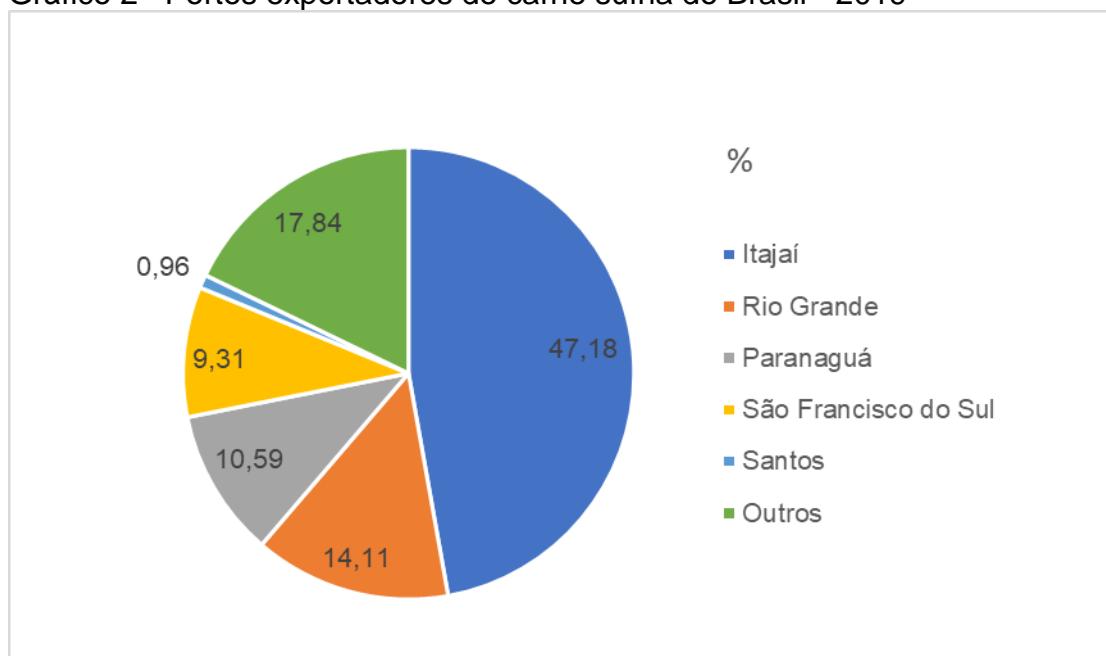
A suinocultura brasileira possui um amplo mercado exportador, mantendo relações comerciais com diversos países, principalmente os da Ásia e da Europa. Santa Catarina possui destaque nas exportações brasileiras, sendo a UF com os maiores valores exportados.

Os custos de produção são uma vantagem absoluta do país, que apresenta os menores custos entre os principais países produtores e exportadores. Além da disponibilidade de grãos, esse desempenho reflete a incorporação de tecnologias de abate e processamento, de produção pecuária com avanços em genética, nutrição e medicamentos [...] e de organização e coordenação da cadeia produtiva (MIELE; WAQUIL, 2007, p. 77-78).

A produção brasileira de carne suína destinada à exportação é transportada, na maioria, por via marítima, tendo os portos como principais destinos de embarque. O Porto de Itajaí (SC) é responsável por 47,18% das exportações de carne suína, seguidos pelos portos do Rio Grande (RS) com 14,11%, Paranaguá (PR) com 10,59% e São Francisco do Sul (SC) com 9,31%, confirmando a concentração regional, além da produção e

industrialização, mas também das exportações, conforme pode ser visto no gráfico abaixo.

Gráfico 2– Portos exportadores de carne suína do Brasil - 2019



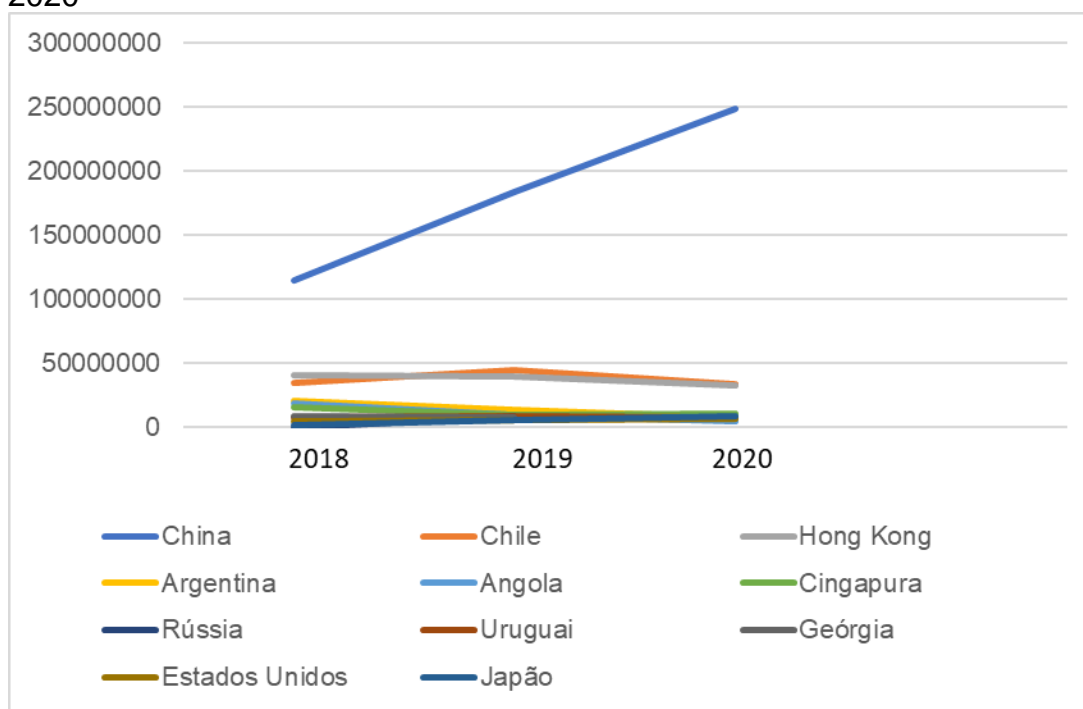
Fonte: ABPA, 2019. Elaborado por BAVARESCO, 2020.

Tabela 7– Exportações catarinenses de carne suína – 2018, 2019 e 2020.

Destino	2018 Kg	2019 Kg	2020 Kg
<b>TOTAL</b>	<b>312.673.507</b>	<b>372.634.402</b>	<b>479.088.204</b>
China	114.384.833	183.793.341	302.348.056
Chile	34.528.508	44.377.819	43.838.551
Hong Kong	41.315.541	39.722.531	36.450.659
Argentina	21.335.633	13.580.743	9.588.479
Angola	18.600.314	9.968.075	5.837.169
Cingapura	16.106.522	9.925.407	11.823.066
Rússia	301.775	9.228.211	-
Uruguai	7.582.537	9.146.752	9.495.504
Geórgia	8.456.164	8.376.423	-
Estados Unidos	4.668.692	6.019.964	7.741.396
Japão	1.525.104	5.641.690	11.142.968
Demais	43.867.884	32.853.446	26.575.265

Fonte: MDIC/SECEX e ACSS. Elaborado por BAVARESCO, 2021.

Gráfico 3– Destino das exportações de carne suína catarinense: 2018, 2019 e 2020

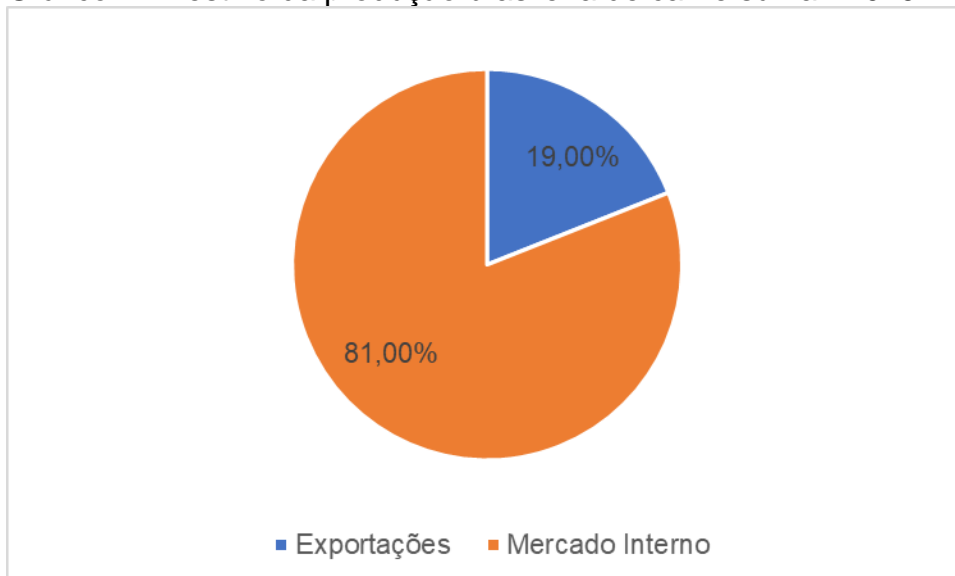


Apesar de ser um grande exportador de carne suína, a maior parcela da produção brasileira destina-se ao consumo interno, sendo, em 2019, cerca de 81% do total produzido no país.

A suinocultura brasileira depende essencialmente das exportações para se manter e se expandir, pois o mercado interno não possui perspectivas de aumento no consumo per capita desse tipo de carne, ele [...] “não apresenta dinamismo necessário para o crescimento do segmento, cabendo ao mercado externo absorver parcela crescente da produção” (MIELE; WAQUIL, 2007, p. 76).

Além disso, deve permanecer a tendência de maior dependência do mercado externo e relativa estagnação do interno, tanto em virtude do perfil de consumo e da renda da população, quanto da manutenção das estratégias das agroindústrias líderes, que apostam nos produtos processados em detrimento da carne in natura. De qualquer forma, há uma evidente diversidade de estratégias e atores nesse segmento do mercado de proteína animal, sobretudo entre os suinocultores e as agroindústrias de menor porte e abrangência geográfica (MIELE; WAQUIL, 2007, p. 84).

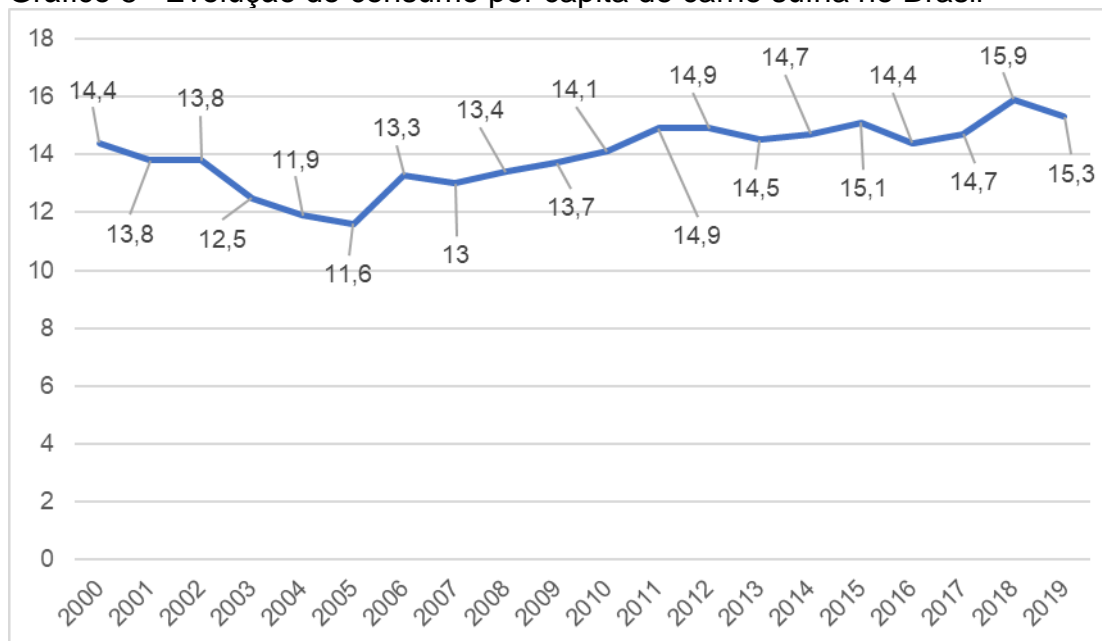
Gráfico 4– Destino da produção brasileira de carne suína - 2019



Fonte: ABPA. Elaborado por BAVARESCO, 2020.

O elevado consumo interno de carne suína, em porcentagem total, justifica-se pela dimensão da população brasileira que segundo o Censo do IBGE (2010) representa 190 milhões de pessoas, totalizando um consumo *per capita* de 15,3 kg de carne suína por habitante. Apesar de possuímos um elevado consumo interno em termos totais, que se justifica pela dimensão populacional de nosso país, o consumo *per capita* está muito abaixo se comparado com o de outros países como a Dinamarca (73kg), a Espanha (67kg), União Europeia (40,2kg), EUA (27,9kg), China (37kg), Coreia do Sul (29,2 kg) e Japão (19,6kg) (ABCS, 2014).

Gráfico 5– Evolução do consumo per capita de carne suína no Brasil



Fonte: ABPA, elaborado por BAVARESCO, 2021.

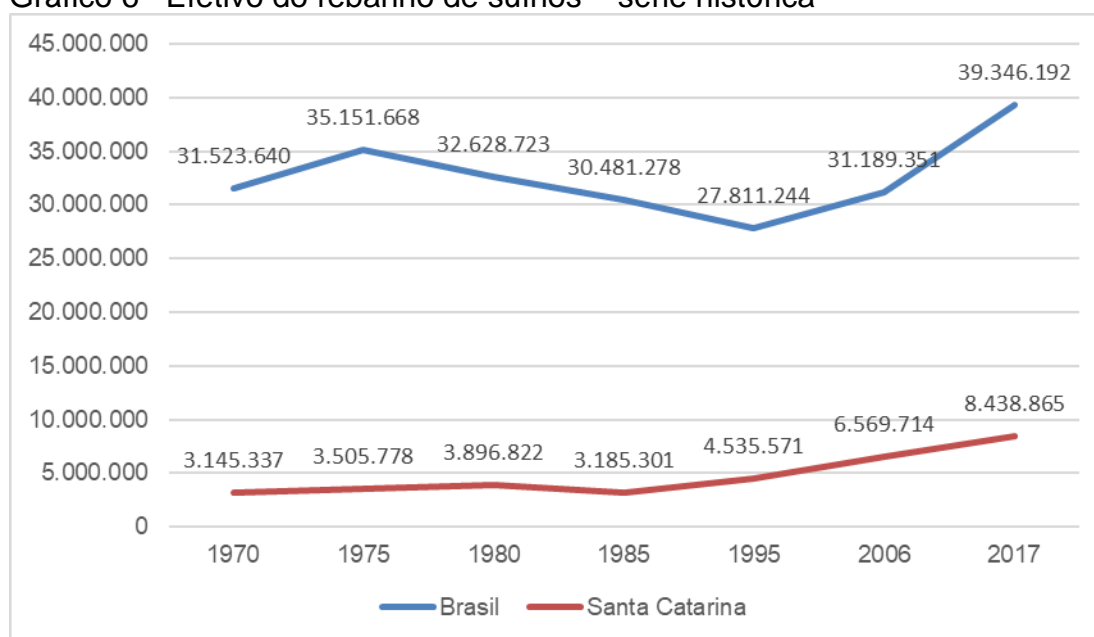
Por mais que seja um índice interessante, vale ressaltar que não considera as disparidades regionais e as desigualdades sociais, já que atribui o consumo *per capita* pelo total da produção consumida dividido pelo total da população. Consideramos que vivemos em um país com elevado índice de desigualdade social, e a carne não chega a ser uma refeição constante em inúmeras famílias brasileiras. Além do mais, existem inúmeras questões culturais que fazem com que populações de algumas regiões não tenham o hábito de consumir carne suína, e em muitos locais o consumo é nulo.

Conforme analisado anteriormente, a produção de suínos no Brasil cresceu de forma estrondosa nos últimos anos e, conseqüentemente, em Santa Catarina, como podemos observar no gráfico esse aumento produtivo se deve, em grande parte, pela expansão do plantel de animais principalmente em Santa Catarina que na primeira década desse século teve um crescimento de mais de 100% no efetivo do rebanho, enquanto em nível nacional esteve praticamente estagnado.

Além disso, o elevado crescimento da agropecuária como um todo, em Santa Catarina, nesse período, se deve a combinação do processo de reestruturação técnico-econômica e o estabelecimento de novos mecanismos de financiamento, (ESPÍNDOLA, 2016)

[...] possibilitaram que, no período entre 1985 e 1999, a agricultura catarinense crescesse a uma taxa superior da agricultura do Sul do Brasil e a brasileira. Assim, enquanto a agricultura catarinense cresceu 83%, a do sul do Brasil cresceu 67% e a brasileira 54%. Isso possibilitou um aumento de participação da agropecuária catarinense no conjunto da agropecuária brasileira, pois, se, em 1985, a agropecuária catarinense representava 5,2% da brasileira, em 1999, esse percentual alcançou 6,4% (ESPÍNDOLA, 2016, p. 95).

Gráfico 6– Efetivo do rebanho de suínos – série histórica



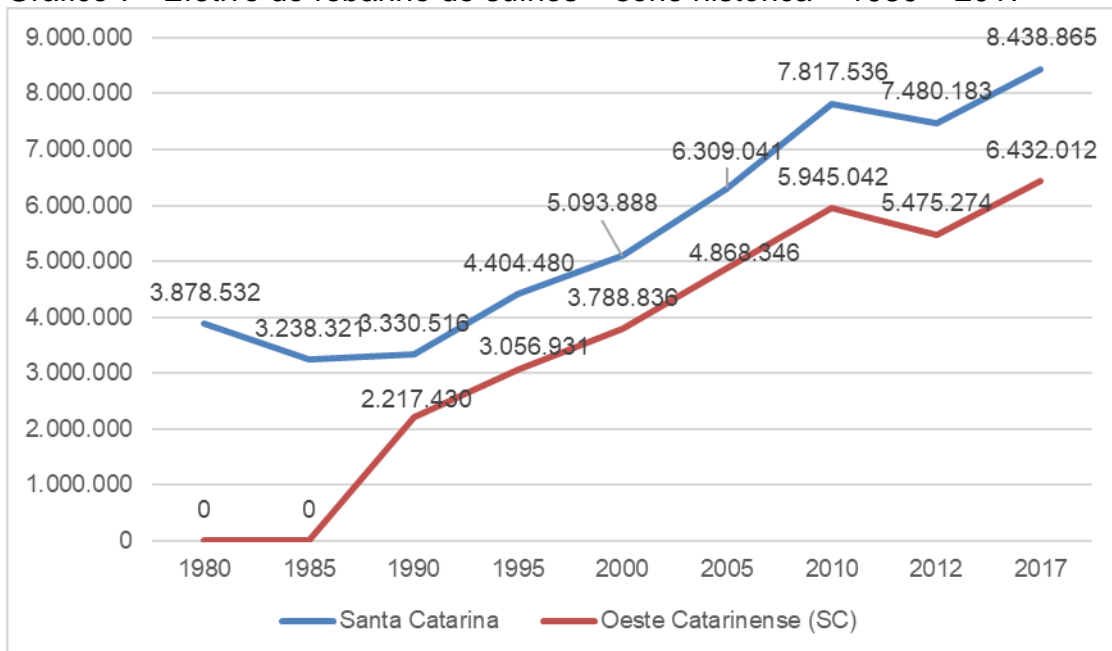
Fonte: IBGE – Censos Agropecuários 2006 e 2017. Elaborado por BAVARESCO, 2020.

No período de 1980 até 1995, ocorre uma diminuição no plantel de suínos, tanto no Brasil quanto em Santa Catarina. Esse fator pode ser explicado pelo aumento da produtividade de cada suíno que foi possível com intenso processo de modernização da agricultura ocorrido nos anos 1980. Com os investimentos em genética e técnicas de manejo, foi possível reduzir bruscamente o intervalo de tempo entre o nascimento de um suíno até seu abate final e, conseqüentemente, a diminuição no plantel de animais, já que as taxas de exportações e consumo interno se mantiveram, nesse período, praticamente estagnadas.

No estado de Santa Catarina, a mesorregião do Oeste possui o maior plantel de suínos do estado, representando cerca de 73% do efetivo do

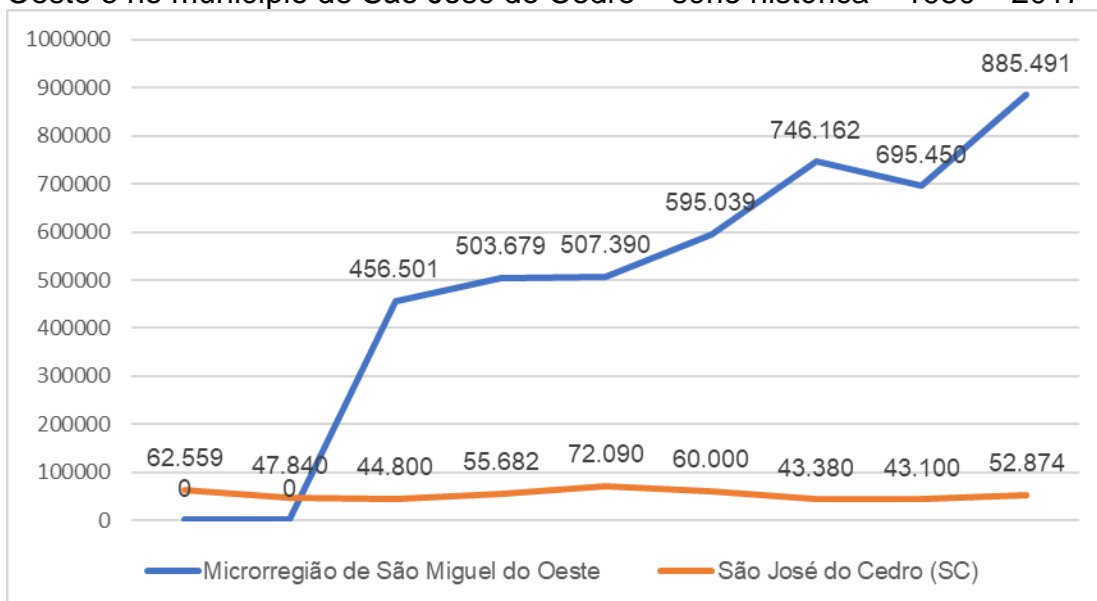
rebanho. Isso demonstra a importância econômica da cadeia produtiva da suinocultura para a região Oeste de Santa Catarina.

Gráfico 7– Efetivo do rebanho de suínos – série histórica – 1980 – 2017



Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal (PPM) e Censo Agropecuário 2017. Elaborado por BAVARESCO, 2020.

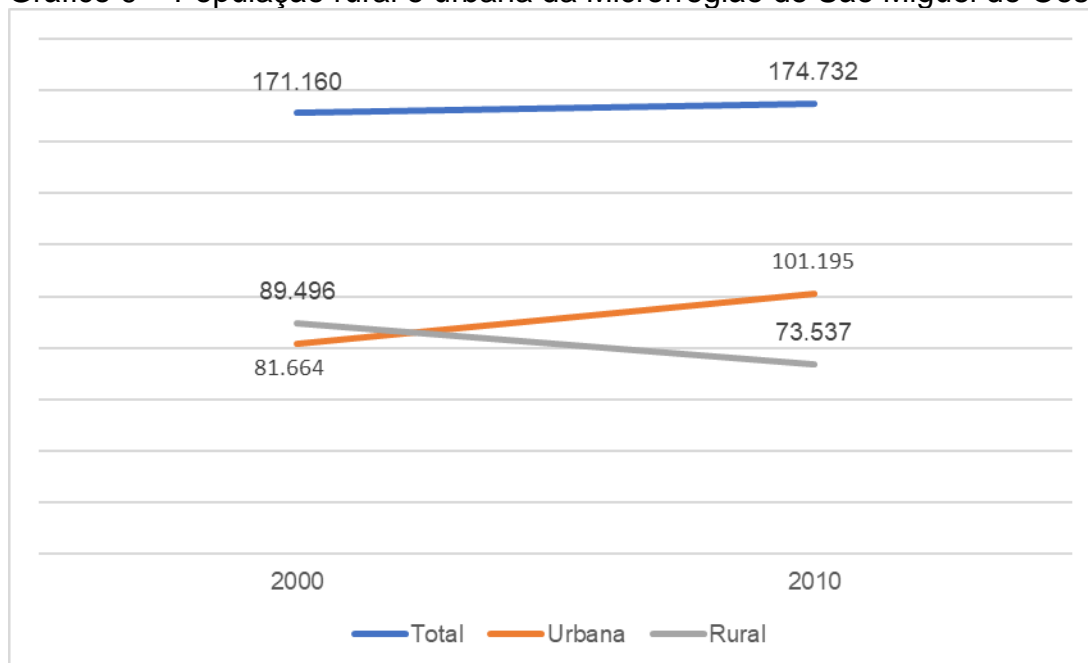
Gráfico 8 - Efetivo do rebanho de suínos na microrregião de São Miguel do Oeste e no município de São José do Cedro – série histórica – 1980 – 2017



Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal (PPM) e Censo Agropecuário 2017. Elaborado por BAVARESCO, 2020.

Conforme pode ser observado no gráfico, a região Oeste apresenta, a partir do ano de 1980, um elevado crescimento em seu rebanho de suínos, especialmente na microrregião de São Miguel do Oeste que cresceu mais de 74%, diferente do município de São José do Cedro, na qual o rebanho diminuiu em cerca de 27%. Esses dados podem ser explicados pela diminuição no número de produtores de suínos independentes que acabam deixando a atividade e migrando para a produção de leite que, atualmente, é bastante significativa na região de São Miguel do Oeste. Além disso, o êxodo rural tem sido impactante na microrregião em que as atividades suinícolas têm sido impossibilitadas pela dificuldade de sucessão familiar nas propriedades, conforme podemos observar os dados no gráfico abaixo.

Gráfico 9 – População rural e urbana da Microrregião de São Miguel do Oeste



Fonte: Censos Demográficos do IBGE. Elaborado por BAVARESCO, 2020.

Ademais, as agroindústrias procuram integrar produtores rurais que estão localizados geograficamente mais perto dos frigoríficos, priorizando assim, produtores nas regiões de Chapecó, Concórdia e Joaçaba onde se encontram os maiores frigoríficos de suínos da região.

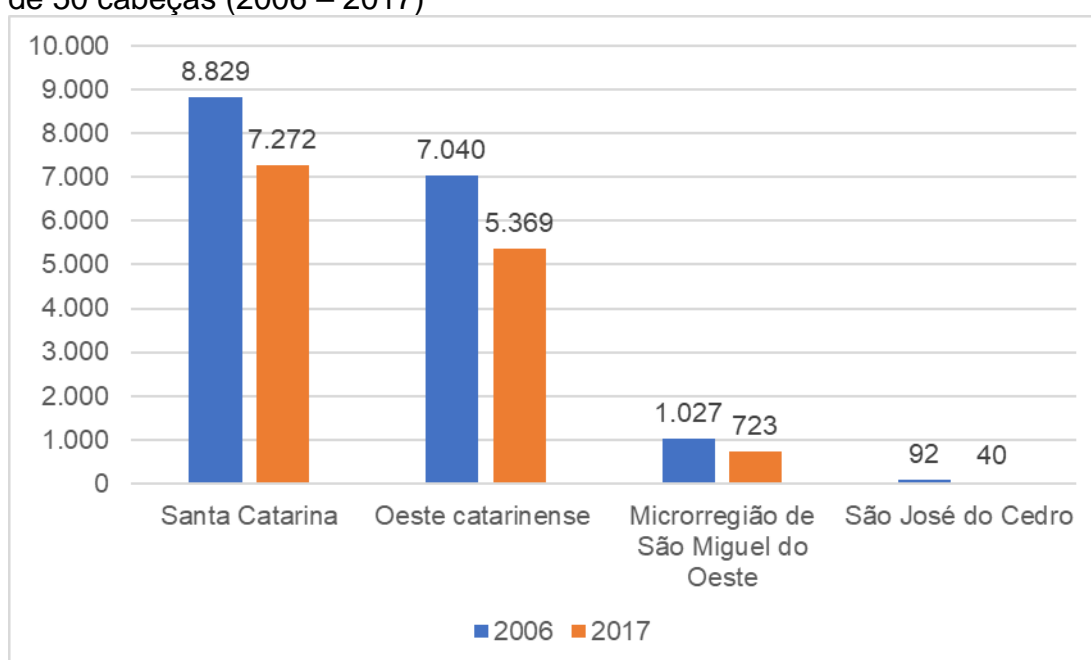
Além de concentrar o maior rebanho do estado, a mesorregião do Oeste concentra a maior parcela dos estabelecimentos produtores de suínos,



mais de 72% de todos os produtores de Santa Catarina, sendo, em 2017, cerca de 5.369 estabelecimentos.

O número de estabelecimentos agropecuários com produção de suínos vem decaindo nos últimos anos em Santa Catarina e, por consequência, na região Oeste devido, principalmente, à tendência de concentração de renda e produção que são característicos do desenvolvimento do sistema capitalista, concentrando a produção em grandes propriedades e excluindo os pequenos produtores familiares da atividade.

Gráfico 10– Número de estabelecimentos com produção de suínos com mais de 50 cabeças (2006 – 2017)



Fonte: IBGE – Censo Agropecuário de 2006 e 2017, elaborado por BAVARESCO, 2020.

Conforme se observa no gráfico, é bastante significativa a diminuição no número de produtores de suínos em todos os níveis territoriais analisados. No estado de Santa Catarina, essa diminuição chega a 18%. Na região Oeste 24%, na microrregião de São Miguel do Oeste 30% e no município de São José do Cedro cerca de 57%.

Esses dados são explicados, como já citamos, pela tendência concentradora da cadeia produtiva que seleciona os produtores, sendo que os menos capitalizados acabam sendo excluídos da atividade.

As mudanças estruturais são significativas, já que a suinocultura, como as demais atividades agropecuárias, possui a tendência de eliminar os traços

familiares da organização produtiva e tornar a atividade mais um ramo da indústria.

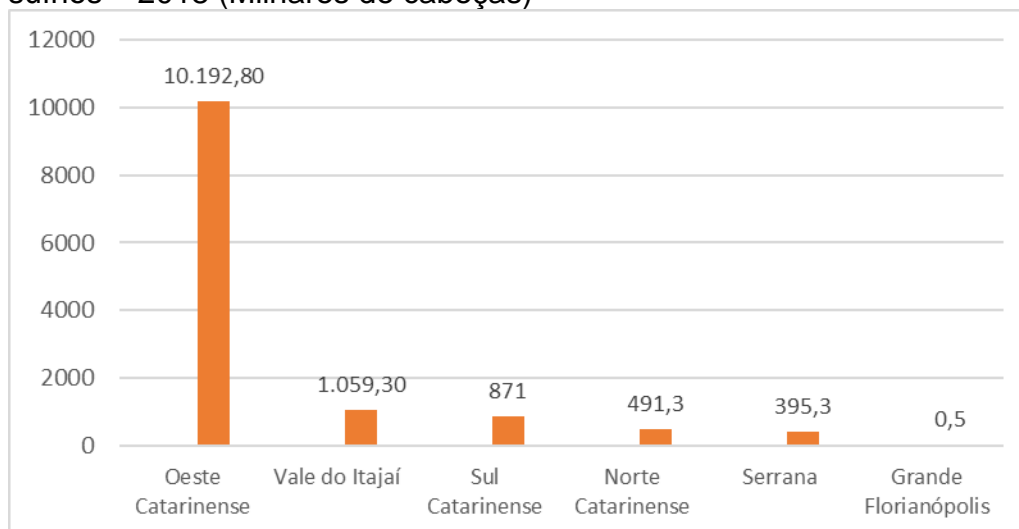
Tabela 8– Número de estabelecimentos com mais de 50 cabeças de suínos e o número total de cabeças - 2017

<b>Unidade Territorial</b>	<b>Número de estabelecimentos</b>	<b>Número de cabeças de suínos</b>	<b>Número médio de animais por estabelecimento</b>
Santa Catarina	7.272	8.070.236	1.109
Chapecó	5.369	5.259.852	979
São Miguel do Oeste	723	740.290	1.023
São José do Cedro (SC)	40	48.806	1.220

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2017, elaborado por BAVARESCO, 2020.

Além de concentrar o maior rebanho e o maior número de estabelecimentos agropecuários com produção de suínos, a região Oeste concentra o maior percentual no abate de suínos do estado. Isso mostra que a maior parcela da produção regional é processada e industrializada no local. Esse fator se deve a forte atuação dos oligopólios agroindustriais que atuam na região com os sistemas de integração entre empresa e produtores rurais, na qual é o berço das maiores agroindústrias do país e que permanecem no Oeste dominando o mercado produtor, nos primórdios com a Sadia e Perdigão, e, na atualidade com a fusão e criação da BRF, além da atuação das cooperativas como a Cooperativa Aurora.

Gráfico 11– Participação das mesorregiões de Santa Catarina no abate de suínos – 2018 (Milhares de cabeças)



Fonte: Epagri e CIDASC, 2018. Elaborado por BAVARESCO, 2020.

Vale ressaltar que os frigoríficos catarinenses abatem um número de suínos maior que sua produção e essa se deve à obtenção de matéria-prima nos estados vizinhos do Rio Grande do Sul e do Paraná.

Se analisarmos as microrregiões de todo o estado, as pertencentes ao Oeste concentram quase 80% da produção, dando destaque para a microrregião de Concórdia, berço do Grupo Sadia, seguido pela região de Joaçaba, berço da Perdigão. A microrregião de São Miguel do Oeste ocupa a quarta posição, mas ainda com uma produção significativa.

Tabela 9 – Santa Catarina: microrregiões de origem da produção – 2017

	<b>Microrregião</b>	<b>Nº de cabeças(mil)<sup>1</sup></b>	<b>%</b>
1º	Concórdia	2.943,45	23,21
2º	Joaçaba	2.723,67	21,48
3º	Chapecó	2.079,30	16,39
4º	São Miguel do Oeste	1.220,93	9,63
5º	Xanxerê	1.036,51	8,17
6º	Rio do Sul	851,72	6,72
7º	Tubarão	783,76	6,18
8º	Canoinhas	461,54	3,64
9º	Curitibanos	367,04	2,89
10º	Ituporanga	154,87	1,22
11º	Criciúma	25,74	0,2
12º	Blumenau	24,74	0,19
13º	Joinville	4,13	0,03
14º	São Bento do Sul	2,59	0,02
15º	Campos de Lages	1,33	0,01
16º	Araranguá	1,00	0,01
17º	Tabuleiro	0,59	0,005
18º	Itajaí	0,08	0,001
	<b>Total</b>	<b>12.638,31</b>	<b>100</b>

<sup>1</sup> Inclui os suínos criados e abatidos em Santa Catarina (87,72%) e aqueles criados no estado e abatidos em outras Ufs (12,28%).

Fonte: CIDASC e Epagri, elaborado por BAVARESCO, 2020.

Através dos dados, foi possível denotar a importância da região Oeste de Santa Catarina na produção de suínos, analisando de forma geral a cadeia produtiva. Nos próximos itens, serão analisados de forma mais detalhada a estrutura da produção de suínos na região.

Existem pelo menos dois sistemas de produção na suinocultura do Oeste de Santa Catarina, sendo os sistemas de produção independente e os integrados às agroindústrias.

Quadro 2 – Principais características dos produtores integrados e independentes

<b>INTEGRADOS</b>	<b>INDEPENDENTES</b>
Produzem leitões e engordam suínos;	Produzem leitões e engordam suínos;
Predominância do sistema especializado de produção;	Predominância do sistema de Ciclo Completo na produção;
Recebem a ração pronta direto da agroindústria ou empresas terceirizadas;	Fazem o preparo da ração na propriedade;
Não realizam a compra de nenhum cereal para a fabricação da ração animal, já que essa vem pronta para a propriedade;	Realizam a compra dos insumos para a ração: milho, soja e suplementos. Na maioria das vezes esses cereais são produzidos na propriedade;
Os animais são de propriedade da empresa integradora;	Os animais são propriedade do suinocultor;
A forma de manejo dos suínos é definida pela agroindústria;	O suinocultor define a forma que irá manejar sua produção;
Os chiqueiros ou pocilgas são de propriedade do suinocultor, adquiridos através de financiamentos ou capital próprio;	Os chiqueiros ou pocilgas são de propriedade do suinocultor, adquiridos através de financiamentos ou capital próprio;
O custo com energia elétrica e abastecimento de água é de responsabilidade do produtor;	O custo com energia elétrica e abastecimento de água é de responsabilidade do produtor;
O suinocultor é responsável pelo manejo correto dos dejetos dos suínos;	O suinocultor é responsável pelo manejo correto dos dejetos dos suínos;
A agroindústria fornece os medicamentos necessários	A compra de medicamentos para eventuais doenças nos animais é realizada em agropecuárias de sua preferência e aplicada pelo produtor;
A assistência técnica é realizada por profissionais da agroindústria;	A assistência técnica é realizada pelos comerciantes de medicamentos que, geralmente, são profissionais da área;
Investimentos em ampliação das estruturas e adoção de novas	O produtor tem a liberdade de investir em novas estruturas e de

tecnologias ficam a cargo do suinocultor, porém são pressionados pelas empresas, a todo momento, para que adotem novas tecnologias e aumentem o plantel, podendo, se o produtor não atender às solicitações, ocorrer a quebra de contrato de parceria;	escolher adotar novas tecnologias ou ampliar o plantel de animais de acordo com seu faturamento ou vontade pessoal;
O produtor recebe as matrizes para a produção das raças que a agroindústria definir, não mantendo contato com fornecedores de animais de alta tecnologia genética; o mesmo caso ocorre com os reprodutores;	O produtor define quais raças de animais obter, precisando estabelecer elos com empresas de genética animal para a compra dos animais. São, na maioria, empresas multinacionais como a <i>Agroceres</i> e <i>Topigs</i> que possuem os cruzamentos de raças mais avançadas e com melhores classificações do setor;
Utilizam, em larga escala, a inseminação artificial;	Baixa utilização de ferramentas de inseminação artificial devido à falta de recursos e incentivo para se obter um banco de sêmen público, já que os custos são muito altos para cada produtor ter seu próprio laboratório;
Realizam o carregamento dos animais para o abate em período definido pelos técnicos das empresas;	Realizam a venda dos animais para o abate no momento em que achar mais oportuno, podendo realizar a venda com o frigorífico de sua preferência;
Recebem a bonificação de acordo com o desempenho do lote engordado, independentemente se a bolsa de suínos estiver em queda ou em alta no dia da venda;	Seu rendimento depende do valor pago ao Kg do suíno vivo no dia da venda, de acordo com a bolsa de suínos;
Produção voltada, em sua maioria, às exportações;	Produção voltada, em sua maioria, para o consumo interno;
Responsável por toda mão de obra, seja ela familiar ou contratada;	Responsável por toda mão de obra, seja ela familiar ou contratada;

Fonte: Trabalho de campo. Elaborado por BAVARESCO, 2021.

De forma geral, os sistemas apresentados se diferem principalmente na sua estrutura administrativa, nas relações comerciais de compra dos insumos e da venda dos suínos para o abate.

### **2.2.1 - Sistemas de produção independente na suinocultura**

Como apresentamos anteriormente, existem pelo menos dois sistemas de produção que predominam na suinocultura brasileira, em especial, em Santa Catarina: a produção independente e a integrada. A suinocultura independente é caracterizada pela independência do suinocultor em realizar o processo produtivo, fazer a compra de insumos, desenvolver técnicas de manejo e realizar a venda dos animais, além de lhe ser garantido “a possibilidade de negociar e transacionar com diferentes compradores e fornecedores” (MIELE; MIRANDA, 2013, p. 208). Nesse sistema, “não há ingerência da agroindústria no processo produtivo” (MIELE; MIRANDA, 2013, p. 208).

Desde as primeiras transações comerciais de suínos, no início do século XX, com a venda da banha e o tropeirismo<sup>14</sup> de suínos, até meados dos anos de 1980, o sistema produtivo independente predominava na região Oeste de Santa Catarina. Com a ampliação das redes organizacionais dos grandes conglomerados industriais e o desenrolar da modernização da agricultura brasileira, esse sistema foi, aos poucos, substituído pelo sistema de integração com as agroindústrias.

A maior parte dos suinocultores do sistema independente organiza a produção em granjas de ciclo completo (CC), ou seja, o suinocultor estabelece em sua propriedade todas as etapas da produção dos suínos, desde a inseminação das matrizes até a engorda dos animais para o abate, “quais sejam: cruza ou inseminação, maternidade, desmama, creche e terminação” (MIELE; WAQUIL, 2007, p. 82). Até meados dos anos 1990, predominava no Brasil a produção em CC (MIELE; WAQUIL, 2007) posterior houve a transformação dos estabelecimentos destinados a etapas específicas com a criação de Unidades de Produção de Leitões (UPL) e Unidades de Crescimento e Terminação (UT). “Essa tendência à especialização nas etapas

---

<sup>14</sup>O tropeirismo de suínos era comum no Oeste de Santa Catarina até início do século XX. Antes de existir estradas de rodagens e ferrovias, o transporte de suínos até os frigoríficos era realizado a pé pelos tropeiros que levavam as varas de porcos até São Paulo para a comercialização. Para mais informações ver VALENTINI (2006).

do processo produtivo dos suínos ocorreu em todo o país, mas se dá de forma mais intensa na Região Sul” (MIELE; WAQUIL, 2007, p. 82).

Nessa forma de organização, na qual prevalece a produção em ciclo completo, o suinocultor arca com todos os custos de produção. A receita depende do preço de mercado do suíno vivo (MIELE, 2013), no mercado *spot*<sup>15</sup>.

Até a década de 80, a produção de suínos era organizada na forma conhecida como ciclo completo, em que o processo é integralmente controlado pelo agricultor, proprietário dos meios de produção. A relação que este mantinha com as empresas agroindustriais era de natureza comercial, abrangendo a aquisição de medicamentos e insumos e a venda dos suínos prontos para o abate. Produzir milho e outros insumos na propriedade era a principal estratégia para diminuir custos e aumentar a margem de ganho do produtor (COLETTI; LINS; 2011, p. 347).

Historicamente, a produção de suínos no Oeste de Santa Catarina esteve atrelada ao sistema de policultura<sup>16</sup>, na qual os produtores cultivavam no estabelecimento a maioria dos insumos que eram destinados à alimentação dos animais, principalmente o milho que é a base da alimentação dos suínos. Nessas condições, a suinocultura se incorporava como a principal atividade na organização da propriedade familiar, pois todas as outras atividades desenvolvidas pelo sistema de policultura, ou pelo menos a grande maioria delas, era destinada a produção de suínos, seja ela o milho, o trigo e o soja, e nos primórdios a mandioca, a batata e a abóbora.

Esse sistema continua sendo predominante entre os suinocultores independentes, mas vem perdendo espaço para o sistema integrado que coloca em xeque o sistema de policultura voltada à suinocultura, já que com a integração os produtores não precisam mais produzir o milho e outros cultivos, pois a alimentação dos suínos é produzida pela própria agroindústria.

[...] o declínio da policultura subordinada à suinocultura fez a criação de suínos deixar de ser a atividade em torno da qual

---

<sup>15</sup> No dicionário, a palavra se traduz como sendo: “Instantâneo”, “imediato”. O mercado *spot* significa, basicamente, operações na bolsa de mercadorias. É muito usado por produtores agrícolas quando precisam urgentemente de recursos financeiros ou quando o preço de seus produtos está em um patamar elevado. Fonte: IPEA. Para mais, consultar MIELE (2013).

<sup>16</sup> Caracterizado pela prática de se produzir diversas variedades de produtos agrícolas no mesmo estabelecimento ou área.



se organizava o sistema de produção familiar. Desaparecendo o encadeamento, que, em nível de propriedade, marcava o sistema de ciclo completo, a suinocultura passou a registrar tão somente a condição de uma prática econômica a mais, com a alimentação e os outros insumos originando-se nas próprias empresas agroindustriais (COLETTI; LINS; 2011, p. 351).

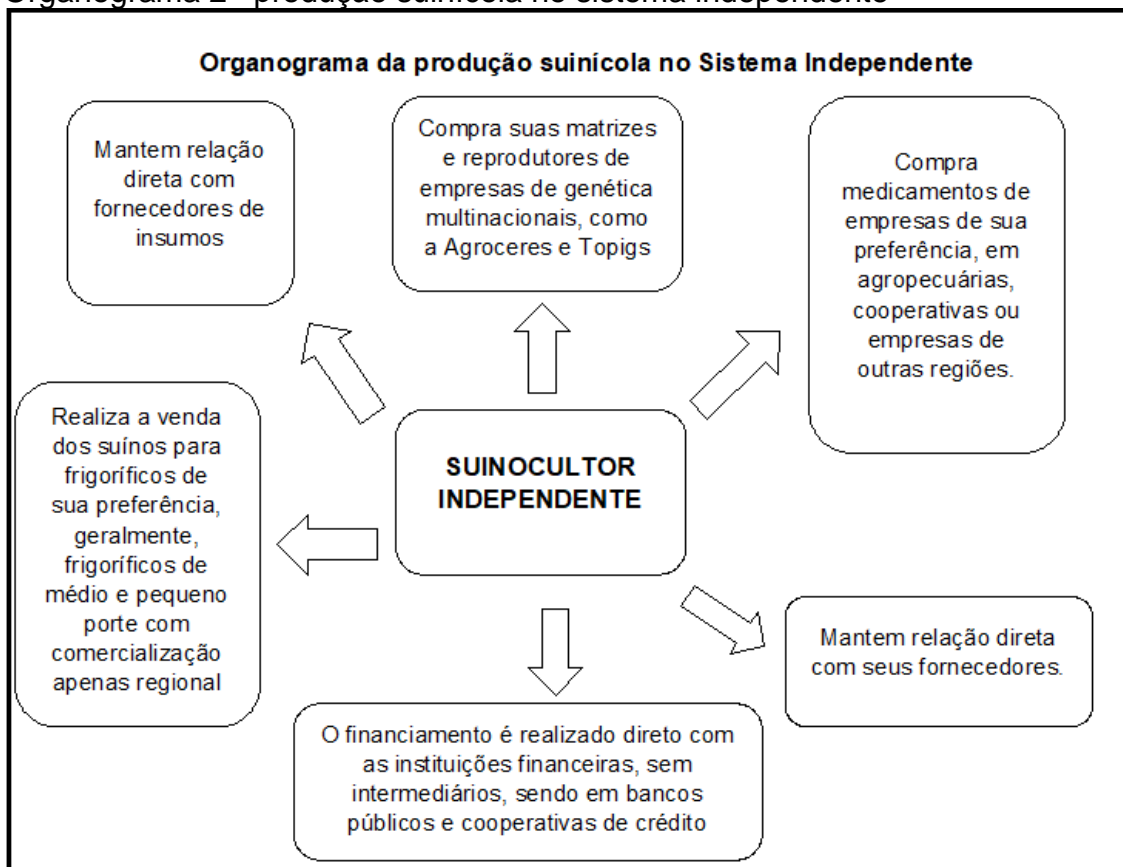
Através dessas mudanças a suinocultura deixa de ser a atividade principal da propriedade para se tornar só mais uma, pois todas as atividades agrícolas que eram realizadas na propriedade destinadas, essencialmente, à produção dos suínos deixam de existir, abrindo espaço para outras atividades dentro da propriedade familiar. “O produto que se tornou a ponta de lança na busca de alternativas perante as mudanças sofridas pela suinocultura foi o leite” (COLETTI; LINS; 2011, p. 353).

A suinocultura “historicamente, aparece como atividade principal expressa no sistema de policultura subordinada à suinocultura, no qual o suíno é o mais importante produto comercializado pelas propriedades rurais” (COLETTI; LINS; 2011, p. 350), mas recentemente essa prática perdeu participação no sistema de produção das propriedades (COLETTI; LINS; 2011).

A produção de milho desvinculada da suinocultura foi realizada inicialmente apenas nas propriedades maiores, nas menores só foi possível com a ascensão da produção do leite e o milho destinado para a silagem.

O que caracteriza o produtor independente é, em suma, a sua liberdade técnica, administrativa e financeira na produção de suínos, partindo dos produtores todas as tomadas de decisões necessárias à produção. No organograma abaixo podemos identificar as principais características do sistema e sua relação com os demais setores da economia.

## Organograma 2– produção suinícola no sistema independente



Fonte: Trabalho de campo. Elaborado por BAVARESCO, 2021.

Conforme podemos observar no organograma, o suinocultor independente mantém relação direta com seus fornecedores, tanto de insumos para a ração e medicamentos, quanto no financiamento, na aquisição de animais e na venda dos suínos para os frigoríficos, diferente do que acontece com os produtores integrados, no qual esse intermédio de relações com outros setores da economia é realizado pela empresa integradora, sendo que, muitas vezes, os produtores não têm conhecimento de onde provêm os insumos e pra onde vão os suínos após o carregamento da propriedade.

Apesar de o sistema garantir a autonomia dos suinocultores, na qual qualificamos como sendo um fator importante e positivo, os produtores independentes estão inseridos em um mercado de compra e venda considerado muito volátil, operam em um mercado especulativo e estão sujeitos a conjuntura econômica. “Nesse sentido, ele é um tomador de risco” (MIELE; MIRANDA, 2013, p. 210). Desse modo, produz em um mercado com um comportamento cíclico com períodos de altos ganhos financeiro e

períodos de baixa rentabilidade. “Os prolongados períodos de margens baixas ou negativas, muitas vezes insuficientes para cobrir os custos de depreciação do capital, alternados por curtos períodos de rentabilidade, têm levado à descapitalização e forte redução no número de produtores independentes” (MIELE; MIRANDA, 2013, p. 210).

Nesse sentido, alguns elementos devem ser observados. Em primeiro lugar, o independente está mais exposto ao risco do que o integrado, necessitando de maior reserva de capital, tendo em vista que o integrado conta com parte do capital de giro vindo da agroindústria (ração e animais), bem como acesso a financiamento e maiores garantias de escoamento da produção. Além disso, a necessidade de negociar constantemente com compradores e fornecedores e de buscar mecanismos de proteção ao risco exige o produtor independente uma estrutura comercial e administrativa profissionalizada, assim como a associação e troca de experiências com outros produtores. Por fim, as crescentes exigências para garantir qualidade e conformidade dos produtos requerem a coordenação da cadeia de suprimentos por meio da rastreabilidade e da certificação. Isso tem sido disponibilizado aos pequenos produtores pelas agroindústrias integradoras, enquanto que as granjas independentes devem adquirir estas competências ou buscar apoio de associações e cooperativas (MIELE; MIRANDA, 2013, p. 209).

“A receita dos suinocultores no mercado *spot* depende do número de animais vendidos (escala e produtividade), do peso de abate e do preço de mercado do suíno vivo” (MIELE; MIRANDA, 2013, p. 208). Os produtores independentes são mais vulneráveis às crises, pois estão submetidos às oscilações do mercado, já os integrados possuem um mínimo de renda garantido pelas agroindústrias que possibilita melhor suportar as crises cíclicas.

É importante ressaltar que os produtores independentes também estabelecem acordos com seus fornecedores de insumos e com os frigoríficos, com o intuito de garantir os insumos para a fabricação da ração e garantir a venda dos suínos para o abate. Os acordos na compra de insumos por parte dos produtores independentes costumam ser realizados com cooperativas e comerciais de grãos estabelecidas regionalmente. Já na compra dos suínos para o abate, são estabelecidos acordos com pequenos frigoríficos que garantem a compra dos animais, bem como garantem um preço adequado do suíno vivo. [...] outro fenômeno que vem sendo

observado, sobretudo na região Sul, é a existência de mini integradores, que são suinocultores ou comerciantes que subcontratam outros suinocultores para a engorda dos animais (MIELE; MIRANDA, 2013, p. 208).

Nesse sistema, verifica-se a existência de comerciantes que adquirem os animais para posterior venda às agroindústrias, com ou sem engorda. Nota-se que em alguns estados, como Santa Catarina e Rio Grande do Sul, muitos desses comerciantes passaram a fornecer insumos e assistência técnica a outros suinocultores em troca de garantias tácitas de fornecimento [...] (MIELE; WAQUIL, 2007, p. 80).

Esse sistema de integração entre suinocultores independentes tem sido uma alternativa viável pra garantir a compra e a venda dos produtos, além disso, possibilita superar com maior força as crises cíclicas do setor. Mas vale ressaltar que esse sistema alternativo tem sido possível somente com suinocultores independentes mais capitalizados e com maior produção. Geralmente é realizada entre propriedades familiares de uma mesma comunidade, ou até mesmo dentro de várias propriedades na mesma família, mantendo além de laços comerciais e econômicos, laços familiares de parentesco.

O sistema independente de produção de suínos tem sido, nos últimos anos, fortemente substituído pelo sistema integrado com as agroindústrias, isso se deve essencialmente ao desenvolvimento do sistema capitalista que tende a industrializar a agricultura tornando-a mais um setor industrial, além disso, a tendência a concentração da produção e do capital tem sido registrada, não somente na região Oeste Catarinense, mas em todo o Brasil, como um fator impactante, excluindo diversas famílias da agricultura, principalmente da suinocultura.

### **2.2.2 – Os sistemas de integração na suinocultura**

O Oeste de Santa Catarina é um polo tradicional de produção de suínos (MIELE; MIRANDA, 2013), a atividade esteve presente desde os primórdios da ocupação da região até os dias atuais, sendo sempre muito dinâmica e envolvendo, no processo produtivo, centenas de milhares de pessoas direta e indiretamente. Além de importância econômica, a suinocultura incorpora em seu meio significado cultural para a população do

Oeste, pois seu desenvolvimento está atrelado aos aspectos culturais dos colonos gaúchos de descendência alemã e italiana e no conseqüente consumo de derivados como a banha, a salsicha, o salame, o presunto e, é claro, a carne *in natura*.

Além disso, o Oeste Catarinense é considerado o berço nacional das maiores agroindústrias processadoras de carne do país (MIELE; MIRANDA, 2013). As quatro marcas de derivados de suínos mais famosas do Brasil tiveram origem na região, sendo elas: Perdigão (1940); Sadia (1944); Seara (1956) e Aurora (1969). As agroindústrias estão estreitamente interligadas ao desenvolvimento das redes de produção de suínos “[...] assumindo desde cedo a coordenação da cadeia produtiva e a definição dos seus rumos estratégicos” (MIELE; MIRANDA, 2013, p. 201).

As últimas décadas têm sido caracterizadas por grandes transformações na agricultura brasileira, em especial na produção de suínos. Diversas técnicas e tecnologias passaram a estar presentes no processo de produção, gerando maior produtividade e produção em todos os níveis, desde a criação até o processo de industrialização da carne suína.

Um movimento intenso tem sido realizado no Oeste Catarinense buscando maior produtividade do plantel, realizado principalmente pelas agroindústrias que atuam na região. Foi diante desses aspectos que se tem intensificado a implementação dos sistemas de integração entre agroindústrias e produtores de suínos.

Nesse sistema, as agroindústrias fornecem a seus integrados a ração, a genética, os medicamentos, a assistência técnica e outras especificações técnicas, cabendo ao suinocultor os investimentos e manutenção em instalações, a mão-de-obra e as despesas com energia, água e manejo dos dejetos (MIELE; WAQUIL, 2007, p. 80).

Além disso, MIELE e MIRANDA (2013) caracterizam a integração como sendo:

[...] a relação no qual a agroindústria fornece ração, leitões, reprodutores, insumos, transporte e assistência técnica, enquanto que o suinocultor provê instalações, equipamentos, mão de obra, água, energia e manejo dos dejetos. Outra característica é a existência de exigências técnicas quanto à origem dos insumos (ração e genética), uso de medicamentos

e realização de investimentos para aumentar a produtividade ou obter conformidade a mudanças na legislação ou às exigências de países importadores ou mercados específicos (MIELE; MIRANDA, 2013, p. 208).

Organograma 3 - Obrigações e responsabilidades das agroindústrias e suinocultores no sistema integrado



Fonte: Associação Brasileira de Criadores de Suínos - ABCS, elaborado por BAVARESCO, 2020.

A estrutura produtiva da suinocultura no Oeste Catarinense se diferencia da produção de aves, não enquanto sistema integrado, na qual possuem praticamente as mesmas características, mas, se diferenciam no processo histórico de formação da sua estrutura produtiva, já que a suinocultura nasceu da atividade de subsistência familiar para depois se tornar comercial e só mais recentemente integrar-se ao capital industrial, possuindo uma produção independente e com uma ampla variedade de produtores, comerciantes, agroindústrias de grande, médio e pequeno porte,

além de um mercado consumidor heterogêneo, diferente da avicultura, que ainda na sua gênese, aparece na região Oeste de Santa Catarina como um sistema preestabelecido integrado ao capital industrial.

[...] essa atividade mostrou-se integrada à agroindústria desde a sua origem. As empresas sempre forneceram os pintos, a ração, os medicamentos e a assistência técnica aos produtores, cabendo a estes participar com instalações, equipamentos e manejo, com pagamento balizado pela produtividade (COLETTI; LINS; 2011, p. 353).

O sistema de integração começou a ser vivenciado no Oeste de Santa Catarina ainda na década de 1960, (COLETTI; LINS; 2011) com poucos produtores e muito diversificados, mas só se tornou um sistema importante a partir dos anos de 1980 (COLETTI; LINS; 2011), para se tornar nos anos 2000 o sistema de produção predominante na região.

No início, o processo baseava-se em contratos que estipulavam, para as empresas, o fornecimento de insumos, medicamentos e assistência técnica e também a compra da produção. Para os agricultores, as obrigações envolviam a adesão às orientações técnicas e o pagamento dos insumos e medicamentos quando da entrega dos suínos às empresas (COLETTI; LINS; 2011, p. 347).

Com a intensificação da implementação do sistema integrado nos anos 1980, passou a ocorrer uma intensa concentração da produção excluindo inúmeros suinocultores da atividade e gerando profunda crise nas propriedades familiares (COLETTI; LINS; 2011).

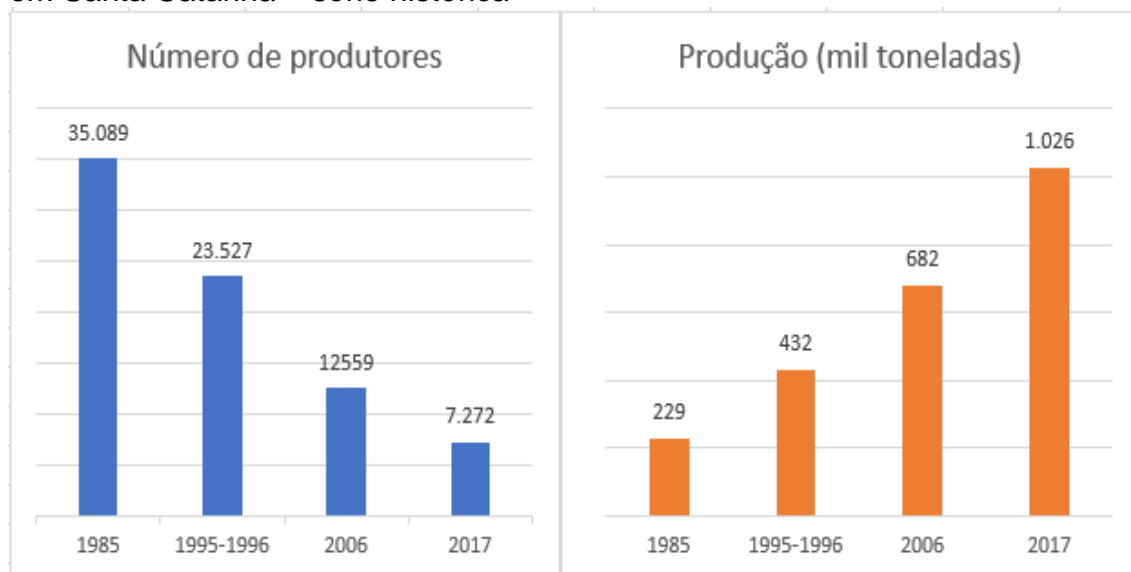
A parceria tornou-se o sistema predominante, com os produtores recebendo das empresas, em comodato, os animais, os insumos, os medicamentos e a assistência técnica. Sobre os primeiros, recaíram os encargos relativos ao manejo, às instalações e aos equipamentos, e o pagamento recebido passou a guardar relação com a produtividade em nível de propriedade [...] (COLETTI; LINS; 2011, p. 350).

A concentração da produção de suínos ocorreu e ocorre pelo fato de que existem inúmeras prerrogativas e normas necessárias a serem cumpridas por parte dos suinocultores para implementar o sistema integrado e para se manter nesse sistema. Desse modo, inúmeros produtores não conseguem

aderir ou se manter, devido aos altos custos de manutenção, regras rígidas cobradas pelas agroindústrias a serem seguidas nas técnicas de manejo, além de outros fatores, contribuindo para a diminuição no número de suinocultores e o aumento da concentração da produção e, por consequência, do capital da agricultura do Oeste Catarinense. “O processo de concentração da produção, em curso, principalmente, desde os anos 80, logo resultou em apurada seleção dos suinocultores” (COLETTI; LINS; 2011, p. 347).

As profundas transformações tecnológicas e organizacionais das duas últimas décadas fortaleceram a competitividade da cadeia produtiva e geraram renda e emprego entre aqueles produtores que conseguiram se manter capitalizados e acompanhar o ritmo acelerado de aumento de escala, especialização e adoção de novas tecnologias. Por outro lado, milhares de produtores deixaram a atividade em apenas uma década, e a crescente concentração geográfica dos rebanhos levou a um contínuo aumento da pressão sobre o meio ambiente (MIELE; MIRANDA, 2013, p. 201).

Gráfico 12– Evolução no número de produtores de suínos e a produção total em Santa Catarina – série histórica



\*O número de produtores referentes aos anos de 1985, 1995 e 2006 representam as propriedades com mais de 20 cabeças de suínos. Já os dados de 2017 referem-se às propriedades com mais de 50 cabeças.

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários. Elaborado por BAVARESCO, 2020 baseado em MIELE e MIRANDA, 2013.

Conforme podemos verificar no gráfico, a partir dos anos de 1980 até o presente momento, houve uma diminuição de cerca de 80% no número de produtores de suínos em Santa Catarina, mais de 27 mil produtores deixaram



a atividade nesse período, mas houve um aumento de mais de 348% na produção total, 797 mil toneladas produzidas a mais do que nos anos 80, confirmando nossa afirmação e dos autores quanto à crescente concentração da produção de suínos.

Os vínculos entre agroindústria e agricultura familiar foram, portanto, transformados na região. Os suinocultores integrados pelas agroindústrias, os quais concentram a produção, obtiveram algumas vantagens, sintetizadas na garantia de um mínimo de renda mesmo durante as crises do setor. Para os demais, a tendência foi o abandono da atividade, um processo que a literatura sobre a região assimila a uma dinâmica de exclusão de grandes massas de produtores (COLETTI; LINS; 2011, p. 351-152).

Pode-se afirmar que a suinocultura tende a selecionar cada vez mais os produtores, especialmente os integrados, isso tem [...] “sido uma característica permanente ao longo da história recente da atividade e está condicionado à rentabilidade das agroindústrias líderes e à sobrevivência das organizações de nicho (MIELE; MIRANDA, 2013, p. 219). Já entre os produtores independentes a seleção ocorre essencialmente pela característica cíclica das crises do setor e a volátil variação dos preços dos insumos (farelo de soja e milho) e do preço pago ao suíno vivo, que estão totalmente expostos à conjuntura econômica mundial, pelas variações do câmbio e do dólar (MIELE; MIRANDA, 2013). Os produtores integrados não encontram essas dificuldades, pois possuem preços garantidos ao suíno vivo realizado por contratos, a sua possível [...] “seleção ocorre a partir do desequilíbrio entre escala, recursos disponíveis e incremento tecnológico, com efeitos expressivos sobre o endividamento e os custos de mão de obra, manutenção, depreciação e manejo dos dejetos (MIELE; MIRANDA, 2013, p. 219).

O sistema integrado tem por característica o desmembramento do sistema de criação de suínos em ciclo completo para a formação de unidades especializadas em cada etapa da produção, surgindo as unidades de

produção de leitões, unidades de crescimento e terminação e, mais recentemente, o estabelecimento das creches<sup>17</sup> de suínos.

As UPLs desenvolvem as etapas de inseminação, maternidade, desmame e creche dos suínos que ficam alojados nesses estabelecimentos até atingirem a marca de 22 kg a 28 kg. Quando atingem esse peso médio os suínos são destinados para as granjas UTs que se dedicam apenas à terminação, engordando os animais com média de 22 kg aos 28 kg até o peso de abate, entre 100 kg e 130 kg aproximadamente (MIELE; WAQUIL, 2007).

Até meados dos anos 1990 predominava a produção de suínos em ciclo completo (CC), sistema no qual o estabelecimento desenvolve todas as etapas de criação. A partir desse período ocorre um processo de segregação da produção em múltiplas granjas, ou seja, em unidades especializadas (MIELE; MIRANDA, 2013). “Entre os suinocultores independentes ainda prevalecem a produção em CC” (MIELE; MIRANDA, 2013, p. 206).

De fato, o sistema de produção em ciclo completo teve a sua presença fortemente reduzida a partir dos anos 90, dando lugar ao sistema de parceria, em implantação já desde os 80. Inicialmente, as agroindústrias desenvolveram a produção própria de leitões, transferindo os animais para agricultores integrados, responsáveis pela terminação, isto é, pela engorda. No início da década de 90, as agroindústrias passaram a integrar produtores que se restringiam a produzir leitões e a comercializá-los com as empresas, que os repassavam para os terminadores (COLETTI; LINS; 2011, p. 348-349).

A integração oferece ao suinocultor melhores condições e garantia de preços pagos pelo suíno vivo, já que não está inserido diretamente às oscilações do mercado de *commodities*, pois as agroindústrias estabelecem um preço mínimo pago, geralmente calculado em porcentagem da produção, fazendo com que além da venda garantida, “os custos apresentam um comportamento mais estável ou tendencial (não volátil)” (MIELE, 2013, p. 138).

Considera-se algumas vantagens em aderir ao sistema integrado, pois garante ao produtor “o acesso à assistência técnica, a novas tecnologias e ao

---

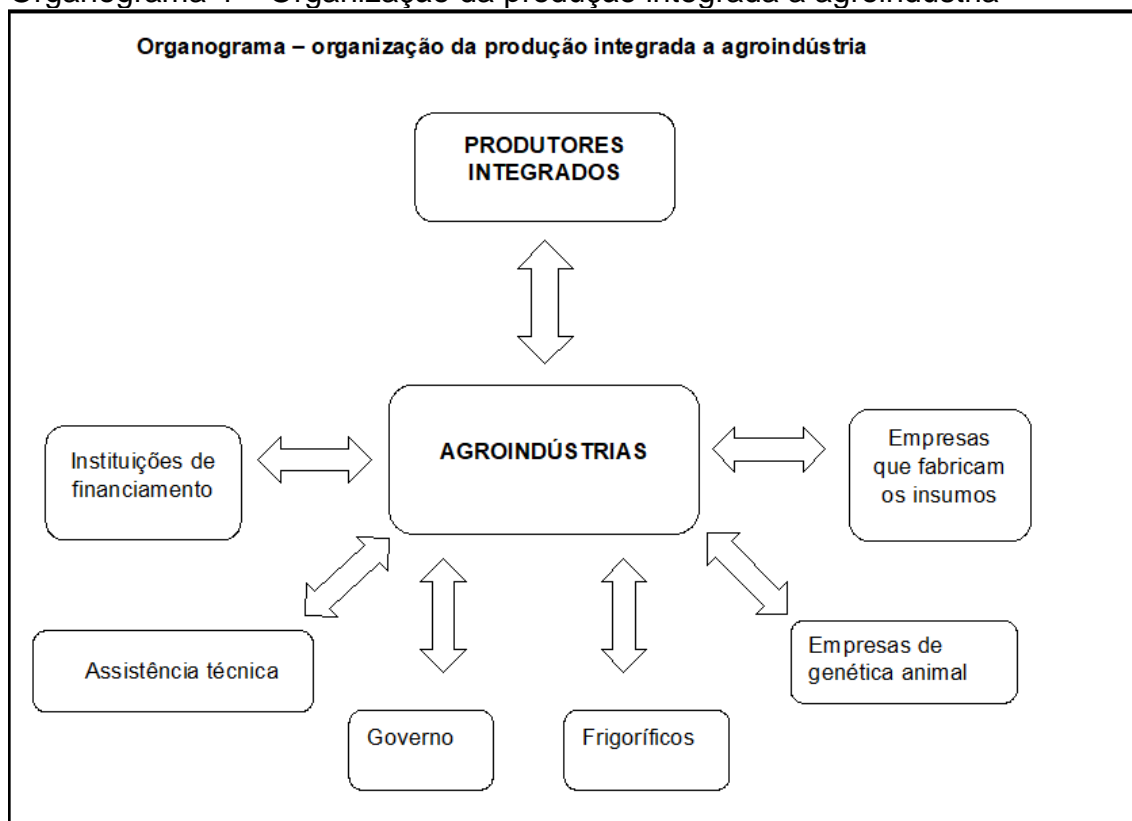
<sup>17</sup>As creches são os estabelecimentos em que são alojados os suínos após o desmame com cerca de 10kg a 12kg até atingirem 22kg a 28kg para serem destinados às granjas de crescimento e terminação (MIELE; WAQUIL, 2007).

financiamento agrícola” (MIELE, 2013, p. 138), que são fatores de difícil acesso para os produtores independentes, principalmente os menos capitalizados.

Os contratos de integração garantem aos suinocultores o escoamento da produção até os mercados de exportação e ao consumo interno, mas são importantes, sobretudo, por transferirem para as agroindústrias integradoras a maior parte dos riscos associados à alta volatilidade dos preços no mercado internacional de commodities agrícolas, principalmente do milho, farelo de soja e de carnes (MIELE; MIRANDA, 2013).

Nessa forma de estruturação produtiva, todas as relações de produção da suinocultura com os outros setores da economia ocorrem por intermédio da agroindústria, sem muitas vezes o consentimento do suinocultor, ou seja, na maioria das vezes o produtor não tem conhecimento de onde provêm os insumos e para onde vão os suínos carregados da propriedade, diminuindo as relações do suinocultor com as redes de produção e ficando a cargo da agroindústria administrar os processos, como podemos verificar no organograma abaixo.

Organograma 4 – Organização da produção integrada a agroindústria



Fonte: Trabalho de campo. Elaborado por BAVARESCO, 2021.

“Por outro lado, o produtor que adere a um contrato de integração perde o controle sobre o alojamento dos animais e o planejamento e gestão da produção, tornando-se um prestador de serviços de reprodução e engorda” (MIELE; MIRANDA, 2013, p. 211).

Além disso, inúmeras críticas têm sido feitas aos contratos e às práticas das agroindústrias. São críticas em relação a: falta de transparência; fórmulas de pagamento inadequadas; falhas logísticas; problemas de qualidade da ração e da genética; exigências contínuas de novos investimentos; inexistência de fóruns de negociação e instâncias de mediação; e transferência ao produtor da responsabilidade pelo manejo dos dejetos (MIELE, 2013, p. 138).

O sistema integrado faz do suinocultor um operário, que só difere do urbano por possuir uma propriedade agrícola e, principalmente, por não ter nenhum direito trabalhista garantido, nem na Constituição e nem pelos contratos com as agroindústrias, como direito a férias, décimo terceiro, aposentadoria e garantias de incentivo à sucessão familiar. “Nas relações trabalhistas do oeste Catarinense prevalece a prática da “parceria”, na qual a remuneração da mão de obra contratada é definida apenas como um percentual de desempenho econômico da atividade suinícola” (MIELE; MIRANDA, 2013, p. 214) não caracterizando uma relação trabalhista comercial pautada na subordinação e mediante a remuneração, gerando consequências negativas para a obtenção de direitos trabalhistas e encargos sociais (MIELE; MIRANDA, 2013). “Assim, as empresas integradoras querem um agricultor cada vez mais especializado, no limite, um “tratador de porcos” (PLEIN, 2003, p. 107)”.

É importante ressaltar que existe uma grande disparidade entre os produtores integrados. Existem produtores menos capitalizados que, por consequência, acabam por ter maiores dificuldades em investir em novas tecnologias na atividade. Além disso, os produtores menores e com base familiar enfrentam, na maioria das vezes, dificuldades na sucessão familiar da propriedade não conseguindo, devido às circunstâncias, manter os filhos na atividade. Ademais, devido a produção ser em pequena escala, se torna inviável a contratação de mão de obra assalariada. Outro fator são os altos custos e burocracias para se obter as licenças ambientais e sanitárias que

atingem tanto os grandes produtores como os pequenos, mas são os menores que acabam tendo maiores dificuldades em obtê-las. Esses fatores fazem com que os produtores menores obtenham baixo grau de desempenho produtivo, na qual gera baixos lucros ou, em muitas vezes, prejuízos. Já os maiores produtores, que conseqüentemente são mais capitalizados, possuem maiores extensões de terra para a produção, mão de obra e capital, conseguem obter altos níveis de desempenho produtivo gerando lucros suficientes para se manter na atividade e expandir os negócios.

As fórmulas de remuneração dos integrados envolvem critérios de eficiência e de conformidade às boas práticas de produção. A maioria das agroindústrias remunera o suinocultor comparando o seu desempenho com os demais integrados, a partir de um sistema de classificação, caracterizando um processo de competição e seleção entre os produtores (MIELE; MIRANDA, 2013, p. 208-209).

Essas considerações nos fazem concluir que os produtores mais capitalizados, que conseguem realizar maiores investimentos em técnicas e tecnologias, conseguem obter ganhos mais elevados e, conseqüentemente, expandir a produção e contribuir para a concentração da produção de suínos, já que a especialização da produção é tendência do setor. Apesar disso, no outro extremo, vemos os pequenos produtores que não conseguem investir o suficiente para conseguir competir, tornam-se obrigados a deixar a atividade e, muitas vezes, vender sua propriedade a produtores maiores, ou superar os baixos lucros e/ou prejuízos até que isso seja possível.

Quando comparados os sistemas integrado e independente não há como afirmar que uma forma de organização seja mais eficiente que a outra, pois as vantagens estão essencialmente nos recursos disponíveis na propriedade suinícola, como recursos financeiros, naturais e de mão de obra, e não no tipo de sistema (MIELE, 2013). Entretanto, o aumento contínuo nos últimos anos na participação das integrações e o estreitamento do mercado *spot* dos produtores independentes sugerem que a suinocultura integrada conseguiu se adaptar às mudanças no ambiente econômico com maior facilidade (MIELE, 2013) tornando o sistema predominante.

A mão de obra na suinocultura do oeste Catarinense é essencialmente familiar, mas tem se verificado nos últimos anos um crescimento na

contratação de mão de obra assalariada. Isso ocorre devido à tendência de concentração da produção em médias e grandes propriedades que necessitam cada vez mais de mão de obra “e, também, com o aumento da escala entre os agricultores familiares capitalizados, que necessitam complementar o trabalho da família” (MIELE; MIRANDA, 2013, p. 213). Diante disso, conforme observamos nos trabalhos de campo, a mão de obra contratada na suinocultura se caracteriza por uma contratação informal e, em muitos casos, temporária, o que dificulta a identificação de um número real de contratações, e os contabilizados apresentam baixos índices.

No sistema integrado existem ainda duas classificações quanto à organização do processo produtivo, sendo que uma delas é caracterizada pela organização ordenada pelas agroindústrias convencionais, como a BRF e a JBS. Já o outro caracteriza-se pela organização baseada no sistema cooperativista em que as cooperativas comandam o processo, no caso da região Oeste, a Cooperativa Central Aurora Alimentos recebe destaque.

#### **2.2.2.1 – As cooperativas**

As cooperativas são sistemas integrados, mas que dentro da propriedade não apresentam diferenças significativas entre o sistema integrado convencional. Sua diferença está basicamente na estrutura administrativa por parte das cooperativas agroindustriais. Elas se diferenciam principalmente na sua natureza jurídica, e por ser outro modelo de agroindústria com capital cooperado, na qual os suinocultores e produtores associados fazem parte da gestão da empresa. As cooperativas se inserem em um subconjunto de redes verticais de organização produtiva frente à agroindústria convencional (MIOR, 2010).

Essas cooperativas constroem uma rede própria de produção, processamento, industrialização e distribuição de carne suína e de aves. Embora abranja uma ampla gama de estruturas sociais nos marcos das cooperativas filiadas, sua inserção econômica se dá na mesma lógica de mercado da agroindústria convencional, isto é, aposta na economia de escala e na especialização como estratégia de organização da produção e industrialização. Evidentemente as escalas preconizadas pelo sistema agroindustrial cooperativo são

menores que as da agroindústria convencional (MIOR, 2010, p. 6).

A gênese do sistema cooperado no Sul do Brasil data-se no início do século XX. Em Santa Catarina, a primeira cooperativa foi criada em 1909, em Urussanga, fundada por imigrantes italianos e chamada de Cooperprima (Cooperativa Prima do Rio Maior), que passou a atuar no ramo de comércio de banha de suínos e cereais produzidos pelos cooperados (PADILHA; SAMPAIO, 2019).

A estruturação social e econômica da região baseada na pequena produção mercantil, diversificada, com pequenas propriedades agrícolas e realizada por descendentes de europeus, foram fatores que impulsionaram o surgimento das primeiras cooperativas na região (PADILHA; SAMPAIO, 2019).

Apesar da origem das cooperativas serem antigas, foi somente no período entre as décadas de 1950 a 1970 que elas obtiveram maior progresso na região Sul (PADILHA; SAMPAIO, 2019) quando o Estado passou a dar maior ênfase ao setor, estabelecendo incentivos às cooperativas como “garantia de preços e mercado aos produtos, benefícios fiscais, assistência rural, crédito subsidiado, doação de infraestruturas de armazenagem, apoio para exportação e outros” (PADILHA; SAMPAIO, 2019, p. 66).

Durante a modernização da agricultura brasileira (1965-1980), devido suas capacidades de difusão das bases produtivas da agricultura capitalista, as cooperativas foram amparadas pelo Governo Federal, o que possibilitou grande expansão territorial e produtiva do setor, sobretudo na Região Sul do país (PADILHA; SAMPAIO, 2019, p. 64).

Ademais, as políticas de crédito e comercialização do Governo Federal como o Sistema Nacional de Crédito Rural – SNRC e a Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM, foram importantes políticas públicas que disponibilizaram um montante significativo de recursos às cooperativas (PADILHA; SAMPAIO, 2019).

No período de modernização da agricultura brasileira, as cooperativas passaram a ingressar na produção agroindustrial, deixando de ser uma intermediadora do capital comercial tradicional, passando a organizar seu

capital com vistas à industrialização (PADILHA; SAMPAIO, 2019 apud GONÇALVES e VEGRO, 2004)

No Paraná e Santa Catarina também ocorreram expansões das cooperativas agropecuárias, principalmente após a década de 1960. O aparecimento da soja como um promissor produto de exportação brasileiro impulsionou o desenvolvimento do cooperativismo na região. Ambos os estados registraram apoio das instituições públicas estaduais na promoção do cooperativismo, como agências de assistência técnica, bancos públicos e órgãos de fomento. É importante frisar que as cooperativas que apresentaram ampliação geoeconômica no período de modernização agrícola estavam relacionadas as áreas de colonização de imigrantes ou descendentes, como no norte do Paraná com os imigrantes japoneses, no oeste catarinense com a ocupação mista dos italianos e alemães e noroeste gaúcho com os imigrantes italianos e alemães. Essas áreas eram, igualmente, onde o processo de modernização agrícola avançava com maior rapidez. (PADILHA; SAMPAIO, 2019, p. 65-66)

São nessas condições que surge, em 1969, no Oeste de Santa Catarina, a Cooperativa Central Aurora Alimentos que é a empresa/cooperativa de maior atuação na região. A cooperativa Aurora é resultado da união de oito Cooperativas regionais, que em 15 de abril de 1969 instituíram a Cooperativa Central Oeste Catarinense, que mais tarde passaria a ser chamada Cooperativa Central Aurora Alimentos.

A criação da Aurora Alimentos teve como propósito buscar melhores condições para a comercialização de grãos, bem como viabilizar a aquisição de um frigorífico que absorvesse a produção de suínos dos associados das cooperativas, agregando valor à atividade e possibilitando aos produtores melhores condições de trabalho e de vida (AURORA, 2019).

A Aurora é organizada com a união de diversas pequenas cooperativas que formam a Cooperativa Central, no total são 11 cooperativas classificadas como cooperativas singulares<sup>18</sup>. As 11 cooperativas associadas juntas somam mais de 65 mil famílias rurais, 30 mil empregados diretos e mais de 10 mil

---

<sup>18</sup> As cooperativas singulares se caracterizam pela prestação direta de serviços aos cooperados. As cooperativas centrais e federações de cooperativas objetivam organizar, em comum e em maior escala, os serviços econômicos e assistenciais de interesse das filiadas, integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços. Fonte: OCESC.



empregados das cooperativas filiadas ao sistema. Essa soma resulta em mais de 100 mil famílias no campo e na cidade, que produzem diariamente alimentos de excelência, comercializados no Brasil e no mundo (AURORA, 2019).

Conforme LIMA (2015), a dinâmica organizacional da produção da Cooperativa Central Aurora pode ser explicada por ser:

[...] uma cooperativa que centraliza as matérias-primas de outras cooperativas centralizadoras, fato que vem a confirmar sua existência fixa, imóvel, e dependente do funcionamento de outros agentes (cooperativas/integrados), por estabelecer uma dinâmica espacial subordinante-subordinada. Além de centralizar matérias-primas, a Cooperativa é responsável por designar e controlar o processamento industrial dos bens de produção, até configurá-los como bens de consumo não duráveis (LIMA, 2015, p.19).

Desde sua criação, a Cooperativa Aurora Alimentos necessitou modernizar seus aparatos tecnológicos produtivos gradativamente, em especial nas atividades voltadas ao armazenamento de grãos, aos parâmetros logísticos, no melhoramento genético, na inserção de maquinários mais eficientes (LIMA, 2015). A fim de tanto consolidar-se no território nacional e internacional, originando traços de corporação oligopolista (LIMA, 2015) além, é claro, de se desenvolver significativamente para conseguir competir no mercado com os oligopólios já existentes na região Oeste.

A Cooperativa Central instalou-se na microrregião de Chapecó, em 1969, após adquirirem o antigo frigorífico Marafon, que se encontrava, na época, com dificuldades financeiras. A partir desse marco histórico e geográfico, a Cooperativa Central buscou estabelecer nessa região novas relações produtivas, fortalecendo o uso econômico do território, na perspectiva de se obter maior lucratividade, mercado consumidor, redefinição das forças produtivas e expansão dos agentes geográficos (SILVEIRA, 2013). Posteriormente, com a aquisição do Frigorífico Marafon, a indústria começa a operar abatendo 250 suínos por dia, que logo, passando a abater 500 suínos por dia, e assim foi aumentando gradativamente a produção e a produtividade, encerrando 2019 com uma receita operacional bruta de 10,9 bilhões de reais (AURORA, 2019).

Organograma 5 – Cooperativas subordinadas à Aurora



Segundo entrevista realizada com o gerente de uma filial de cooperativa ligada a Cooperativa Central Aurora, as cooperativas singulares que operam em torno da Central Aurora são responsáveis pela assistência técnica junto ao produtor rural, organizando a estrutura produtiva, oferecendo os insumos, como a ração dos animais, e realizando o pagamento da produção, tanto de suínos quanto de aves, ao produtor rural. Fica a cargo da Aurora o abate e processamento da carne e a posterior comercialização. Além disso, segundo o entrevistado, todas as cooperativas singulares possuem representantes no conselho administrativo da Aurora, atuando de forma conjunta e representativa entre as cooperativas sócias. Ademais, a Aurora adota uma política de divisão de lucros, como é característico das cooperativas, sendo que 50% dos lucros anuais são repartidos entre as cooperativas singulares de acordo com a sua porcentagem da participação na cooperativa Central, e o restante destinado a investimentos produtivos e comerciais da Central.

Atualmente a Cooperativa Central Aurora Alimentos conta com uma estrutura operacional de 32 unidades produtivas, 28 unidades comerciais, 02 centros logísticos, 01 sede corporativa em Guarulhos e a sede administrativa em Chapecó (AURORA, 2019). Ademais as exportações da cooperativa totalizaram em 2019 3,27 bilhões de reais de receita líquida, um aumento de 46,8% em relação a 2018, sendo que a suinocultura representou 37,6% do faturamento, o restante se divide entre os setores de aves, leite e grãos. Esse crescimento no faturamento comprova o bom desempenho das agroindústrias na região mesmo em período de estagnação econômica (Noticiário Aurora, 2020).

A suinocultura continua sendo a principal atividade que envolve a Aurora, são cerca de 3.500 produtores de suínos que produzem para a Cooperativa Central. Em 2019 foram abatidos 5,26 milhões de suínos nas sete unidades industriais com incremento de 3,54% em relação ao ano anterior (Noticiário Aurora, 2020).

O bom desempenho das agroindústrias, nos últimos anos, na produção de suínos, se deve principalmente pelos problemas sanitários que vem ocorrendo no mundo, em especial no Leste Asiático e Leste Europeu, com a Peste Suína Africana (PSA) que tem obrigado os governos desses países dizimarem parcela de seus rebanhos. Por serem países com elevado consumo de proteína suína, esses fatores acabam favorecendo o mercado brasileiro com uma demanda expressiva por carne suína, elevando a produção brasileira, aumentando o preço pago ao produtor e, por consequência, o faturamento das agroindústrias da região Oeste.

No sistema cooperado de criação de suínos predomina o sistema integrado de criação. A diferença mais significativa entre a integração das agroindústrias convencionais é o fato de ela ser feita por cooperativas organizadas em diversas pequenas e subordinadas a uma cooperativa maior, que no caso da região Oeste é a Cooperativa Aurora. Apesar de sua forma única de organização, as cooperativas do Oeste catarinense atuam com a mesma lógica das agroindústrias convencionais, que é a acumulação de capital.

Enquanto entre as empresas integradoras há uma relação direta com os suinocultores integrados, entre as cooperativas

centrais que abatem suínos e processam carne suína essa relação se dá, geralmente, por intermédio de cooperativas singulares de produção pecuária (MIELE; WAQUIL, 2007, p. 80).

Nas organizações em cooperativas no Oeste catarinense, tomando como exemplo a Cooperativa Aurora, formada, como já mencionado, por cooperativas singulares que são as responsáveis pelo trabalho direto com os suinocultores, destacando aqui a assistência técnica, o financiamento e a garantia dos insumos como ração e medicamentos, além dos animais para o alojamento. Já a Cooperativa Central fica responsável pelo abate e processamento da carne suína, além das vendas e exportações, a garantia do preço pago ao suíno vivo ao produtor rural.

As cooperativas que atuam no Oeste catarinense possuem um mercado consumidor mundial, com produtos de diversos segmentos de carnes, além da suína, de lácteos e grãos.

Elas se inserem na lógica da qual agricultores e suinocultores buscam uma alternativa à dependência dos grandes frigoríficos estabelecidos na região (GOULARTI FILHO, 2016). A criação da Cooperativa Aurora sofreu imensa batalha política e econômica para conseguir se estabelecer enquanto agroindústria, havendo resistência por parte, principalmente da Sadia e da Chapecó Alimentos que viam seus negócios ameaçados com essa possível formação cooperativista (GOULARTI FILHO, 2016). Nos primeiros anos de atuação da Cooperativa Central Aurora na região, houve dificuldades em se obter financiamentos e recursos junto às agências estaduais de fomento (GOULARTI FILHO, 2016), afinal, não é de se surpreender, nesse período, Atílio Fontana, proprietário da Sadia, era vice-governador de Santa Catarina e Plínio de Nês, da Chapecó Alimentos, era secretário de Negócios do Oeste, na qual dificultavam o processo de desenvolvimento da Cooperativa (GOULARTI FILHO, 2016). Esse processo é característico de relações de poder (RAFFESTIN, 1993) na qual a aristocracia industrial regional, se apropria da máquina estatal para manter e expandir seu poder econômico e político. São homens públicos com interesses privados (GOULARTI FILHO, 2016).

A partir da década de 1980 ocorrem profundas transformações no cenário econômico do Brasil e do mundo. A profunda crise econômica coloca em dúvida a política econômica do governo Militar, que, atrelado a outras questões, culmina no fim do regime e se reinstaura no país a democracia e se adota novos modelos de política econômica. Neste sentido, as cooperativas precisaram nesse período se adequar ao novo modelo e às novas estratégias de concorrência do mercado, além de se adequar à escassez de crédito estatal subsidiado (FARIAS; ESPÍNDOLA, 2016).

[...] além disso, o país vivia um período de forte índice inflacionário em que os produtos agrícolas encontravam-se em baixa, expondo os produtos agrícolas à concorrência internacional que, por sua vez, adotou políticas de cooperação com medidas protecionistas excluindo os países fora do centro dinâmico do capitalismo. Esse cenário atingiu diretamente a competitividade das cooperativas agropecuárias que precisaram buscar outros mercados. (FARIAS; ESPÍNDOLA, 2016, p. 239).

Ademais, as cooperativas do Sul do Brasil foram afetadas pela recessão econômica deste período:

[...] tanto pela retração do mercado consumidor, concorrência com os produtos e empresas estrangeiras, dificuldades para exportar e rebaixamento dos preços agrícolas, como pelas reduções dos incentivos do Estado, sobretudo no crédito subsidiado, políticas de preços e aquisições de produtos. (PADILHA; SAMPAIO, 2019, p. 66-67)

Nos estados do Paraná e Santa Catarina as cooperativas de menor porte tiveram maiores prejuízos com a conjuntura econômica, na qual muitas cooperativas de pequeno e médio porte acabaram sendo adquiridas por cooperativas maiores e mais capitalizadas (PADILHA; SAMPAIO, 2019).

Já nos anos 2000 fora um período de crescimento econômico e no que tange as cooperativas, foi de crescimento espacial de sua atuação no Sul do Brasil (PADILHA; SAMPAIO, 2019). Dentre os principais fatores de expansão do setor estão a melhoria nas condições de crédito, nos preços e mercado interno e externo, além do melhor desempenho das cooperativas com a profissionalização da administração, modernização tecnológica das agroindústrias e dos produtores e investimentos produtivos (PADILHA; SAMPAIO, 2019).

A partir de 2000, após o período de crise e reestruturação, o cooperativismo agropecuário retomou a fase de ascensão, com amplificação no número de cooperativas, sócios e empregados, aumento da capacidade produtiva e armazenagem e elevação das vendas e receitas. No aspecto territorial, as cooperativas expandiram-se, tanto pelo surgimento de novas instituições, como pela expansão das grandes representantes do ramo. (PADILHA; SAMPAIO, 2019, p. 62)

A partir de 2008, com a crise financeira global e a repentina retração dos mercados externo e diminuição de liquidez, o agronegócio brasileiro foi fortemente impactado, ocorrendo um movimento de redução no número de cooperativas, principalmente via fusão e aquisição por parte das maiores (PADILHA; SAMPAIO, 2019). Apesar da diminuição no número de cooperativas, “o número de sócios e empregados manifestou evolução positiva no período, isso devido ao fato de muitos produtores associarem-se as cooperativas como medidas de proteção com relação ao período de recessão” (PADILHA; SAMPAIO, 2019, p. 74).

Já a retração do número de cooperativas a partir de 2008, foi uma alternativa ao panorama econômico e financeiro imposto pela crise internacional, com acirramento da concorrência pela produção, crédito e mercado em todo o agronegócio nacional. Diante disso, ocorreu o advento de cooperativas cada vez maiores, com maior número de produtores associados e empregados, acumulando maior capacidade financeira e de produção. Exemplificando, o número médio de sócios por cooperativa na Região Sul em 2000 era de 1,1 mil por cooperativa e, em 2015, subiu para 2,1 mil. No caso dos empregados, a média era de 202,5 mil por cooperativa em 2000 e foi para 548,3 por cooperativa em 2015. (PADILHA; SAMPAIO, 2019, p. 74).

Entre 2010 e 2015 ocorreu uma maior oferta de crédito para investimentos em agroindustrialização e armazenagem em cooperativas, intensificando os investimentos na verticalização de diferentes cadeias produtivas, crescendo o número de produtores e empregados cooperados, principalmente no setor de aves, lácteos e suínos (PADILHA; SAMPAIO, 2019). “Em Santa Catarina, o faturamento das cooperativas subiu de R\$ 1,9 bilhão em 2000 para R\$ 17 bilhões em 2015, com média de 16% ao ano” (PADILHA; SAMPAIO, 2019, p. 77).

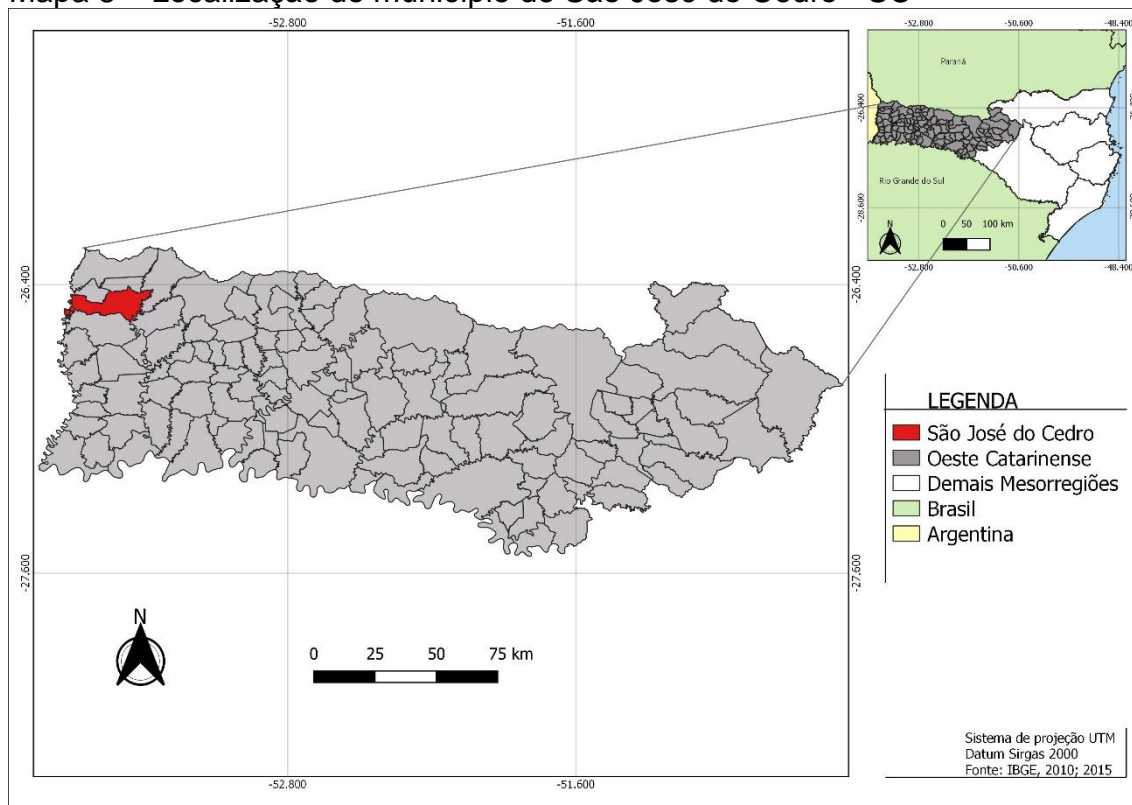
Diante desse processo de reestruturação econômica do sistema agroalimentar e do desenvolvimento do capital financeiro nacional, resultou na intensificação da integração entre agricultura e indústria, (FARIAS; ESPÍNDOLA, 2016) aumentando o poder já existente das cooperativas na região Oeste catarinense, com seu grande capital comercial, redes de supermercados, de frigoríficos, agropecuárias, produção de insumos e circulação de alimentos.

#### **2.4 – Estrutura produtiva da suinocultura no município de São José do Cedro – SC**

São José do Cedro é um município brasileiro localizado no estado de Santa Catarina, na microrregião do Extremo Oeste, fazendo divisa com a República Argentina ao oeste.

Sua colonização nos moldes capitalistas iniciou-se na década de 1950, quando colonizadores oriundos do estado do Rio Grande do Sul, na maioria de descendentes de italianos e alemães, passaram a desbravar as terras do Extremo Oeste. Nessa localidade, havia uma frondosa árvore da espécie cedro ao lado de um riacho que servia de parada para os tropeiros que passavam pela região. Desse modo, ficou conhecida posterior como Vila Cedro. Com a emancipação política, em 1958, passou a se chamar São José do Cedro, pela junção de Cedro com o nome do santo padroeiro da comunidade.

Mapa 8 – Localização do município de São José do Cedro - SC



Fonte: IBGE, elaborado por SAGGIORATO, 2021.

Desde então, o município se desenvolveu em torno da agricultura e pecuária, possuindo desde os primórdios a suinocultura como principal atividade comercial dos agricultores.

Atualmente o município conta com uma população de aproximadamente 13.829 habitantes, segundo estimativa do IBGE. Considerado um município de desenvolvimento elevado, com um IDHM de 0,731, segundo dados do IBGE (2010).

O espaço rural do município é dividido em 1.137 estabelecimentos agropecuários, sendo a maior parte dos proprietários legais das terras do sexo masculino, com a predominância de homens e mulheres entre 35 e 65 anos. Classifica-se como um meio rural com tendência de envelhecimento e com fortes características de êxodo rural, conforme podemos observar na tabela abaixo.



Tabela 10– São José do Cedro – SC: Número de estabelecimentos, idade e sexo do produtor – 2017

		<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>
<b>Total</b>	<b>1137</b>	<b>1067</b>	<b>70</b>
Menor de 25 anos	17	13	4
De 25 a menos de 35 anos	78	72	6
De 35 a menos de 45 anos	195	182	13
De 45 a menos de 55 anos	333	315	18
De 55 a menos de 65 anos	334	317	17
De 65 a menos de 75 anos	141	133	8
De 75 anos e mais	39	35	4

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2017. Elaborado por Bavaresco, 2020.

Além disso, os estabelecimentos agropecuários do município são predominantemente de pequenas áreas de terras, concentrando cerca de 55% dos estabelecimentos com área entre 5 e 20 hectares, caracterizando uma estrutura fundiária de pequenas propriedades, conforme podemos observar na tabela abaixo.

Tabela 11– Número de estabelecimentos agropecuários e área total do município de São José do Cedro – SC – 2017

<b>Total</b>	<b>1137</b>	<b>100%</b>
De 0 a menos de 1 há	9	0,79%
De 1 a menos de 5 há	142	12,49%
De 5 a menos de 10 ha	233	20,49%
De 10 a menos de 20 ha	406	35,71%
De 20 a menos de 50 ha	270	23,75%
De 50 a menos de 100 ha	60	5,28%
De 100 a menos de 200 ha	21	1,85%
De 200 a menos de 500 ha	4	0,35%

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2017. Elaborado por Bavaresco, 2020.

A suinocultura foi a atividade agrícola que, por várias décadas, possibilitou o desenvolvimento do município e a reprodução da agricultura familiar. Apesar disso, atualmente abrange um reduzido número de estabelecimentos com esse tipo de atividade agropecuária, que é resultado de um longo processo de seletividade, com forte concentração produtiva,

característico do desenvolvimento do sistema capitalista. Doutro modo, as dificuldades de sucessão familiar, a estrutura fundiária com poucas terras, as dificuldades financeiras em se obter novas tecnologias que possibilitassem aumentar a produtividade, além dos altos custos para se obter as licenças ambientais necessárias, que geraram e continuam gerando exclusão de enorme parcela dos produtores de suínos, fazendo com que se torne característico do processo a exclusão e concentração da produção de suínos. Isso ocorreu e ocorre em São José do Cedro, como no restante da mesorregião do Oeste.

Tabela 12– São José do Cedro: número de estabelecimentos agropecuários com mais de 50 cabeças de suínos e número total de cabeças – 2017

<b>Ano</b>	<b>Número de estabelecimentos</b>	<b>Número de cabeças de suínos</b>	<b>Média de animais por estabelecimento</b>	<b>Porcentagem de estabelecimentos com suínos</b>
2006	126	55.225	438	8,51%
2017	40	48.806	1220	3,52%

Fonte: Censos Agropecuário do IBGE 2006 e 2017. Elaborado por BAVARESCO, 2020

A cadeia produtiva de suínos em São José Do Cedro é diversificada, abrangendo desde pequenos produtores com produção em ciclo completo até grandes produtores especializados com mais de 10 mil suínos, o que torna a atividade bastante dinâmica e abrangendo um elevado número de pessoas diretamente e indiretamente, seja na produção, na assistência técnica, no financiamento, na comercialização e na industrialização.

Apesar de existir, no município, um número reduzido de estabelecimentos com produção de suínos voltada à comercialização, a atividade abrange uma enorme gama de setores que estão envolvidos no processo produtivo, como cooperativas de crédito, e aqui destacamos a Sicoob, Sicredi, Cresol e Sulcredi, inúmeras casas agropecuárias e cerealistas, em especial, encontramos a presença da Cooperativa Agroindustrial Alfa que abrange o setor de cereais e produção animal.

A expansão da suinocultura no município está diretamente atrelada à instalação de serviços do governo no município, como a fundação da agência do Banco do Brasil, dos escritórios da EPAGRI, CIDASC e ICASA que

surgiram no intuito de dar suporte técnico, sanitário e financeiro aos produtores.

#### **2.4 – Políticas Públicas e o papel do Estado na produção de suínos em Santa Catarina**

Conforme o processo industrial se desenvolvia em Santa Catarina, a indústria começava a diversificar sua base produtiva. Até os anos 1940, a indústria catarinense se resumia em madeireiras e pequenos e médios frigoríficos na região Oeste, carboníferas na região Sul e têxteis na região de Blumenau e Joinville. Com a aceleração do processo industrial em todo o país nesse período, e, por consequência, em Santa Catarina, a dinâmica industrial começa a ganhar força e alterar os padrões sociais e econômicos das regiões.

Para isso, o Estado passa a ter papel central nesse processo de desenvolvimento industrial e produtivo, já que as instituições privadas não foram e não seriam capazes de resolver os problemas de infraestrutura que possibilitassem o desenvolvimento econômico. Disso, coube ao Estado oferecer infraestrutura que possibilitassem a ampliação dos setores industriais já existentes e de novos, garantindo a construção de estradas de rodagem, portos de exportação, redes de telecomunicações e energia, e garantir financiamento público às empresas. Além de organizar um planejamento estatal a longo prazo que atendesse aos interesses dos industriais, de modo a facilitar o processo de acumulação. (GOULARTI FILHO, 2016).

A participação estatal se explicava pelo crescente aumento das demandas sociais, pela inércia empresarial e pela incapacidade do setor privado de fazer certos investimentos que demandavam recursos vultuosos, exigindo assim, a presença estatal (GOULARTI FILHO, 2016, p. 174).

A diversificação e integração produtiva de Santa Catarina ocorreram diferentemente dos processos em outras Unidades Federativas que tiveram como tripé a atuação de capital estatal, nacional e externo. Em Santa Catarina, pela sua formação socioespacial diferenciada, a diversificação e

integração produtiva originaram-se do capital local e pela atuação do Estado (GOULARTI FILHO, 2016).

Apesar de já existir ainda nos anos 1940 uma atuação estatal significativa na economia catarinense, foi somente a partir de 1955 que essa atuação passou a ser intensa e com um planejamento estatal organizado. Foi o POE, do governo Irineu Bornhausen a inaugurar esse processo de atuação estatal. “Apesar de a primeira experiência em planejamento ter sido o POE (1955), foi somente com o PLAMEG (1961 – 1965) que o Estado passou a utilizar instrumentos ativos de políticas econômicas para implantar e ampliar a infraestrutura social básica e para financiar o capital privado local” (GOULARTI FILHO, 2016, p. 172). “É o Estado atuando como forma superior de organização capitalista, alargando as bases produtivas, ajustando-se à ordem econômica e politizando as relações econômicas” (GOULARTI FILHO, 2016, p. 172).

Quadro 3 – Planejamento estatal do Governo do Estado de Santa Catarina

<b>Planos de Governo</b>	<b>Áreas de atuação dos planos</b>
PLAMEG (1961-1965) PLAMEG II (1966-1970) Projeto Catarinense de Desenvolvimento - PCD (1971- 1974) Plano de Governo - PG (1975-1978)	a) Financeira: dotar o Estado de capacidade financeira para financiar investimentos de longo prazo por meio de agências de fomento e programas de incentivos; b) Transporte: integrar as mesorregiões produtoras ao mercado estadual e nacional; c) Energia: ampliar a área de atuação da CELESC, distribuindo e gerando mais energia; d) Telecomunicações: aumentar a rede de telefonia e a oferta de linhas.

Fonte: GOULARTI FILHO, 2016. Elaborado por BAVARESCO, 2020.

A participação estatal foi de suma importância para o desenvolvimento industrial de Santa Catarina, em especial das agroindústrias do Oeste. Em um primeiro momento, pelo fato de o Estado oferecer as infraestruturas e financiamentos necessários para que as agroindústrias se consolidassem e se expandissem na região. Em um segundo momento, a presença estatal garantiu aos suinocultores programas de assistência rural e planejamento agrícola, preservação ambiental e, é claro, financiamentos através dos bancos estatais que permitiram que as atividades se expandissem e se modernizassem.

### **2.3.1 – O planejamento do governo estadual de Santa Catarina na segunda metade do século XX**

A década de 1930 é considerada o marco inicial da industrialização brasileira. A partir desse período, sob a égide do governo de Getúlio Vargas, o Estado brasileiro tornou-se precursor do desenvolvimento industrial e econômico do Brasil. Apesar de todo o planejamento estatal do primeiro governo Vargas não ter ocorrido na sua totalidade, e grande parte do processo de industrialização ter ocorrido de forma desordenada, esse período é marcado pelos primeiros movimentos do estado brasileiro em organizar o processo econômico do país. Ademais, o governo Vargas buscou a integração econômica, política e social do território brasileiro a fim de sanar os problemas de desigualdades regionais, investindo em infraestrutura, principalmente em vias de transporte terrestre.

Apesar dessas características de atuação estatal do primeiro governo Vargas, considera-se que foi somente no seu segundo governo (1951-1954) que ocorreu “uma primeira aproximação à política de desenvolvimento” (GOULARTI FILHO, 2005, p. 631) com a criação de importantes empresas estatais como a Petrobrás e a Companhia Vale do Rio Doce.

Essa política nacional de desenvolvimento refletiu diretamente na atuação estatal dos governos estaduais, a exemplo de Santa Catarina, que em 1955, no final do governo de Irineu Bornhausen (UDN/1951-1955), criou o primeiro plano de desenvolvimento econômico do estado de Santa Catarina, o POE.

No início da atuação do POE o governo de Santa Catarina fundou a CELESC (Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.). A criação da Celesc parte de um movimento estatal que buscava sanar os problemas de falta de energia que ocorria em todo o país, em um momento que o parque industrial se ampliava e se diversificava. Esse processo de criação de companhias estaduais de produção e distribuição de energia ocorreu na maioria dos estados brasileiros (GOULARTI FILHO, 2016).

Em função da falta de investimento, o sistema energético brasileiro não comportava mais o crescimento do parque industrial brasileiro, pois o sistema privado de geração e distribuição de energia era fragmentado e insuficiente para atender a demanda crescente. Portanto, a criação da CELESC faz parte do movimento geral de criação de companhias estaduais de energia (GOULARTI FILHO, 2016, p. 176).

Em 1955 Jorge Lacerda e Heriberto Hülse, são eleitos respectivos governador e vice-governador em uma união do PRP com a UDN. Pelo fato de o POE ter sido elaborado no último ano do governo Bornhausen, ficou a cargo de seu sucessor dar continuidade às propostas do plano, já que o plano foi elaborado com previsão de dez anos de duração (GOULARTI FILHO, 2016). Não sentindo a obrigação de cumprir as promessas de seu antecessor (GOULARTI FILHO, 2016), o governo Lacerda não desenvolveu o plano em sua essência.

No final da década de 1950, a economia catarinense já havia avançado significativamente, com um parque industrial significativo, em especial as agroindústrias de carnes do Oeste que já se encontravam consolidadas no território estadual e nacional. Apesar disso, ainda encontrava dificuldades em avançar devido à deficiência de infraestruturas. [...] “Faltava uma integração rodoviária no estado, o estrangulamento energético era constante, a rede de telefonia era desintegrada e não havia linhas de crédito de longo prazo. A necessidade de investimentos na infraestrutura era urgente” (GOULARTI FILHO, 2016, p. 177).

Nos anos de 1960, o governo estadual de Santa Catarina intensifica ainda mais a sua atuação na economia, com a criação de um planejamento estatal mais organizado, intenso e diversificado. O plano ficou conhecido

como PLAMEG, que foi posto em prática a partir de 1961, no início do governo de Celso Ramos (PSD, 1961-1965), que acompanhou o projeto de desenvolvimento nacional do Governo Jânio Quadros e posterior João Goulart.

Cabe ressaltar que o PLAMEG não é apenas resultado do empenho do governo Ramos ou do Estado como um todo, mas sim, fruto de um novo padrão de desenvolvimento ocorrido nos anos anteriores. (GOULARTI FILHO, 2016). “Ou seja, o movimento de acumulação capitalista orquestrou mudanças institucionais para liberar as forças produtivas” (GOULARTI FILHO, 2016, p. 178).

O PLAMEG se encarregava de promover o desenvolvimento econômico e social de Santa Catarina, na qual era organizado pelas secretarias estaduais e pelos órgãos estatais, neste caso, a BDE ficava encarregado de financiar a agricultura, a indústria e os projetos públicos, a CELESC, executaria os projetos energéticos e o Departamento de Estradas e Rodagem – DER, coordenava os planos de expansão e pavimentação da malha rodoviária (GOULARTI FILHO, 2016 apud SCHIMITZ, 1985).

Além disso, o PLAMEG buscou melhorar a integração das regiões do estado, pois até então, a região Oeste não havia sido completamente atendida pelo Estado e conforme as agroindústrias se desenvolviam os proprietários dos frigoríficos orquestravam pressão política aos governantes. Para sanar esses problemas foi criada a Secretaria dos Negócios do Oeste, sendo escolhido como secretário Serafim Enoss Bertaso, filho do coronel Bertaso, família proprietária da colonizadora que demarcou e vendeu as terras da região de Chapecó e que possuía significativa influência política e econômica na região Oeste (GOULARTI FILHO, 2016).

Não há dúvidas de que o PLAMEG inaugurou uma nova fase da economia catarinense. A partir desse momento, a presença dos grandes industriais na esfera política catarinense passa a ser mais decisiva. A indústria catarinense, que estava num acelerado processo de diversificação e ampliação, agora passa a ser pensada pelo Estado. No bojo do ideário desenvolvimentista e diante do crescimento da indústria dinâmica, o Estado passa a ser o maior ente na condução política do processo de integração e consolidação do capital industrial, fazendo investimentos em infraestrutura e oferecendo linhas de crédito de longo prazo. A

inércia empresarial nas áreas de infraestrutura foi sendo alterado pelo Estado. Esse movimento seguiu orientações federais e também pode ser presenciado em outros estados da federação, onde a indústria se expandia (GOULARTI FILHO, 2016, p. 180).

Em sequência, no governo Ivo Silveira (ARENA, 1966-1970) foi inaugurado o PLAMEG II, que foi organizado nos mesmos moldes desenvolvimentistas do PLAMEG (GOULARTI FILHO, 2016).

Em 1971 o governo militar escolhe Colombo Machado Salles (ARENA, 1971-1975) para governar Santa Catarina. Durante seu governo, Salles elabora o Projeto Catarinense de Desenvolvimento – PCD. O documento do plano trazia em suas entranhas os objetivos do plano estadual em estar afinado com o projeto nacional de desenvolvimento do governo Médici. Esse novo plano seguia a mesma linha dos planos anteriores, já que Salles havia sido secretário executivo do PLAMEG. O projeto de governo tinha como objetivo principal buscar a integrar as regiões do estado em um projeto único de desenvolvimento (GOULARTI FILHO, 2016).

Em 1974 a ALESC indica Antônio Carlos Konder Reis (ARENA, 1975-1979) para assumir o comando do governo do estado, e como vice o empresário e proprietário do Grupo Sadia Attilio Fontana. No Governo de Konder Reis foi elaborado o PG (Plano de Governo). Devido à tendência mais liberal das famílias Konder-Bornhausen, o PG não conseguiu desempenhar um papel tão intervencionista quanto os ocorridos nos moldes do PLAMEG I e II e do PCD. Devido ao fato de o planejamento estadual precisar seguir de certa forma as diretrizes dos planos nacionais, no período o PND II, impossibilitou que os planos do governo estadual fossem em direção mais liberal (GOULARTI FILHO, 2016). Foi durante o PG que foi criado o Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (BADESC).

Após um longo período de crescimento econômico e projetos de desenvolvimento industrial, em certos aspectos, bem sucedido, o Brasil inicia os anos 1980 apresentando taxas negativas de crescimento. O modelo econômico vivenciado até então começa a apresentar dificuldades. Por consequência a falta de recursos financeiros passou a impossibilitar os estados e a federação a organizarem projetos de governo com forte atuação estatal na economia. Com isso começa a haver uma ruptura de modelo de



desenvolvimento, tanto em nível federal quanto estadual, de um modelo intervencionista para um liberal. Além disso, no campo político, o Governo Militar, enfraquecido pelo mau desempenho econômico do país, começa a entrar em decadência. (GOULARTI FILHO, 2016).

Em 1979, ainda sob a égide dos militares, Jorge Konder Bornhausen (PDS, 1979-1982) assume como governador de Santa Catarina. Apesar de ser um liberal convicto e estar governando o estado em um período de transição de modelo econômico, seu governo elaborou o Plano de Ação -PA, que tinha como base um planejamento mais enxuto em escala e em setores, atendendo aos interesses liberais postos na época. (GOULARTI FILHO, 2016).

Com o retorno das eleições diretas, em 1982 foi eleito Esperidião Amin (PDS, 1983-1987) como governador de Santa Catarina, e para vice Victor Fontana, ligado à Sadia (sobrinho de Atílio Fontana). Santa Catarina teve uma eleição diferenciada, elegendo um governador dissidente da ARENA, diferente de quase todos os estados brasileiros em que naquela oportunidade o PMDB saiu vitorioso. (GOULARTI FILHO, 2016).

O planejamento do governo Amin se baseava no documento intitulado Carta aos Catarinenses, que defendia maior liberdade econômica e individual do povo catarinense, prezando pela redução da participação do Estado na economia. Ademais, o planejamento estabelecia a criação e/ou manutenção de linhas de crédito específicas à capitalização das empresas e implantação de pequenos negócios (GOULARTI FILHO, 2016).

O governo Amin se destacou no setor de infraestrutura, principalmente na pavimentação de importantes malhas viárias do estado, em especial na região Oeste, que até então era deficitária nesse quesito. Foi nesse período que se inaugurou as obras das BRs 163, 158, 477, 280, 283, 285 e 282 (GOULARTI FILHO, 2016).

Nas eleições de 1986, o PMDB vence e elege Pedro Ivo Campos e Casildo Maldaner (1987-1990) como respectivos governador e vice. O governo do PMDB elaborou o Plano de Governo Rumo à Nova Sociedade Catarinense. A proposta se dizia inovadora do ponto de vista político e social já que se baseava em um planejamento participativo e participação permanente da comunidade (GOULARTI FILHO, 2016).

O governo manteve uma estrutura alinhada à ideologia liberal, como ocorria naquele período em nível federal, buscando acima de tudo a redução da máquina estatal com a diminuição de cargos públicos, frotas de veículos, contratando menos de 50% de novos trabalhadores em relação aos três governos anteriores (GOULARTI FILHO, 2016).

Em fevereiro de 1990, em decorrência da morte do Governador Pedro Ivo, Casildo assume o governo e leva adiante a proposta inicial, mas passa a fomentar o debate ambiental no estado. Nesse período, cria-se a Polícia Militar Ambiental e ocorre a aprovação da Lei Ambiental que passa a regularizar as atividades econômicas visando o cuidado e preservação do meio ambiente (GOULARTI FILHO, 2016).

Em 1991, Vilson Kleinübing (PFL, 1991-1994) assume o governo com um planejamento estatal que atendia diretamente aos interesses neoliberais postos em nível nacional e seguindo as características do governo federal de Collor. Desse modo, o governo estadual lançou o Plano SIM, caracterizado pelo enxugamento da máquina estatal e pela diminuição da participação do setor público na economia. Além disso, intensificou-se a abertura econômica com a vinda de capitais estrangeiros, a fim de atender o discurso de modernização produtiva que só seria possível com investimentos externos, privatizações e com a participação de empresas estrangeiras no território brasileiro.

Em 1995 Paulo Afonso Evangelista Vieira (PMDB, 1995-1999) assume o governo elaborando o Plano Viva Santa Catarina, na qual defendia uma gestão democrática e descentralizada, buscando a modernização do estado (GOULARTI FILHO, 2005). Apesar de estar em um período nos moldes neoliberais, “o governo Paulo Afonso conseguiu, de certa forma, barrar o rolo compressor privatista, tanto que fez mais investimentos em energia e telefonia que o governo anterior” (GOULARTI FILHO, 2005, p. 645).

Em 1999 Esperidião Amin (PDS, 1999-2002) volta a governar Santa Catarina elaborando o Plano de Governo Santa Catarina: Estado Vencedor. Foi um plano elaborado por liberais para ser executado por um Estado liberal (GOULARTI FILHO, 2005). Essas características liberais são confirmadas por dois fatores determinantes que ocorreram nesse período no estado, que foi a federalização do BESC e a partilha da CELESC (GOULARTI FILHO, 2005).

O estado de Santa Catarina, bem como o Brasil de modo geral, termina o século XX com a decadência do Estado como precursor da economia e com novos moldes de desenvolvimento, pautado na iniciativa privada, embasando-se no discurso de que a burocracia estatal impede o crescimento econômico. Sob esses aspectos o Estado brasileiro torna-se o vilão, causador do atraso e da recessão.

Em suma, até os anos 1980 o Estado buscou solucionar os problemas estruturais que impediam o crescimento, para, a partir dos anos 1990, de certo modo, retirar-se do processo (GOULARTI FILHO, 2016).

O planejamento estatal do período em questão possui significativa importância no estabelecimento das agroindústrias da região Oeste, pois foi significativa a liberação de crédito subsidiado às agroindústrias, e principalmente através dos investimentos em infraestrutura (rodovias, redes de comunicação e energia) que possibilitaram a expansão das atividades.

Aos suinocultores, foi possibilitada a modernização das atividades através da liberação de crédito, pelos bancos estaduais de fomento agropecuário, além da assistência técnica com a fundação da EPAGRI, controle de sanidade do rebanho estadual com a CIDASC, além do apoio e regularização da FATMA (atual IMA) quanto às questões ambientais.

O planejamento estatal desse período foi de significativa importância para consolidar a economia catarinense, tanto no âmbito industrial quanto agrícola. Desse modo, consideramos que só foi possível a modernização da agricultura e da indústria catarinense, a exemplo da atividade suinícola, devido à participação estatal nesse período.

## CAPÍTULO III

### 3- A MODERNIZAÇÃO E CONFORMAÇÃO DAS REDES NA SUINOCULTURA

As atividades agropecuárias se inserem em um arcabouço de sujeitos e processos organizados em diversas escalas geográficas, desde a produção primária realizada dentro do estabelecimento, até as realizadas fora da unidade rural, como o transporte, a industrialização, a distribuição e o consumo.

Desse modo, identificamos que no Oeste de Santa Catarina existem, pelo menos, três atores principais que atuam de forma direta em torno da produção de suínos, sendo eles: os agricultores familiares, as agroindústrias e o Estado.

Conforme observamos nos capítulos anteriores, a região Oeste de Santa Catarina é resultado de um processo histórico de formação em sua estrutura, que esteve diretamente ligada ao desenvolvimento das atividades agropecuárias, neste caso, a suinocultura, como sendo uma atividade que contribuiu de forma significativa. Desse modo, quando analisamos a estrutura que a suinocultura se organiza na região atualmente, vivenciamos a existência de um longo processo de modernização do setor que continua a ocorrer, e a de inúmeras redes que atuam em torno da atividade.

Diante disso, organizam-se diversas redes de sujeitos, instituições, organizações e empresas que se interligam em torno das atividades econômicas, no nosso caso, a suinocultura, atuando direta ou indiretamente, uma sobre as outras, de forma que nos impossibilita realizar uma análise individual de um processo produtivo ou, até mesmo, de analisar o meio rural por si só. De fato, a forma como as atividades econômicas se organizaram na segunda década do século XXI, nos faz realizar um estudo mais amplo que envolve a dinâmica econômica, social, política e cultural dos diversos sujeitos que se organizam em torno de uma determinada atividade. Para isso, faz-se necessário compreender a dinâmica das redes geográficas que estão estruturadas em nosso território de estudo.

Este capítulo tem como objetivo conceitualizar as redes geográficas no processo histórico de formação econômica da região, além de analisar como

as redes se estruturam e se organizam em torno da suinocultura na região Oeste de Santa Catarina.

Ademais, buscamos destacar o processo de modernização da agricultura brasileira, que representou e continua representando significativas mudanças estruturais no espaço rural, com a implementação de inovações técnicas e tecnológicas, contribuindo para a formação e/ou ampliação das redes. Na suinocultura, mudanças nas técnicas de manejo dos suínos, nas estruturas físicas como chiqueiros e nos próprios frigoríficos, além de avanços significativos em genética animal, alimentação, medicamentos e automação.

### **3.1 – A modernização da agricultura brasileira**

O espaço rural brasileiro é muito conhecido pela sua estrutura fundiária concentrada em grandes propriedades decorrentes do processo de colonização e de posterior manutenção dessa estrutura. Por séculos, esse processo de concentração fundiária foi organizado pelo Estado brasileiro, atendendo aos interesses da aristocracia rural. Com o modelo de desenvolvimento econômico brasileiro, centenas de fazendas foram instituídas, com o intuito de organizarem a economia em torno da produção da cana-de-açúcar e, mais tardar, em fazendas de café, utilizando como base a mão de obra escrava. Essa estrutura foi desenvolvida principalmente no litoral brasileiro, nas regiões Nordeste e Sudeste.

Conforme Goularti Filho (2016):

Durante mais de quatro séculos, a especialidade da aristocracia rural brasileira foi concentrar terras por meio da expulsão, apropriação e grilagem. O coronelismo, o mandonismo, o voto de cabresto e a submissão de milhares de homens e mulheres, sob o jugo de senhores de engenho e barrões do café, são o resultado e o resultante dessa concentração fundiária (GOULARTI FILHO, 2016, p. 256).

Além do mais, essa concentração fundiária está associada à apropriação ilegal de terras e fragilidades cadastrais que são favorecidas pela completa falta de tributação fundiária (SAUER; LEITE, 2012).

Em se tratando de acesso a terra, é fundamental reconhecer, ainda, que vigora uma situação de ilegalidade e instabilidade jurídica no Brasil, facultando aquilo que Delgado (2005) denominou de “frouxidão da política agrária”, rebatendo

inclusive no processo de apropriação de terras por estrangeiros (SAUER; LEITE, 2012, p. 507).

“O campo brasileiro foi, historicamente, palco de disputas territoriais” [...] (SAUER; LEITE, 2012, p. 522). Sejam elas realizadas pelos movimentos populares de resistência a expropriação e exploração, como as realizadas pelos movimentos patronais, sejam para dar real valor ao território, materializando a terra como capital (SAUER, LEITE, 2012).

Essa transformação da terra em capital e em negócios lucrativos ocasiona a tendência de elevação nos preços da terra, dificultando ainda mais a aquisição por parte dos menos desprovidos, contribuindo para a concentração fundiária e aumento no número de sem-terra, conforme destaca Sauer e Leite (2012):

Apesar de ser entendida por alguns como uma oportunidade de negócios, a terra não pode ser reduzida a um ativo e um meio de produção. Além disso, a demanda mundial por terras está em confronto direto com a demanda histórica por reforma agrária, tanto no sentido de disputar um bem finito quanto provocando a alta do preço e o encarecimento das políticas públicas de acesso a terra. Além disso, os investimentos crescentes em ativos fundiários ameaçam a segurança e a soberania alimentar, pois os mesmos concentram ainda mais a produção agropecuária em poucas commodities, favorecendo os monopólios na produção de alimentos e agroenergias (SAUER; LEITE, 2012, p. 522).

No início do século XX, especificamente na década de 1930, inicia-se o processo de industrialização brasileira. Considerado um período de significativas transformações políticas, econômicas e sociais no Brasil. As fazendas de café começam a perder seu dinamismo, e a estrutura econômica do meio rural começa a ser reestruturada. Além disso, no campo político, com a Revolução de 30, ocorre o rompimento do regime da política do Café com Leite e o fim da República Velha, dando início a Era Vargas.

Apesar dessas mudanças estruturais, principalmente no espaço urbano brasileiro, com o intenso crescimento das cidades, o Brasil não fora capaz de resolver ou pelo menos amenizar seus problemas sociais, especialmente no meio rural com a estrutura fundiária concentrada nas mãos de poucos e milhares sem acesso a terra. Resultado disso, atualmente encontramos 45% de todas as propriedades rurais do país nas mãos de 1% dos proprietários,

além disso, os 10% mais ricos do país detêm 53,2% da renda nacional (GOULARTI FILHO, 2016).

O Brasil é um país com graves problemas de desigualdades sociais que foi e é produzida e reproduzida pelo alto grau de concentração fundiária e pelo processo de modernização conservadora da agricultura (GOULARTI FILHO, 2016).

O fato é que a modernização da agricultura brasileira não conseguiu resolver o problema fundiário do país. Sem reforma agrária ou algum tipo de política para essa questão, a modernização ocorreu sem afetar o poder econômico e político das oligarquias, tanto que a modernização do campo ocorreu através dos processos de industrialização e urbanização, não havendo uma vontade nacional oriunda das bases que buscasse reverter essa estrutura (GOULARTI FILHO, 2016). “A história brasileira tem demonstrado que a lógica do desenvolvimento nacional é pautada nas diretrizes burguesas de transformações econômicas, culturais e sociais, constituindo ideologias que possibilitem a materialização de determinado tipo de desenvolvimento” (SANTOS, 2008, p. 66).

O processo de modernização conservadora deu-se com a introdução de modernos elementos técnicos e financeiros, sem mexer na concentrada estrutura agrária. Paralelamente à modernização, caminhava a expulsão, a exclusão social, a proletarianização e a subordinação da pequena propriedade ao grande capital. Sem a devida reforma agrária, a modernização, além de ser conservadora, foi dolorosa (GOULARTI FILHO, 2016, p. 259).

Em seu processo de modernização, o Brasil percorreu o caminho histórico das convergências sobrepostas pela elite tradicional, servindo para sustentar essa fração da sociedade no poder (SANTOS, 2008). “São mudanças que conservam a dominação social, gerida por industriais, banqueiros, políticos [...]” (SANTOS, 2008, p. 64) e pela aristocracia rural. Por esses fatores foi uma modernização conservadora (GOULARTI FILHO, 2016). De tal modo, foi uma modernização conservadora por opção do Estado brasileiro em assim se fazer, dando manutenção a estrutura social já posta, sem danificar o poder econômico, político, social e cultural da aristocracia rural.

Conforme Graziano Da Silva e Kageyama (1998), entende-se por modernização da agricultura como sendo um:

[...] processo genérico de crescente integração da agricultura no sistema capitalista industrial, especialmente por meio da mudança tecnológica e de ruptura das relações de produção arcaicas e do domínio do capital comercial processo que perpassa várias décadas e se acentua após a década de 60 (GRAZIANO DA SILVA; KAGEYAMA, 1998, p. 30).

Além disso, verifica-se em Santos (2008), a modernização da agricultura brasileira:

[...] tem sido uma expressão utilizada para indicar a incorporação de tecnologias ao processo produtivo. Nesse país, ela significa a utilização de máquinas, implementos mecânicos e insumos químicos, visando o aumento da produtividade para atender demandas geradas por um processo de crescimento urbano-industrial. Essa mantém o caráter excludente e concentrador do uso das terras e em alguns casos inclusive, o potencializa (SANTOS, 2008, p. 80).

A modernização ocorreu através de profundas mudanças nas forças, relações produtivas e no ideário de vida diária, tanto no campo quanto na cidade (SANTOS, 2008). O que pode ser visto é uma modernização que privilegia algumas regiões, culturas e unidades produtivas (médias e grandes) (GRAZIANO DA SILVA, 1982). Nunca fora uma transformação dinâmica e autossustentada, mas pelo contrário, uma modernização produzida através de altos custos sociais e que só foi possível pelo amparo do Estado (GRAZIANO DA SILVA, 1982).

A modernização conservadora engloba a industrialização da agricultura e formação dos complexos agroindustriais. Ela faz parte do “modelo econômico brasileiro”, que também contou com a modernização dos padrões de consumo. Esse “modelo”, em larga medida, foi coordenado por homens públicos com interesses privados, por clãs parentais, por oligarquias brancas, por industriais entreguistas, por uma elite nativa que imita estilos de vida do Primeiro Mundo e por uma plutocracia liberal, patrimonialista e estamental, sem sentimento nacional e sensibilidade social (GOULARTI FILHO, 2016, p. 259).

Conforme Graziano da Silva e Kageyama (1998), é possível dividir o processo de modernização da agricultura brasileira em quatro períodos,



sendo: de 1850 a 1890; 1890 a 1930; 1930 a 1965; e de 1965 até os dias de hoje, que ainda pode ser dividido em mais três períodos, como podemos observar no quadro abaixo.

Quadro 4 – Periodização da modernização da agricultura brasileira

<b>Período</b>	<b>Características</b>
De 1850 a 1890	Início do processo de decomposição do complexo rural: nesse período a dinâmica das propriedades era muito simples, pois apenas um produto possuía importância comercial destinada ao mercado externo, como o café e a cana de açúcar. Os produtos para consumo interno eram produzidos no próprio complexo.
De 1890 a 1930	Auge do complexo cafeeiro e crescimento urbano. O setor de produção de alimentos separa-se das fazendas produtoras de produtos para exportação e nascem as primeiras agroindústrias de beneficiamento.
De 1930 a 1965	Nesse período, ocorre a diversificação da agricultura brasileira com a produção de alimentos voltados ao mercado interno. Com o desenvolvimento da indústria eletromecânica e química, inicia-se a utilização de adubos e fertilizantes químicos nas lavouras, além de inovações tecnológicas e técnica de manejo na pecuária. A agricultura torna-se um ramo da indústria.
De 1965 a 1980	Os bens de produção da agricultura são internalizados por completo. A dinâmica agrícola passa a ser determinada pelos padrões de acumulação industrial, centrado nos complexos agroindustriais e na ação do Estado na liberação de crédito e subsídios. Com a formação dos complexos agroindustriais ocorre, no início dos anos 1970, a fusão entre capital industrial, bancário e agrário. Os complexos agroindustriais apresentam elevado grau de relação interindustrial e passam a ser “os novos determinantes da dinâmica da agricultura brasileira”, dentro de uma estrutura complexa, heterogênea e multideterminada. Destaca-se a atuação do Estado através da Secretaria Nacional de Crédito Rural.

De 1980 a 2000	Intensifica-se o processo de concentração fundiária e produtiva no Brasil, além do aumento do êxodo rural e do envelhecimento da população do campo. A agricultura brasileira torna-se definitivamente um ramo da indústria e submissa à acumulação de capital.
De 2000 a 2020	O discurso ambientalista e de um modelo de agropecuária alternativa passa a ser consideravelmente discutido, implementado e incentivado pelo Estado brasileiro. Intensifica-se a formação de produções orgânicas e a manutenção da agricultura familiar voltada à produção de policultura. Isso em um extremo. No outro, intensifica-se ainda mais a modernização nos latifúndios Brasil a fora, com a difusão da agricultura de precisão de alta tecnologia em robótica e informática. Além disso, o período é destaque pela forte atuação do PRONAF-Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar na liberação de crédito agrícola.

Fonte: Graziano da Silva e Kageyama (1998) e IBGE (1996, 2006 e 2017). Elaborado por Bavaresco (2020).

As políticas de crédito e de subsídios liberadas pelo Estado, juntamente com a intensa industrialização nos anos 1950, encarregaram-se de modernizar a agricultura e torná-la um ramo da indústria (GOULARTI FILHO, 2016), buscando evitar uma possível reforma agrária ou transformações sociais e estruturais significativas, com o intuito de acomodar os interesses dos industriais e das oligarquias rurais (GOULARTI FILHO, 2016), além de garantir a continuidade do poder político e econômico dessas classes.

Os clãs parentais, as oligarquias brancas e a elite industrial nativa comandaram (e ainda comandam, só que agora aliados ao capital especulativo) a política econômica nacional durante o período de industrialização acelerada, coordenada pelo Estado planejador. Mudaram as estruturas com limites claros e definidos [...] (GOULARTI FILHO, 2016, p. 257).

Conforme Santos (2008, p. 64) “o moderno significa ruptura, pela qual novos caminhos são trilhados, possibilitando chegar a outro lugar ou ao mesmo, porém com trajetórias diferentes”. Por esses fatores observa-se que a

modernização técnica da agricultura brasileira, apesar de trilhar diferentes caminhos, leva-nos ao mesmo lugar (SANTOS, 2008). “O lugar da acumulação e da exploração” (SANTOS, 2008, p. 64).

    Todavia, a forma como se processa essa modernização, em que parte significativa da população é mantida em um nível de pobreza, não significa a forma de desenvolver o país, considerando o desenvolvimento enquanto ampliação das condições humanas de maneira equilibrada (SANTOS, 2008, p. 65).

Muitas vezes, costuma-se colocar o processo de modernização equivalente ao processo de desenvolvimento, na qual consideramos como um equívoco, pois a modernização não garante desenvolvimento, já que, concordando com Santos (2008), entende-se por desenvolvimento quando é possibilitado a melhoria ou ampliação das condições humanas de vida.

    A modernização e o modelo de desenvolvimento brasileiro são contraditórios e expressam a ideia de modelos, tencionando para uma homogeneização territorial, o que pode provocar um desenvolvimento desigual ou um não desenvolvimento. Em outras palavras, a modernização para ser considerada como um mecanismo do desenvolvimento deve servir para ampliar a liberdade das pessoas, o que implica em melhores condições econômicas, maior liberdade política e também garantia da preservação da identidade cultural e das condições ambientais (SANTOS, 2008, p. 66).

O desenvolvimento é tido como a ideia de garantir ou aprimorar as liberdades humanas e condições de vida. “Assim, a ampliação das liberdades é o caminho prioritário para o desenvolvimento, porém essa não resulta de um processo natural, e sim de algo a ser construído e planejado” (SANTOS, 2008, p. 66) através da atuação do Estado, entidades, grupos sociais, sindicatos, etc.

A modernização da agricultura tem desenvolvido amplamente as redes de técnicas de produção e tecnologias, facilitando o trabalho e, por consequência, melhorando as condições de vida do homem do campo (SANTOS, 2008). Apesar disso, “ao mesmo tempo em que ampliam essas condições materiais, também se ampliam a pobreza e as dificuldades para suprir as necessidades básicas de parcela significativa da população” (SANTOS, 2008, p. 66).

Indubitavelmente, a variável tecnológica é um dos indicadores do desenvolvimento em um sentido mais amplo. Porém, só justifica-se quando esta possibilita a ampliação das condições de vida de forma mais equitativa. Essa perspectiva ampliada exige, em contrapartida, um desenvolvimento alternativo, com base em outra matriz produtiva e que os indicadores não sejam mensuráveis, exclusivamente, pela dimensão econômica, mas também pelas dimensões políticas, culturais e ambientais (SANTOS, 2008, p. 75).

Essa exclusão se justifica pelo centralismo político do desenvolvimento econômico brasileiro que atende aos interesses da elite nacional. “Assim, decorrem projetos de desenvolvimento centralistas, que mantêm a exclusão e a desigualdade social” (SANTOS, 2008, p. 67).

A modernização brasileira, assim como a maioria dos projetos de desenvolvimento, está atrelada aos interesses da classe dominante, por isso seu caráter excludente e concentrador. Assim, provocam mudanças nos padrões de produção e comercialização [...] (SANTOS, 2008, p. 74).

O Estado brasileiro assumiu desde cedo um papel importante na modernização da agricultura. Alinhado com os interesses da burguesia industrial e da aristocracia rural, tratou de organizar e planejar o processo, conferindo pouca relevância e participação das bases da sociedade organizadas em sindicatos e entidades (SANTOS, 2008).

O Estado tem sido um dos responsáveis pela garantia das condições de sustentação da lógica capitalista e as políticas públicas são utilizadas como instrumento do governo para garantir seus objetivos, mas contraditoriamente, às vezes, estas mesmas políticas fomentam condições de instabilidade que potencializam o empoderamento de outros agentes, como movimentos sociais, Organizações Não Governamentais, etc (SANTOS, 2008, p. 85).

O processo de modernização, organizado pelos moldes da dinâmica urbano-industrial, adota um modelo de desenvolvimento que preza apenas pela dimensão econômica (SANTOS, 2008), que por si só não seria um problema, pois um desenvolvimento econômico amplo, planejado e igualitário garantiria um desenvolvimento humano satisfatório. Mas o fato é que esse modelo de desenvolvimento é produtivista, baseado apenas na introdução de técnicas e tecnologias, com um intuito de aumentar a produtividade e

produção da agricultura e da pecuária (SANTOS, 2008), além do aumento da acumulação de capital. Esse discurso do desenvolvimento “não considera que esta deva implicar em expansão, crescimento, progresso e também melhoria nas condições de produção e distribuição das riquezas geradas” (SANTOS, 2008, p. 79).

“A modernização tecnológica para o pequeno produtor agrícola mercantil tem representado maior dependência em relação ao capital e menor ganho financeiro quando comparado ao grande produtor” (SANTOS, 2008, p. 84). Ela significa a articulação cada vez maior entre agricultura e capital, especialmente o financeiro, com objetivo de ampliar o capital (SANTOS, 2008). Em contrapartida, para os pequenos produtores, a modernização representa um período de dificuldades, com intensa exclusão e aumento das desigualdades sociais no campo.

A modernização alterou as formas de vida dos territórios, que são essenciais para o capital se instalar e se apropriar. “O território se reorganiza, cria e legitima uma nova racionalidade que vai provocar mudanças nas relações sociais, em diferentes escalas - desde os países até as pessoas - sob a hegemonia do dinheiro e da informação” (MEDEIROS, 2017).

Esses lugares ao acolherem essa agricultura científica são definidos como espaços de relações horizontais, já seus representantes estabelecem uma relação vertical, muitas vezes inflexível onde a solidariedade econômica é priorizada em detrimento, sobretudo da relação com a natureza (MEDEIROS, 2017, p. 180).

Conforme destaca Medeiros (2017), o campo é visto como um território de ruralidades que vão além da categoria econômica que é imposta pela dinâmica mundial, mas por características que permanecem no campo mesmo com a penetração da modernização que altera parcela da vida rural.

Ali se reencontra uma dinâmica distinta e práticas sociais, culturais e econômicas fundadas sobre a proximidade, a convivialidade, a ajuda e a cooperação. Esta comunidade humana é muitas vezes representada pela forma de viver que associa o território, às relações de vida e à coesão social. Este tipo de população mantém um laço estreito com seu ambiente, valoriza a cultura identitária das diferentes comunidades (MEDEIROS, 2017, p. 181).

Portanto, o que se encontra no espaço rural da atualidade, da modernidade e da agricultura industrial é um espaço que adquire características do modelo urbano de vida, mas que, apesar da influência, permanece com características tradicionais desse território, com suas particularidades que os distinguem de outros territórios.

### **3.1.1 - A modernização da agricultura brasileira e seus impactos na suinocultura catarinense**

O processo de modernização da agricultura brasileira resultou em consequências na agricultura catarinense e gerou significativas transformações nos setores produtivos. Ela está diretamente atrelada à atuação do Estado nesse processo, tanto em nível federal quanto estadual e municipal, além da formação dos Complexos Agroindustriais, especialmente no Oeste de Santa Catarina.

“A formação de CAIs em Santa Catarina está inserida nesse movimento de constituição dos complexos em nível nacional e só pode ser entendida a partir da modernização conservadora e da industrialização da agricultura do Brasil” (GOULARTI FILHO, 2016, p. 262-263), que igualmente ao processo em nível nacional, não alterou os padrões estruturais da agricultura catarinense. No entanto, é importante ressaltar que Santa Catarina possui uma particularidade na sua estrutura agropecuária. Diferente de outras regiões do país, sua estrutura fundiária é pautada na pequena propriedade rural, resultado do processo de colonização ocorrido no século XX, organizado pelas Companhias Colonizadoras e pelo Estado.

A industrialização pesada após-1955, com a criação de diversos centros estatais de pesquisa e a consolidação de uma política nacional de crédito rural, permitiu a formação dos complexos agroindustriais em todo o país (GOULARTI FILHO, 2016), especialmente em Santa Catarina.

A atuação do Estado na modernização da agricultura em Santa Catarina é resultado das políticas de créditos e subsídios destinados à produção, efetuadas pelos bancos estatais como o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), especificamente em Santa Catarina o BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul), além do extinto BESC (Banco do Estado de Santa Catarina), como

financiadores do processo. Apesar disso, na maioria das vezes os créditos e subsídios estatais acabavam nas mãos das grandes agroindústrias (GOULARTI FILHO,2016), que posteriormente designavam os investimentos, através de financiamentos, aos produtores rurais integrados aos seus complexos.

[...] os setores mais beneficiados com créditos, subsídios, amparo tecnológico e suporte técnico foram as grandes empresas. O bom desempenho da Sadia, Perdigão, Ceval, Coopercentral, Chapecó e Macedo não pode ser explicado a partir da visão individualista do empresário inovador e da ideologia do trabalho dos Fontana, Brandalise, de Nês, Hering ou Macedo. Em boa medida, a explicação para o “sucesso” dessas empresas reside no longo processo de modernização conservadora e nas benesses da política agrícola (incluindo subsídios e financiamentos), deliberadas pelo Estado (GOULARTI FILHO, 2016, p. 263).

A partir da década de 1960, inicia-se um novo período em Santa Catarina, na qual o capital industrial passa a ser o móvel da acumulação capitalista (GOULARTI FILHO, 2016). A modernização da agricultura, atrelado ao desenvolvimento dos complexos agroindustriais de carnes, consolidam o novo padrão de crescimento de Santa Catarina, comandado pelo Estado e pelas grandes indústrias e agroindústrias (GOULARTI FILHO, 2016). Assim “a forma como as relações capitalistas penetraram na agricultura está, diretamente, ligada ao papel desempenhado pelas agroindústrias” (PLEIN, 2003, p. 49).

A modernização da agricultura em Santa Catarina modificou a estrutura da produção de suínos, que passou a utilizar novas técnicas de manejo, além de novas e avançadas tecnologias na criação, produção de insumos, além de avanços em medicamentos e genética, ampliando a produtividade dos plantéis e aumentando significativamente a produção do estado, em especial da região Oeste, que concentra a maior parte da produção do estado.

A modernização se processa no estado pela atuação de dois atores principais. O Estado e as agroindústrias se encarregaram de modernizar a suinocultura catarinense criando políticas públicas de fomento e liberação de crédito agrícola, isso tudo ainda nos anos 60 (MIELE; MIRANDA, 2013). A partir dos anos 70 “viabilizou-se a difusão de um verdadeiro pacote

tecnológico a partir de um massivo apoio público por meio de assistência técnica, crédito rural subsidiado, pesquisa agropecuária e a estruturação de um sistema de defesa agropecuária e inspeção sanitária” (MIELE; MIRANDA, 2013, p. 202).

A difusão das novas técnicas de produção no setor ocorre, como nos outros setores, por meio do trabalho dos técnicos, tanto por parte do governo como é o caso dos extensionistas da EPAGRI, como por intermédio das agroindústrias. “Esses profissionais efetivam uma extensão rural com base no discurso ideológico dominante, seguindo a política direcionada pelo Estado de modernizar e desenvolver o espaço, com o objetivo de viabilizar mudanças na base técnica” (SANTOS, 2008, p. 70).

Para modernizar a agricultura brasileira, o Estado utilizou-se do crédito agrícola, serviços de extensão rural, pesquisa agropecuária e seguro agrícola. Esses instrumentos funcionavam da seguinte forma: a pesquisa criava novas tecnologias para a agricultura; os serviços de extensão rural levavam essas tecnologias para os agricultores; os agricultores só adotavam uma nova tecnologia em função do crédito disponível para financiar os investimentos necessários; a política de preços mínimos garantia um preço adequado na venda dos produtos e o seguro agrícola tinha a função de evitar prejuízos na safra bem como garantir que o agricultor pudesse pagar seus empréstimos (PLEIN, 2003, p. 94).

Conforme destaca Plein (2003), o processo de modernização da agricultura do Oeste catarinense pode ser dividido em dois principais períodos. O primeiro entre 1965 a 1985, que é caracterizado pela adoção do pacote tecnológico através de fartos financiamentos, além da crescente integração dos agricultores ao mercado, especificamente via as agroindústrias. O segundo, de 1985 a 1995, que está atrelado à dinâmica global da economia, ocorre a diferenciação da agricultura familiar com a diminuição do crédito, sucessivas crises e a intensificação da concentração produtiva promovido pelas agroindústrias (PLEIN, 2003).

A partir de 1995 essa dinâmica é direcionada pelo capital agroindustrial, especialmente oriundo dos lucros no sistema financeiro, que permite e direciona a modernização da produção, através do financiamento público e privado, aos produtores de suínos.



Desse modo, a modernização da agricultura, através de seus impactos socioeconômicos, implicou, de um lado, em um crescente processo de mercantilização da produção da agropecuária, mas por outro lado, houve a exclusão de inúmeras famílias de algumas cadeias produtivas, especialmente da suinocultura, intensificando as migrações rurais/urbanas (PLEIN, 2003).

A partir da emergência da modernização da agricultura nos anos 1970, há um (re)arranjo, nas estratégias de reprodução social, da agricultura familiar da região Oeste Catarinense. Houve um processo de diferenciação e exclusão que intensificou-se a partir de meados dos anos 1980, onde os agricultores adotaram, diferentes estratégias, passando por transformações sociais, econômicas e culturais, dentro da unidade de produção e nas suas relações com o mercado (PLEIN, 2003, p. 47).

No caso da produção de suínos, inicialmente, a modernização foi possibilitada, em grande parte, pela integração à agroindústria que garantia a comercialização, atraindo significativa parcela dos produtores (PLEIN, 2003). “Porém, nos anos 1980 em diante, ocorre um processo de concentração e intensificação dessa produção, excluindo mais de dois terços dos produtores num período de dez anos” [...] (PLEIN, 2003, p. 86).

É interessante observar que, inicialmente, a finalidade principal do crédito era o investimento, provavelmente, com o objetivo de fazer construções (principalmente para a criação de suínos) e comprar máquinas. Já nos anos 1980, a finalidade principal dos financiamentos destinava-se ao custeio da produção, indicando o grande aumento do consumo intermediário, principalmente de insumos, o que revela uma dependência crescente em relação ao novo padrão tecnológico (PLEIN, 2003, p. 95-96).

Anterior a esse processo, praticamente todas as propriedades do Oeste catarinense possuíam alguns suínos, (uma ou duas matrizes, e alguns suínos na engorda), sendo a suinocultura uma importante fonte de renda (PLEIN, 2003). Atualmente essa atividade é muito especializada e está concentrada em poucas propriedades. Se comparado o número dos suinocultores e o número de estabelecimentos agrícolas da região Oeste, percebe-se que até os anos 1980, praticamente todas as propriedades produziam suínos (PLEIN, 2003), na década de 2000 essa atividade esteve

presente em apenas 17% das propriedades (PLEIN, 2003), e atualmente em cerca de 8,4% do total dos estabelecimentos (IBGE, 2017).

A modernização da suinocultura caracteriza-se pela adoção de novos padrões de manejo na produção, além da adoção de um pacote tecnológico de alto nível nas áreas de genética, alimentação, controle de doenças, estruturas física e manejo dos suínos.

Com os avanços na área de genética animal foi possível criar raças de suínos com maior índice de produtividade em quantidade e em tempo, possibilitando um aumento gradual da produção de suínos. Com a implementação de raças de suínos como a *Landrace*<sup>19</sup> (de origem dinamarquesa), *Duroc*<sup>20</sup> (EUA) e *Large White*<sup>21</sup> (Inglaterra), consideradas as mais utilizadas no Brasil.

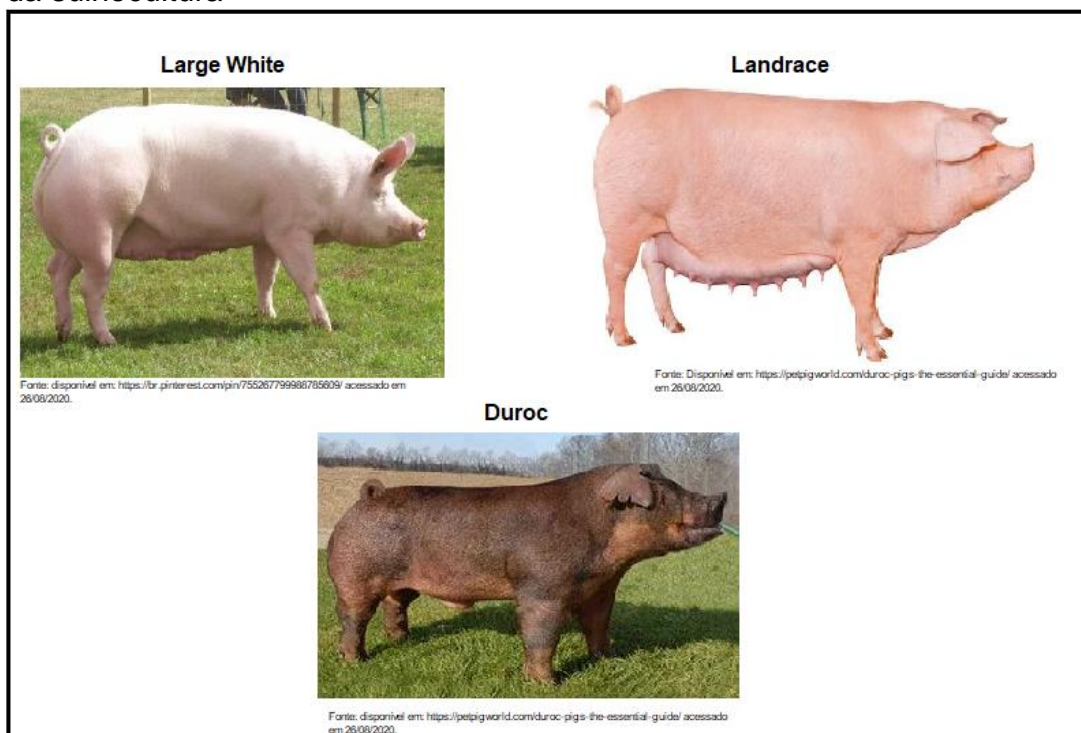
---

<sup>19</sup> É originária da Dinamarca onde foi selecionada e depois espalhada para a Europa e EUA. Somente em 1973, a Dinamarca liberou sua exportação, chegando seus primeiros exemplares a Brasil. Trata-se de uma raça altamente prolífera, precoce e produtiva. Os animais dessa raça têm excelente conformação, as fêmeas com ótima produção leiteira, boa conversão alimentar, comprimento de corpo excelente e produção de carcaças com pouca porcentagem de gordura. Essa raça é conhecida por produzir grandes ninhadas e pelas suas qualidades maternas. A pele desses animais é despigmentada, o que os faz muito sensível à luz. Suas características básicas são prolificidade, habilidade materna e desempenho.

<sup>20</sup> É originária dos Estados Unidos; surgiu de uma mistura de vários porcos vermelhos da região de Nova York, Massachussets e Connecticut. Em princípio a raça era chamada de Duroc Jersey, nome que derivou da combinação de duas das mais populares linhagens da época, a Jersey Vermelha e a Duroc. Foi a 1º raça introduzida no país, portanto, a que iniciou o melhoramento e a tecnificação da suinocultura brasileira. É uma raça rústica, muito adaptada às nossas condições tropicais e, também, a qualquer tipo de cruzamento e sistema de criação. Distingue-se pela grande precocidade, rusticidade e fecundidade. Possuem boa carcaça, boa velocidade de ganho de peso e excelente conversão alimentar. A rusticidade e a fácil adaptação a todas as regiões do país fizeram com que seu uso em cruzamentos industriais propiciasse uma melhoria na qualidade da carne das raças brancas. Caracterizada por pelagem vermelho-cereja, bom comprimento e profundidade.

<sup>21</sup> Originário do condado de York e adjacências, na Inglaterra; sendo também conhecido como yorkshire. É o 1º lugar na composição dos rebanhos das granjas produtoras de animais puros de origem, das raças puras criadas no Brasil, foi a última a ser introduzida no país nos meados da década de 1970. É uma raça excelente quanto à prolificidade, sendo suas fêmeas boas leiteiras e excelentes mães; possuem grande desenvolvimento, se adaptando a qualquer tipo de criação; tem boa capacidade de ganho de peso, rápido crescimento e boa conversão alimentar. Essa raça é muito utilizada em produção de híbridos comerciais.

Figura 11 – Raças de suínos mais produzidas no Brasil após a modernização da suinocultura



Fonte: Elaborado por BAVARESCO, 2020.

Quanto à questão do melhoramento genético, esse fator foi de fundamental importância na expansão da produção de suínos, pois foi possível “a reabilitação da matéria viva, a melhoria nos sistemas de produção e de controle e na flexibilização do mix de produtos” (ESPÍNDOLA, 2012).

Entre as técnicas de melhoramento genético, destaca-se a Inseminação Artificial<sup>22</sup>, a Transferência de Embriões<sup>23</sup>, a micromanipulação e produção in vitro<sup>24</sup> de embriões, e ainda, a clonagem<sup>25</sup> e a produção de

<sup>22</sup> A Inseminação Artificial consiste na fecundação da fêmea (do óvulo) sem o contato direto com o macho, através da coleta e manipulação do sêmen e da sua introdução e deposição no aparelho reprodutivo da fêmea com instrumental e técnica apropriados visando à fecundação (MIES FILHO, 1987 Apud ESPÍNDOLA, 2012).

<sup>23</sup> A Transferência de Embriões está baseada na colocação de um óvulo fecundado (zigoto) proveniente de uma fêmea – a doadora - em outra da mesma espécie - a receptora - visando o desenvolvimento de um novo indivíduo (MIES FILHO, 1987 Apud ESPÍNDOLA, 2012).

<sup>24</sup> A fertilização in vitro (FIV) consiste na penetração do espermatozoide em um ovócito, sob condições controladas (MIES FILHO, 1987 Apud ESPÍNDOLA, 2012).

<sup>25</sup> A clonagem pode ser natural ou induzida. Os indivíduos resultantes da clonagem têm, geralmente, o mesmo genótipo (mesmo patrimônio genético) (MIES FILHO, 1987 Apud ESPÍNDOLA, 2012).

animais transgênicos<sup>26</sup> mais recentemente (ESPÍNDOLA, 2012). Entretanto, de todas essas tecnologias de melhoramento genético a que é mais utilizada no momento é a inseminação artificial.

Diversas tentativas de seleção e melhoramento genético ocorreram no Brasil, ainda na década de 1950, através de importação de diversas raças de suínos europeias e americanas como a *Duroc Jersey*, a *Hampshire* e a *Large White*. No Oeste catarinense, destaca-se a experiência desenvolvida de forma pioneira pelo empresário Atillio Fontana, ainda no início da década de 1940, quando iniciou a empresa Sadia (ESPÍNDOLA, 2012).

Segundo Fontana (1980)

[...] “selecionamos alguns agricultores e nós lhe forneceríamos as três matrizes sem despesa nenhuma por conta dele, a não ser a da ração, fabricada e fornecida por nós, para que introduzisse novas técnicas de manejo e criação”. Os resultados foram surpreendentes, pois “anteriormente, os animais que os lavradores vendiam ao frigorífico eram de doze, quatorze, quinze meses de vida; depois passaram a nos fornecer os exemplares criados dentro da nova técnica com oito meses, e, já nessa idade, com peso superior aos cem quilos” (FONTANA, 1980, p. 135).

Dessa forma, nascia, ainda nos anos 1950, o sistema de integração na suinocultura de forma pioneira, realizado pela empresa Sadia, sendo que nas décadas posteriores o sistema se expandiu<sup>27</sup> de forma acelerada, havendo a necessidade do apoio de várias instituições<sup>28</sup> nesse processo, como, além da

---

<sup>26</sup> A transgenia consiste em transplantar órgãos ou tecidos de um animal para outro de diferente espécie (SERRET et ali, 2007 Apud ESPÍNDOLA, 2012).

<sup>27</sup> Somente para empresas catarinenses os resultados foram espetaculares e a produção de carne suína cresceu de 78 mil toneladas em 1970 para 307 mil toneladas em 1986. Somente a Sadia cresceu sua produção de 50 mil toneladas em 1970 para 156 mil toneladas em 1986. Cabe destacar também que essas melhorias abriram oportunidades para inserção da carne brasileira no mercado internacional. Em 1970, o Brasil exportou 2 mil toneladas contra 12 mil toneladas em 1977, isso é um crescimento de 600%. Entre 1978 e 1987, as exportações de carne de porco foram paralisadas devido à existência da peste suína. A partir de 1987, progrediram de 8,9 mil toneladas para 2. 708 mil toneladas em 2005 (ESPÍNDOLA, 2012).

<sup>28</sup> Em termos gerais, pode-se afirmar que, tanto as Centrais de Inseminações Artificiais, implantadas pelo governo federal, como as centrais particulares, partiram para um intenso processo de melhoramento genético, iniciado pelos cruzamentos de raças importadas e avançando para as biotécnicas de reprodução, que culminaram na criação de animais híbridos, totalmente adaptados às condições brasileiras e, em muitos casos, livres de doenças. Tratou-se de uma estratégia tripartite entre empresas privadas, organismos governamentais e associação de criadores que, através da cópia, puderam ampliar a capacidade produtiva da suinocultura brasileira, tornando-a altamente competitiva no

Sadia, da Associação Rural de Concórdia, da Associação Brasileira dos Criadores de Suínos (ABCS) e da Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina, que começam a colocar em prática um intenso programa de modernização da suinocultura (ESPÍNDOLA, 2012).

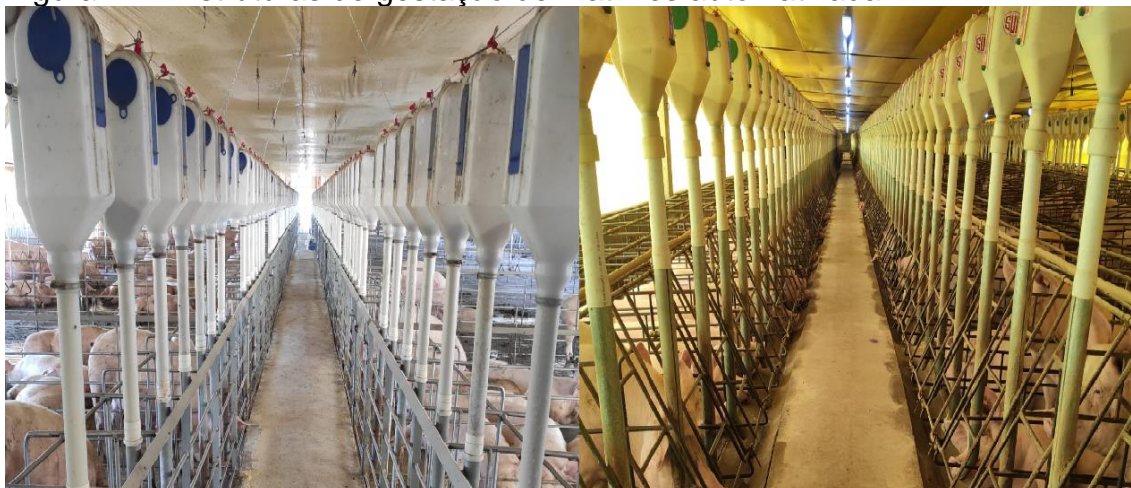
No Sul do país as primeiras iniciativas foram realizadas pelo grupo Sadia, que ainda como parte do Programa de Melhoramento Genético Sadia, foi desenvolvido o programa de erradicação das doenças que infectavam o plantel, o que acabou resultando num plantel de animais SPF (Specific Pathogen Free). O Grupo Chapecó, por sua vez, investiu, em 1988, cerca de US\$ 2 milhões num programa de melhoramento genético. Foram construídos dois estabelecimentos pecuários: uma granja-núcleo para 450 matrizes em Vargeão/SC, com área construída de 8.000 m<sup>2</sup>, onde três raças foram cruzadas, gerando mil fêmeas matrizes para um plantel permanente. A outra granja fica em Chapecó e produziu 21.850 leitões por ano. Outra empresa que investiu no melhoramento genético de suínos foi a Agroceres, que através de uma joint venture com a PIC (Pig Improvement Company, da Inglaterra) passou a desenvolver, em suas fazendas localizadas em Minas Gerais, suínos com menor espessura de toucinho (ESPÍNDOLA, 2012, p. 7)

Além dos avanços nas áreas de genética animal, a modernização possibilitou uma completa reestruturação das estruturas físicas de alojamento de suínos, com a adoção de equipamentos automatizados responsáveis pelo trato dos animais, não necessitando de mão de obra humana, conforme podemos observar na figura abaixo.

---

mercado mundial. Neste sentido, o período compreendido entre 1951-1989, constitui-se como o maior período de esforços nacionais de substituição de importações. (ESPÍNDOLA, 2012).

Figura 12 – Estruturas de gestação de matrizes automatizada<sup>29</sup>



Fonte: Trabalho de campo. Elaborado por BAVARESCO, 2021.

A alimentação dos animais passa a ser realizada pela mistura de cereais como o milho, sendo o principal cereal o farelo<sup>30</sup> de soja e o de trigo, além de medicamentos destinados à prevenção de doenças nos animais. Com essa alimentação controlada, passa a se reduzir o tempo de produção de um suíno, melhorando a produtividade do rebanho. Essa alimentação se difere totalmente da realizada no passado, quando utilizavam legumes, raízes e folhagens, gerando uma produtividade baixa e levando em torno de dois anos para estarem no ponto de abate, resultando em um suíno com grande quantidade de banha (PLEIN, 2003), sendo que, na maioria das vezes, era a maior parcela do animal, na qual além de produzir muita banha, possuía baixa produtividade pelo tempo que levava até estar pronto para o abate.

A alimentação básica do porco era a lavagem, que consistia num ensopado feito com abóboras, melões, batatas, mandioca, sal e água, preparado em panelões de ferro ou tachos. Além disso, ainda eram tratados, de forma em natura, pasto verde, milho em espiga, mandioca e batata. Eram pouco os colonos que usavam ração industrializada. Os porcos eram engordados em instalações rudimentares, sendo que o esterco escorria por baixo e ao redor dos chiqueiros, trazendo, posteriormente, sérios problemas com a poluição da água (PLEIN, 2003).

<sup>29</sup> Nessa estrutura encontravam-se alojadas mais de 800 matrizes em gestação.

<sup>30</sup> Considera-se como farelo, a soja e o trigo que passaram pela industrialização e ocorreu a retirada dos grãos danificados que não possuem características para se tornarem produtos mais completos e acabam sendo utilizados na alimentação animal com os mesmos teores protéicos, ou seja, o farelo de soja e de trigo são os grãos moídos.

Conforme destacado, a modernização da agricultura brasileira transformou e continua a transformar significativamente a cadeia produtiva de suínos, inserindo modernas técnicas e tecnologias que aumentam a produtividade dos rebanhos. Além disso, intensifica-se a organização em redes do setor em que se tornam cada vez mais complexos, fazendo com que nos dias atuais se impossibilite analisar a suinocultura por si só, mas nos faz necessário compreender uma enorme gama de setores e sujeitos envolvidos em torno da atividade.

### **3.2.1 – As Redes Geográficas da suinocultura**

As redes possuem papel fundamental na formação e desenvolvimento dos processos produtivos, em especial da suinocultura, pois possibilitam a abertura de novos mercados consumidores e de relações comerciais e produtivas na obtenção de tecnologias e inovações, bem como se inserem num importante instrumento metodológico na compreensão dos processos produtivos e do desenvolvimento capitalista.

A questão das redes apareceu de outra forma, renovada pelas grandes mudanças deste final de século, renovada pelas descobertas e avanços em outros campos disciplinares e na própria Geografia. Neste novo contexto teórico, a análise das redes implica abordagem que, no lugar de tratá-la isoladamente, procure suas relações com a urbanização, com a divisão territorial do trabalho e com a diferenciação crescente que esta introduziu entre as cidades. Trata-se, assim, de instrumento valioso para a compreensão da dinâmica territorial brasileira (DIAS, 2017, p. 148).

As redes possuem um papel importante na formação territorial brasileira, pois estão associadas aos processos de urbanização e de integração do mercado nacional, eliminando as barreiras de todas as ordens que separavam as regiões produtivas (DIAS, 2017) interligando as regiões e formando um único mercado nacional. No entanto, a importância das redes se resume apenas ao urbano, e estende-se sobre o espaço rural, integrando-se ao urbano e criando diferentes elementos que o compõe e o redimensiona.

A presença inicial das ferrovias e das rodovias, que irrigavam o país em matérias-primas e mão-de-obra, se superpõem, na atualidade, os fluxos de informação – eixos invisíveis e

imateriais certos -, mas que se tornaram uma condição necessária a todo movimento de elementos materiais entre as cidades que eles consolidam (DIAS, 2017, p. 150).

O autor destaca ainda,

Redes são instrumentos apropriados para a economia capitalista baseada na inovação, globalização e concentração descentralizada; para o trabalho, trabalhadores e empresas voltadas para a flexibilidade e adaptabilidade; para uma cultura de desconstrução e reconstrução contínuas; para uma política destinada ao processamento instantâneo de novos valores e humores públicos; e para uma organização social que vise a suplementação do espaço e invalidação do tempo. Mas a morfologia da rede também é uma fonte de drástica reorganização das relações de poder. As conexões que ligam as redes, representam os instrumentos privilegiados do poder. Assim, os conectores são os detentores do poder (CASTELLS, 2020, p. 554).

Desse modo, consideramos as redes como sendo forma de ordenação das relações de poder nas sociedades da atualidade, por serem precursoras de uma nova dinâmica social em que o capitalismo se encontra em nova fase, na qual a estrutura social globalizada e a economia mundial, com base no sistema financeiro, se organizam em torno de uma infinita gama de redes de informações, comunicação, bens e serviços. Diante disso, as redes se tornam de significativa importância na análise das estruturas produtivas, no nosso caso, a suinocultura.

Com as transformações ocorridas nas últimas décadas no mundo, e com significativos avanços tecnológicos e inovações nos transportes e comunicações, alteraram-se significativamente as relações sociais e econômicas entre as sociedades localizadas geograficamente em longas distâncias. Cada vez mais a distância geográfica deixa de ser um empecilho ao desenvolvimento e passa a ser apenas mais uma característica cartográfica. A ampliação das navegações no século XVI, as estradas de ferro no século XIX, bem como rodovias e a aviação no século XX foram fundamentais para ligar territórios distantes, possibilitando cada vez mais a circulação de mercadorias, pessoas e informações.

O desenvolvimento das comunicações como o telégrafo, posteriormente, o telefone e, mais recentemente, a rede de internet, organizou-se uma gama de redes de comunicações levando informações para



as diversas e mais distantes regiões do mundo. “Todas essas inovações, fundamentais na história do capitalismo mundial, se inscreveram e modificaram os espaços nacionais, doravante sulcados por linhas e redes técnicas que permitiram maior velocidade na circulação de bens, de pessoas e de informações” (DIAS, 2017, p. 142)

Esses avanços nas redes de comunicações e transportes, desenvolvidos principalmente no século XX, além de redesenharem o mapa do mundo, dos países e das regiões, organizaram cada vez mais processos de múltiplas ordens, de integração produtiva, de integração de mercados, de integração financeira e de informação (DIAS, 2017). Mas, da mesma forma que geraram processos de integração entre regiões e setores, geraram também “processos igualmente de desintegração, de exclusão de vastas superfícies do globo [...]” (DIAS, 2017, p. 147).

Todos esses processos para serem viabilizados implicaram estratégias, principalmente estratégias de circulação e de comunicação, duas faces da mobilidade que pressupõem a existência de redes, uma forma singular de organização (DIAS, 2017, p. 147).

Na cadeia produtiva da suinocultura do Oeste catarinense é possível destacar diversas redes que atuam sobre o processo produtivo. Dentre elas, as redes de transportes, que atuam tanto na fase primária da produção, levando os insumos até as propriedades, como a ração animal e o destino dos animais para o abate até as agroindústrias. Além disso, as redes atacadistas e mercados exportadores também estão relacionados à comercialização.

Ainda encontramos as redes<sup>31</sup> de comunicação e informação, que ocorrem através da atuação dos técnicos e profissionais da área, e atuam em nome das empresas agroindustriais ou até mesmo do governo, levando até os

---

<sup>31</sup> Conforme Castells (2020), as redes constituem uma nova morfologia social de nossas sociedades na atualidade e a difusão das redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos. “Embora a forma de organização social em redes tenha existido em outros tempos e espaços, o novo paradigma da tecnologia da informação fornece a base material para sua expansão penetrante em toda a estrutura social” (CASTELLS, 2020, p. 553). Ademais, redes são: “estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação” (CASTELLS, 2020, p. 554).

suinocultores informações de técnicas de manejo, qualidade sanitária e de bem-estar animal, melhorando assim a produtividade e, por consequência, a rentabilidade dos produtores.

Ademais, podemos destacar as redes de circulação financeira que são características da atuação dos bancos, tanto estatais como de iniciativa privada, além das cooperativas de crédito que atuam através do financiamento da produção, principalmente na manutenção do capital deprecado ou na realização de novos investimentos, tanto nas propriedades como nas agroindústrias.

Na região, podemos destacar, de acordo com Mior (2010), a existência de pelo menos dois tipos de redes de desenvolvimento atuando de forma simultânea, sendo elas: as redes verticais e as redes horizontais (MIOR, 2010).

A principal diferença entre elas é que as redes verticais se caracterizam tradicionalmente dentro de um recorte setorial, a partir da abordagem da cadeia de *commodities*, já as redes horizontais têm sido abordadas num recorte territorial, a partir da noção de redes sociais de inovação e aprendizagem (MIOR, 2010).

Desse modo, as redes verticais são representadas pela organização das grandes agroindústrias convencionais que atuam na região, já as redes horizontais caracterizam-se por representarem as agroindústrias familiares (MIOR, 2010). As redes horizontais se encontram em um considerável processo de transformação na região Oeste catarinense (MIOR, 2010), pois são consideradas como uma alternativa à organização das redes verticais que acabam submetendo os agricultores familiares nas mãos das grandes agroindústrias, apesar disso, “é a ação estratégica da agroindústria convencional que acaba influenciando o padrão de desenvolvimento da agroindústria familiar do Oeste catarinense” (MIOR, 2010, p. 10).

Explorar o contexto da mudança agroindustrial na região Oeste catarinense exige, portanto, uma análise do inter-relacionamento entre as estratégias de ação destes agentes nas diversas escalas espaciais. Na região co-existem agroindústrias convencionais que estão ligadas ao mercado europeu de carnes (com a tendência pós-fordista) e, ao mesmo tempo, ao mercado brasileiro, que estaria em transição. Existe ainda uma série de agroindústrias de

pequeno porte ligadas à produção de derivados de leite (queijos, iogurte, requeijão) voltada para mercados de nicho (produtos coloniais e artesanais) mas também para o mercado tradicional de commodities, como é o caso de queijo para pizzarias (MIOR, 2010, p. 7).

A implementação das agroindústrias rurais tem sido uma alternativa adotada pelos agricultores familiares do Oeste de Santa Catarina no intuito de evitar a subordinação ao modelo convencional de produção desenvolvido e fomentado pelas grandes agroindústrias, criando assim novas redes de desenvolvimento rural (MIOR, 2010). Apesar disso, a maior parte dos agricultores e a população em geral, vem igualando desenvolvimento à intensa capitalização das propriedades (MIOR, 2010), na qual os agricultores acabam tendo a tendência a integrar-se ao mercado de *commodities* e, por consequência, tornando-se subordinados ao capital industrial.

Tal perspectiva questiona o entendimento do que constitui desenvolvimento rural, em particular na esfera agrícola, onde desenvolvimento tem sido igualado à intensa capitalização em direção às grandes unidades de produção e ao declínio do poder do trabalho. Agora o desenvolvimento adequado é aquele estabelecido pelas novas redes de inovação. Tais redes seriam mais facilmente construídas em áreas que conservaram uma estrutura industrial flexível baseada em um grande número de pequenas unidades de produção (MIOR, 2010, p. 2).

Nesse quesito, tanto os produtores de suínos integrados quanto os independentes estão subordinados, até os dias atuais, a esses processos de “desenvolvimento”. É praticamente nula, no Oeste, a atuação das redes horizontais em torno da suinocultura. Devido às características do setor, ela acaba abarcando outras atividades, especialmente a produção de leite e hortifrúti.

Esses diferentes padrões de articulação entre agricultura, agroindústria e território, refletem um processo onde co-existem pelo menos dois padrões de desenvolvimento rural e organização da produção (MIOR, 2010). Primeiro aquele influenciado pelos modelos internacionais de organização da produção e consumo alimentar e, em segundo, padrões diferenciados de produção e de desenvolvimento associados à tradição e culturas alimentares locais (MIOR, 2010).

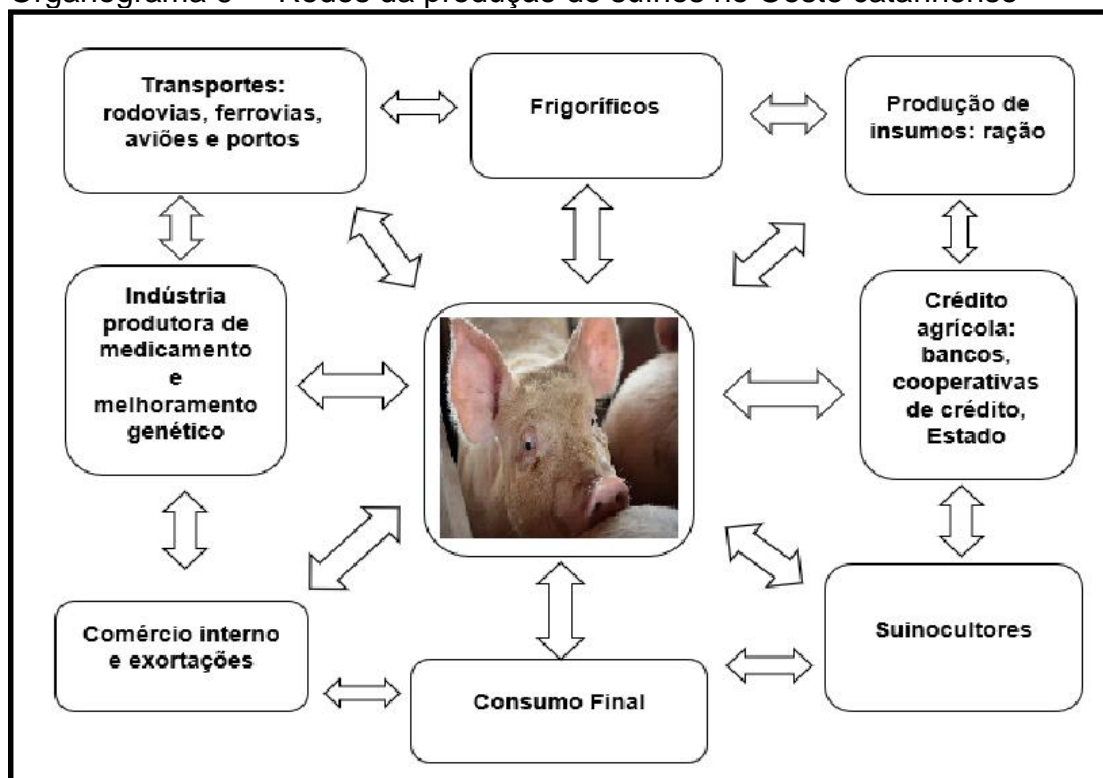
Portanto, na região Oeste existe um processo de estandarização da produção e dos mercados consumidores, promovida pela grande agroindústria convencional, assim como um processo de re-valorização da diversidade ecológica e sócio-cultural promovido por outros atores regionais. A constituição destas agroindústrias familiares torna-se um importante processo de transformação territorial [...] (MIOR, 2010, p. 7).

As redes convencionais de desenvolvimento rural que desenharam e desenham o modelo da produção suinícola da região Oeste catarinense começaram a ser tecidas ainda nos anos de 1940 (MIOR, 2010). No início, eram redes de pequeno alcance que envolviam um reduzido número de produtores e intermediários, com poucos produtos derivados dos suínos, com destaque para a banha de porco que era o principal produto comercializado (MIOR, 2010).

Com o desenvolvimento das agroindústrias na região, a organização em redes da suinocultura passou a ser cada vez mais complexa, abarcando nos dias atuais centenas de atores, desses produtores primários a intermediários, como comerciantes, transportadores, frigoríficos, além de uma gama de outros serviços e setores que se inserem nas mesmas redes.

Usando a linguagem da teoria ator-rede, foi um processo bem sucedido de construção e estabilização de redes conectando espaços de produção e de consumo através de uma miríade de atores (produtores de insumos, agricultores, técnicos, trabalhadores industriais, engenheiros, motoristas de caminhão...) e intermediários (aviões, caminhões, câmaras frias, contratos de fornecimento de uma variada gama de produtos e insumos) dentro de uma estratégia de negociação permanente entre o ator-mundo e os outros atores e intermediários (MIOR, 2005, p. 123).

Organograma 6 – Redes da produção de suínos no Oeste catarinense



Fonte: Elaborado por BAVARESCO, 2020.

As redes que envolvem a produção de suínos no Oeste catarinense são, na sua maioria, classificadas como redes verticais de desenvolvimento rural, já que se caracterizam por um modelo de desenvolvimento pautado nos moldes internacionais, organizados em setores produtivos e direcionados pelos grandes conglomerados agroindustriais, conforme destaca MIOR (2010), tornando a atividade suinícola cada vez mais subordinada ao capital industrial, fazendo da lógica da acumulação capitalista, como padrão no desenvolvimento rural da região.

A organização em redes geográficas na suinocultura surge ainda nos primórdios da ocupação capitalista da região, mesmo que tímida, a simples estrutura de compra e venda dos suínos pelos comerciantes nos anos de 1940 e 1950 já se considerava uma organização em rede. O desenvolvimento industrial e a posterior modernização da agricultura brasileira tornaram as redes geográficas mais complexas e abrangendo um considerável número de sujeitos e setores econômicos que se envolveram direta e/ou indiretamente na cadeia produtiva da suinocultura.

Atualmente, as redes geográficas da suinocultura são tão complexas que praticamente nos impossibilitam de calcular um número exato de sujeitos que participam do processo produtivo, mas que pelos números do Produto Interno Bruto - PIB agropecuário regional, podemos considerar como sendo uma atividade de alto valor econômico no desenvolvimento da região, gerando empregos no campo e também fora da porteira, que é uma situação característica do sistema capitalista moderno.

Conforme observamos no organograma, a produção de suínos abarca em sua atividade inúmeros outros setores em seu território de atuação, desde os produtores de suínos até comerciantes, transportadoras, bancos, indústrias de vários segmentos, desde as mais simples como a produção de ração animal até as de alto valor tecnológico, como as produtoras de genética, medicamentos e tecnologias, até os produtos chegarem aos consumidores finais.

Consideramos essas transformações na organização das redes da suinocultura como uma das principais mudanças ocorridas nas últimas décadas na cadeia produtiva, já que nos primórdios essas redes se organizavam de forma mais simples e envolvendo poucos sujeitos. Dessa forma, conseguimos ainda analisar que, apesar das mudanças na intensidade e na complexidade das redes, além do aumento no número de sujeitos envolvidos na produção, a suinocultura do Oeste catarinense apresenta ainda características que permaneceram intactas ao longo do tempo, ou seja, em nenhum momento a cadeia produtiva da suinocultura foi uma atividade essencialmente desenvolvida dentro da propriedade rural, mas sempre dependeu e continua a depender de outros atores para se produzir e reproduzir, sendo, desde sua essência, uma produção organizada em redes. Ademais, consideramos a organização em torno da propriedade familiar como uma característica que permaneceu e que continua sendo a principal percursora, na parte rural, da suinocultura. Possui, é claro, a tendência de se extinguir, já que a concentração produtiva tem sido forte nos últimos anos, apesar disso, ela permanece como a fonte básica e, talvez, a forma mais simples e eficaz das agroindústrias adentrarem no meio rural.

As redes nos mostram e comprovam que a região Oeste de Santa Catarina é um território eminentemente agrícola. A economia regional, como

um todo, depende direta ou indiretamente da produção agrícola, principalmente da agropecuária e da produção de suínos. As redes que se organizam em torno da suinocultura apresentam grande dinamismo e integram, ao mesmo tempo que excluem de seu processo, diferentes atores e territórios.

### **3.2.2 – As agroindústrias e a formação de novas redes no Oeste de Santa Catarina**

Ao longo da história diversas pequenas agroindústrias processadoras de carnes surgiram no Oeste de Santa Catarina, principalmente nas décadas de 1940 e 1950. Na sua maioria empresas familiares, que através da acumulação de capital oriunda da atuação comercial, passaram a expandir os negócios, via aquisições de outras empresas, até se tornarem grandes grupos industriais. “A região abriga o maior complexo de produção, abate e transformação de carne suína e de aves do Brasil e América Latina” (MIOR, 2010, p. 5) se notabilizando nacionalmente e mundialmente “[...] por ser pioneira no estabelecimento de um bem sucedido sistema de integração agroindustrial entre grandes agroindústrias e a agricultura familiar [...] (MIOR, 2010, p. 5).

As agroindústrias regionais trilharam o caminho da concentração de capital, formando grupos com atuação nacional e internacional, como é o caso da Sadia e Perdigão, atuando em diferentes segmentos, além do beneficiamento de suínos, o de aves, bovinos, lácteos e grãos. Essa dinâmica de concentração da produção se insere nas intensas transformações da produção do setor alimentício mundial. Esse movimento de concentração produtiva “[...] ocorre paralelamente a uma multiplicação de fusões e aquisições, que modificam as estruturas produtivas e fazem crescer a parcela do mercado ocupada pelas grandes empresas” (COLETTI; LINS; 2011, p. 342).

Em poucas décadas, um conjunto de empresas com origem quase que contemporânea da colonização da região passa a ocupar posições de liderança no mercado nacional de abate, processamento e industrialização de carnes. O processo de ocupação dos espaços econômicos regional, nacional e,

agora, internacional, por parte da agroindústria convencional da região, é memorável (MIOR, 2005, p. 123).

A concentração agroindustrial da região encontra-se em um estágio avançado, na qual se confirma pelo fato de apenas quatro empresas dominarem o setor de abate de suínos na região, sendo elas: a BRF, união entre Perdigão e Sadia, a Cooperativa Central Aurora (ambas oriundas da própria região), além de duas de capital externo, sendo a Bunge e a Cargill (COLETTI; LINS; 2011), além da JBS, que adquiriu a Seara Alimentos em 2016.

Quadro 5 – Centralização das agroindústrias de carnes no século XX

<b>Grupo</b>	<b>Empresa Adquirida</b>	<b>Área</b>	<b>Ano</b>	<b>Localidade</b>
Sadia	Marciliense	Farinha de trigo	1953	Marcelino Ramos (RS)
	Toledo	Suínos/ração	1964	Toledo (PR)
	Várzea Grande	Bovinos	1976	Várzea Grande (MT)
	Incobrasa	Soja	1979	Joaçaba (SC)
	Damo	Industrializados Suínos	1980 1989	Duque de Caxias (RJ) Frederico Westphalen (RS)
	Três Passos Corcovado Sudanisa	Suínos Ração/soja Bovinos	1985	Três Passos (RS) Três Passos (RS) Barra do Garças (MT)
	Mouran	Bovinos Bovinos	1989	Andradina (SP) Araçatuba (SP)
	Chapecó	Aves	1989	Francisco Beltrão (PR)
	Wilson	Suínos Bovinos	1992	Ponta Grossa (PR) Maringá (PR)
	Copaza	Soja	1991	Campo Grande (MS)
	Comabras	Suínos industrializados	1992	Ponta Grossa (PR) São Paulo
	Rezende	Aves/suínos	1999	Uberlândia (MG)
Perdigão	<b>Unifrico</b>	<b>Suínos</b>	<b>1977</b>	<b>Salto Veloso (SC)</b>
	Armazém Medianeira	Ração	1979	Medianeira (PR)
	<b>Catanduva</b>	<b>Ração</b>	<b>1979</b>	<b>Catanduva (SC)</b>
	<b>SaullePagnocelli</b>	<b>Suínos</b>	<b>1980</b>	<b>Herval d'Oeste (SC)</b>
	<b>Reunidas Ouro</b>	<b>Suínos</b>	<b>1980</b>	<b>Capinzal (SC)</b>
	<b>Suely</b>	<b>Ração</b>	<b>1984</b>	<b>Orleans (SC)</b> <b>Içara (SC)</b> <b>Jaguaruna (SC)</b>



				<b>Taió (SC)</b>
	<b>Canta Galo</b>	<b>Aves</b>	<b>1984</b>	<b>Criciúma (SC)</b>
	Cooperativa Taparese	Grãos	1985	Gaurama (RS) Severiano de Almeida (RS) Aratiba (RS)
	Borela	Aves/grãos	1985	Marau (RS)
	<b>Frigoplan</b>	<b>Bovinos</b>	<b>1986</b>	<b>Lages (SC)</b>
	Ideal	Aves	1988	Serafina Corrêa (RS)
	Utinga (Swift)	Industrializados	1989	Santo André (SP)
	Avisco	Aves	1989	Ipê (SP) Rio Claro (SP)
	Batavia	Aves	1999	Carambeí (PR)
Ceval	<b>Extrafino</b>	<b>Óleo Vegetal</b>	<b>1974</b>	<b>Chapecó (SC)</b>
	<b>Barriga-verde</b>	<b>Ração</b>	<b>1976</b>	<b>Chapecó (SC)</b>
	<b>Seara</b>	<b>Suínos</b>	<b>1980</b>	<b>Seara (SC)</b>
	<b>Frill</b>	<b>Aves</b>	<b>1980</b>	<b>Joaçaba (SC)</b>
	<b>Safrita</b>	<b>Aves/suínos</b>	<b>1981</b>	<b>Itapiranga (SC)</b>
	<b>Rio da Luz</b>	<b>Suínos</b>	<b>1983</b>	<b>Jaraguá do Sul (SC)</b>
	Germani Cia	Milho	1988	Sarandi (RS)
	La Villette	Suínos	1988	São Paulo (SP)
	Mogiana	Aves	1989	Nuporanga (SP)
	Contibrasil	Aves	1989	Jacarezinho (PR)
	Swift	Suínos/ração	1989	Marechal Cândido Rondon (PR)
	Bordon	Suínos/aves/ Bovinos	1990	Dourados (MS)
	Guipeba	Soja	1995	Argentina
<b>Eliane</b>	<b>Suínos/aves</b>	<b>1995</b>	<b>Criciúma (SC)</b>	
Chapecó	<b>Fricar</b>	<b>Suínos</b>	<b>1982</b>	<b>São Carlos (SC)</b>
	Amparo	Aves	1989	Monte Alegre do Sul (SP)
	Diplomata	Aves	1995	Cascavel (PR)
	Prenda	Suínos	2000	Santa Rosa (RS)
Aurora	<b>Marafon</b>	<b>Suínos</b>	<b>1969</b>	<b>Chapecó (SC)</b>
	Pepery	Suínos	1982	São Miguel do Oeste (SC)
	São Gabriel	Suínos	1996	São Gabriel do Oeste (MS)

Fonte: GOULARTI FILHO, 2016 e ESPÍNDOLA, 2002. Elaborado por BAVARESCO, 2020.

Foram inúmeras agroindústrias que surgiram na região Oeste, na primeira metade do século XX, além de outras regiões do país. Surgiram não por acaso, mas em um momento que se fazia necessário, e era

economicamente viável a industrialização dos produtos agropecuários da região, por consequência a criação dos frigoríficos. Desse modo, a abertura de novos mercados exportadores cada vez mais exigentes fez com que um número considerável de agroindústrias não conseguisse competir, levando-as a se integrarem a empresas maiores. Além disso, vale destacar que a concentração da produção é um movimento característico do sistema capitalista, e a partir dos anos 2000 foi ainda mais intensa.

Até a década de 1990, as empresas Sadia, Perdigão, Ceval, Chapecó e Aurora incorporaram mais de 50 unidades de produção e abate de suínos, bovinos e aves, além de empresas da área de grãos. Cinco agroindústrias passaram a concentrar a maior parte da produção da região, não só de suínos, mas possuindo atuação em praticamente todos os setores da agropecuária.

A partir dos anos 2000, essa concentração se torna ainda maior, onde apenas quatro agroindústrias comandam o processo produtivo de suínos da região.

Quadro 6 – Centralização agroindustrial a partir dos anos 2000

<b>Grupo</b>	<b>Empresas Adquiridas</b>	<b>Ano</b>
BRF	Perdigão	2012
	Sadia	
Aurora	Chapecó	2015
Bunge	Ceval	1998
JBS	Seara	2016

Fonte: Elaborado por BAVARESCO. 2020.

São empresas de grande porte que possuem unidades produtivas e comerciais em diversos estados do país, atuando em vários segmentos alimentícios, além da carne suína, com produção de carne bovina, de frango e lácteos. Elas coordenam a cadeia produtiva por meio dos contratos de integração, produzindo os insumos e beneficiando os produtos finais.

O mencionado sistema ganhou impulso no oeste catarinense por conta de resultados comerciais, que, escorados no forte crescimento da demanda por alimentos, em termos gerais, asseguravam o escoamento do excedente da produção das propriedades. O suíno tornou-se, nesse processo, o principal produto comercializado pelas unidades familiares da região e,

como decorrência, passou a ser a base da reprodução destas (COLETTI; LINS; 2011, p. 347).

As mudanças mais significativas das agroindústrias da região começaram a ocorrer ainda nos anos de 1960, com a criação, pela Sadia em Concórdia, do Departamento de Fomento Agropecuário, que seria o gérmen do atual sistema de integração (MIOR, 2005). Foram mudanças ocorridas na obtenção da matéria-prima. Já na questão do mercado consumidor houve a reestruturação do sistema de comercialização do Grupo Sadia com a criação de uma central de distribuição, a Sadia Comercial (MIOR, 2005). Além disso, “[...] naquela década ocorrem as primeiras exportações de carne suína e bovina” (MIOR, 2005, p. 121). Os anos 1960 são marcados pela diversificação dos setores produtivos das agroindústrias, a exemplo disso, a Sadia inicia o abate e beneficiamento de carnes bovinas e de aves, além da entrada no mercado da soja (MIOR, 2005).

Conforme relato de FONTANA (1980), fundador da Sadia, o sistema de fomento agropecuário, criado nos anos 60 e organizado pela empresa, era realizado com os agricultores de forma que:

Nós lhe forneceríamos as três matrizes sem despesa nenhuma por conta dele, a não ser a ração, fabricada e fornecida por nós. É evidente que o lavrador selecionado deveria aceitar essas condições com o propósito de melhorar também a sua criação de suínos própria. E, realmente, foi visto que, desde os primeiros passos com essas três fêmeas, que entregávamos mais ou menos em meia gestação, os resultados eram extraordinários (FONTANA, 1980, p. 134)

Esse sistema caracterizou-se como o primeiro movimento de instauração de um sistema organizado entre agroindústria e suinocultores, que mais tarde viria a se chamar de integração. Apesar de ser um sistema que nasceu ainda nos primórdios do desenvolvimento industrial da região, só se tornou um sistema considerável a partir dos anos 90, para posterior se tornar o sistema predominante na região Oeste de Santa Catarina.

Essa forma de organização produtiva em torno da produção suinícola ganhou cada vez mais vigor e preponderância, generalizando-se na maior parte das propriedades, formando no plano regional, fortes inter-relações entre as propriedades agrícolas (COLETTI; LINS; 2011) “[...] mesmo as

propriedades que não tinham na suinocultura a sua fonte direta de renda passaram a depender dessa atividade para a sua reprodução” (COLETTI; LINS; 2011, p. 347).

Assim, as grandes redes ganham terreno na substituição dos esquemas tradicionais, e não só no que concerne à distribuição. Também os fornecedores são afetados, e com importantes consequências, já que o setor agroalimentar passou a operar, de um modo geral, com menos fornecedores especializados. Em muitos casos, isso significa exclusão de pequenos produtores individuais (COLETTI; LINS; 2011, p. 343).

As mudanças estruturais na suinocultura podem ser discernidas temporalmente nos seguintes estágios da organização produtiva das propriedades:

#### Quadro 7 – Mudanças estruturais na cadeia produtiva

<b>1º</b> A comercialização do excedente de uma produção suinícola rústica e do tipo tradicional inicia-se ainda nos primeiros anos de colonização da região;
<b>2º</b> Ocorrem alterações significativas no sistema de manejo dos animais envolvendo, como exemplo, a troca da criação de animais soltos pelo uso de instalações fechadas, que são fruto da introdução de raças importadas, como o <i>Duroc</i> , <i>Landrace</i> e <i>Large White</i> , que são raças não aptas ao sistema tradicional. Além disso, ocorre o movimento de substituição da banha, como principal produto, pelo aumento da produção de carne;
<b>3º</b> Intensifica-se a integração com as empresas, fonte de incremento na produção das propriedades implicadas;
<b>4º</b> Mudança para o sistema de parceria na criação de leitões;

Fonte: COLETTI; LINS; 2011. Elaborado por BAVARESCO, 2020.

“Até o início dos anos 80 pode-se afirmar que existia um padrão bastante homogêneo de desenvolvimento rural e regional” (MIOR, 2010, p. 5). A maioria dos agricultores familiares produtores de suínos estava integrada ao mercado, cujo processo produtivo ainda se encontrava sob seu controle, gozando de certa autonomia decisória da produção, já que lhe cabia organizar o processo de acordo com suas necessidades e convicções (MIOR, 2010).

Essa autonomia foi sendo dilacerada pouco a pouco pelas mudanças estruturais no setor alimentício mundial, e principalmente pelas mudanças na organização industrial e produtiva das agroindústrias. “A presença de poderosas empresas agroindustriais, profundamente ligadas à dinâmica dos circuitos globalizados de produção e consumo corresponderia a uma típica rede vertical de desenvolvimento rural [...]” MIOR, 2010, p. 6).

As mudanças tecnológicas e organizacionais introduzidas na produção suinícola começam a minar a tradicional forma de inserção da produção familiar, com maior especialização e concentração da produção. Essas transformações ocasionam a exclusão de significativo número de suinocultores familiares (MIOR, 2010, p. 6).

Até os anos 1980 as políticas de suporte para a agricultura eram, em sua maioria, oriundas de iniciativa estatal, resultado do período político que o Brasil vivia até então, em que o modelo econômico nacional se baseava na forte atuação do Estado na economia. Com o fim do regime militar, ocorreram consideráveis mudanças no modelo econômico do país, além do mais, o Brasil se desenvolvia de forma lenta nesse período, pois ainda não havia se recuperado da crise que se alastrava desde os anos 1970. Esses fatores alinharam a política econômica nacional em viés liberal, ocorrendo o início da abertura econômica que seria ainda mais intensa nos anos de 1990.

Com essas mudanças estruturais no plano nacional o desenvolvimento industrial no interior do país passou por certo “abandono” por parte das políticas estatais, fortalecendo a iniciativa das agroindústrias, em especial do Oeste catarinense, a organizarem a gestão do território em que atuavam. Os interesses dos grupos agroindustriais, como a ampliação da produção, do número de produtores integrados, e da política de crédito, adoção de inovações tecnológicas, ampliação do emprego com inclusão social e do crescimento regional, atendiam aos requisitos ao desenvolvimento regional (MIOR, 2005). “Existia um processo de incorporação de suinocultores, com incremento subsequente na produção, juntamente com o alcance de novos mercados” (MIOR, 2005, p. 85).

Considera-se que até então existia um padrão bastante homogêneo de desenvolvimento rural e regional (MIOR,2005). “A maioria dos agricultores familiares estava integrada ao mercado, sobretudo, através da produção de

suínos cujo processo produtivo estava, em sua maior parte, sob seu controle” (MIOR, 2005, p. 86).

Com as mudanças vivenciadas nesse período, começam a ocorrer disparidades sociais e elevada diferenciação no desenvolvimento dos estabelecimentos rurais, pois inúmeros produtores acabaram sendo excluídos da atividade suinícola. Os suinocultores mais capitalizados conseguiram aderir ao modelo agroindustrial ou se desenvolver por iniciativa própria, apesar disso, os menos capitalizados acabaram por abandonar a atividade iniciando outras como, por exemplo, a atividade leiteira, ou tiveram de migrar para as cidades. “O equilíbrio entre produção agrícola familiar diversificada, agroindústria e território passa a ser quebrado a partir dos anos 80 [...]” (MIOR, 2005, p. 87). “Com esse processo, a incorporação de produtores, típica do período anterior aos anos 80, dá lugar a um intenso processo de seleção/concentração/exclusão de suinocultores familiares” (MIOR, 2005, p. 87).

O intenso processo de reestruturação agroindustrial, iniciado nos anos 80, denuncia uma crise no relacionamento entre as agroindústrias e a produção familiar, com profundas repercussões no território regional. As mudanças tecnológicas e organizacionais introduzidas na produção suinícola começam a minar a tradicional forma de inserção do agricultor familiar [...] (MIOR, 2005, p. 87).

Aliás, vale ressaltar que esse modelo de desenvolvimento rural, organizado pelas agroindústrias, gerou e continua gerando concentração produtiva em algumas propriedades com alta produção e com elevado número de animais, ocasionando consideráveis problemas ambientais, especialmente no descarte dos dejetos suínos (MIOR, 2005).

[...] a emergência de uma crise na inserção socioeconômica de parte significativa da agricultura familiar, resultantes de mudanças técnicas e organizacionais introduzidas pela agroindústria convencional dominante, como a intensificação da suinocultura especializada, sobretudo nos últimos quinze anos. Essa mudança leva à intensificação da escala e, por conseguinte, à concentração da produção e, se par, a exclusão e crise de parte significativa da agricultura familiar do sistema de integração (MIOR, 2005, p. 82).

A partir dos anos de 1990 se intensificam as transformações no modelo de produção, iniciadas ainda na década anterior, com o esgotamento do modelo de financiamento agrícola com subsídios estatais e a internacionalização dos mercados agrícolas impuseram novas restrições e padrões à cadeia produtiva (MIELE; MIRANDA, 2013). Além disso, os anos 1990 marcam a transferência do controle acionário das empresas agroindustriais para fundos de pensão, como o que aconteceu com a Perdigão em 1994. Houve nesse período a financeirização das empresas no mercado das bolsas de valores. Com a globalização da economia mundial “o setor agroalimentar brasileiro passa por um intenso processo de reestruturação produtiva. Fusões, aquisições, incorporações, internacionalização e/ou desnacionalização das empresas agroindustriais foram a tônica dos anos 90” (MIOR, 2005, p. 125).

A região tem se notabilizado pela importância crescente do sistema de integração agroindustrial como modelo privilegiado de articulação entre a produção familiar e as grandes empresas agroindustriais. Este modelo seria o responsável tanto pelo sucesso econômico regional como pelos crescentes problemas socioeconômicos e ambientais ressaltados pela crise vivenciada nos anos 90. Pólo de inovação tecnológica na área de produção e industrialização de suínos e aves, berço das maiores empresas do setor carnes e derivados do Brasil, modelo de articulação que possibilita a incorporação socioeconômica da produção familiar, são resultados ressaltados como positivos. Concentração econômica regional, exclusão dos pequenos produtores familiares da produção de suínos, poluição das águas pelos dejetos suínos, êxodo rural e regional, principalmente dos mais jovens, entre outros, são apresentados como os resultados menos nobres do modelo de agroindustrialização da região (MIOR, 2005, p. 78).

Esse dinamismo agroindustrial realizou profundas transformações socioeconômicas e ambientais no espaço rural regional, com variações no espaço e no tempo, sendo constante ao longo das relações entre os diversos atores ligados diretamente às cadeias produtivas de suínos e aves, empresas agroalimentares e produção agrícola familiar e, entre esses e o estado, nos seus vários níveis (MIOR, 2005), “mas sempre no sentido de fortalecer a ampliação deste complexo de atividades ligadas à produção, transformação, distribuição e consumo de proteínas animais” (MIOR, 2005, p. 85).

Com relação ao seu alcance espacial da produção de suínos no Oeste catarinense, existe um processo de desterritorialização ao longo do tempo com a progressiva nacionalização e internacionalização das empresas (MIOR, 2005), como pode ser visto na trajetória de crescimento da Sadia e da Perdigão. “Do ponto de vista técnico produtivo existe uma continuada busca por diversificação e sofisticação de produtos, enquanto em relação ao mercado existe uma busca crescente pelo mercado externo, como fonte de dinamismo” (MIOR, 2005, p. 120).

Após esse período de progressiva desterritorialização da produção de carnes, confere-se a partir dos anos 90, um processo de reespacialização da estrutura produtiva da indústria de carnes suínas e de aves na região Sul do Brasil e, sobretudo, no Oeste catarinense (MIOR, 2005). “Por processo de desterritorialização entende-se o progressivo aumento da ocupação de espaços nacionais e, mais recentemente, internacionais, de produção e mercado por parte dessas empresas” (MIOR, 2005, p. 131). O processo de reespacialização faz parte de um movimento mais geral de reposicionamento que está influenciado pela pressão competitiva internacional, de um lado, e pela oportunidade ampliada do mercado externo, de outro (MIOR, 2005).

Consideram-se os seguintes movimentos no processo de reespacialização das agroindústrias de carnes nos anos 1990:

#### Quadro 8 – Movimento de reespacialização da produção de carnes

<ul style="list-style-type: none"><li>• Reposicionamento das grandes agroindústrias convencionais na região Sul, visando aproveitar novas oportunidades de exportação de carnes, principalmente suínas,</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Saída das atividades de abate de bovinos e de extração de óleos e grãos;</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Desenvolvimento de segmentos especializados no fornecimento de insumos, máquinas e equipamentos para a produção e industrialização de carnes na região Oeste;</li></ul>

Fonte: MIOR, 2005. Elaborado por BAVARESCO, 2020.

A estratégia das grandes empresas convencionais foi, e continua sendo, a busca dos mercados globais, e se estruturam visando atender de forma competitiva (MIOR, 2005). Dessa forma, interessa às empresas



avançar no processo de desenvolvimento tecnológico, rumo à intensificação produtiva, em que o aumento da produtividade é o objetivo maior a ser alcançado. A indústria de carnes suínas se estruturou assim ao longo das últimas décadas no Oeste de Santa Catarina e, posteriormente, em boa parte do Brasil.

Apesar de toda a complexidade espacial decorrida pelos processos modernizantes, das atuações das redes que aceleram tais processos e a tendência à homogeneização, o que observamos no trabalho de campo realizado é que além das mudanças, ocorrem permanências espaciais que caracterizam espaços, como o município de São José do Cedro, apresentado no próximo capítulo.

## CAPÍTULO IV

### 4 – AS MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS NA SUINOCULTURA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO

A suinocultura é uma atividade agropecuária que esteve estreitamente ligada à formação territorial e econômica da mesorregião do Oeste catarinense desde os primórdios da ocupação capitalista, ocorrida no início do século XX, conforme destacamos nos capítulos I e II. Não sendo diferente dos demais municípios da região, São José do Cedro se firmou economicamente em torno da produção agropecuária, sendo a suinocultura um setor de destaque. Atualmente o movimento agropecuário de São José do Cedro corresponde a R\$ 169.378.241 de reais no ano de 2019, representando cerca de 51,4% da arrecadação do município (AMEOSC, 2021).

Conforme identificamos no capítulo III, a suinocultura se insere em uma gama de redes de sujeitos e instituições que trabalham de forma indireta e/ou indireta na produção de suínos, tornando a atividade dinâmica e representativa, não tanto pelo número de produtores, mas pelo número de sujeitos que se envolvem na atividade.

Em São José do Cedro, segundo o IBGE (2017), existem 728 estabelecimentos agropecuários que possuem suínos, representando 64% em um total de 1137 estabelecimentos. Apesar disso, apenas 40 estabelecimentos agropecuários possuem mais de 50 cabeças de suínos (IBGE, 2017). Diante disso, optamos em trabalhar, em nossa pesquisa, apenas com os produtores que possuem mais de 50 cabeças de suínos, pois nos remetem a estabelecimentos que se dedicam a produção destinada à comercialização, e não apenas ao consumo próprio.

Sob esses aspectos, este quarto capítulo de nosso trabalho é resultado da pesquisa de campo que realizamos em propriedades rurais com produção de suínos no município de São José do Cedro, durante o mês de fevereiro de 2021.

Para a realização do trabalho de campo utilizamos como método o sistema “bola de neve<sup>32</sup>”, na qual as propriedades visitadas foram

---

<sup>32</sup> A amostragem nomeada como “bola de neve” é uma forma de amostra não probabilística que utiliza cadeias de referência. Apesar de suas limitações, a amostragem em bola de neve

selecionadas de acordo com a indicação de cada produtor, ou seja, partimos de um primeiro produtor na qual realizamos a entrevista e ele/ela indicou outro produtor que conhecia, e assim sucessivamente, até as respostas se tornarem repetitivas.

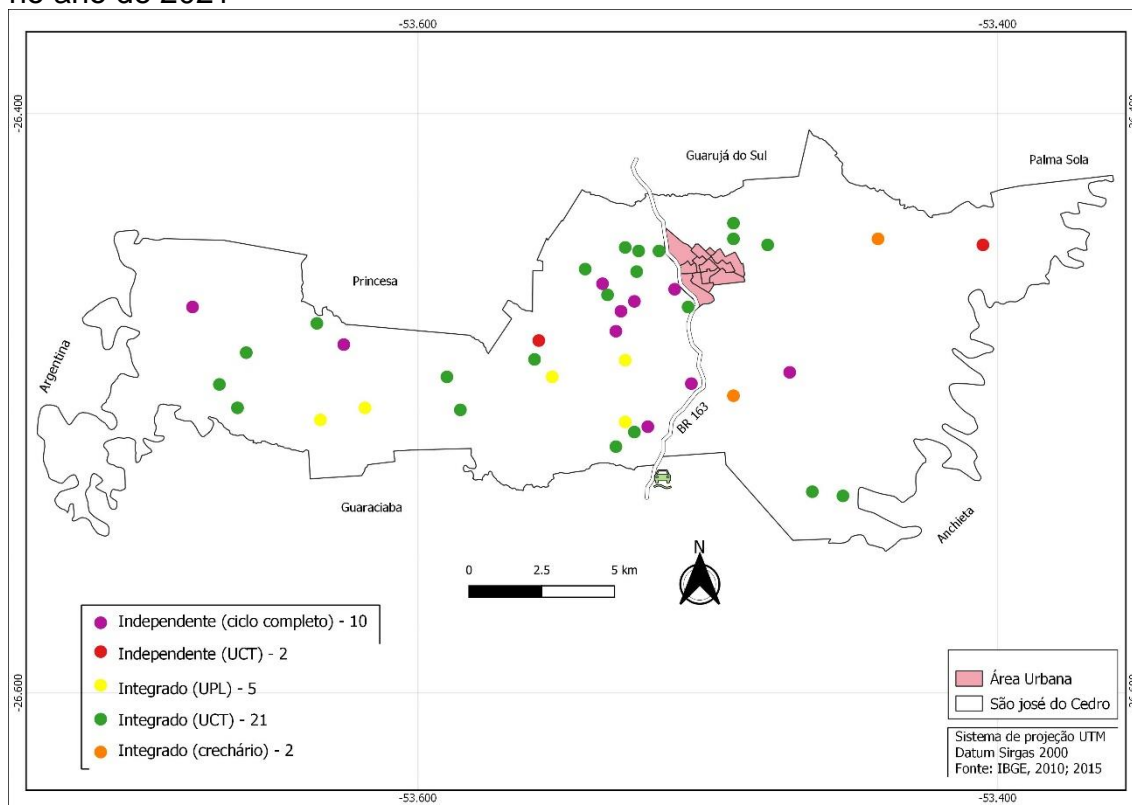
Foi de suma importância para a identificação dos estabelecimentos produtores de suínos o auxílio dos próprios produtores e nosso conhecimento empírico da atividade, como filho de produtores, já que nenhuma instituição pública ou privada nos possibilitou acesso a dados que nos trouxessem a localização dos suinocultores dentro do município, dessa forma, o trabalho acabou se tornando mais denso e árduo, mas não nos impossibilitou de realizá-lo.

Foram realizados dezoito questionários e visitados todos os 40 estabelecimentos contabilizadas pelo IBGE, resultando no mapeamento dos estabelecimentos com atividade suinícola existentes no ano de 2021, no município.

---

pode ser útil para pesquisar grupos difíceis de serem acessados ou estudados, bem como quando não há precisão sobre sua quantidade. Além disso, esse tipo específico de amostragem também é útil para estudar questões delicadas, de âmbito privado e, portanto, que requer o conhecimento das pessoas pertencentes ao grupo ou reconhecidos por estas para localizar informantes para estudo. Apesar da existência de alguns trabalhos sobre essa forma de amostragem em outros países, no Brasil é quase nula a produção de artigos referentes à própria aplicação dessa forma de amostragem, e este trabalho pretende auxiliar nas discussões possíveis sobre a mesma (VINUTO, 2014, p. 201).

Mapa 9– Estabelecimentos produtores de suínos em São José do Cedro – SC no ano de 2021



Fonte: IBGE, 2010. Elaborado por SAGGIORATO, 2021.

Conforme destacamos no mapa, do total de 40 estabelecimentos existentes em 2021, 28 deles possuem o sistema integrado de produção, representando 70% do total, o que nos mostra a tendência de crescimento da produção especializada e integrada à agroindústria. Outro fator importante é a tendência de concentração da produção em poucas propriedades, que foi analisado anteriormente e que vem acontecendo desde os anos de 1980. Nos últimos quatro anos, essa dinâmica continua ocorrendo, como podemos observar na imagem abaixo de um mapa falante elaborado por Segabinazi (2017), na qual no ano de 2017 existiam 44 estabelecimentos produtores de suínos, e com a pesquisa desenvolvida atualmente o número diminuiu para 40.

Figura 13 – Mapa falante da localização dos estabelecimentos produtores de suínos e de aves em São José do Cedro – SC no ano de 2017



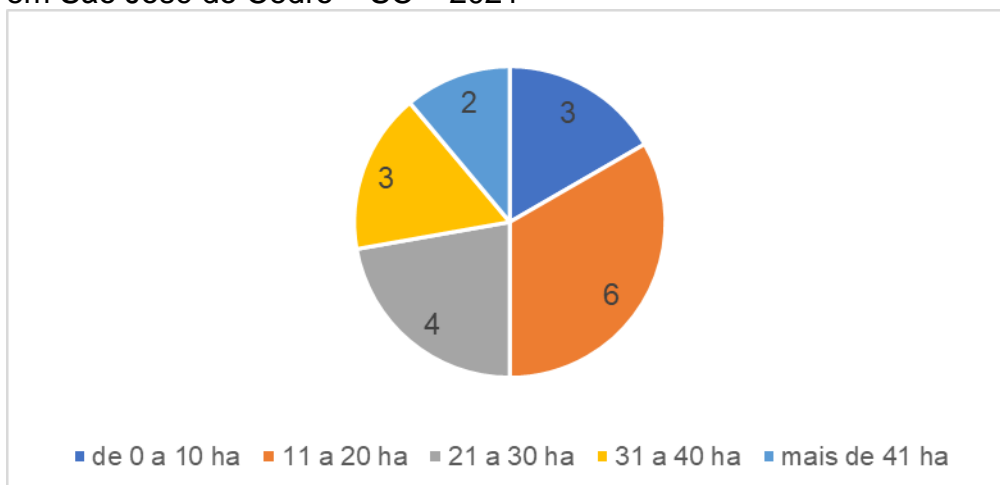
Fonte: Elaborado por SEGABINAZI, 2017. Reelaborado por BAVARESCO, 2021.

#### 4.1 – Organização da produção de suínos no município de São José do Cedro

Conforme destacamos nos capítulos anteriores, o Oeste catarinense possui a predominância de pequenos estabelecimentos agropecuários, possuindo, segundo o censo do (IBGE, 2017), 90,7% dos estabelecimentos com menos de 50 hectares de terra. No município de São José do Cedro esse aspecto fundiário não se difere, pois segundo o mesmo censo, 92,4% dos estabelecimentos agropecuários do município possuem menos de 50 hectares e, desses, 35,6% possuem menos de 10 hectares, comprovando através dos dados a predominância de pequenos estabelecimentos.

No gráfico a seguir, podemos observar a organização fundiária dos estabelecimentos produtores de suínos na qual realizamos a pesquisa de campo. Observa-se uma maior concentração de estabelecimentos entre 10 a 30 hectares, representando quase 60% do total.

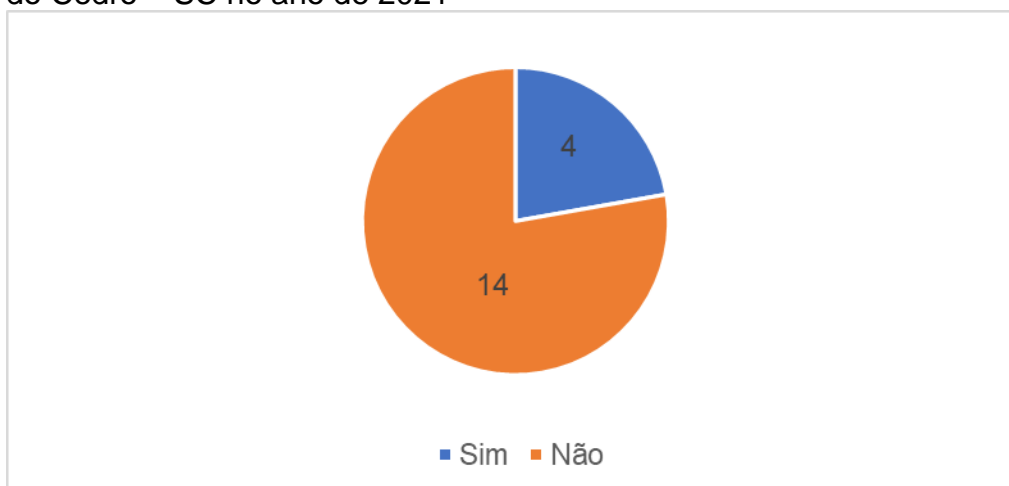
Gráfico 13 - Estrutura fundiária dos estabelecimentos produtores de suínos em São José do Cedro – SC – 2021



Fonte: Trabalho de campo, elaborado por BAVARESCO, 2021.

Ademais, conforme foi observado no trabalho de campo, a suinocultura se apresenta no município como uma atividade integrada a outras atividades dentro do estabelecimento, ou seja, a maior parte delas possui outras atividades sendo desenvolvidas na propriedade, como gado de leite e lavouras.

Gráfico 14 – Estabelecimentos que produzem somente suínos em São José do Cedro – SC no ano de 2021



Fonte: Trabalho de campo, elaborado por BAVARESCO, 2021.

Conforme observado no gráfico, dos 18 estabelecimentos pesquisados, 77,7% deles possuem alguma outra atividade sendo desenvolvida na propriedade, além da suinocultura. A produção de leite está presente em mais

de 55% delas, seguida pela produção de milho e soja. Esses dados mostram que não existe uma exclusividade na produção de suínos do município, mas sim uma heterogeneidade de produtores e de produções.

Tabela 13 - Atividades desenvolvidas nos estabelecimentos agropecuários de São José do Cedro – SC em 2021

<b>Atividade desenvolvida</b>	<b>Número de estabelecimentos</b>
Gado de Leite	10
Gado de corte	5
Milho	8
Soja	8
Trigo	3
Ovinos	1
Pastagens-feno	1

Fonte: Trabalho de campo, elaborado por BAVARESCO, 2021.

A produção de leite tem sido, ao longo dos últimos anos, uma alternativa de atividade para os pequenos produtores do município. Aqueles que foram excluídos da modernização da agropecuária, que ocorreu na região de forma mais intensa nas atividades da suinocultura e da avicultura ainda nos anos de 1980, acabaram migrando para a atividade leiteira. Ademais, é uma atividade que garante uma renda mensal ao produtor, mais ou menos estável, que permite certa estabilidade econômica. Diante disso, as propriedades visitadas possuem uma dinâmica produtiva diversificada, com a bovinocultura leiteira como principal atividade, e a suinocultura como atividade complementar, isso nas propriedades mais pequenas, que possuem apenas uma etapa de produção, geralmente terminação, e possuem um modelo integrado à agroindústria, já que nesse modelo, como analisamos nos capítulos anteriores, o suinocultor recebe a ração pronta da agroindústria, os medicamentos, a assistência e tudo que precisar, ficando a cargo dele apenas o trato dos animais, sobrando tempo para se dedicar a outras atividade dentro do estabelecimento.

Já os produtores visitados que possuem um modelo independente de produção, e em forma de ciclo completo, 100% deles possuem a suinocultura como a principal atividade, fazendo das outras atividades complemento à

produção de suínos, como o plantio de milho e soja que são utilizados na fabricação da ração dos suínos no próprio estabelecimento.

A integração entre produção de suínos com lavouras de soja, milho e pastagens para a produção de gado de corte é uma alternativa viável no sentido de ter um destino correto à enorme quantidade de dejetos que os suínos produzem, podendo assim destinar nas lavouras como adubo orgânico. Além disso, a suinocultura é uma atividade que não depende de grandes quantidades de terra, já que com as tecnologias existentes na atualidade é possível alojar muitos suínos em um espaço reduzido, podendo destinar o restante do estabelecimento a outras atividades.

Conforme observado no gráfico, os quatro produtores entrevistados que possuem apenas a produção de suínos como atividade produtiva do estabelecimento possuem suas exclusividades, pois os fatores que explicam são diferentes em ambos os casos.

O produtor 1 possui uma pequena propriedade com uma megaestrutura de produção no formato UPL, com mais de 1.600<sup>33</sup> matrizes, totalmente automatizado e integrado à agroindústria (JBS). A propriedade possui mão de obra familiar e mais de 10 funcionários contratados.

O produtor 2 é morador da cidade, mas possui uma granja de suínos no interior. Ele apenas vai ao estabelecimento para trabalhar, mas não mora lá. Possui cerca de 1.150 suínos em terminação, com parceria com um mini-integrador. O estabelecimento possui apenas 7 hectares que abriga as estruturas, possui um funcionário que auxilia no trabalho e comprou a propriedade já estruturada com o intuito de apenas produzir suínos.

Já o produtor 3 não é proprietário, mas sim arrendatário. Arrendou a propriedade com as estruturas já estabelecidas, na qual realizou a integração com uma agroindústria (JBS), no formato de UPL, alojando cerca de 820 matrizes. A propriedade já trabalhava com suínos desde os anos 1970, mas devido às sucessivas crises o proprietário desistiu da atividade, que

---

<sup>33</sup> Esse número de suínos não é grande se forem suínos na engorda, já que a maior parte das estruturas visitadas abrigam mais que esse número por pocilga, mas, nesse caso, estamos falando de matrizes em gestação e lactação, na qual é característico do manejo adequado possuir cerca de 20% a 30% das matrizes em lactação, que vão possuir em média 15 leitões cada. Isso irá resultar em torno de 7.500 leitões além das 1.600 matrizes. Totalizando um número elevado de suínos.



desenvolvia de forma independente, e arrendou para o produtor que integrou a produção.

O produtor 4 é uma cooperativa proprietária do estabelecimento e possui um funcionário responsável pela produção. Produz, no local, 1.200 suínos em terminação, no modelo integrado a própria cooperativa proprietária, que além de possuir essa granja integra diversos produtores no município e na região.

Diante das características de cada estabelecimento, podemos destacar que o produtor 1 produz somente suínos pelo fato de ter se especializado de tal forma que a propriedade passou a operar de forma parcialmente industrial, com alta tecnologia e com todas as características mais modernas que existem no mercado atual.

Já o produtor 2 produz somente suínos por ter comprado apenas a parte das estruturas de produção de uma propriedade já instituída, e por ser morador da cidade, não investiu em outras atividades.

O produtor 3 arrendou somente a parte das estruturas de produção de suínos na propriedade, com o intuito de somente produzir suínos.

E o produtor 4 é uma empresa cooperativa que adquiriu as estruturas de uma antiga propriedade de suínos que estava desativada e investiu na mesma.

São fatores diferentes que fizeram esses produtores se dedicarem somente à produção de suínos, mas podemos destacar uma característica semelhante entre os quatro estabelecimentos: são pequenas propriedades e integrados à agroindústria.

A partir desses aspectos é importante destacar que a suinocultura do município de São José do Cedro é uma atividade que ultrapassa a dimensão econômica, pois possui um aspecto cultural fortemente presente nos produtores. Dos 18 produtores entrevistados, 10 destacaram que herdaram a atividade de seus pais, que na sua maioria são homens e mulheres da primeira geração que colonizou o município, e da mesma forma a região Oeste catarinense, e que passaram para as atuais segunda e terceira geração que estão na idade produtiva, o trabalho em torno da suinocultura. Conforme podemos observar em um depoimento de um produtor independente:

É uma atividade complicada. Hoje o porco vale dinheiro, amanhã não vale mais. O preço sobe e desce com frequência. Mas por isso vamos desistir? Não dá. Tem toda a estrutura montada aí. E se desistir, vamos fazer o quê? Sempre trabalhamos com porco. Só sabemos fazer isso. Se acabar, corremos o risco de “ficar” doente (Entrevistado 2, fevereiro de 2021).

O depoimento mostra a íntima relação do produtor com a atividade que desenvolve, algo que é visto quando trabalhamos com pequenos produtores familiares que possuem na terra, nos animais e nas atividades que desenvolvem uma relação diferenciada, de certo pertencimento e identidade com aquilo que desenvolvem. Traços esses que vão desaparecendo conforme o capitalismo se transforma no campo.

Dessa forma, identificamos que a suinocultura é uma atividade tradicional na região, e da mesma forma no município, na qual em mais de 50% dos estabelecimentos ela é desenvolvida através da herança familiar, tanto da propriedade quanto da atividade econômica.

Conforme podemos constatar no trabalho de campo, mesmo que a atividade tenha se desenvolvido de forma acelerada e com alto grau de penetração do capital industrial nas propriedades produtoras de suínos, ainda existe uma considerável participação da mão de obra familiar na atividade, conforme podemos observar no gráfico abaixo.

Tabela 14 – Mão de obra ocupada nos estabelecimentos produtores de suínos de São José do Cedro – SC em 2021

	<b>Até 18 anos</b>		<b>19 a 30 anos</b>		<b>31 a 50 anos</b>		<b>Mais de 51 anos</b>	
	F	C	F	C	F	C	F	C
<b>Homens</b>	4	1	10	6	15	17	12	3
<b>Mulheres</b>	1	0	5	3	13	6	7	0

F: Familiar C: Contratada

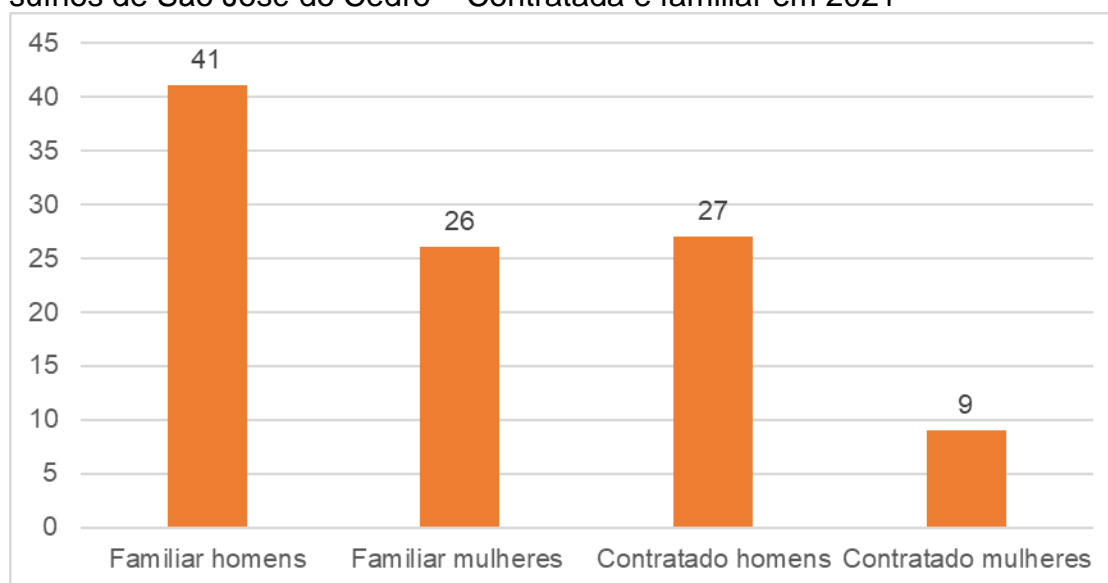
Fonte: trabalho de campo, elaborado por BAVARESCO, 2021.

Ademais, é importante destacar que a mão de obra da atividade se concentra nas idades entre 31 e 50 anos, na qual são adultos, casados e com filhos, e ainda há uma tendência de envelhecimento da mão de obra familiar e futuros problemas de sucessão familiar, já que a presença de crianças e jovens é escassa. Isso na mão de obra familiar, já na contratada percebe-se

uma forte participação de adultos entre 19 e 50 anos, na maior parte homens, e é praticamente nula a contratação de pessoas com mais de 51 anos.

E se ainda levarmos em consideração a participação na atividade por gênero, podemos identificar que a suinocultura é uma atividade masculinizada, ou seja, com a maior participação de homens na produção dentro do estabelecimento, tanto na mão de obra familiar quanto na contratada.

Gráfico 15 – Mão de obra total ocupada nos estabelecimentos produtores de suínos de São José do Cedro – Contratada e familiar em 2021



Fonte: trabalho de campo, elaborado por BAVARESCO, 2021.

Conforme podemos observar no gráfico a seguir, a porcentagem de mulheres contratadas é baixa se comparada à participação feminina familiar na atividade. Contrata-se poucas mulheres, isso os dados mostram, mas quando falamos da participação familiar das mulheres a porcentagem é considerável.

Isso pode ser explicado pelo motivo de que são, na maioria, propriedades familiares, e a participação feminina está presente por ser uma característica do modo como se organiza a produção, ou seja, as mulheres estão lá porque são esposas, mães, agricultoras, pecuaristas e suinicultoras. Apesar disso, na maior parcela dos estabelecimentos as mulheres possuem um trabalho indireto na produção de suínos, em especial nas propriedades maiores. Elas possuem maior atuação nos estabelecimentos menores por, na maioria das vezes, não possuírem mão de obra contratada, e em algumas

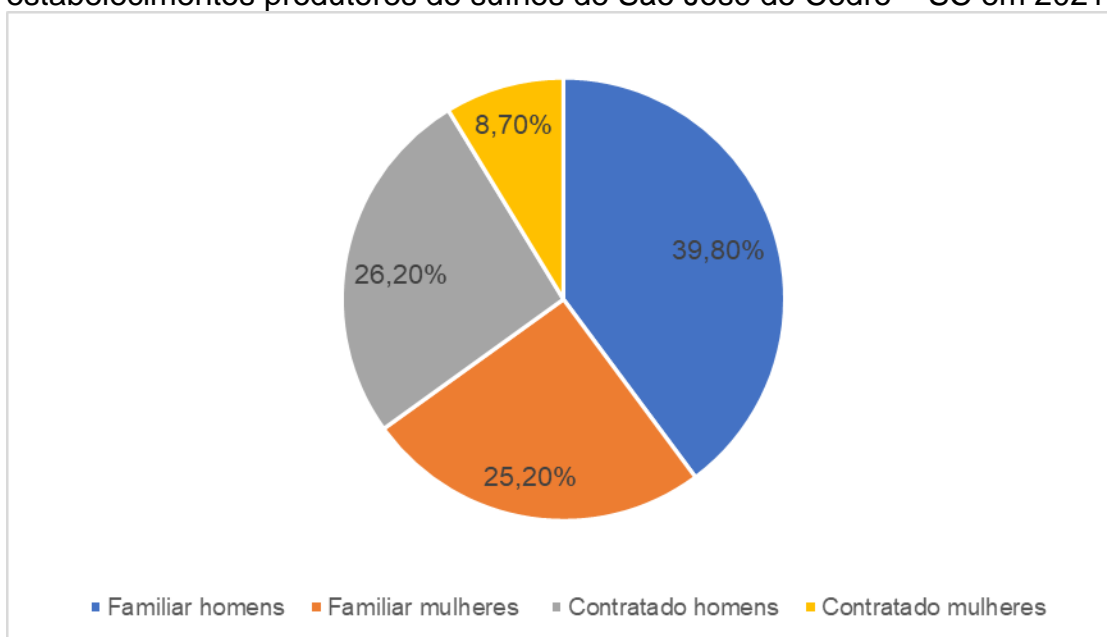
atividades são as próprias mulheres que comandam a produção, como observamos na conversa com um casal de suinocultores, na qual a mulher se identificou como a responsável pela produção de suínos da propriedade. Nesse caso, a família possuía produção de leite, lavouras e uma pocilga que abrigava cerca de 600 suínos em modelo integrado.

Em outro estabelecimento encontramos mais um caso da participação direta das mulheres na produção, que pode ser identificado no depoimento de uma delas:

Quem cuida dos negócios sou eu. Meu marido nunca gostou de controlar as contas. Ele diz que eu faço isso melhor. Então quem vai pro banco sou eu, só trago as coisas pra ele assinar porque estão no nome dele. Tenho tudo na caneta, as parcelas do chiqueiro... ano que vem a gente termina de pagar (Entrevistado 3, fevereiro de 2021).

As duas mulheres citadas são casadas, possuem uma pequena propriedade com produção de suínos integrada, ambas com uma pocilga em cada, em modelo terminação, e possuem a atividade leiteira como carro-chefe. Portanto, não possuem a suinocultura como atividade central, mas como complemento econômico, já que não herdaram, como na maioria dos casos, a atividade posterior aos anos 2000.

Gráfico 16 - Participação da mão de obra por gênero e tipo nos estabelecimentos produtores de suínos de São José do Cedro – SC em 2021



Fonte: Trabalho de campo, elaborado por BAVARESCO, 2021.

Além do mais, quando falamos em participação da mão de obra da suinocultura em São José do Cedro, identificamos que os estabelecimentos maiores, em produção e número de suínos alojados, possuem a maior concentração de mão de obra contratada. Nesse caso, as granjas UPLs necessitam de maior contratação de pessoal pela demanda de serviço, na qual em alguns casos necessitando mão de obra 24 horas por dia. Isso ocorre tanto nos estabelecimentos com sistema independente quanto nos integrados, pois a necessidade de mão de obra se estabelece unicamente pelo tamanho do plantel e pela presença da etapa de produção das maternidades, na qual integrados em UPL e independentes em ciclo completo possuem.

Analisando as estruturas dos estabelecimentos identificamos que existe uma heterogeneidade no quesito quantidade de pocilgas ou chiqueiros em cada local. Encontramos alguns locais com poucos, e outros possuindo mais de 10, conforme podemos observar na tabela.

Tabela 15 - Estrutura dos estabelecimentos produtores de suínos de São José do Cedro – SC em 2021

<b>Número de pocilgas</b>	<b>Número de produtores</b>
1	3
2	6
3	0
4	2
5	0
6 a 10	5
mais de 10	2

Fonte: Trabalho de campo, elaborado por BAVARESCO, 2021.

Apesar disso, vale ressaltar que o número de pocilgas não determina o tamanho da produção e o número de suínos alojados no estabelecimento, pois possuímos produtores com apenas uma pocilga e com alojamento superior a outros estabelecimentos que possuem entre 6 a 10 estruturas. O que os caracteriza é que aqueles que possuem a produção integrada tendem a ter de 1 a 2 chiqueiros com um alojamento de mil a dois mil suínos por estrutura, são mega estruturas e, geralmente, com alta tecnologia, pois são requisitos das agroindústrias no momento de integrar os produtores.

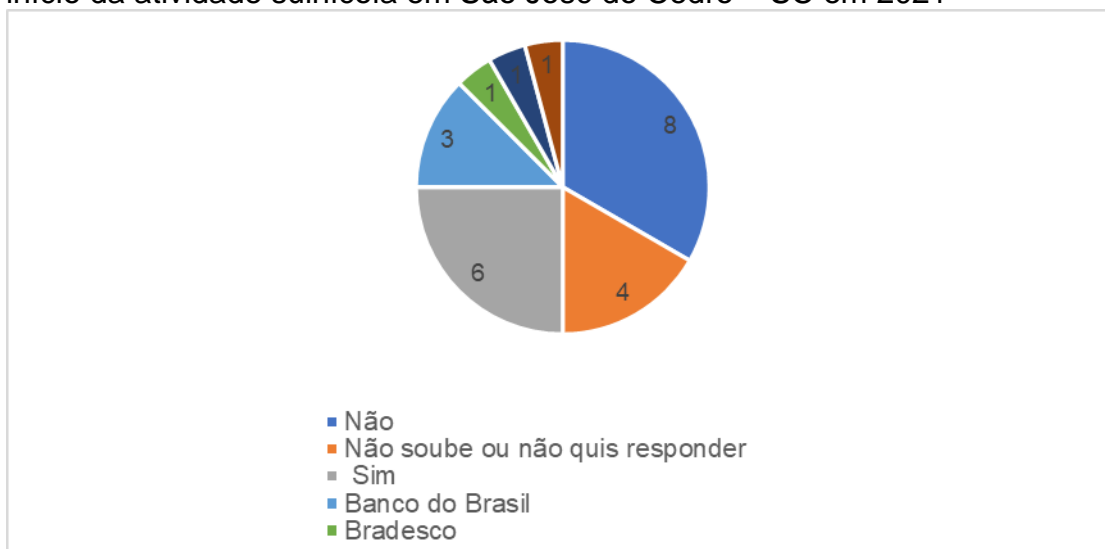
Conforme conversamos com alguns produtores integrados, as empresas buscam integrar, em um primeiro momento, um chiqueiro, e incentivam a realizar mais construções e ampliações no decorrer dos anos, pois a política das agroindústrias é integrar cada vez menos produtores, mas em grandes granjas. É a tendência de concentração da produção conforme analisamos nos capítulos anteriores.

Já os estabelecimentos com maior número de pocilgas são, na maioria dos casos, os que possuem o trabalho da suinocultura há décadas, em mais de uma geração, ou seja, herdaram a atividade de uma época em que se construía estruturas menores, devido às condições financeiras e a inexistência de financiamentos, e se aumentava conforme a necessidade e a possibilidade de cada produtor. Eles herdaram as estruturas de seus pais e deram continuidade, ampliando e modernizando técnicas e tecnologias.

Além do mais, quando falamos em estruturas dos estabelecimentos é importante destacar que no período da realização do trabalho de campo todas as unidades visitadas possuíam sua capacidade de lotação de suínos em 100%, o que se configura pelo momento de prestígio da atividade, com o preço do suíno em alta, devido à demanda do mercado mundial.

Outro questionamento realizado aos produtores de suínos é quanto à obtenção de financiamento no momento de iniciar a atividade. Percebe-se que a maior parte deles não obteve financiamento para iniciar a atividade, e os que obtiveram é necessário levar em consideração a participação de bancos estatais como o Banco do Brasil e de inúmeras cooperativas de crédito que possuem uma forte atuação no município.

Gráfico 17 - Instituições que os produtores obtiveram financiamento para o início da atividade suinícola em São José do Cedro – SC em 2021



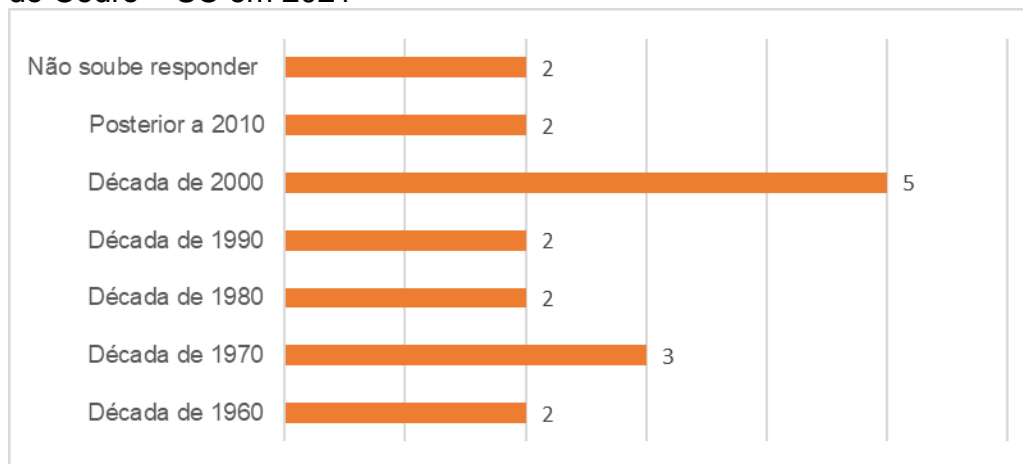
Fonte: Trabalho de campo, elaborado por BAVARESCO, 2021.

O alto número de produtores que não obtiveram financiamento para o início da atividade se deve pelo fato de que são produtores que iniciaram a atividade antes dos anos de 1980, período em que os financiamentos eram escassos na região, inclusive, era inexistente a presença de bancos no município. Esses estabelecimentos que iniciaram a atividade ainda no século passado possuem, atualmente a maioria, o modelo de produção independente, ou seja, se configura como uma atividade tradicional para essas famílias. Portanto, a suinocultura em São José do Cedro é uma estrutura tradicional e que ainda permanece nos dias atuais. Já os estabelecimentos que iniciaram a produção a partir dos anos 2000 obtiveram, em sua totalidade, financiamento em alguma instituição, adequando-se ao modelo integrado de produção da qual exige determinadas condições estruturais e demandam altos investimentos. Além disso, a presença de programas governamentais de investimentos produtivos, tais como o PRONAF, e a atuação de cooperativas de crédito, se tornam mais presentes a partir desse período.

De tal modo, esses estabelecimentos que iniciaram a atividade a partir dos anos 2000, se classificam em um período em que a ação estatal na cadeia produtiva se deu pela forma de financiamento, tanto de forma direta por instituições bancárias estatais, como de forma indireta com a atuação de

bancos privados e cooperativas de crédito, que realizam financiamentos com recursos oriundos de fundos como os do BNDS, BRDE e BADESC.

Gráfico 18 - Período de início da atividade nos estabelecimentos de São José do Cedro – SC em 2021

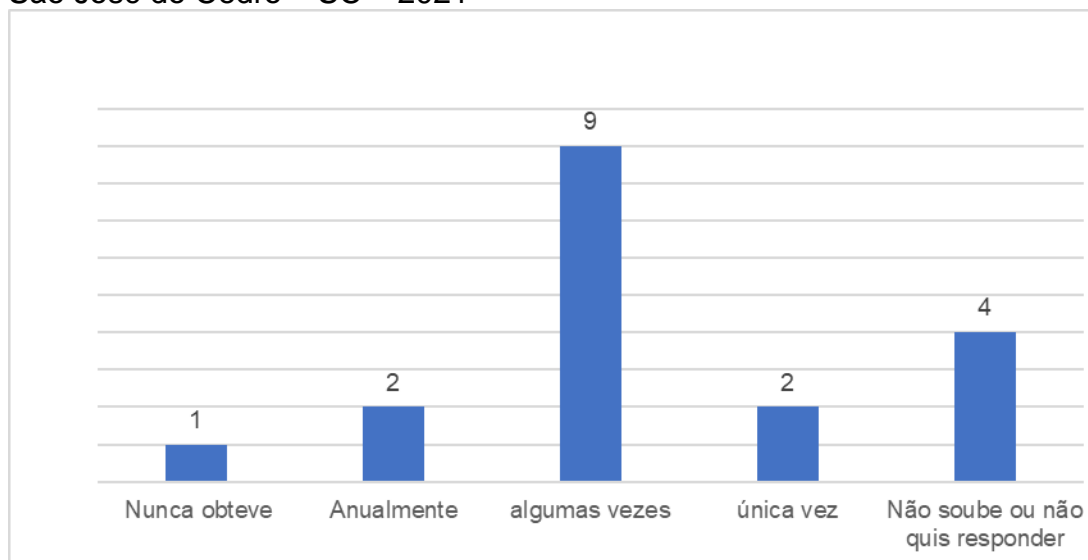


Fonte: Trabalho de campo, elaborado por BAVARESCO, 2021.

Os suinocultores destacaram a frequência na obtenção de financiamentos, na qual se apresentou que a maior parte deles obteve, em algum momento, tanto para custeio quanto para investimento. O uso de financiamento para custeio é justificado pelos inúmeros momentos de crise que o setor enfrentou ao longo dos últimos anos, e foi necessário que os produtores buscassem recursos. Já a busca por financiamentos em investimentos dá-se pela necessidade na hora de implantar novas estruturas, já que os valores são elevados para a construção das pocilgas, mesmo estando em um modelo integrado, o que para os independentes é mais difícil, já que necessitam adquirir o plantel de animais. Isso configura uma inexistência de suinocultores iniciando a atividade em modelo independente, ou seja, quem iniciou a atividade suinícola a partir dos anos 2000 aderiu diretamente ao sistema integrado de produção.



Gráfico 19 - Frequência na obtenção de financiamento dos suinocultores de São José do Cedro – SC – 2021

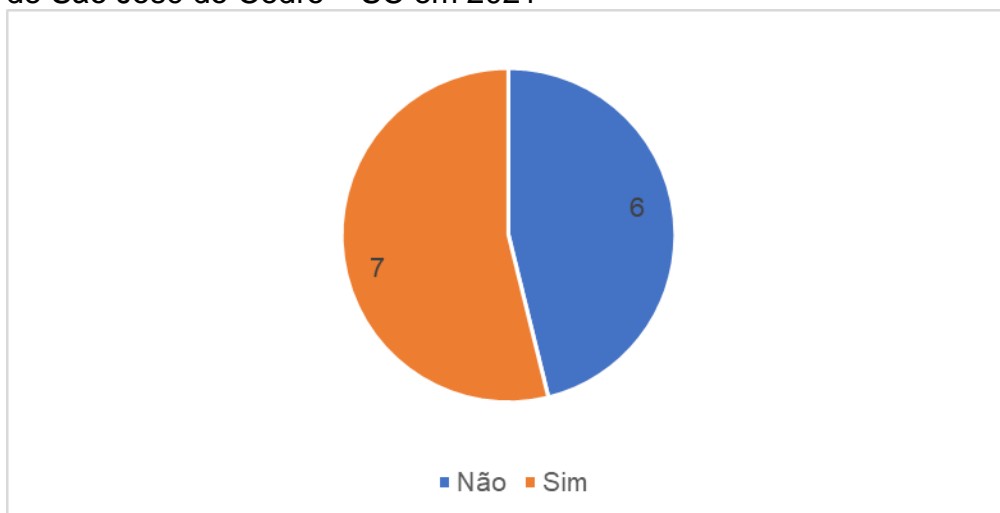


Fonte: Trabalho de campo, elaborado por BAVARESCO, 2021.

Quanto à obtenção de financiamento, a participação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF se faz presente na produção de suínos. De tal modo, mais de 50% dos estabelecimentos buscaram o amparo de programa governamental em algum momento. Desse total de sete estabelecimentos, cinco obtiveram o PRONAF para custeio e investimentos, um somente investimento, e outro somente custeio.

Essa obtenção de recursos se dá de várias maneiras, direta e indiretamente à produção de suínos, pois, conforme podemos observar, muitas propriedades buscaram o financiamento para custear lavouras de milho e soja, que seriam destinados ao trato dos animais, isso no sistema independente. Já no sistema integrado, o PRONAF é utilizado, em sua maioria, para investimentos, e quando é para custeio acaba sendo para outras atividades do estabelecimento, tais como a produção leiteira, que gera certa margem de lucro e futuramente é utilizada na produção de suínos, configurando uma atuação indireta do programa no setor.

Gráfico 20 - Obtenção de recursos do PRONAF pelos produtores de suínos de São José do Cedro – SC em 2021



Fonte: Trabalho de campo, elaborado por BAVARESCO, 2021.

Apesar da maior parcela dos produtores terem obtido algum financiamento do PRONAF, existe um percentual significativo de produtores que não obtiveram o financiamento, talvez por não necessitarem, mas a principal resposta está pelo fato de alguns deles não se encaixarem nas características para obterem recursos do programa.

O PRONAF é um programa governamental que auxilia na suinocultura de forma indireta, pois está atrelado à produção de grãos que irão se tornar insumos na alimentação dos suínos. Diante disso, alguns suinocultores destacaram a inexistência de políticas públicas para o setor, tanto nos níveis federal, estadual e municipal.

Em décadas passadas existia a atuação da CONAB<sup>34</sup>, que garantia o abastecimento de milho aos suinocultores a baixo custo, realizado através de subsídios governamentais. Essa Companhia tinha forte atuação na região Oeste e em São José do Cedro, na qual tanto suinocultores independentes quanto as agroindústrias integradoras, conseguiam garantir o abastecimento de insumos nas propriedades. Essa política de subsídios do governo federal

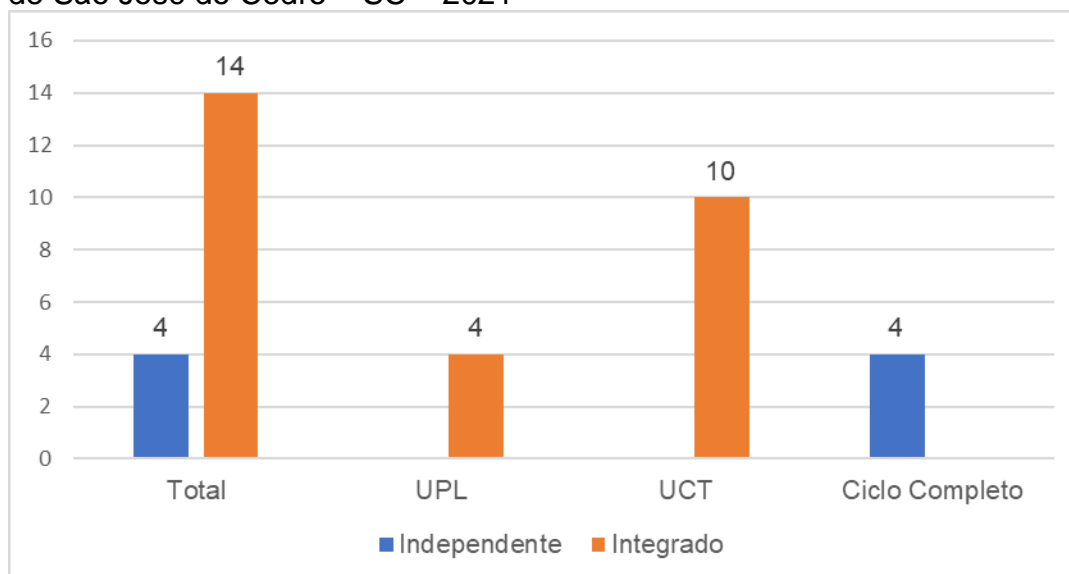
<sup>34</sup> A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) é uma empresa pública com sede em Brasília, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). A Companhia foi criada por meio da Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990, que autorizou a fusão de três empresas públicas: a Companhia de Financiamento da Produção (CFP), a Companhia Brasileira de Alimentos (Cobal) e a Companhia Brasileira de Armazenamento (Cibrazem). Suas atividades foram iniciadas em 1º de janeiro de 1991, com capital 100% do Tesouro Nacional (CONAB, 2017. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/institucional> acesso em 17/06/2021).

era de suma importância para a atividade, principalmente para os suinocultores independentes que dependem da compra de insumos com valores baixos para garantir certa margem de lucro na produção. Apesar disso, no trabalho de campo identificamos que a Companhia tem deixado os produtores desamparados nos últimos anos, na qual a maioria deles não consegue mais adquirir milho através do programa, que ainda existe enquanto companhia, mas quanto a sua atuação para os produtores de São José do Cedro ela é nula.

#### 4.2 – Modelos de produção na suinocultura

Conforme destacamos nos capítulos anteriores, existem pelo menos dois modelos de organização da produção de suínos no Brasil e em Santa Catarina, que são os modelos independente e integrado. Em São José do Cedro essa dinâmica não é diferente. Conforme podemos observar em nosso trabalho de campo, os dois modelos se fazem presentes no município na atualidade, conforme podemos observar no gráfico abaixo.

Gráfico 21 - Modelo de produção dos estabelecimentos produtores de suínos de São José do Cedro – SC – 2021



Fonte: Trabalho de campo, elaborado por BAVARESCO, 2021.

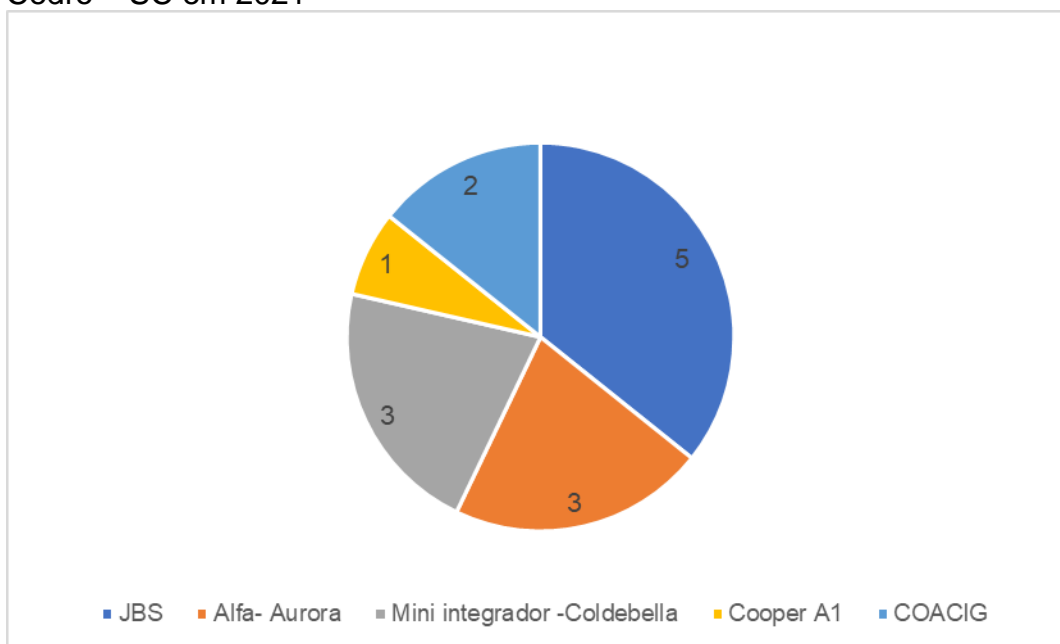
Verificamos que 77,7% das propriedades entrevistadas atuam no modelo integrado de produção. Desse total de produtores integrados, 71,4% atuam com a etapa de terminação e 28,6% atuam com a fase de UPL. Essas parcelas são justificadas pelo motivo de que as quatro propriedades de UPL possuem uma enorme estrutura e um plantel de mais de mil matrizes, que conseguem atender, muitas vezes, inúmeras outras granjas de terminação, tanto do município quanto de municípios vizinhos. Já os produtores integrados na fase de terminação possuem uma heterogeneidade considerável, na qual alguns deles possuem de 600 a 700 suínos na engorda, enquanto outros possuem entre dois a três mil. Isso tudo dependendo das condições da propriedade, sejam elas estruturais, naturais, territoriais ou financeiras. Geralmente as granjas integradas em UPL produzem os leitões que vão para as creches em municípios vizinhos, e voltam para os mesmos para serem engordados nos estabelecimentos de terminações.

Outro fator importante a ser destacado é a atuação dos suinocultores independentes. Conforme verificamos em campo, todos os suinocultores em modelo independente possuem como característica a adoção do ciclo completo de produção. Esse fator possui várias explicações. Primeiro fato é que as agroindústrias não integram produtores em ciclo completo, eles prezam pela organização em etapas de produção, ou seja, ou você se especializa ou não se enquadra no sistema, por esse fato somente suinocultores independentes possuem a produção em ciclo completo. Segundo, se o suinocultor independente se especializar ele não terá a garantia de conseguir leitões para a terminação, isso se adotar a etapa de terminação, e não ter garantia de que haja quem compre os leitões, se acaso adotar somente a fase de UPL. Portanto, os produtores preferem possuir um plantel menor, mas ter todas as etapas de produção em suas mãos. Terceiro, todos esses produtores independentes em ciclo completo, sem exceção, são produtores que herdaram a atividade de seus pais. Nesse caso, são estabelecimentos que atuam na atividade há mais de 30 anos, alguns há mais de 60 anos, e que nunca alteraram o modelo de produção, se modernizaram, investiram, melhoraram as estruturas e, alguns, até aumentaram o plantel de forma considerável, mas nunca alteraram o modelo de produção.

Quarto fator é que são estabelecimentos em modelo independente, que possuem a integração da atividade da suinocultura com a produção de grãos dentro dos estabelecimentos, ou seja, produzem o alimento do plantel no próprio estabelecimento, não se tornando dependente de empresas, e de forma mais impactante ainda, diminuindo o custo de produção, já que o milho e a soja produzidos no estabelecimento se tornam mais barato do que se necessitar comprar de fora.

No entanto, no que tange ao processo de integração dos suinocultores, existe uma pequena parcela de agroindústrias que atuam no município, ou seja, apenas cinco empresas atuam de forma direta, sendo uma agroindústria tradicional, no caso a JBS, três cooperativas, Aurora Alimentos, Cooper A1 e COACIG e um empresário que atua como mini-integrador.

Gráfico 22 – Empresas que integram produtores de suínos em São José do Cedro – SC em 2021



Fonte: Trabalho de campo, elaborado por BAVARESCO, 2021.

A maior parcela dos estabelecimentos atua integrada com a JBS, conforme podemos observar no gráfico cerca de 38,4% do total, seguido das demais, com 23% de atuação da Aurora, através de sua cooperativa singular Alfa, 23% pelo mini-integrador, 15,3% pela cooperativa COACIG e um produtor integrado à Cooper A1.

Outro aspecto importante a se destacar é o tamanho do rebanho de suínos dos estabelecimentos visitados. Existe a divisão dos animais entre as etapas existentes, que são as matrizes, os reprodutores, os leitões em fase de creches e os leitões em terminação, conforme já mencionamos nos capítulos anteriores.

Conforme podemos observar existe uma tendência de concentração da produção de suínos, e em São José do Cedro isso se mostra de forma significativa, já que, como analisamos anteriormente, em menos de 15 anos o número de produtores de suínos diminuiu cerca de 41,3%, enquanto o número total do plantel manteve-se estável.

Tabela 16 – Número de estabelecimentos de acordo com o número de suínos alojados em São José do Cedro – 2021

	<b>Terminação</b>	<b>Creche</b>	<b>Matrizes</b>	<b>Reprodutores</b>
de 1 a 20	0	0	0	8
de 20 a 200	1	1	2	0
de 200 a 500	2	1	3	0
de 500 a 1.000	4	1	1	0
1.000 a 2.000	4	0	2	0
2.000 a 3.000	1	0	0	0
3.000 a 5.000	1	0	0	0
Mais de 5.000	1	1	0	0
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>4</b>	<b>8</b>	<b>8</b>

Fonte: Trabalho de campo, elaborado por BAVARESCO, 2021.

Na tabela percebe-se que em todas as propriedades visitadas existe um baixo número de reprodutores, na qual podemos explicar por dois fatores existentes. Primeiro é pelo fato de que um reprodutor consegue atender a necessidade de reprodução de uma considerável parcela de matrizes. Especialistas calculam que é necessário um reprodutor para em média 12 matrizes em período fértil, no entanto, como sabemos, as matrizes não entram em período fértil no mesmo período de tempo, então, imagina-se que o número médio de reprodutor para cada matriz possa ser ainda maior. O segundo fator está atrelado ao processo de modernização da suinocultura. Com a introdução de técnicas de inseminação artificial, o uso de reprodutores tornou-se bastante escasso. Alguns estabelecimentos visitados, que possuem

mais de mil matrizes, têm entre 2 a 5 reprodutores, que são usados em algumas propriedades para a coleta de sêmen, e, em outras, para auxílio em determinadas situações onde é necessária a monta natural, sendo que em alguns estabelecimentos a presença de reprodutores é nula.

A maior concentração de reprodutores está em estabelecimentos que não possuem o uso de inseminação artificial e que possuem um rebanho considerável. Em um dos estabelecimentos que visitamos, com 300 matrizes, o mesmo possuía 19 reprodutores, o número mais alto encontrado, o que se justifica pela não utilização da inseminação artificial.

Quanto aos estabelecimentos com matrizes, os que possuem os números mais elevados de animais, entre mil e duas mil matrizes, estão os produtores integrados que se especializaram e investiram em tecnologias, já os que possuem um número menor de 500 matrizes são os produtores independentes em ciclo completo. Essa dinâmica se justifica pelo fato de que os integrados possuem a possibilidade de ter um maior número de animais, já que as matrizes são de propriedade da agroindústria e possuem apenas uma fase da produção, na qual possibilita tempo e espaço para grande quantidade de animais do mesmo segmento. Já os independentes precisam adquirir suas matrizes com custo muito elevado, além de estar atrelado ao sistema de ciclo completo, na qual não lhe permite tanto tempo de trabalho e espaço dentro dos estabelecimentos para manter tantas matrizes e conciliar com as outras etapas de produção, como creches e terminações.

Já na fase das creches encontramos em nosso campo apenas quatro estabelecimentos que possuem essa etapa de criação, sendo todos eles independentes, com ciclo completo de produção. Conforme o número de matrizes desses estabelecimentos, obtemos o número de suínos nas creches. Nesse caso, um estabelecimento com cerca de 300 matrizes vai possuir uma média de 500 a 1000 suínos na creche. Mas vale ressaltar que, dos estabelecimentos visitados, encontramos um que possuía apenas 300 matrizes, mas alojava mais de 5.000 suínos nas suas creches. Esse produtor havia se tornado um mini-integrador e, além de possuir sua granja, alojava suínos de terminação em outros estabelecimentos na forma de parceria, que é um novo modelo de organização que identificamos em nosso trabalho.

### **4.3 – Organização do trabalho na suinocultura**

Ao analisarmos a organização do trabalho na suinocultura vale ressaltar que estamos falando de uma atividade que se concentra em pequenos estabelecimentos e com a predominância de mão de obra familiar.

Conforme observamos nos itens anteriores, a atividade suinícola em São José do Cedro possui a tendência de envelhecimento da mão de obra, ou seja, existe cada dia mais homens e mulheres de meia idade e idosos, e se eleva a falta de jovens tanto vivendo no campo como quem pretende dar continuidade às atividades produtivas.

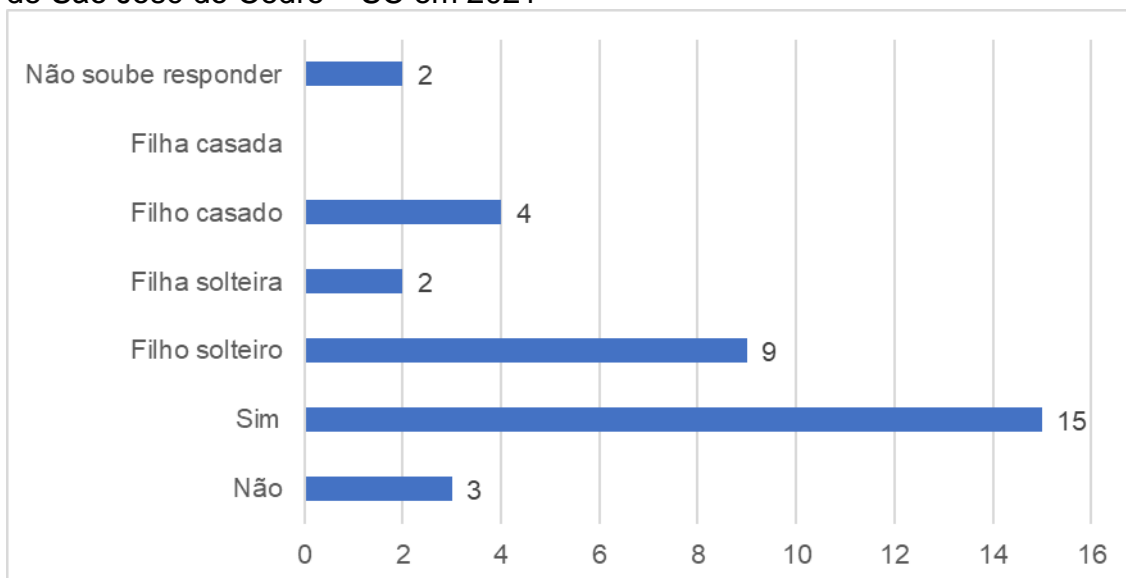
Essa dinâmica vem sendo observada de forma generalizada em toda a região Oeste catarinense, e tem sido pauta de diversas discussões no meio público e privado quanto às dificuldades da agricultura familiar se reproduzir na região.

Apesar dessa dinâmica, em nosso trabalho de campo encontramos uma realidade um pouco diferente. De todos os estabelecimentos visitados, apenas 3 deles não possuem nenhum filho ou filha que pretende dar continuidade às atividades desenvolvidas na propriedade. Apesar disso, na maioria dos casos são famílias com dois ou três filhos, na qual somente um pretende dar continuidade. Além do mais, alguns são ainda tão novos que provavelmente possam ter suas decisões de ficar no campo ou de migrar ainda alteradas.

Diante disso, observou-se que, dos jovens que pretendem ficar no campo, a maior parte deles são os filhos homens. A presença de filhas mulheres é reduzida, isso não só na suinocultura, mas em todas as atividades produtivas do campo, na qual as jovens mulheres têm a tendência de migrarem com mais facilidade por não encontrarem ou por não possuírem espaço de vivência no meio rural.



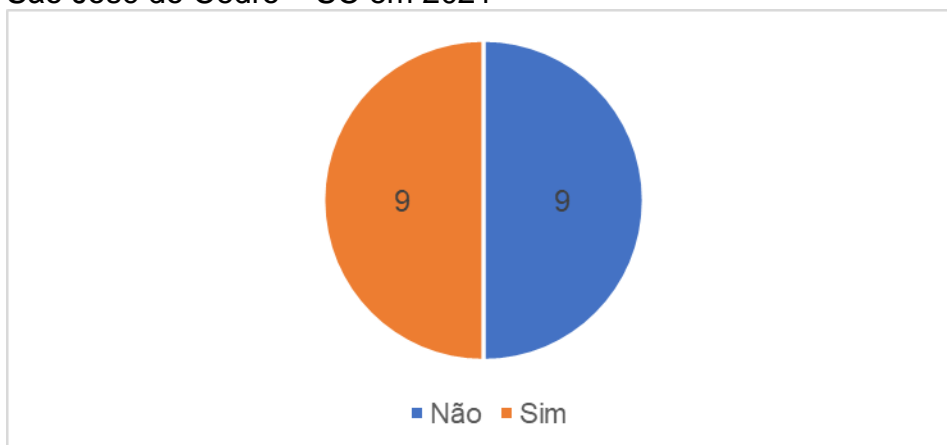
Gráfico 23 – Sucessão familiar nos estabelecimentos produtores de suínos de São José do Cedro – SC em 2021



Fonte: trabalho de campo, elaborado por BAVARESCO, 2021.

O aspecto de sucessão familiar está atrelado a outra importante situação analisada, que é a pretensão de expandir a atividade de criação de suínos. Conforme destacamos, os estabelecimentos que possuem algum filho(a) que pretende dar continuidade na atividade possuem a intenção de investir na atividade, pois possuem uma condicionante importante nesse aspecto, que é a garantia de alguém que gere os trabalhos da propriedade, e a sucessão familiar garante isso, ainda mais em uma atividade que nos dias atuais é desenvolvida, em sua grande parte, por uma população mais velha, conforme identificamos anteriormente.

Gráfico 24 – Produtores que pretendem expandir as atividades suinícolas em São José do Cedro – SC em 2021



Fonte: Trabalho de campo, elaborado por BAVARESCO, 2021.

Além do aspecto da sucessão familiar como condicionante fundamental na hora do suinocultor decidir expandir os negócios ou não, está entrelaçado o fator de modelo de produção, ou seja, conforme nosso trabalho de campo, os produtores integrados possuem uma tendência maior de se expandir, pois esse sistema tem garantido uma certa porcentagem de lucros aos produtores, mesmo em período de crise, que haja visto, nas últimas décadas, tem sido de sucessivos e longos períodos de dificuldade quanto ao custo de produção e o valor pago ao suíno vivo.

Além do mais os suinocultores integrados possuem uma facilidade em adquirir financiamentos para infraestrutura, pois recebem o apoio das agroindústrias e respaldo delas.

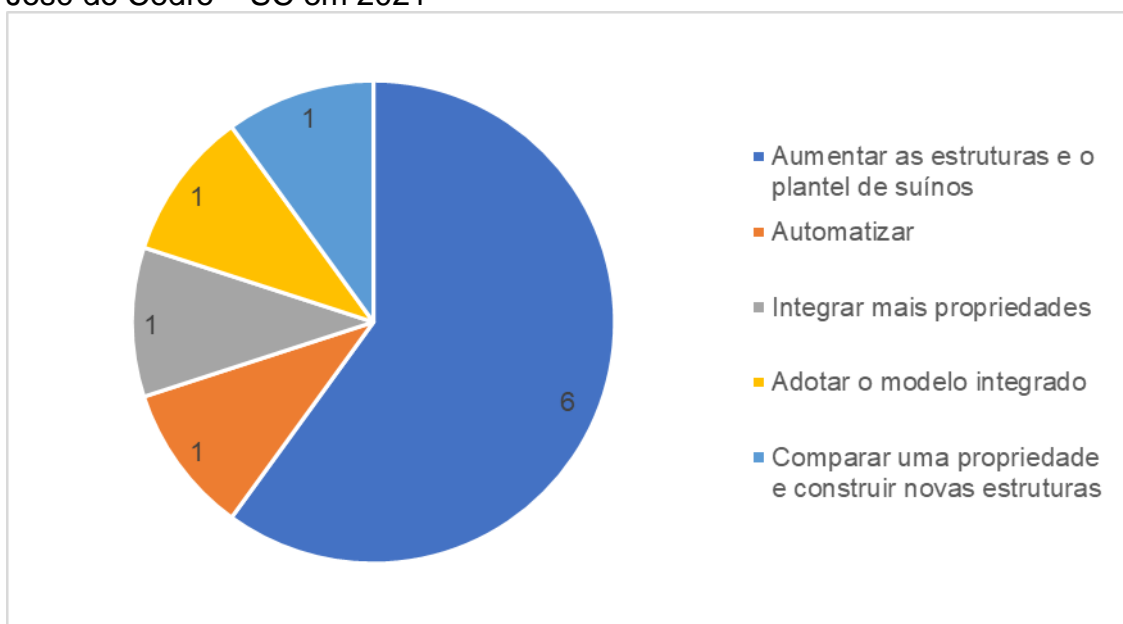
Esses fatores são diferentes para produtores independentes, que possuem inúmeras dificuldades para obterem financiamentos para expansão ou propriamente para custeio da produção, alguns por não se encaixarem nos programas governamentais, outros, por sua vez, por não possuírem sucessão familiar, e outros, que são a maioria dos casos, por enfrentarem longos períodos de crises cíclicas do setor, que abalam a renda e dificultam investimentos.

De acordo com os relatos, o período de crise é sentido com mais intensidade pelos produtores independentes que estão sujeitos às variações do mercado, ou seja, dependem do preço pago ao suíno vivo no mercado, que ora está em alto, ora está em queda, e possui uma volatilidade intensa e

que dificulta os produtores. Por sua vez, é um sistema que possui tendência de desaparecer do mercado nos próximos anos, conforme pudemos verificar nas bibliografias analisadas e no trabalho de campo.

Os suinocultores que possuem planejamento de expandir a atividade se caracterizam em cinco aspectos principais, na qual 60% deles possuem o planejamento de aumentar as estruturas e o plantel de suínos. Os demais, precisamos dar destaque a um produtor que também é um mini- integrador e que tem como planos integrar mais estabelecimentos. E um segundo produtor que possui planos de comprar uma propriedade e construir novas estruturas. Ele é o único produtor de suínos, em modelo de arrendamento, existente no município.

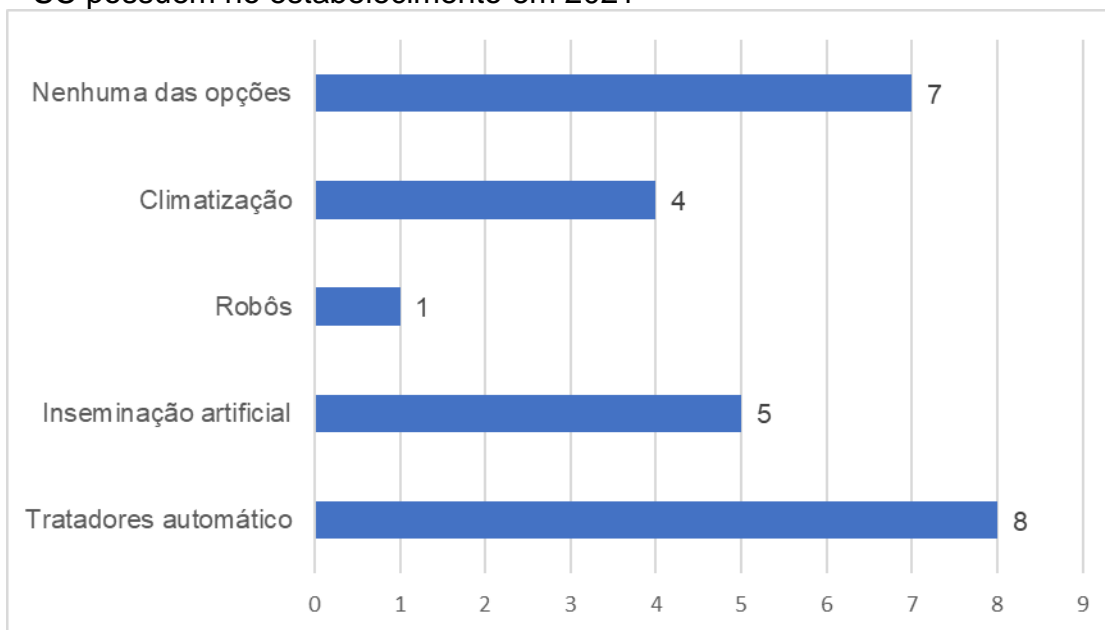
Gráfico 25 – Planejamento de expansão das atividades suinícolas em São José do Cedro – SC em 2021



Fonte: Trabalho de campo, elaborado por BAVARESCO, 2021.

Apesar de existir uma certa tendência de expansão produtiva entre os suinocultores, precisamos elencar que estamos falando de produtores que já possuem alto grau de tecnologias e técnicas de manejo, na qual mais de 50% deles possuem algum tipo de tecnologia considerada como “moderna”, conforme podemos observar no gráfico.

Gráfico 26 – Tecnologias que os produtores de suínos de São José do Cedro – SC possuem no estabelecimento em 2021



Fonte: Trabalho de campo, elaborado por BAVARESCO, 2021.

Quando falamos de tecnologias, o sistema de tratadores automáticos é a opção que está mais presente nos estabelecimentos, pois possibilita uma diminuição na força de trabalho e, por consequência, na necessidade de envolvimento de muitas pessoas na produção e/ou a contratação de mão de obra assalariada, que por sinal é cada vez mais difícil, ainda mais quando falamos em mão de obra qualificada para lidar com esse tipo de atividade. Apesar disso, os estabelecimentos que possuem esse tipo de tecnologia são os maiores, que, por consequência, possuem maior poder de capital, já que estamos falando de tecnologias de relativo valor agregado.

Outra tecnologia observada foi o sistema de robôs. Diferente de tratadores automáticos, que necessitam que alguém esteja lá no momento do trato para executar o processo, o robô possui em sua programação os horários do dia que o produtor pretende que a máquina realize o trato dos animais de forma automática, sem necessitar a presença humana. É uma tecnologia considerada mais avançada que os tratadores, e encontramos esse tipo de tecnologia em somente um estabelecimento dos visitados.

Figura 14 – Robô de um dos estabelecimentos visitados

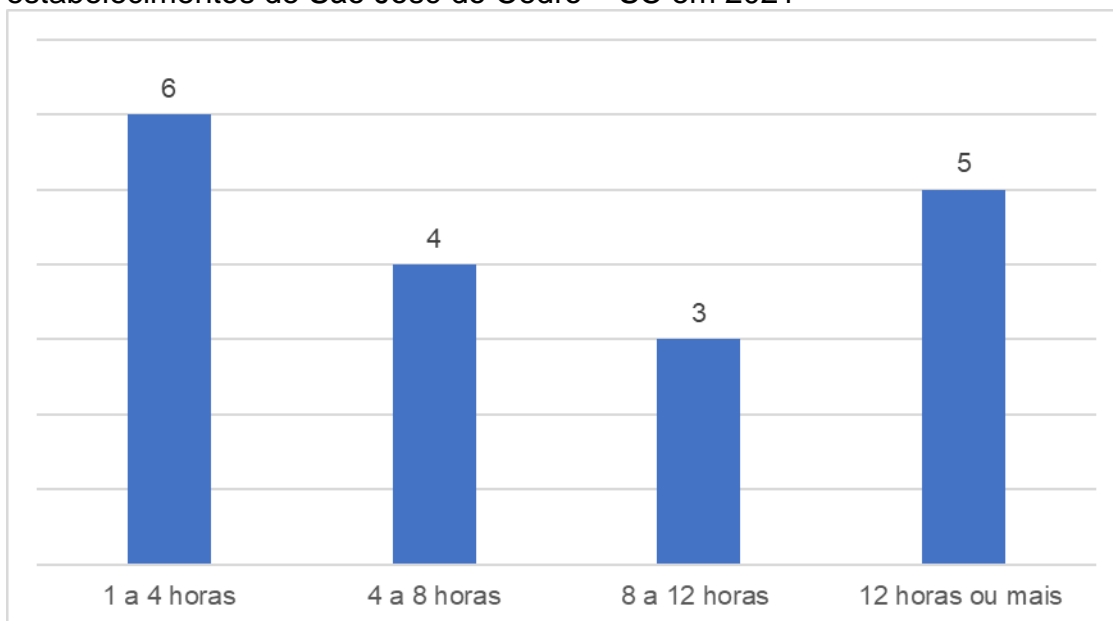


Fonte: Trabalho de campo, 2021.

São todas tecnologias que foram possibilitadas através dos sucessivos avanços tecnológicos das últimas décadas, recorrentes da modernização da agropecuária brasileira, e que tiveram consequências na suinocultura de São José do Cedro.

O uso de tecnologias na produção tem impacto direto na utilização da mão de obra e no tempo diário de dedicação à produção de suínos, ou seja, quanto maior a concentração de tecnologias, menor o tempo de trabalho diário, conforme podemos observar no gráfico.

Gráfico 27 – Tempo diário de dedicação à produção de suínos nos estabelecimentos de São José do Cedro – SC em 2021



Fonte: Trabalho de campo, elaborado por BAVARESCO, 2021.

A dedicação diária à produção de suínos é maior em propriedades em ciclo completo, que possuem um menor uso de tecnologias e nos estabelecimentos em sistema integrado com fase de UPL, na qual, apesar de possuírem tecnologias nas estruturas, necessitam atenção 24 horas por dia no cuidado com os partos das matrizes e primeiros cuidados com os leitões.

#### 4.4 – Relações entre suinocultores e mercado

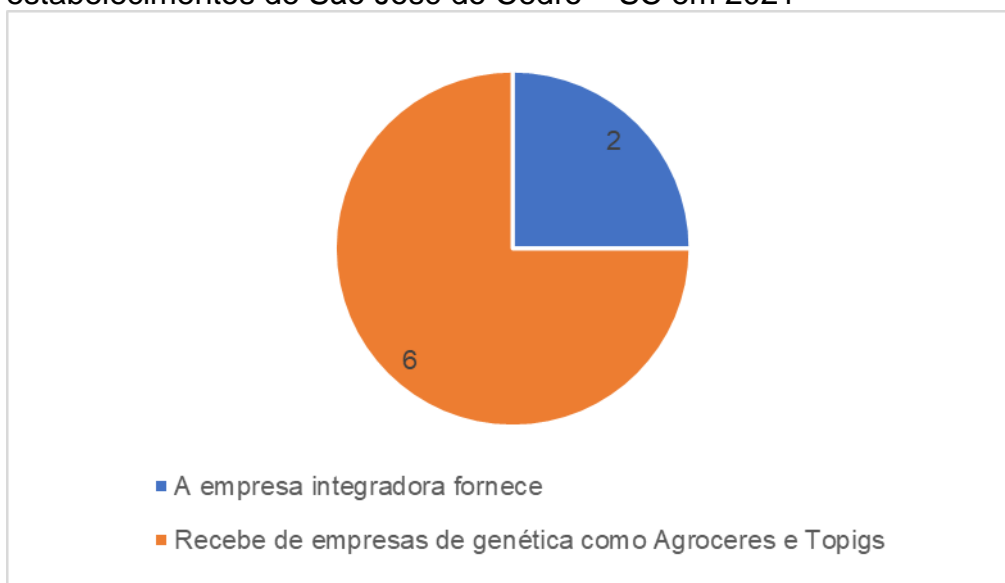
Como as demais atividades produtivas da atualidade, a suinocultura se insere em redes geográficas de organização produtiva, envolvendo, como já mencionamos, inúmeros sujeitos e territórios através de processos que atravessam o campo e a cidade, os territórios e as fronteiras.

Apesar disso, existem produtores de suínos que estão integrados de forma mais intensa ao mercado, enquanto outros possuem intermediários que os inserem na dinâmica econômica. Tanto produtores integrados quanto independentes possuem relações com o mercado, mas vale destacar que, conforme identificamos, os produtores integrados possuem menor interação com agentes secundários, se comparado aos produtores independentes.

Ou seja, os produtores independentes possuem interação direta com frigoríficos, empresas de tecnologias, de medicamentos, de nutrição animal, bancos, cooperativas e cerealistas. Já os produtores integrados possuem o intermédio da agroindústria no processo, desse modo, produtores integrados não possuem relação comercial com frigoríficos, empresas de tecnologias, de medicamentos, de nutrição animal, bancos, cooperativas e cerealistas. Isso tudo a agroindústria faz, reduzindo, então, a integração produtiva dos suinocultores.

Um exemplo dessa dinâmica está quando analisamos a origem das matrizes utilizadas nos estabelecimentos. No caso dos produtores integrados, 100% a agroindústria fornece, nos independentes, 100% compra de empresas privadas de genética animal, como *Agroceres PIC*<sup>35</sup> e *Topigs*<sup>36</sup>.

Gráfico 28 – Origem das matrizes e reprodutores utilizados nos estabelecimentos de São José do Cedro – SC em 2021



Fonte: Trabalho de campo, elaborado por BAVARESCO, 2021.

<sup>35</sup> A Agroceres PIC foi criada em 1977, como resultado da associação entre a Agroceres e a PIC, Pig Improvement Company, com sede no Reino Unido. A Agroceres PIC é a uma empresa de genética de suínos com presença no Brasil, sendo a com maior atuação no país. É uma empresa que fornece matrizes e reprodutores de alto valor genético. (AGROCERES PIC, disponível em: <https://agroceres.com.br/empresa.aspx> acessado em 28/06/2021).

<sup>36</sup> A Topigs Norsvin é a empresa líder em genética suína, reconhecida por suas soluções genéticas inovadoras para a produção de suínos com boa relação custo-benefício (TOPIGS, Disponível em: <https://topignorsvin.com.br/> acessado em 28/06/2021).

As matrizes utilizadas são de alta genética, que tem origem de empresas privadas de capital nacional e internacional. Apesar de os produtores integrados não realizarem a compra das matrizes, pois recebem da agroindústria integradora, a origem das matrizes são a mesma, ou seja, as agroindústrias compram dos mesmos fornecedores que os produtores independentes, atuando como intermediários. Nesse caso, produtores independentes e produtores integrados possuem as mesmas tecnologias genéticas. O fator que os difere, nesse caso, é a autonomia que os produtores independentes possuem na hora de comprar os animais.

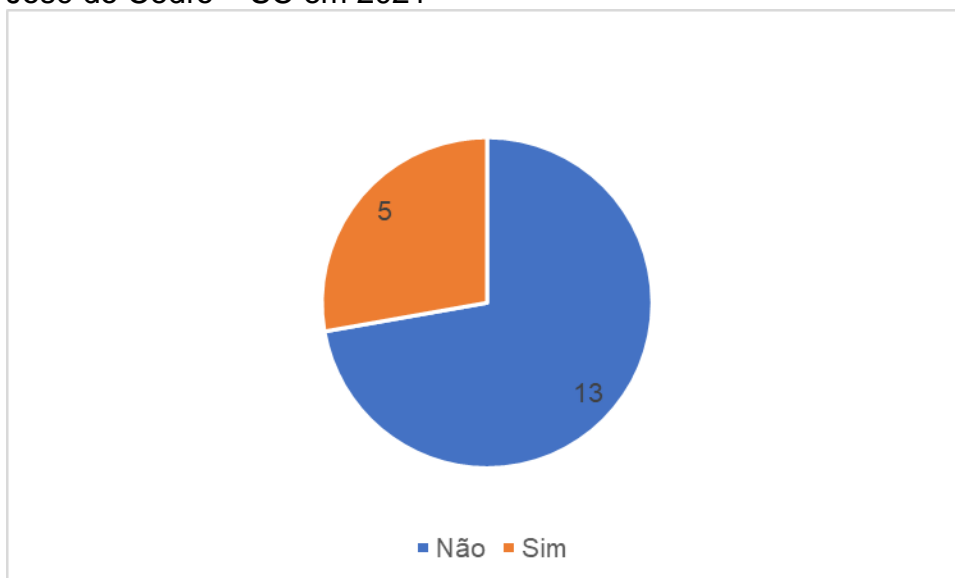
Além da aquisição das matrizes, os produtores mantêm a relação com o mercado no momento de adquirir os reprodutores. Desse modo, encontramos estabelecimentos que compram reprodutores, que na sua totalidade são de origem das mesmas empresas que fornecem as matrizes, exceto aqueles que possuem a técnica de inseminação artificial.

De todos os estabelecimentos visitados, treze não utilizam esse sistema, e apenas cinco sim. Primeiro que é uma atividade desenvolvida somente em estabelecimentos de UPL, e, ao todo, foram visitadas oito com essa característica. Desse modo, falamos em um total de oito estabelecimentos, mas apenas cinco utilizam inseminação artificial, representando 62,5% do total.

Os estabelecimentos que utilizam são todos integrados à agroindústria, exceto um, que além de produtor é mini-integrador, e, além de possuir o sistema, utiliza um laboratório de análise de sêmen existente na propriedade, o único do município.



Gráfico 29 – Utilização de inseminação artificial nas propriedades de São José do Cedro – SC em 2021



Fonte: Trabalho de campo, elaborado por BAVARESCO, 2021.

A utilização de inseminação artificial é considerada um caráter moderno, já que foi uma tecnologia e técnica que se passou a utilizar a partir da modernização da agricultura na região. É um sistema caro, com alto custo para se montar um laboratório. Além disso, para um produtor independente que possui poucas matrizes, fica inviável esse tipo de procedimento, já que os sêmens coletados e enviados às granjas precisam ser utilizados, no máximo, em três dias, e se a matriz não estiver no tempo de fertilidade, que dura cerca de 24 horas, o sêmen não deve ser utilizado, fazendo com que falte produto ou acabe passando de sua validade, já que os laboratórios que fabricam, na sua maioria, estão localizados em cidades distantes do município e, dessa forma, para produtores independentes, o sistema é inviável.

Já para os integrados, a agroindústria fornece os sêmens como forma padrão. É da técnica da integração utilizar a inseminação artificial e não reprodutores. As empresas integradoras fornecem o sêmen que compram de empresas de genética, como a empresa Bretanha de Caibi – SC, que os integrados da JBS recebem, e a da Aurora de Chapecó, que integrados à Cooper A1 adquirem.

Essas empresas que fornecem o sêmen utilizam para a coleta, em muitos casos, os mesmos reprodutores utilizados nas granjas, fazendo com

que esse sistema não se diferencie quanto valor genético, apenas como técnica de manejo, que para muitos é considerada como mais viável por diminuir a mão de obra e prejuízos com possíveis doenças ou morte de reprodutores.

Outro fator de relação comercial dos suinocultores está na compra dos insumos para a alimentação animal. Como já mencionamos, os produtores independentes, em sua totalidade, produzem a ração no estabelecimento, na maioria dos casos cultivam o milho que irão usar e realizam a compra de mantimentos que serão utilizados em complemento ao milho, como sais minerais, farelos de soja e trigo e medicamentos preventivos a doenças.

Já os integrados recebem a ração pronta no estabelecimento, que tem origem de produção das próprias agroindústrias. Nesse caso, segundo o campo, os estabelecimentos recebem a ração proveniente de diversos municípios da microrregião do Extremo Oeste.

Tabela 17 – Origem da ração animal dos estabelecimentos de São José do Cedro – SC em 2021

<b>Origem da ração para os animais</b>	<b>Número de estabelecimentos</b>
Produzida na propriedade	4
Fábrica da JBS de São Miguel do Oeste e Itapiranga	5
Fábrica da COACIG de São José do Cedro	2
Fábrica da Alfa de Quilombo	4
Fábrica da Cooperativa A1 de Itapiranga	1
O Mini- integrador fornece a ração	2

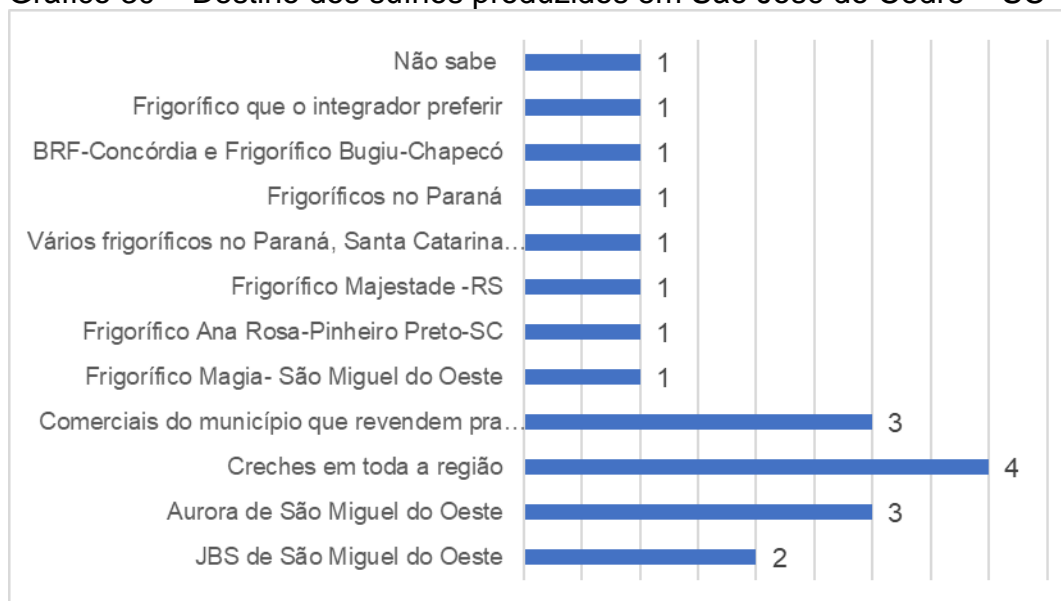
Fonte: Trabalho de campo, elaborado por BAVARESCO, 2021.

Os suínos produzidos em São José do Cedro possuem diversos destinos depois de realizadas as etapas de produção. As UPLs integradas mandam os suínos desmamados para diversas creches da região. Os UCTs integrados enviam para frigoríficos, que na sua totalidade são da mesma empresa que os integra.

A maior heterogeneidade de destinos está nos suínos terminados nos estabelecimentos independentes. Eles possuem diversos destinos em frigoríficos de pequeno e médio porte espalhados pelo Oeste catarinense, Sudoeste do Paraná e Norte do Rio Grande do Sul.

Até o ano de 2019 existiam dois frigoríficos de médio porte em São José do Cedro. Eles abatiam suínos, mas na atualidade inexistem. Um deles decretou falência há pouco tempo e fechou as portas. Já o segundo deixou de abater suínos para se dedicar apenas ao abate de bovinos. Esses acontecimentos têm afetado diversos produtores, principalmente independentes, além de gerar desemprego e consequências econômicas para o município.

Gráfico 30 – Destino dos suínos produzidos em São José do Cedro – SC

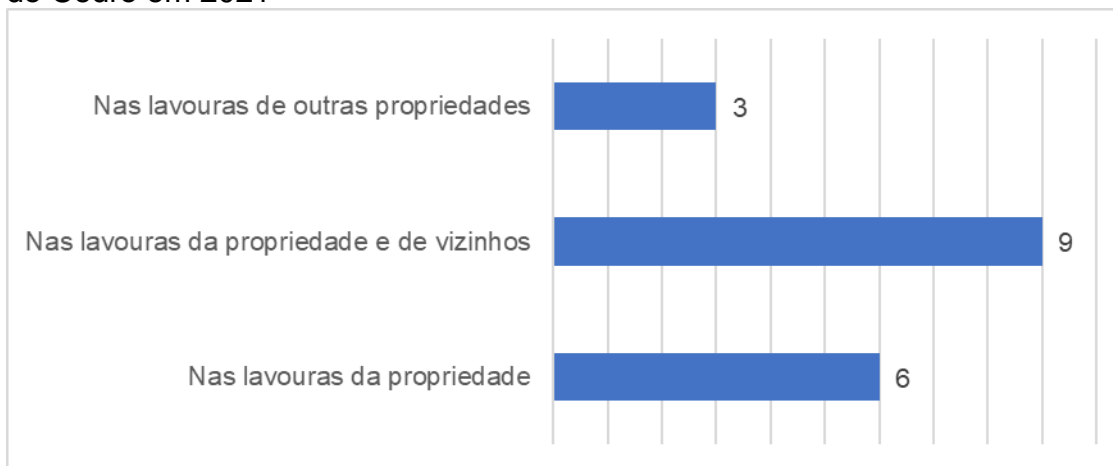


Fonte: Trabalho de campo, elaborado por BAVARESCO, 2021.

Difícil falar em suinocultura sem citar a questão ambiental. Existem inúmeros trabalhos publicados que analisam os impactos positivos e negativos dessa produção. É de conhecimento de considerável parte da população a quantidade de dejetos suínos que uma granja produz. Para os suinocultores esses dejetos servem para a adubação do solo das lavouras e pastagens, que possibilita uma melhoria da qualidade do solo e, por consequência, o aumento da produtividade. É um adubo orgânico, ou seja, natural, que possibilita a diminuição do uso de adubos orgânicos na produção.

Apesar disso, devido à grande quantidade produzida e as propriedades serem pequenas, grande parte dos produtores precisam que vizinhos adquiram esse adubo orgânico em suas propriedades, até porque é um produto que não pode ser usado em excesso na lavoura.

Gráfico 31 – Destino dos dejetos suínos nos estabelecimentos de São José do Cedro em 2021



Fonte: Trabalho de campo, elaborado por BAVARESCO, 2021.

Esse fator tem causado problemas na região nas últimas décadas, pois a grande concentração de suínos em pequenas áreas de relevo acidentado, que é característico de São José do Cedro e de toda a região Oeste, tem causado a poluição de grande parte dos rios e recursos hídricos subterrâneos, tanto por acidentes como pela ação humana proposital.

#### 4.5 - A assistência técnica

É importante destacarmos que estamos falando de suinocultores com produção comercial, ou seja, que estão inseridos no mercado e no modelo capitalista de produção.

Desse modo, procuramos estabelecer as relações entre produtores de suínos de São José do Cedro com os demais setores que se envolvem na produção, que segundo nossa concepção está organizada em redes.

Quanto mais os suinocultores estão integrados às redes de organização, mais capacidade de inserção, negociação e integração são capazes de gerar, potencializando a produção. Nesse caso, vale o ditado de que conhecimento nunca é demais, e a integração dos suinocultores às redes de organização possibilita uma considerável absorção de conhecimento e informações que impulsionam a produção.

A participação em instituições como sindicatos e cooperativas impulsionam o dinamismo dos produtores, além, é claro, de garantirem voz e

vez a essas classes de trabalhadores, que em muitos casos são explorados pelos grandes conglomerados agroindustriais.

Tabela 18 – Participação social dos suinocultores de São José do Cedro – SC em 2021

<b>Nome da Associação</b>	<b>Total</b>	<b>Apenas Sócio</b>	<b>Membro de diretoria</b>
ACCS (Associação Catarinense de Criadores de Suínos).	3	2	1
Sindicato dos Produtores Rurais	6	4	2
Cooperativa ALFA	9	8	1
Cooperativa COACIG	2	2	0
Cooper A1	1	1	0
Cooperativas de Crédito (Sicoob, Cresol, Sulcredi, Sicredi)	4	4	0
CADEC (Comissão para Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da integração)	1	1	0
COASC (Cooperativa Agroindustrial dos Suinocultores Catarinenses)	1	0	1
Nenhuma	3	0	0

Fonte: Trabalho de campo, elaborado por BAVARESCO, 2021.

Apesar disso, registramos em nosso trabalho de campo, de acordo com o gráfico acima, a existência, em São José do Cedro, de uma baixa inserção de suinocultores em entidades que os representam. Isso pode ter consequências ruins para os produtores, que acabam tendo seus interesses ignorados por não haver representatividade do setor nas entidades de classe.

É de conhecimento nosso que o setor de produção de suínos possui significativa força política em São José do Cedro e em toda Santa Catarina. Uma força que pode ser analisada de várias formas, mas que achamos importante destacar que a força política que representa os suinocultores de São José do Cedro é uma força da agroindústria, que atende aos seus interesses usando da conjuntura da produção.

Isso se mostra quando observamos políticas de incentivos do Poder Municipal para atender a cooperativas, mas não identificamos incentivos para os suinocultores.

Na esfera estadual, existe uma representatividade significativa da cadeia produtiva de suínos na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina – ALESC e no Governo do Estado. Inclusive, existe uma Comissão de Suinocultura na Assembleia do estado destinada a discutir assuntos ligados à produção de suínos, na qual vários parlamentares participam ativamente na defesa do setor. Já no Governo do Estado, quase todos os Secretários de Estado da Agricultura, das últimas décadas, possuíam ligação direta com a suinocultura, inclusive o atual secretário.

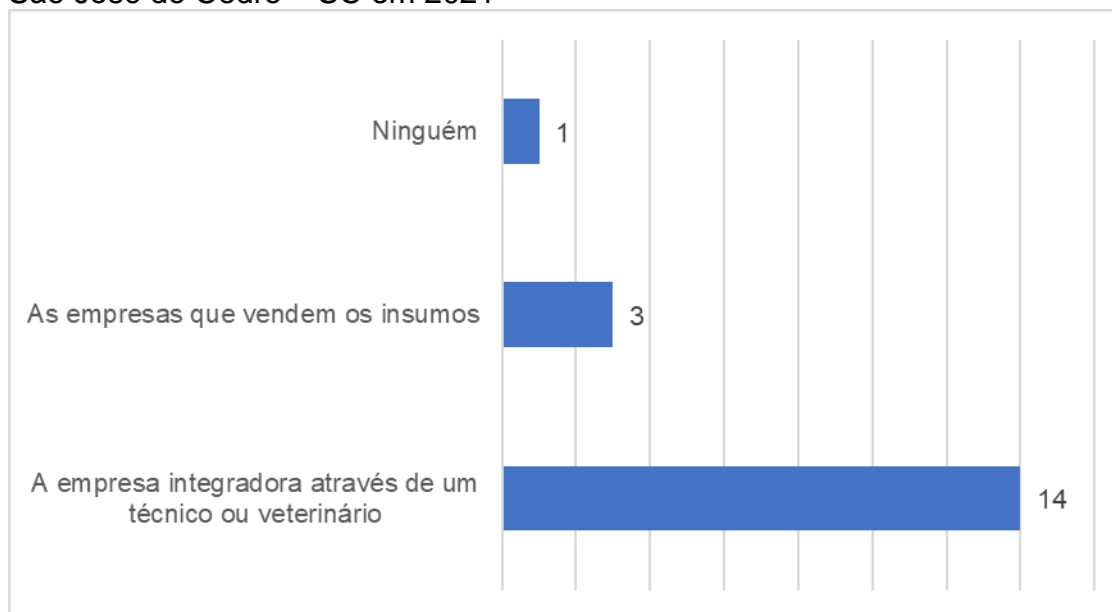
Apesar de existir essa íntima relação entre os poderes políticos e a suinocultura, esse poder é exercido em favor das grandes cooperativas e agroindústrias que gerem todo o processo produtivo da suinocultura, ficando sob segundo plano, e na maioria das vezes sem nenhum amparo, as reivindicações dos produtores. Por isso, consideramos importante a participação dos suinocultores nas instituições sociais que os representam.

Sobre esses aspectos, outro fator condicionante a esse está na assistência técnica prestada aos produtores, que é realizada de diferentes formas, sob diferentes aspectos.

Apesar de existir instituições públicas que possuem a funcionalidade de oferecer assistência técnica aos produtores, na suinocultura essa presença é nula.

De todos os estabelecimentos visitados apenas um deles afirmou não receber assistência técnica de nenhum segmento. Já o restante, a maioria deles, afirmou que recebe através da agroindústria que os integra, e outros pelas empresas que mantêm relação comercial de compra de medicamentos e insumos.

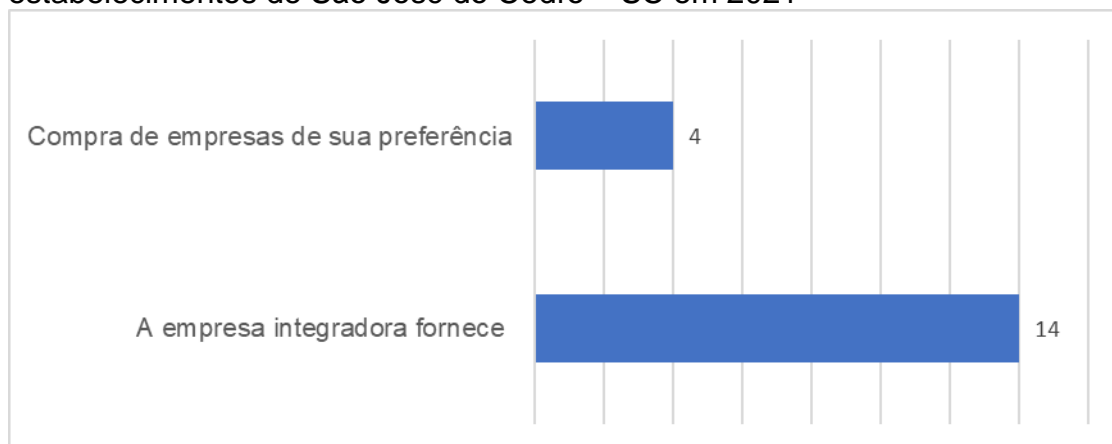
Gráfico 32– Origem da assistência técnica obtida nos estabelecimentos de São José do Cedro – SC em 2021



Fonte: Trabalho de campo, elaborado por BAVARESCO, 2021.

A forma como os produtores obtêm a assistência técnica está atrelada à compra dos medicamentos utilizados. No modelo integrado, o técnico da empresa determina os protocolos de medicação e faz a entrega dos medicamentos. Já os independentes, são auxiliados pela assistência de técnicos ou veterinários responsáveis pelas empresas que vendem os medicamentos, e geralmente são empresas regionais que distribuem medicamentos de diversos laboratórios do mundo.

Gráfico 33 – Origem dos medicamentos utilizados nos suínos nos estabelecimentos de São José do Cedro – SC em 2021



Fonte: Trabalho de campo, elaborado por BAVARESCO, 2021.

#### 4.6 – Suinocultura: é possível se manter na atividade?

Devido a diversas considerações dos suinocultores observadas em campo, responder a este questionamento tornou-se significativamente importante: é possível se manter na atividade suinícola?

Consideramos que o campo é um território de luta, seja a luta por terra, a luta por melhores condições de vida, a luta pela família, pela sobrevivência, pelo lucro capitalista, seja qual for, está lá em todo momento.

Os suinocultores que visitamos nos mostraram aquilo que já tínhamos em mente do nosso dia a dia, de que ser produtor de suínos não é nada fácil. É árduo e, a todo o momento, existe o sentimento de estar abandonado e desamparado diante dos mais poderosos.

Os que estão integrados, alguns se sentem explorados pelo capital industrial, são como Plein (2003) já destacava “simplesmente tratadores de porcos”, pois não possuem poder de decisão, não são ouvidos e não participam das decisões, são apenas a mão de obra. Segundo um suinocultor, existem "muitas exigências da cooperativa, eles não cumprem o que prometem" (ENTREVISTADO 4, 2021).

Esse depoimento demonstra a revolta de alguns produtores que até pensam em deixar a atividade pelas dificuldades enfrentadas.

Conforme o depoimento de uma suinocultora, em relação à assistência técnica oferecida pela empresa:

Esses dias mudou o técnico da empresa, e deixaram “nós” quase 3 dias sem ração pros “porco”, dava dó de ver os “bicho”, daí colocamos o que tínhamos de milho moído e farelo de soja das vacas para eles comerem, mas mesmo assim era pouco. Morreram uns quantos naquele lote, e quem pagou o prejuízo fomos nós. Nem o trato das vacas que damos pros “porco” eles pagaram. (ENTREVISTADO 3, fevereiro de 2021).

Outro fator de repulsa dos produtores está no reconhecimento produtivo do estabelecimento, segundo um produtor as agroindústrias "pagam muito pouco pelo quilograma do suíno engordado" (ENTREVISTADO 4, fevereiro de 2021). Isso dificulta o processo, já que apesar de existir uma íntima relação entre o produtor familiar, a suinocultura e a terra, o valor econômico de sua atividade leva total importância nas decisões futuras, já



que, mesmo muitas vezes não sendo de sua vontade, suas decisões são baseadas na questão econômica, que é condicionado aos movimentos externos de sua vontade e de seu estabelecimento, mas uma condicionante imposta pela dinâmica mundial do capitalismo.

No gráfico abaixo podemos observar algumas dificuldades apresentadas pelos produtores nas entrevistas. Podemos considerar que uma significativa parcela dos produtores possui dificuldade em obter mão de obra qualificada, pois são estabelecimentos que enfrentam dificuldade na sucessão familiar e na contratação de pessoal.

Além disso, fatores como falta de incentivos governamentais e a dificuldade de se obter recursos para investir são considerados empecilhos enfrentados atualmente pelos suinocultores do município.

Gráfico 34 – Principais dificuldades dos suinocultores de São José do Cedro – SC para se manter na atividade em 2021



Fonte: Trabalho de campo, elaborado por BAVARESCO, 2021.

Além das dificuldades apresentadas, existe uma significativa parcela de suinocultores que destacaram as oscilações do preço pago ao suíno vivo como a principal dificuldade em se manter na atividade. Esse fator é uma importante condicionante para os produtores independentes e o principal fator que tem gerado sucessivas crises aos produtores. Esse aspecto gera

inúmeras incertezas, já que não se pode ter previsão de lucro, o que dificulta investimentos e torna todo o processo sem garantia de futuro.

O fato de o suíno ser um produto de consumo imediato faz com que o produtor necessite vendê-lo mesmo estando em um período com baixa no preço, pois segundo depoimento de um produtor:

O porco é assim, se ele tá pronto você tem que vender, não dá pra esperar 15 ou 30 dias, tem que vender quando ele atingiu o peso. E as empresas se aproveitam disso na hora de pagar (ENTREVISTADO 5, 2021).

Portanto, a oscilação do preço pago ao suíno vivo e o custo de produção são considerados os principais motivos que têm levado a diminuição no número de suinocultores em São José do Cedro e em todo o Oeste catarinense. Desse modo, podemos considerar que a tendência para os próximos anos é a extinção dos produtores independentes. Ou eles se especializam e se integram ou futuramente deixarão a atividade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos aspectos demonstrados, analisados e verificados até aqui, faz-se necessário destacar alguns aspectos que traduzem as nossas considerações finais nessa pesquisa bibliográfica e de campo.

Primeiro, ao realizarmos o recorte espacial de nossa pesquisa, que se estende pela mesorregião do Oeste catarinense, identificamos que é um território resultante de disputas de poder, que o tornou um espaço eminentemente brasileiro. São acordos diplomáticos e disputas emblemáticas, como a Guerra do Paraguai e a Guerra do Contestado, que definiram os rumos dessa região nos anos posteriores. São acontecimentos históricos por sua característica temporal, e geográficos por suas características territoriais e de consequente transformação do espaço geográfico.

De tal modo, organizado o território institucionalmente, a mesorregião Oeste inicia outro marco de sua formação, que é o processo de colonização branca, que passa a organizar a estrutura produtiva, social e política da região.

A vinda dos imigrantes europeus, já naturalizados brasileiros pela sua passagem pelo Rio Grande do Sul, introduz na região novas relações sociais, novas para a região, mas relações já existentes no cotidiano dos imigrantes.

Dentre essas novas relações está a inserção do modelo capitalista de organização na região, que se mostrou presente principalmente na atividade de produção de suínos que foi sendo estabelecida. Portanto, a suinocultura, nosso objeto de estudo, está estreitamente ligada ao processo de formação territorial da região. Ela assumiu desde cedo protagonismo e foi de considerável importância para o desenvolvimento da região.

A suinocultura da região é resultado do reestabelecimento de um modo de vivência e da economia que já existia no Rio Grande do Sul, ou seja, não foram relações novas, fora instalado um modelo capitalista já existente em uma região na qual o capitalismo ainda não havia adentrado.

A organização fundiária da região foi diferente de outras regiões do país, mas semelhante a que existia nas terras do interior do Rio Grande do Sul. Nesse território fora adotado a formação de colônias, organizadas por companhias privadas com a benção do Estado brasileiro, que tinham como

objetivo estabelecer ocupação nas áreas consideradas desertas do interior do país. Portanto, se estabeleceu uma estrutura fundiária pautada em pequenos estabelecimentos agropecuários de organização familiar, que ao longo do tempo se transformaram e modernizaram, mas que também permaneceram com características originais.

Outro fator que merece destaque foi o desenvolvimento das agroindústrias na região, que é considerado como fator chave ao desenvolvimento da suinocultura, pois a acumulação de capital mercantil, por parte dos comerciantes, e o sistema colônia-venda dos colonos possibilitaram criar o capital necessário para se intensificar as etapas de produção na própria região e, assim, desenvolver a cadeia produtiva.

O desenvolvimento das agroindústrias na região resultou na formulação de um novo sistema de produção na suinocultura, pautado no modelo de integração entre agroindústrias e produtores, conhecido como sistema integrado. Esse modelo, conforme observamos, deve ser visto como a principal mudança estrutural das últimas décadas da produção de suínos na região Oeste catarinense.

A produção de suínos se insere em um sistema organizado em redes geográficas, englobando diferentes sujeitos e territórios. Desse modo, as redes estabelecem e reestabelecem relações diretas e indiretas, através de suinocultores, agroindústrias, transportadoras, bancos, Estado e setores de serviços em geral. Essas redes transformam o espaço geográfico, na medida em que suas inter-relações se intensificam, fator esse que é compreendido como uma mudança na suinocultura, ou seja, suinocultores cada vez mais interligados a outros setores da economia através da organização em redes.

Através dessa organização produtiva, observamos que a instituição estatal se faz presente em significativas situações. No caso da suinocultura, o Estado se faz presente através da garantia de infraestrutura para o escoamento da produção e pelo financiamento através dos bancos, característica diferente da atuação estatal de décadas passadas, que ia além disso, oferecendo assistência técnica aos suinocultores, cursos de formação e garantia de insumos aos animais, fatores que inexistem na atualidade e comprovam uma considerável mudança da atuação estatal na produção de suínos. Houve mudanças na assistência técnica. Antes era exercida

essencialmente por servidores de instituições governamentais, agora é exercida pelos técnicos das agroindústrias.

Ainda dentro de nosso recorte espacial do trabalho, na qual realizamos a pesquisa empírica no município de São José do Cedro, podemos identificar diferentes características da atividade, que são vistas como permanências estruturais e outras como mudanças significativas.

Dentro de todas as características, podemos dar destaque a três que consideramos as principais mudanças na suinocultura do município: a diminuição no número de produtores, o aumento da concentração produtiva e aumento da diversidade de modelos de produção.

Essas características vêm se intensificando nos últimos anos, pois como as bibliografias mostram, a diminuição no número de produtores é consequência do aumento da concentração produtiva, que são características do modelo capitalista de produção, fator esse que vai além da suinocultura, mas atinge todos os setores da economia. Podemos verificar essas características quando analisados dados do IBG na qual, em menos de 15 anos, o número de produtores de suínos em São José do Cedro diminuiu cerca de 41,3%, enquanto o número total do plantel manteve-se estável.

Já na questão da diversidade de modelos de produção, tanto a região Oeste como São José do Cedro está passando por um processo de transição de modelo independente para o integrado, que ainda não atingiu todo seu limite, além de abrir brecha em meio ao processo de mudança para a formação de mais outros dois modelos de produção, o cooperado e o sistema mini- integrador, tornando a produção diversificada no município.

São José do cedro se firmou economicamente pela atividade suinícola. Isso no passado, mas na atualidade o carro-chefe da economia do município é a produção leiteira, a suinocultura se insere para inúmeros produtores como uma atividade complementar. Não existe uma exclusividade na produção de suínos do município, mas sim uma heterogeneidade de produtores e de produções, configurando uma mudança da produção se comparada a sua gênese.

Essas características estão presentes nos estabelecimentos integrados e especializados, já nos independentes, que são a minoria, existe uma permanência de características, pois os produtores visitados, que possuem

um modelo independente de produção e em forma de ciclo completo, 100% deles possuem a suinocultura como a principal atividade, fazendo das outras atividades complemento à produção de suínos, como o plantio de milho e soja, que são utilizados na fabricação da ração dos suínos no próprio estabelecimento.

Nesses estabelecimentos no formato independente, a relação cultural com a atividade é maior e mais intensa, pois em todos os estabelecimentos visitados a atividade foi herdada dos pais. São estabelecimentos que produzem suínos há mais de 50 anos, possuindo uma relação íntima, diferente dos produtores que já se integraram, na qual existem significativas mudanças, dentre elas, e a mais significativa, é o capital que sobrepõe os aspectos culturais. Nesse caso, a lógica é outra, e as mudanças são consideráveis. A suinocultura é uma atividade tradicional que permanece, mas tende a perder seus traços tradicionais devido às forças endógenas.

Apesar disso, independentemente do modelo de produção, existem aspectos que permaneceram ao longo do tempo, como a predominância de pequenos estabelecimentos produtores e de mão de obra familiar, e mudanças homogêneas nos modelos, que são o envelhecimento da mão de obra e a masculinização da atividade, mudança essa oriunda devido à inserção da mão de obra contratada, que é na sua maioria masculina. Ademais, problemas de mão de obra devido ao êxodo rural são caracterizados, atualmente, como mudanças na atividade.

A integração pode ser vista como a principal mudança estrutural na suinocultura nas últimas décadas. Além do mais, as agroindústrias podem ser vistas como responsáveis, em parte, pela intensificação da concentração produtiva, pois obrigam a se especializar e incentivam ao aumento de plantel e estruturas, pois para eles é viável, já que diminui o custo de produção e garante margem considerável de lucro.

Outra característica de mudança é a obtenção de financiamento, tanto para o início da atividade como para sua expansão e manutenção. Esses são elementos que surgem a partir dos anos 80, com a modernização da agricultura e a intensificação de modelos de financiamentos públicos e privados.

No aspecto da modernização, identificamos que, independente do modelo de produção, houve uma modernização da atividade suinícola, alguns de forma mais intensa outros de forma mais amena. Os produtores maiores e mais capitalizados são mais modernos.

Outro aspecto que se configura como uma mudança é a elevada concentração das agroindústrias em poucas marcas e empresas, fazendo com que inexista, na atualidade, em São José do Cedro, frigoríficos que abatem suínos, pois o processamento está concentrado nas cidades polo da região, pelos grandes frigoríficos.

Essa organização das agroindústrias através da integração gera a diminuição das relações dos suinocultores com o mercado, pois toda a relação entre setores ocorre através da empresa e é repassada aos suinocultores, diminuindo sua participação na organização em redes, além de sua participação social, o que é visto como uma mudança estrutural, fator que desestimula a participação dos mesmos, já que consideramos que quanto mais os suinocultores estão integrados às redes de organização mais geram capacidade de inserção, negociação e integração, potencializando a produção. Nesse caso, vale o ditado de que conhecimento nunca é demais, pois a integração dos suinocultores às redes de organização possibilita uma considerável absorção de conhecimento e informações que impulsionam a produção.

A participação em instituições como sindicatos e cooperativas impulsionam o dinamismo dos produtores, além, é claro, de garantirem voz e vez a essas classes de trabalhadores, que em muitos casos são explorados pelos grandes conglomerados agroindustriais.

## REFERÊNCIAS:

ABCS – **Associação Brasileira de Criadores de Suínos**. Disponível em: <http://www.abcs.org.br/> acessado em 25/03/2020.

\_\_\_\_\_. **Mapeamento da Suinocultura Brasileira**. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas; Associação Brasileira de Criadores de Suínos. Brasília – DF, 2016. Disponível em: [http://www.abcs.org.br/attachments/-01\\_Mapeamento\\_COMPLETO\\_bloq.pdf](http://www.abcs.org.br/attachments/-01_Mapeamento_COMPLETO_bloq.pdf) acessado em 20/04/2020.

\_\_\_\_\_. **Produção de Suínos: teoria e prática**. Associação Brasileira de Criadores de Suínos. 1ª ed. Brasília, 2014. Disponível em: [http://www.abcs.org.br/attachments/-01\\_Livro\\_producao\\_bloq.pdf](http://www.abcs.org.br/attachments/-01_Livro_producao_bloq.pdf) acessado em 20/04/2020.

ABPA – **Associação Brasileira de Proteína animal**. Disponível em: <http://abpa-br.org/> acessado em 24/03/2020.

\_\_\_\_\_. **Relatório Anual**. Associação Brasileira de Proteína Animal. São Paulo, 2019. Disponível em: <http://cleandrodias.com.br/wp-content/uploads/2019/05/RELATO%C3%ACRIO-ANUAL-ABPA-2019.pdf> acessado em 20/04/2020.

ACCS – **Associação Catarinense de Criadores de Suínos**. Disponível em: <https://www.accs.org.br/home/> acessado em 25/03/2020.

ALBA, Rosa Salete. **Estudos de Geografia Agrária do Oeste Catarinense**. Chapecó: Argos, 2008.

AMEOSC – Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina, 2021. Disponível em: <https://www.ameosc.org.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/154832> acesso em: 26/04/2021.

ARRAIS, Matheus Eurich. A Marcha para o Oeste e o Estado Novo: a conquista dos sertões. **Trabalho de Conclusão de curso**. Programa de Graduação em História. Universidade de Brasília. Brasília: 2016. Disponível em: [https://bdm.unb.br/bitstream/10483/15448/1/2016\\_MateusEurichArrais\\_tcc.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/15448/1/2016_MateusEurichArrais_tcc.pdf) acessado em 12/10/2020.

AURORA, 2020. Disponível em: <https://www.auroraalimentos.com.br/aurora> acessado em 07/05/2020.

AURORA, 2020: Disponível em: <https://www.auroraalimentos.com.br/comunicacao/noticia/517/aurora-alimentos-apresenta-resultados-do-exercicio-2019>. Acessado em 22/02/2020.

AURORA, 2020. Disponível em: <https://www.auroraalimentos.com.br/comunicacao/noticia/513/aurora->



[inaugura-em-chapeco-o-maior-frigorifico-de-suinos-do-brasil.](#) Acessado em 16/10/2019.

BAVARESCO, Paulo Ricardo. **Ciclos Econômicos Regionais: modernização e empobrecimento no Extremo Oeste catarinense.** Chapecó: Argos, 2005.

BELLANI, Eli Maria. Balsas e balseiros no Rio Uruguai (1930-1950). **Cadernos do CEOM** – v. 3, n. 4. Chapecó, 1988.

BRASIL, IBGE, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pmc/brasil> acessado em 24/03/2020.

CABRAL, Oswaldo R. **História de Santa Catarina.** Ed. 2, Florianópolis: Laudes, 1970.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede.** 21 ed, revista e ampliada. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

CEPEA - **Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada.** Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/sobre-o-cepea.aspx> acessado em 25/03/2020.

CIDASC – **Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina.** Disponível em: [cidasc.sc.gov.br](http://cidasc.sc.gov.br) acessado em 24/03/2020.

COLETTI, Tomé; LINS Hoyêdo Nunes. A suinocultura no vértice das relações entre agroindústria e agricultura familiar no oeste de Santa Catarina. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 339-360, nov. 2011. Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/2464/2980> acessado em 23/04/2020.

D'ANGELIS. Wilmar da Rocha. Para uma História dos Índios do Oeste Catarinense. **Cadernos do CEOM.** V. 4, n. 7; Chapecó, 1989.

DIAS, Leila Christina. **Redes: Emergência e Organização.** In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA; Roberto Lobato. Geografia: Conceitos e Temas. 17ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.

EMBRAPA – **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.** Embrapa – Suínos e Aves. Disponível em: <https://www.embrapa.br/suinos-e-aves/cias/estatisticas> acessado em 15/07/2020.

EPAGRI – **Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina.** Disponível em: <https://www.epagri.sc.gov.br/> acessado em 24/03/2020.

\_\_\_\_\_. **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 2017 – 2018.** Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina. Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola – CEPA, 2018.

ESPIG, Márcia Janete. A construção da Linha Sul da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande (1908-1910): mão de obra e migrações. **Revista do Departamento de História:** Universidade Federal de Minas Gerais. Volume 28; Belo Horizonte, 2012. Disponível em

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-87752012000200017](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752012000200017) acessado em 11/03/2020.

ESPÍNDOLA, Carlos José. **As Agroindústrias no Brasil: o caso Sadia**. Chapecó: Grifos, 1999. 263p.

\_\_\_\_\_. O impacto geoeconômico da reestruturação técnico-econômica nas estruturas produtivas catarinenses pós-1990. **FORMAÇÃO (PRESIDENTE PRUDENTE)**, v. 25, p. 97-117, 2018.

\_\_\_\_\_. As duas macroformações socioespaciais do Sul do Brasil na gênese da indústria de carnes. **ENSAIOS FEE (ONLINE)**, v. 37, p. 715-738, 2016.

\_\_\_\_\_. Mudança Técnica na cadeia mercantil de carne suína no Brasil. **Cadernos do Núcleo de análises urbanas**, v. 5, p. 29-34, 2012.

\_\_\_\_\_. Ciclo de crescimento da economia brasileira e desempenho do agronegócio catarinense. **GEOGRAFIA (LONDRINA)**, v. 25, p. 91-109, 2016.

\_\_\_\_\_. Competitividade das agroindústrias do oeste catarinense no âmbito do Mercosul: considerações preliminares. **Geosul (UFSC)**, Florianópolis, v. 14, n.28, p. 125-138, 1999.

FARIAS, Fernando Rodrigo; ESPÍNDOLA, Carlos. José. O cooperativismo agropecuário do Sul do Brasil a partir da conjuntura econômica dos anos 1980: alteração territorial de seu centro dinâmico. **Geosul**, v. 31, p. 227-248, 2016.

FONTANA, Attilio. **História da minha vida**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1980.

FRAGA, Nilson Cesar. Mudanças e permanências na rede viária do Contestado: uma abordagem acerca da formação territorial no sul do Brasil. **Tese de doutorado**; Curitiba, 2006. Disponível em: [https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/3486/TESENILSONCESAR\\_FRAGA.pdf;jsessionid=CE719D8B12998B69BA714DEDE94BC6EB?sequence=1](https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/3486/TESENILSONCESAR_FRAGA.pdf;jsessionid=CE719D8B12998B69BA714DEDE94BC6EB?sequence=1). Acessado em 04/03/2020.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação Econômica de Santa Catarina**. 3 ed. rev. Florianópolis: editora da UFSC, 2016.

GOULARTI FILHO, Alcides. O Planejamento Estadual em Santa Catarina de 1955 a 2002. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 26, n. 1, p. 627-660, jun. 2005.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteiras agrícolas e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 192p.

GRAZIANO DA SILVA, José; KAGEYANA, Angela. Do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP/IE, 1998. 211p.

IBGE, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Cidades e Estados, Brasil. Disponível em: [ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc.html](http://ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc.html) acessado em 07 de novembro de 2019.

LAGO, Paulo Fernando. **Santa Catarina: dimensões e perspectivas**. Florianópolis: UFSC, 1978.

LIMA, Joseane de. **Formação de oligopólio e o uso corporativo do território pela Cooperativa Central Aurora Alimentos Ltda**. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Geografia – Licenciatura. Universidade Federal da Fronteira Sul. Chapecó, 2015.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Ruralidades: novos significados para o tradicional rural. In: **Dinâmicas do espaço agrário: velhos e novos territórios: NEAG 10 anos**. p. 179-189. 2017.

MIELE, Marcelo; MIRANDA, Cláudio Rocha de. O Desenvolvimento da agroindústria brasileira de carnes e as opções estratégicas dos pequenos produtores de suínos do Oeste Catarinense no início do século 21. DF: **Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE**, 2013. p. 201-231. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/96717/1/final6926.pdf> acessado em: 27/04/2020.

MIELE, Marcelo. Quais são as opções de política pública para enfrentar as sucessivas crises na suinocultura brasileira? **Revista Política Agrícola**. Brasília, 2013. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/86616/1/Quais-sao-as-opcoes-de-politica-publica-para-enfrentar-as-sucessivas-criises-na-suinocultura-brasileira.pdf> acesso em: 23/04/2020.

MIELE, Marcelo, WAQUIL, Paulo D. Cadeia produtiva da carne suína no Brasil. **Revista de Política Agrícola**. Brasília, 2007. Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/448>. Acesso em: 23/04/2020.

MIOR, Luiz Carlos. **Agricultores Familiares, Agroindústrias e Redes de Desenvolvimento Rural**. Chapecó: Argos, 2005. 338p

MIOR, Luiz Carlos. Agricultura familiar, agroindústria e desenvolvimento territorial. In: VIEIRA, P. F.; CAZZELA, A.; CERDAN, C.; CARRIÈRE, J. P. (Org.). **Desenvolvimento Territorial Sustentável: subsídios para uma política de fomento**. Florianópolis, SC: Associação Brasileira de Pesquisa e Ensino em Ecologia e Desenvolvimento (APED), 2010. p. 235-257.

PADILHA, Wilian; SAMPAIO, Fernando dos Santos. A expansão do agronegócio cooperativo na Região Sul do Brasil nos anos 2000. **Geosul**, v. 34, p. 61-85, 2019.

PAULILO, Maria Ignez. O Peso do Trabalho Leve. Departamento de Ciências Sociais – UFSC. **Revista Ciência Hoje** – Nº 28, 1987.

PELUSO JÚNIOR, Victor Antônio. **Aspectos Geográficos de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 1991.

\_\_\_\_\_. **Estudos de Geografia Urbana de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC. Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1991.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **RS: agropecuária colonial & industrialização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

PLEIN, Clério. A Formação Da Agricultura Familiar No Oeste De Santa Catarina: O Caso Das Colônias Porto Feliz e Porto Novo. **Revista Faz Ciência**: pp. 79-102; UNIOESTE, 2005.

\_\_\_\_\_. As metamorfoses da agricultura familiar: o caso do município de Iporã d'Oeste, Santa Catarina. **Dissertação de Mestrado**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; Porto Alegre, 2003.

PIAZZA, Walter Fernando. **Santa Catarina: sua história**. Florianópolis: UFSC. Ed. Lunardelli, 1983.

POLI, Jaci. Caboclo: pioneirismo e marginalização. **Cadernos do CEOM** v. 5, n.7; Chapecó, 1991.

RADIN, José Carlos. **Italianos e Ítalo-brasileiros na Colonização do Oeste Catarinense**. Joaçaba: Unoesc. 2ª ed, 2001.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RENK, Arlene. A Colonização do Oeste Catarinense: as representações dos brasileiros. **Cadernos do CEOM**. V. 5, n. 7; Chapecó, 1991.

SANTA CATARINA. Atlas escolar de Santa Catarina/Secretaria de Estado de Coordenação Geral e Planejamento, Subsecretaria de Estudos Geográficos e Estatísticos. Rio de Janeiro, Aerofoto Cruzeiro, 1991. Disponível em <http://www.spg.sc.gov.br/mapas/atlas/AtlasBranco.pdf>. Acessado em 04/03/2020.

SANTOS, Roseli Alves dos. O processo de modernização da agricultura no sudoeste do Paraná. 2008. 246 f. **Tese de doutorado** - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2008. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/105021>>.

SAUER, Sérgio; LEITE, Sergio Pereira. Expansão Agrícola, Preços e Apropriação de Terra Por Estrangeiros no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. 2012, vol.50, n.3, pp.503-524.

SIDEMS, **Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável**, 2019. Disponível em: <https://indicadores.fecam.org.br/banco-indicadores/variavel/codMesoRegiao/2/codIndicador/75/ano/2019> acessado em 07 de novembro de 2019.

SILVEIRA, Maria Laura. Da pobreza estrutural à resistência: Pensando os circuitos da economia urbana. Bauru: **Ciência geográfica**, 2013.

STRIEDER, Roque. Produção agrícola integrada, desenvolvimento econômico, social e humano e a educação. **Dissertação de mestrado**. Florianópolis: UFSC, 1996.

VALENTINI, Delmir José. O tropeirismo de suínos na região do Contestado e sua influência no incipiente processo agroindustrial. **História faz história: contribuições ao estudo da história regional**. Concórdia: UnC (2006).

WAIBEL, Leo. Princípios da Colonização Europeia no Sul do Brasil. **In: Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Conselho Nacional de Geografia; Rio de Janeiro, 1958.

**Entrevistas:**

ENTREVISTADO 01. Entrevista concedida a Alisson Henrique Bavaresco. Gerente de filial Cooperativa Alfa – Cooperativa Singular da Cooper Central Aurora. São José do Cedro, julho de 2020.

ENTREVISTADO 2. Entrevista concedida a Alisson Henrique Bavaresco. Suinocultor Independente em Ciclo Completo. São José do Cedro, fevereiro de 2021.

ENTREVISTADO 3. Entrevista concedida a Alisson Henrique Bavaresco. Suinicultora integrada em formato UCT. São José do Cedro, fevereiro de 2021.

ENTREVISTADO 4. Entrevista concedida a Alisson Henrique Bavaresco. Suinicultor integrado em formato UCT. São José do Cedro, fevereiro de 2021.

ENTREVISTADO 5. Entrevista concedida a Alisson Henrique Bavaresco. Suinicultor independente em ciclo completo e mini-integrador. São José do Cedro, fevereiro de 2021.